

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO
23111.060208/2023-61

Cadastrado em 06/12/2023



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s): KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO	E-mail: kellenbrito@ufpi.edu.br	Identificador: 2019656
Assunto Detalhado: PROPOSTA DE MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA		
Unidade de Origem: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CCHL (11.00.25.05)		
Criado Por: KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO		
Observação: ---		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
06/12/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CCHL (11.00.25.05)		
07/12/2023	CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS (11.00.25)		
11/12/2023	PRO-REITORIA DE ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO (11.07)		
20/12/2023	SECRETARIA DOS CONSELHOS/GABINETE (11.00.01.03)		
21/12/2023	PRO-REITORIA DE ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO (11.07)		
21/12/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CCHL (11.00.25.05)		



PORTARIA N.º 38, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

Constitui Comissão com vistas à elaboração de
APCN nível de Mestrado Acadêmico em
Economia/CCHL/UFPI.

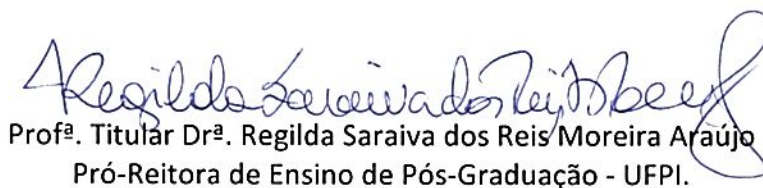
A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Constituir Comissão com vistas à elaboração de APCN nível de Mestrado Acadêmico em Economia – CCHL/UFPI, da forma como segue:

- Prof. Dr. Juliano Vargas - Presidente
- Profª. Drª. Fernanda Rocha Veras e Silva - Membro
- Prof. Dr. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho - Membro
- Prof. Dr. Caio Matteucci de Andrade Lopes - Membro
- Prof. Dr. Thiberio Mota da Silva - Membro
- Profª. Drª. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira - Membro
- Profª. Drª. Edivane de Sousa Lima - Membro
- Prof. Dr. João Soares da Silva Filho - Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.


Profª. Titular Drª. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação - UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROPOSTA DE MESTRADO EM ECONOMIA

Teresina
Janeiro, 2024

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	3
1.1	Contextualização institucional e regional da proposta	3
1.2	Justificativa para a proposta	5
2	HISTÓRICO DO CURSO	8
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA	12
3.1	Infraestrutura acadêmica	12
3.2	Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa	13
3.3	Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI	13
3.3.1	<i>Salas para docentes</i>	14
3.3.2	<i>Bibliotecas</i>	14
3.4	Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI	18
3.4.1	<i>Informações Complementares</i>	22
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE	24
5	COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO	26
6	POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO	29
7	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	31
8	DETALHAMENTO DO CURSO	33
8.1	Objetivos	33
8.2	Perfil do Mestre em Economia	34
8.3	Área de concentração e linhas de pesquisa	35
8.3.1	<i>Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico</i>	35
8.3.2	<i>Linhas de pesquisa</i>	36
8.4	Estrutura curricular	37
8.5	Ementário e referências bibliográficas	40
8.5.1	<i>Disciplinas obrigatórias</i>	40
8.5.2	<i>Disciplinas Optativas</i>	44
8.5.3	<i>Outras disciplinas</i>	62
8.6	Corpo Docente	63
8.6.1	<i>Dados Pessoais</i>	63
8.6.2	<i>Formação acadêmica / Vínculo profissional</i>	64
8.6.3	<i>Produção</i>	65
9	PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	66
10	POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA	85
11	COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA	87
	REFERÊNCIAS	90

DADOS GERAIS

a. DA INSTITUIÇÃO

- **Código da IES:** 21001014
- **CNPJ:** 06.517.387/0001-34
- **Nome da IES:** Fundação Universidade Federal do Piauí
- **Sigla da IES:** UFPI
- **Site:** www.ufpi.br
- **Endereço:** *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga
- **Logradouro:** Avenida Universitária
- **CEP:** 64049-550
- **Cidade:** Teresina
- **Estado:** Piauí
- **Telefone:** (086) 3215-5511
- **E-mail:** secretariareitor@ufpi.edu.br
- **Esfera administrativa:** Federal

b. DO REITOR

- **CPF:** 077.579.563-15
- **Nome:** Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes
- **E-mail:** reitor@ufpi.edu.br

c. DO PRO-REITOR

- **CPF:** 287.255.143-34
- **Nome:** Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira de Araújo
- **E-mail:** prpg@ufpi.edu.br

d. DO COORDENADOR DA PROPOSTA

- **CPF:** 003.435.710-64
- **Nome:** Juliano Vargas
- **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br

PROPOSTA DO CURSO

- a. **Área de conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas
- b. **Título:** Mestrado em Economia
- c. **Tem graduação na área ou área afim:** SIM, desde 4 de março de 1976, pelo Ato da Reitoria número 36/76 - UFPI.
- d. **Nível do curso proposto:** Mestrado Acadêmico
- e. **Situação do curso:** Proposta nova
- f. **Número de vagas:** 11 vagas

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- a. **Dados do Coordenador**
 - **CPF:** 003.435.710-64
 - **Nome:** Juliano Vargas
 - **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br
 - **Fone:** (86) 98177-3323
- b. **É associação:** NÃO

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1 Contextualização institucional e regional da proposta

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem mostrado um excelente desempenho no ensino de Pós-Graduação tanto no âmbito *Stricto Sensu* como *Lato Sensu*. Este foi iniciado em 1977 e abrange Cursos de Especialização e outros Programas.

A Pós-Graduação na UFPI foi institucionalizada a partir da Resolução Nº 106/1977 do Conselho Diretor da Fundação. A partir de uma alteração do Estatuto da Universidade foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em 22 de dezembro de 1977. Já no ano de 2013, devido à necessidades que se fizeram prementes, a Pró-Reitoria foi dividida e, pela Resolução Nº 01/2013-CONSUN, foram criadas as Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa (hoje, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação). A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação é diretamente subordinada à Reitoria. A Universidade Federal do Piauí atualmente possui 43 Programas de Pós-Graduação, sendo 33 Mestrados Acadêmicos (1 em associação), 08 Mestrados Profissionais, 18 Doutorados Acadêmicos, 02 Doutorados em Associação, 01 Doutorado Profissional, com oferta de 63 cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

A Pós-Graduação da UFPI, respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil, vem alcançando patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento.

O curso de mestrado acadêmico em Economia volta-se para o estudo e o combate às assimetrias regionais, com ênfase no Nordeste, possuindo como área de concentração o Desenvolvimento Econômico. Desta forma, incorpora-se na política de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí que é a principal instituição responsável pela transformação econômica e social do estado, através da busca de soluções de problemas que historicamente o colocam nas piores posições quanto aos indicadores econômicos e sociais.

O Mestrado em Economia é de suma importância na medida em que se propõe discutir a questão do desenvolvimento regional, capacitando profissionais para a realização de

atividades de pesquisa, ensino, consultoria e planejamento nas esferas pública e privada. Para tanto, o curso foi estruturado em cima de uma dimensão teórica, que possibilita o acesso às questões básicas para a compreensão e interpretação do arranjo espacial das atividades econômicas em diferentes regiões, e de uma dimensão aplicada relativa à construção de indicadores que possibilitarão a construção de uma base dados, imprescindível para a análise do processo de desenvolvimento e de estudos comparados entre regiões e localidades.

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, diante das históricas políticas regionais ineficientes que não foram capazes de reverter o referido cenário econômico, tornando-o ainda amplamente dependente de transferências governamentais.

É preciso, portanto, alavancar políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis que só serão possíveis a partir de uma discussão *in loco* dos problemas regionais, compatíveis com a proposta do curso citado. Aliado a isso, a capacitação de profissionais de nível superior é um instrumento eficaz na transformação de concepções do contexto local, um importante mecanismo para alcançar melhorias socioeconômicas. O curso busca qualificar graduados em ciências econômicas.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, e responde à demanda de egressos e do mercado de trabalho local. Isto porque, por um lado, a UFPI é a única instituição de ensino superior em Teresina, que oferta o curso de Ciências Econômicas e, por outro, pelo fato do estudo do Desenvolvimento econômico abrir caminho para o entendimento de relevantes questões econômicas que podem auxiliar na promoção do desenvolvimento da cidade de Teresina e do Estado do Piauí.

1.2 Justificativa para a proposta

Vale ressaltar o efeito multiplicador da inserção desses docentes nos cursos de mestrado de doutorado em áreas afins, no sentido de favorecer a qualificação de professores do próprio departamento e de outras instituições como UFDPAr, IFPI e inúmeros economistas egressos, que atuam na esfera pública e privada estadual e municipal, estudando assuntos da economia regional, rural, ambiental e políticas, bem como temas transversais.

Agrega-se também a articulação com discentes da graduação de Economia, a partir dos TCCs e iniciação científica, com aporte de bolsa da UFPI e CNPq. Estes tiveram oportunidades de participar de projetos com parceria intencional (Universidades alemãs e Universidade italiana) e em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB), Fundação de Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CNPq, FINEP e Emenda parlamentar de piauiense e do Programa Ciência sem Fronteira do CNPq.

Este quadro nos revela o grande interesse dos egressos do Curso em continuar seus estudos na área de economia e que muitas vezes migraram para estes cursos afins por falta de opção no estado do Piauí e as restrições impostas nas oportunidades de cursos de pós-graduação em outros Estados.

O ambiente acadêmico recente da UFPI tende para consolidação dos mestrados e doutorados institucionais e em rede, e apoiar a implantação de cursos em áreas de conhecimento faltantes, o que coincide com a renovação no corpo docente do Curso de Ciências Econômicas nas áreas de teoria econômica e métodos quantitativos e a conclusão do processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas (pareceres e resoluções de 2004, 2005, 2006 e 2007 do CNE).

As transformações na sociedade, o desenvolvimento da ciência e suas implicações no mercado de trabalho forjaram a necessidade de adequações e ajustes sistemáticos no currículo do Curso de Ciências Econômicas buscando a melhoria do processo de formação profissional. Neste contexto, em 2017, iniciou-se um processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas que finalizou apenas no primeiro semestre de 2018.

A discussão possibilitou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico e Conteúdos Curriculares que apontam para as novas necessidades da economia contemporânea exigindo

novas competências e habilidades dos formandos sem, contudo, relegar o caráter plural das ciências econômicas e da formação ética dos economistas.

Também apontou para a necessidade de consolidar o ensino de Ciências Econômicas na IES, e no próprio estado, avançando para a necessidade de implantação do programa de pós-graduação, em nível de mestrado, com área de concentração e linhas de pesquisa centradas nas questões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, com objetivo de formar capacitações humanas sólidas para atuar na economia do desenvolvimento, e cumprindo o papel de gerar novos conhecimentos para ações, políticas e estratégias de desenvolvimento regional, territorial e local, em um Estado da região Nordeste recheado de disparidades intra-municipais e que vem transitando ente o cresce e se desenvolver numa perspectiva diferente, conforme indica o Plano Piauí 2030 (SEPLAN) como vetores estratégicos para a economia piauiense: a agricultura familiar, o agronegócio, a energia eólica, solar e hidrogênio verde, mineração, turismo e serviços. E a meta estabelecida pelo estado para 2030, quais sejam, Piauí Desenvolvido e Sustentável, com elevação do IDH para 0,80.

Portanto, o Curso de Economia, empreendeu um esforço coletivo ao longo de 47 anos de construção de ensino, pesquisa e extensão, possuindo um estoque de egressos a objetivar a formação em nível de mestrado em Economia e impulsionar a competitividade no mercado de trabalho acadêmico e de instituições públicas e privadas, contará também com a demanda dos economistas oriundos da graduação em economia na UFDpar, e de outros Estados, ponderando que o perfil sócioeconômico do egresso é de maioria das famílias de renda baixa, muitos dos municípios do interior do estado, e menos de 10% destes galgaram curso de mestrado.

É o momento da UFPI construir capacitações humanas e garantir acesso equitativo às oportunidades humanas no campo das Ciências Econômicas. Formaram-se 60 turmas de economistas que atuam nas mais diferentes áreas profissionais. Esta trajetória é resultado do compromisso de gerações de docentes e discentes que escolheram a profissão acreditando nas ciências econômicas e no que elas podem fazer pela melhoria da qualidade de vida.

Vale destacar que, no âmbito do Piauí, existem presencialmente apenas dois cursos de graduação em Ciências Econômicas (um na UFPI, em Teresina, e outro na UFDPar, na cidade de Parnaíba), sem haver nenhum mestrado em Economia, seja profissional, seja acadêmico. Nesse sentido, é de fundamental importância para o avanço socioeconômico o estado do Piauí,

para a sociedade piauiense e para os discentes e docentes da instituição a concretização da iniciativa de implantar um mestrado Strictu Sensu na instituição.

É importante ressaltar que a proposta do mestrado em economia da UFPI tem enfoque novo e complementar ao desenvolvimento da graduação em Ciências Econômicas, contribuindo para a formação em economia regional e avaliação de políticas, assim como conhecimento de métodos aplicados a realidade regional, que pode favorecer o desenvolvimento do Piauí em sua inserção regional e internacional.

HISTÓRICO DO CURSO

No contexto de transformações da década de 1960, foi criada, pela União (Lei n. 5.528), sob a forma de Fundação, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo efetivamente instalada em 1971. Entre 1971 e 1978, oferecia 35 cursos, sendo 18 de Licenciaturas, 4 de Tecnólogos e 13 de Bacharelados.

Assim, em 4 de março de 1976, o Ato da Reitoria n. 33, autorizava o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí. O Curso estava vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, no então Instituto de Ciências Humanas e Letras – atualmente Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e iniciou com 53 alunos cadastrados (27 ingressantes pelo vestibular e 23 transferidos). O Departamento de Ciências Sociais também era responsável por mais três cursos regulares: Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (criado em 1972 e extinto depois da criação do curso de Economia), Ciências Contábeis (em 1976) e Serviço Social (em 1977). O Curso de Ciências Econômicas obteve reconhecimento pela Portaria n. 085, de 16 de janeiro de 1981, do Ministério da Educação

A criação do Curso de Ciências Econômicas teve como fator motivador principal o mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de curta duração em Técnico em Programação Econômica e Econômico (TPEPA) não atendia mais as demandas de mercado por profissionais com formação em economia (bacharelado). Além do que, os egressos de próprio curso de TPEPA pressionavam pela complementação de um curso superior de duração plena.

Salienta-se a disponibilidade de profissionais economistas, especialmente no sistema estadual de planejamento - Secretaria de Planejamento e Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cepro) para compor corpo docente inicial do Curso de Ciências Econômicas, e viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses docentes, graduados em Economia em Universidades da região Nordeste e Sudeste, alguns originários de outros estados do Brasil, impulsionaram o ensino teórico, com prevalência da abordagem histórica-estruturalista e voltado para compreender questões econômicas regionais e locais.

As questões teóricas e empíricas do crescimento e desenvolvimento econômico da região Nordeste e do estado do Piauí desde já marcaram a graduação de Economia debatida pelos docentes/autores da publicação Piauí, Realidade e Desenvolvimento da Fundação Cepro.

É notório que a inclusão dos economistas da Fundação Cepro no quadro de docentes do curso, abriu os caminhos para vários discentes iniciarem atividades de pesquisa por meio do estágio curricular nos órgãos estaduais

No que diz respeito à estrutura administrativa, em abril de 1982, foi instituído o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (DCEA) pelo então Reitor prof. José Camillo da Silveira Filho, passando a ter sob sua responsabilidade os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Com base no número de alunos matriculados na UFPI, no segundo período letivo de 1982, constatou-se que das 7.223 matrículas na IES, 38,82% eram nos cursos de graduação vinculados ao CCHL e que o DCEA era responsável por 11,13% do total geral de matrículas na UFPI, este indicador mostrava o interesse pelos cursos lotados no DCEA, incrementado pela transferência de discentes para o Curso de Ciências Econômicas, comum na IES à época, resultou, em pouco mais de cinco anos, em transformá-lo no maior da UFPI em número de alunos cadastrados (578).

Diante do crescente número de discentes matriculados ocorreu um Seminário de Avaliação, realizado em 1983, com os objetivos de diagnosticar os problemas e apontar as saídas para melhor qualidade no processo de formação dos economistas. Duas das proposições do Seminário foram concretizadas nos dois anos seguintes: a contratação de novos professores e a implantação da Coordenação do Curso.

A contratação de novos professores estava fundamentada no fato de que do total de 23 professores lotados no DCEA atuando no Curso de Ciências Econômicas, em 1983, 17 professores em atividade, três afastados para cursos de pós-graduação e três à disposição de órgãos governamentais. Do total em atividade, 14 professores possuíam regime de trabalho em tempo parcial (20 horas) e três em tempo integral (40 horas), enfrentava segundo um Seminário de Avaliação, havendo a necessidade de ampliação do quadro de professores.

O Curso de Ciências Econômicas passou a contar com novos docentes. Em 1984, por meio do primeiro concurso público para professor do Curso. O concurso imprimia também uma nova característica, que era a formação do quadro de docentes com a participação de egressos do próprio curso. Neste concurso, dos seis novos contratados três eram formados em economia na UFPI, reflexo do compromisso na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho.

O curso de Ciências Econômicas passaria a partir de então a contar com 29 professores. As novas contratações reforçaram o quadro docente no que respeita a regime de trabalho e qualificação. O número de professores em regime de tempo integral do curso elevou-se para 16, alguns com Dedicção Exclusiva (DE). Crescia também o número de mestres no Curso, visto que alguns dos novos professores estavam concluindo o mestrado (o Curso contava apenas com um doutorando).

Em 1984, também foi criada a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas que teve participação fundamental para o processo de implantação do novo currículo que se concretizou entre os anos 1984-1988, com a aprovação em Assembleia Departamental, em junho de 1988, do Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas da UFPI. Em 14 de fevereiro de 1990, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) aprovou a proposta do Novo Currículo Pleno e também as normas regulamentares da Monografia (Resolução n. 002/1990 do Cepex e Resolução n. 003/1990). No ano seguinte, o Cepex homologou e ratificou a decisão do Conselho Departamental do CCHL em relação à equivalência de currículo (Resolução n. 13/1991 e Resolução n. 017/1991).

O ambiente de mudanças internas no Curso de Economia acompanhava o movimento de articulação nacional para a construção do novo currículo que potencializou importantes transformações no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFPI. Os debates e reflexões entre profissionais, professores e estudantes sobre os princípios gerais da reforma que resultou na elaboração de um relatório final, coordenado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), e fundamentou o prof. Armando Dias Mendes (Universidade Federal do Pará) na elaboração do Parecer n. 375 de 1984, do Conselho Federal de Educação, que aprovou o novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas, o qual passou a ter como principal diretriz o ensino pautado na pluralidade do pensamento econômico.

A mobilização de professores e estudantes pela implantação do novo currículo desencadeou o movimento pelo desmembramento do DCEA em dois departamentos: Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas (DCCA) e Departamento de Ciências Econômicas (Decon), o que de fato aconteceu em novembro de 1985. O Decon, a Coordenação do Curso e o corpo docente e discente assumiram a tarefa de encaminhar o processo de implantação do novo currículo.

Em junho de 1988, fora aprovado pela Assembleia Departamental o Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas, estruturado com uma base curricular e docente que lhe conferia a identidade de formação pluralista, comprometido com o estudo da realidade brasileira e com o princípio do senso ético de responsabilidade social de que a profissão deve investir-se.

A década de 1990 traz a consolidação do novo currículo, promoção de atividade de extensão por meio de debates – Projeto Sexta Básica sobre a conjuntura econômica nacional e internacional e o estímulo à produção científica do corpo docente, com a organização do Informe Econômico, veículo de publicação do Departamento de Economia.

A pesquisa em temáticas nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico, economia regional e economia agrária e dos recursos naturais foram sendo desenvolvidas pelos docentes em processo de qualificação nos cursos mestrado e doutorado em instituições como Unicamp, ESALQ/USP, USP, UFC, UFPB, dentre outras, que ao retornarem nos anos 2000 dos cursos de pós-graduação moldaram uma nova configuração do corpo docente que alavancou a inserção dos discentes nos programas de iniciação científica da UFPI e melhor qualidade na elaboração dos trabalhos de conclusão do curso de graduação (TCC).

Nesta época a UFPI incrementou ações para implantação de programas de pós-graduação, de modo especial no CCHL e programas multidisciplinar/interdisciplinar, a partir do agrupamento de professores doutores em áreas de conhecimento afins, diante ainda de um número reduzido de doutores com perfil para pós-graduação e atendimento dos critérios exigidos pela CAPES para pleitear curso de pós-graduação em área específica, como por exemplo, em Economia.

Neste cenário professores/doutores do Decon foram convidados a ingressarem nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência Política, História Gestão Pública para atuarem como docentes permanente, engajando seus projetos de pesquisa nos eixos vinculados a economia regional, desenvolvimento e políticas públicas, contribuindo para o reforço da base de ensino, pesquisa e extensão do Curso e também a criação de grupos pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil - CNPq e núcleos de pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA

1.3 Infraestrutura acadêmica

Atualmente, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com 159 ambientes, distribuídos em, 111 salas de aula, 3 auditórios, 15 laboratórios de ensino, 8 salas para núcleos de pesquisas, 3 salas para projetos de extensão, 2 salas para empresa júnior, 5 laboratórios de informática, 2 Salas para acervo de publicações do CCHL e 11 salas para Centros Acadêmicos (Tabela 1; Quadro 1).

Tabela 1 - Infraestrutura acadêmica do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI – 2023

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
Salas de publicações do CCHL	Acervo	2
Auditório Noé Mendes	Auditório	1
Auditório Camilo Filho	Auditório	1
Auditório Socorro Lira	Auditório	1
Empresas Juniores	Empresa escola	2
Laboratórios de Informática	Laboratório	5
Laboratório de Geomática	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Cartografia	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Práticas Educacionais	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Ensino	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Línguas	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Investigação Social	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Edição de Vídeos	Laboratório de Ensino	1
Laboratórios de Estudos e Pesquisa	Laboratório e ensino	4
Núcleo de História Oral	Núcleo de Pesquisa	1
NEP	Núcleo de Pesquisa	1
Núcleos de Pesquisa	Núcleo de Pesquisa	5
NUPEC	Núcleo de Pesquisa	1
PET de serviço social	Projeto de Extensão	1
PET de filosofia	Projeto de Extensão	1
PET de história	Projeto de Extensão	1
Sala de aula	Sala de Aula	103
Mestrado de Geografia	Sala de Aula	1
Mestrado Sociologia	Sala de Aula	1
Mestrado em Antropologia	Sala de Aula	2
Cultura Francesa	Sala de Aula	2
Mestrado em Letras (estudo da linguagem)	Sala de aula	1
Mestrado em Letras (estudos literários)	Sala de aula	1
Salas de estudo individuais (40 estudantes)	Sala de estudos	2
Salas de estudo em grupo para discentes	Sala de estudos	2
Centros Acadêmicos	Sala de uso de discentes	11
TOTAL		159

Fonte: Elaboração própria com dados da PREUNI (2019).

Quadro 1 - Relação dos laboratórios do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI - 2023

Laboratórios do CCHL	Sala	Prédio
Laboratório de Informática da Graduação	300	Principal
Laboratório de Práticas Educacionais	326	Principal
LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	306	Principal
Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	323	Principal
Laboratório de Ciências de Dados e Metodologia em Ciência Política*	328	Principal
Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (GEOTEC) – Prof. João Gabriel Baptista	332	Principal
Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais GEOAMBIENTE – Prof. Luciano Ferreira Rodrigues	335	Principal
Laboratório Geomática – LAGEO – Prof. Agostinho Paula Brito Cavalcante	336	Principal
Laboratório de Climatologia Geográfica – TUPÃ – Prof. ^a Augusta Ferreira da Silva Lopes	337	Principal
Laboratório de Solos e Sedimentos – PEDONPI – Prof. José Ferreira Mota Júnior	339	Principal
Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais – Prof. ^a Bertha Becker*	344 A	Principal
ERIC - <i>English Resource Information Center</i>	345	Principal
Laboratório de Línguas	17	Principal
Laboratório de Informática e Multimídia para as Ciências Econômicas*	38	Principal
Laboratório de Informática da Pós-Graduação – Prof. Airton Sampaio*	P-35	Bloco C

Fonte: Elaboração própria.

* Laboratórios em processo de implantação

1.4 Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI possui infraestrutura administrativa exclusiva, funcionando na sala 037, no Centro de Ciências Humanas e Letras, com a seguinte infraestrutura física:

- 01 (uma) sala de coordenação
- 01 (uma) sala de reunião
- 06 (seis) computadores para utilização administrativa interligados à *internet*
- 01 (uma) impressora multifuncional
- Laboratório do Banco de Dados do DECON (com computadores disponíveis para utilização dos discentes).

1.5 Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI

Como estrutura complementar ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI, conta-se com a seguinte infraestrutura física:

1.5.1 Salas para docentes

Os docentes vinculados ao centro de ciências humanas e letras contam com 12 gabinetes privativos, que acomodam os 21 professores efetivos do Departamento, para o exercício de suas atividades acadêmicas.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.5.2 Bibliotecas

1.5.2.1 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB)

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) apresenta área total de 4194,81 m² e está subordinada à Reitoria. Atualmente coordena 9 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI e dispõe de conexão com a rede mundial de computadores na qual os usuários têm à disposição conexão de INTERNET (WI-FI) profissional e o Espaço Digital Santander Universidades, equipado com 15 (quinze) computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando conforto e agilidade para as pesquisas. O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30 de 2ª a 6ª feira e de 08h:00 às 12h:00 aos sábados. Dispõe de sistemas computadorizados LILACS, MEDLINE, COMUT e INTERNET e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES, permitindo aos discentes e docentes o acesso a uma variedade de informações, incluindo textos completos de artigos de cerca de 2000 revistas científicas nacionais e estrangeiras, publicados a partir de 1995.

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- a) **Portal de Periódicos da Capes:** o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;

- b) **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut):** a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- c) **Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU):** é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

I. Política de aquisição de livros

A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas por professores observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e projetos institucionais a nível nacional. As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições diretamente a Seção de Intercâmbio e Aquisição. As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais.

II. Caracterização do acervo da biblioteca

i) Material bibliográfico

- Oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico da biblioteca através da INTERNET e terminais in loco.

ii) Coleções

- Referência: dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência Legislativa, etc.;
- Coleção didática: livros técnicos científicos e teses que abrangem todas as áreas do conhecimento;
- Coleção Piauí: livros sobre nosso estado e de autores Piauienses;
- Multimeios: microfilme, microficha, vídeos, discos, cassetes, disquete e cd-rom etc.;

- Mapoteca: plantas, mapas e globo terrestre;
- Periódicos: jornais, revistas especializadas, boletins, etc.;
- Obras raras publicações de edições esgotadas de valor literário.

iii) Acervo bibliográfico por área de conhecimento

O acervo bibliográfico total do SIBi-UFPI é composto por 77.414 títulos e 235.920 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, discriminada nas tabelas 2 e 3, a seguir:

Tabela 2 - Acervo total livros por área de conhecimento das Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	3.580	9.567
Ciências Biológicas	3.025	9.278
Ciências Exatas e da Terra	2.918	8.783
Ciências Humanas	12.098	29.074
Ciências Sociais Aplicadas	8.950	24.497
Engenharias	1.314	3.719
Linguística, Letras e Artes	5.656	12.465
TOTAL	34.971	90.925

Fonte: do SIBi-UFPI

Tabela 3 - Periódicos nacionais e estrangeiros disponíveis por área do conhecimento Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	FASCÍCULOS
Ciências Agrárias	2	12
Ciências Biológicas	102	4.212
Ciências da Saúde	204	8.535
Ciências Exatas e da Terra	191	9.770
Ciências Humanas	475	9.694
Ciências Sociais Aplicadas	538	19.242
Engenharias	64	4.559
Linguística, Letras e Artes	53	836
TOTAL	1.629	56.860

Fonte: do SIBi-UFPI

iv) Produtos e serviços:

- Visitas orientadas;

- Exposições e promoções de eventos;
- Treinamento de usuários;
- Programa PALPTEX (OPAS/OMS).

v) Internet:

- Sala de projeção;
- Videoteca (TV, Vídeo e DVD);
- COMUT/BIREME;
- Campanhas educativas;
- Orientação na normalização de publicações técnico-científicos.

vi) Serviços Informatizados:

- Sistema - SAB oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e periódicos da biblioteca através da internet e terminais in loco;
- Empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI;
- Reserva e renovação de publicações on-line via internet e em terminais de autoatendimento;
- Portal da biblioteca na internet funciona no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

vii) Portal periódico da Capes:

- Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de ensino superior e de pesquisa em todo o país tem acesso imediato a produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES;
- Oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas nacionais estrangeiras e mais de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as

áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na internet;

- Na área de Economia, são 1.199 disponíveis, no ano de 2023;
- O uso do portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições;
- Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do país ganha em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do portal que está em permanente desenvolvimento.

viii) Ferramentas e aplicativos de gestão da biblioteca:

- A biblioteca possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via www, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na biblioteca e laboratórios de informática disponíveis de segunda a sábado na IES;
- O software implantado na biblioteca (SAB.net@), foi projetado em linguagem para internet: *Active Server Pages* (ASP), com base de dados relacional (*SQL Server*) e funciona em rede sobre os sistemas operacionais *Windows NT Server*, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional *MS-Windows 95/98/2000/XP/ME* ou *Work Station*.

1.5.2.2 Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão - CCHL

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL disponibiliza em seu espaço acervo, salas de estudos, atendimento/consulta e serviços técnicos à comunidade acadêmica da UFPI, em especial aos usuários de graduação e pós-graduação do Centro. Tem 237,27 metros quadrados de área construída. Conta com acervo de mais de 2000 exemplares, 45 Estações de estudo individuais e 03 Salas de estudo em grupo

1.6 Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI

i) Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina (Biblioteca Antilhon Ribeiro Soares):

- A biblioteca Antilhon Ribeiro Soares (Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina) foi criada em 1986. O horário de funcionamento da biblioteca é pela manhã, de 7:30 às 12:00 de segunda à sexta;
- Oferece um acervo por título, autor e assunto, com obras voltadas Principalmente para o legislativo, bem como sobre a história do Piauí e de Teresina; livros da área jurídica; enciclopédias; dicionários; livros de literatura brasileira e piauiense, relatórios da Prefeitura de Teresina; projetos de lei; e livros da área de administração, contabilidade história. No entanto, o principal foco da biblioteca são as obras específicas voltadas para o legislativo. Possui também revistas da área legislativa. Mas, o acervo principal se constitui de atas, projetos de leis do legislativo e do executivo municipal;
- o espaço conta com algumas estantes e mesas para os pesquisadores interessados na leitura ou pesquisa do acervo.

ii) Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí biblioteca Deputado Francisco Costa Andrade

- A biblioteca da Assembleia Legislativa foi criada em 1976, conta com acervos de 3.400 livros. Funciona das 9h às 13h. Conta com 23 funcionários para atender ao público. Estão à disposição de estudantes e pesquisadores, revistas e livros direcionados principalmente para o legislativo Estadual;
- Acervo: livros, enciclopédias, jornais locais, anais federais, contabilidade, relatórios de assembleia e do Governo do Estado do Piauí, atas das assembleias, projetos de leis, decretos legislativos, diários oficiais, livros celetistas e uma hemeroteca com jornais e revistas Piauiense.

iii) Arquivo Público do Piauí:

- O Arquivo Público do Piauí, fundado em 1909, é depositário de uma excelsa fonte de materiais sobre a vida sócio-política do estado, recolhidos e preservados ao longo de várias décadas. Seu Cabedal é constituído no Fundo de Documentação Oficial, uma Hemeroteca, uma Fototeca, uma Biblioteca e uma Fonoteca;

- Fundo de Documentação Oficial é constituído de documentos referentes aos três poderes, desdobrando-se, assim, em três Fundos. O Fundo Legislativo é constituído de documentação do período entre 1725 e 1996; e abrange as três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Os documentos compreendem desde leis, decretos, projetos de lei, até atas de sessões legislativas. - O Fundo Judiciário é composto de documentação de 14 cartórios judiciais e extrajudiciais do Estado, além de documentos do Tribunal Eleitoral e da Justiça Federal no Estado. Os documentos do fundo cobrem o período compreendido entre 1778 e 1945 e constituem um leque variado: certidões nascimento, certidão de casamento, certidão de óbitos, certidões de imóveis, inventário, sesmarias, inquéritos policiais e listas eleitorais. O Fundo Executivo é constituído de documentos que abrange um período de 1753 a 1985, oriundos do Palácio do Governo, Ministérios, Secretarias de Estado e Municípios, além de coleções pessoais;
- As Hemerotecas compõem-se de 393 títulos de jornais e revistas que cingem o período de 1854 aos dias que correm. Desse total 28 títulos encontram-se microfilmados. Dispõe de revistas de Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e Instituto Histórico de Oeiras (Oeiras foi a primeira capital do Estado).
- A Fototeca é constituída de um acervo formado por dez mil fotografias de Teresina e outros municípios Piauienses. São fotos de ruas, praças, prédios públicos e privados, etc.;
- A biblioteca de apoio reúne livro sobre o Piauí que abordam os aspectos político econômico e social. Obras de área como literatura, história, geografia, etc. Desse acervo as leis, decretos, mensagens e relatórios de governo são consultados com muita frequência;
- As fontes orais (Fonoteca) que estão depositadas no Arquivo Público do Piauí foram construídas pelo Núcleo de História Oral da Fundação Cepro, hoje desativado. São 37 entrevistas com homens públicos que atuaram na medicina, na política, (ex-governadores, ex-senadores, ex-deputados, ex-prefeitos, ex-veredores). Mas existem também depoimentos de pescadores, operários etc.

iv) Núcleo de Estudos do Piauí

- O Instituto Dom Barreto, instituição de ensino secundária da rede privada, sediada em Teresina, montou o Núcleo de Estudos do Piauí o qual possui hoje aproximadamente 5.000 títulos, que tratam da evolução socioeconômica do Estado;
- O acervo desse núcleo contém coleção da revista cadernos de Teresina, publicação da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, criada pelo Município Para apoiar o movimento cultural da cidade e cujo primeiro número foi editado em 1987. As temáticas dessa revista estão direcionadas para as questões urbanas do município de Teresina, em especial, mas foram também publicados textos sobre temas que envolvem a sociedade piauiense e brasileira;
- Podem ser encontrados também textos sobre antropologia, sociologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, artes plásticas, cinema, comunicação, fotografia, história, literatura, música, patrimônio histórico, violência urbana;
- O Núcleo de Estudos do Piauí possui um dos maiores acervos bibliográficos sobre o estado do Piauí. A instituição sempre esteve aberta para que estudantes e pesquisadores possam utilizar o material aí existente.

v) Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO)

- Órgão de administração indireta do Estado do Piauí, criado em 1971, que tem promovido pesquisas e publicações de trabalhos sobre a realidade socioeconômica piauiense. Sua biblioteca conserva um acervo importante sobre o Piauí e constitui referência para estudantes e pesquisadores. Essa fundação edita a revista Carta CEPRO, a qual teve seu primeiro número publicado em 1974 e constitui-se em Silent obra de referência para quem estuda os mais variados aspectos da sociedade piauiense;
- Das Produções da CEPRO pode-se destacar as séries: Oportunidade de Investimentos e Ensaio Econômico, com pesquisas sobre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, indústria de transformação, comércio e serviços), estrutura da economia regional, distribuição espacial das atividades e aspectos do mercado de trabalho, entre outros assuntos;
- Na série publicações avulsas, pode-se encontrar trabalho sobre a história do Piauí (Cronologia do Piauí Republicano, Governadores do Piauí: perspectiva histórica; Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento; etc.), geografia, demografia, economia, meio

ambiente, municípios piauienses, estudos de conjuntura. Parte dessa série foi digitalizada e está disponível em cd-rom;

- Há ainda as séries: Relatórios de Pesquisa, Estudos Diversos e Recursos Naturais; ricas em informações sobre os mais variados aspectos da sociedade e do território piauiense;
- A CEPRO, precursora das pesquisas econômicas sociais no Piauí, tem sido um suporte de relevante significância para estudantes e pesquisadores no Estado.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.6.1 Informações Complementares

1.6.1.1 Sistema de gestão acadêmica

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), contém um leque de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), Internet (por meio de rede cabeada e rede wifi), serviços de ilhas de impressão, manutenção de equipamentos de informática e videoconferência.

O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Vislumbrando as peculiaridades da Pós-graduação Stricto Sensu, o SIGAA foi implementado atendendo as demandas desse ambiente acadêmico. O módulo Stricto Sensu congrega operações relativas à gerência de mestrado e de doutorado. É mais um módulo desenvolvido para auxiliar a PRPG (Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação da UFPI). O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio

Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento.

1.6.1.2 Rede de serviço de internet, cobertura de wifi e núcleo de tecnologia da informação

O CCHL e consequentemente o PPGE contam com um serviço de internet cabeada e wifi de modo a permitir que todo o público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) possa acessar os sistemas SIGAA, SIGRH, SIPAC, além dos diversos serviços de internet. A Figura 1 a seguir ilustra a cobertura wifi, na qual pode-se perceber o CCHL.

Figura 1 – Cobertura por wi-fi no Campus Ininga da UFPI - 2023



Fonte: NTI/UFPI

O PPGE também conta com serviço de ilhas de impressão, por meio de 01 (uma) impressora dedicada ao PPGE, de modo a permitir ao público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) a impressão de diversos arquivos como: artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações e teses etc.

Importante ressaltar que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPI trabalha com um serviço de monitoramento de ativos em tempo real *Zabbix* onde é feito o monitoramento de todos os ativos de todos os Centros e Campus da UFPI. Dessa forma, qualquer problema pode ser detectado em tempo real, o que permite a sua resolução de modo mais ágil, para que o público não tenha maiores prejuízos na realização de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

A inclusão visa a um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos. Pensando especificamente no Centro de Ciências Humanas e Letras, locus do Programa de Mestrado em Economia, compreende-se a inclusão como princípio que permite a todos o direito de integrar e participar das várias dimensões de atuação da Universidade, sem sofrer discriminação ou preconceito e, ainda mais, tendo suas características identitárias respeitadas. Nesse meandro, a acessibilidade garante a possibilidade e condição de atuação dos sujeitos, desde a utilização dos espaços adequados à segurança de acesso ao conhecimento.

Nesse sentido a UFPI possui normativas que buscam garantir e amparar a inclusão, a permanência e a acessibilidade. Por exemplo, a resolução 059/2015 que aprova e regulamenta o programa de inclusão de pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Ainda, a Resolução 98/2021 dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, da Universidade Federal do Piauí.

Para garantir a aplicação das normativas supracitadas, deve-se destacar o importante papel institucional desempenhado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Sua intervenção, tanto assistencial quanto pedagógica, é indispensável ao suporte às decisões de inclusão como para criar garantia de resultados satisfatórios no processo de aprendizado e de formação profissional e cidadã na Educação Superior da UFPI. O NAU, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). Atuam na identificação das demandas e articulação com os setores e serviços responsáveis para a solução do problema identificado, por exemplo, viabilizando o suporte com auxiliares acadêmicos e tecnologias assistivas (kit lupas manuais, gravadores de voz, adaptação de material, computadores, etc).

Outra ação institucional no sentido de garantir a inclusão e a permanência é o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), espaço localizado na Biblioteca Central, Jornalista Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina – PI) que dispõe de recursos acessíveis e tecnologias assistivas para as

peças com deficiência da UFPI, de outras Instituições e da comunidade externa com a finalidade de promover a educação inclusiva.

O referido Laboratório é equipado com computadores adaptados com softwares leitores de tela (DOSVOX e NVDA), teclado colmeia e mouse com acionador de pressão, scanners, fone de ouvido, linha Braille, máquinas de escrever Braille, kit lupas manuais, soroban, reglete, geoplano, televisão, impressora Braille, dentre outros recursos. Além disso, também dispõe de acervo acessível com material impresso em Braille e com acervo digital da Biblioteca Digital Dorina Nowill.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

A perspectiva da internacionalização na UFPI, advinda desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do - Ciência sem Fronteiras, programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira. A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento. Algumas ações necessárias estão sendo viabilizadas, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL (que está aprovado aguardando os recursos financeiros para sua construção); a instituição do programa de — auxílio à tradução de artigos científicos, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de países mais desenvolvidos. De 2012 a 2016, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras (430 de Graduação Sanduíche no Exterior, 3 de Doutorado Sanduíche no Exterior, 4 de Doutorado Pleno no Exterior e 3 de Pesquisador Visitante Especial).

Outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior igualmente contaram com a participação da UFPI: Erasmus Mundus, Santander Universidades, BRACOL (Brasil-Colômbia), PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação) e BRAMEX (Brasil-México). Por meio do ERASMUS a UFPI recebeu nos últimos três anos, uma professora visitante da Universidade de Coimbra e dois estudantes europeus que permaneceram na instituição por um ano, fazendo intercâmbio. Trinta estudantes de graduação (de 2014 a 2016) para intercâmbio no exterior por meio dos Programas de Bolsas Santander Universidades Luso-brasileiras e Ibero-americanas. O BRACOL, iniciado em 2014, permitiu a recepção de 24 estudantes de graduação colombianos e o envio de 30 estudantes da UFPI para universidades colombianas (dados referentes até o ano de 2017). De 2015 até o momento atual, com o início do PAEC, a UFPI já recebeu nove estudantes latinos para realizar mestrado e doutorado em seus programas de pós- graduação. O BRAMEX, iniciado em 2016 contou com três estudantes mexicanos na UFPI e o envio de dois estudantes para instituições mexicanas. Em 2017, a UFPI recebeu uma bolsista mexicana (Programa PROPAT) para fazer o mestrado em agronomia. O número de convênios com instituições

estrangeiras aumentou mais de 100%. Atualmente são 24 convênios assinados em exercício e mais dez em tramitação de aprovação e assinatura.

Em relação ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa, a instituição teve um grande crescimento a partir de 2012, quando o primeiro projeto para receber bolsistas da Fulbright foi aprovado. Desde 2012, bolsistas estadunidenses ficam na UFPI por nove meses por ano para auxiliar no ensino-aprendizagem de língua inglesa. Desde 2014, a IES faz parte do Programa Idiomas sem Fronteiras. Dentre as ações do IsF já foram aplicadas mais de 4000 provas do TOEFL ITP e ministrados cursos de inglês, francês e português para estrangeiros. Atende-se em média 300 alunos por semestre nos cursos de idiomas. Estes dados demonstram que a internacionalização cresceu grandemente nos últimos três anos e a expectativa é que este movimento seja muito mais expandido nos próximos anos.

Mais recentemente, no V Ciclo de palestras da PRPG, ocorrido entre novembro e dezembro de 2021, o tema internacionalização foi amplamente discutido. Na conferência de abertura, a diretora de Relações Internacionais da CAPES, discorreu sobre a internacionalização da pós-graduação. O evento igualmente contou com a participação de pesquisadores do Canadá, Reino Unido e França, os quais em suas palestras abordaram aspectos da internacionalização e o contexto pandêmico. Ações como esta mostram que a UFPI reconhece a internacionalização como recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada; e que desta forma vem buscando desenvolver este aspecto em seus programas de pós-graduação.

É importante destacar que o Departamento de Ciências Econômicas tem desenvolvido atividades, parcerias e intercâmbios no âmbito nacional e internacional, que fortalecem parcerias acadêmicas e institucionais para o desenvolvimento do Programa de mestrado em Economia da UFPI, dentre as quais se destacam:

- Participação em grupos de pesquisa com a Universidade de Brasília (UNB) e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Desenvolvimento de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado com apoio da Universidade de São Paulo (USP), em seu Núcleo de Economia Regional (NEREUS);
- Articulações e parcerias com Governo do Piauí, em especial, o desenvolvimento de Estudos para fortalecimento para políticas públicas;

- Participação do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas de caráter internacional, que inclui inúmeras instituições de vários países, dentre elas, Universidade Católica de Valparaíso (Chile), Aix MARseille Université (França), Universidade Católica de Angola, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Intercâmbio para pesquisa de doutorado na Universidade de Paris-Sorbonne (França);
- Intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado na Universidad de Granada (Espanha).

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO

Existem diversas possibilidades de apoio ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPI, dentre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI), Governo do Estado do Piauí, Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), dentre outras.

A FAPEPI apoia e incentiva pesquisas no Piauí, realizando parcerias com agências de fomento nacional e órgãos estaduais, como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; o Ministério da Saúde – MS, através do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE); e, a Rede Nacional de Pesquisa – RNP. Assim, contribui para a ampliação e apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Piauí, fortalecendo a produção técnico-científica e os grupos de pesquisa existentes nas instituições de ensino e ou pesquisa do Piauí (FAPEPI, 2023).

Nesse processo de apoio, a FAPEPI lança editais, continuamente, com bolsas para mestres e doutores vinculados a Programas de Pós-graduação do Estado, a exemplo, o edital FAPEPI nº 002/2023 – Programa de apoio à Pós-graduação stricto sensu (PAPG) – bolsas de mestrado e doutorado (<https://encurtador.com.br/bcADH>). Além disso, apoia o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do Estado, podendo financiar estudos realizados pelos professores do mestrado do programa da UFPI, fortalecendo uma rede para os grupos de pesquisa como os pós-graduandos, dentre outras possibilidades.

Já o Governo do Estado do Piauí tem realizado, historicamente, parcerias com o Departamento de Ciências Econômicas, especialmente, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-PI) e da superintendência Fundação de Estudos Econômicos e Sociais do Estado (CEPRO). Existem, constantemente, vagas para estagiários da graduação na SEPLAN e parte são incorporados ao corpo técnico da instituição, após formatura. Em geral, nas Sextas Programadas (Eventos que discutem temas relevantes para economia do Estado, promovido pelo CEPRO) os professores participam e nos eventos de economia da UFPI, a SEPLAN também é parceira. Além disso, outro exemplo relevante, na pandemia COVID-19, houve apoio do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI ao Pró-Piauí (Programa do governo para

apoiar a reabertura da economia diante da pandemia) e a Economia da UFPI realizou, em parceria com outros departamentos, um estudo sobre Reabertura econômica do Piauí diante da COVID-19, que se converteu em um livro pela Editora da UFPI (EDUFPI - <https://www.ufpi.br/e-book-edufpi>). Atualmente, há cooperação técnica em andamento com realização de estudos sobre o mercado de trabalho (SEPLAN-PI, 2023) e há outras solicitações em andamento sobre matriz-insumo produto para economia do Estado. Inclusive, tramita na instituição processo de formalização de parceria entre a UFPI e a SEPLAN-PI.

Nesse sentido, espera-se fortalecer as parcerias com o governo do estado do Piauí de modo que haja, ao tempo, canalização de recursos de apoio ao Programa de pós-graduação da UFPI, em Economia, e Estudos que beneficiem a eficiência da gestão pública e formação dos técnicos da referida instituição.

A FADEX é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que capta recursos do setor público e privado e demanda pesquisadores da UFPI para desenvolver estudos/pesquisas. (FADEX, 2023) Diante disso, é possível integrar os trabalhos das dissertações do programa de pós-graduação em economia da UFPI com as Pesquisas vinculadas à FADEX, inclusive é possível buscar parceria com o setor privado ou público para o desenvolvimento de pesquisas de interesse dos pesquisadores do Programa. A exemplo, há junto ao departamento de Ciências Econômicas uma demanda, do Governo do Estado, para o desenvolvimento de estudo sobre o Programa de Ação Estadual do Piauí para o Combate à Desertificação e Áreas Degradadas (PAE-PI). Além disso, há inúmeras carências de pesquisas no Piauí, seja de enfoque privado ou público e um Programa de Pós-graduação pode fortalecer a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas e gestão dos recursos públicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Piauí é uma unidade da federação que possui uma economia principalmente baseada nos serviços, com baixa participação da indústria de transformação e da agropecuária na geração de valor. No âmbito dos serviços, há importância relativa elevada do Governo na economia, que gerou aproximadamente 36% do emprego formal em 2017. Tem ocorrido a expansão da fronteira agrícola na região sudoeste do Estado, criando crescimento econômico e ambiente favorável a transformação produtiva para agregar valor e gerar emprego e renda, mas em geral, os produtos saem dessa unidade da federação com baixo valor adicionado.

É uma economia regional de baixa participação no Nordeste e no país, que acumulou diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, o Piauí tem uma economia com reduzidos níveis de profissionalização, tanto no setor privado, quanto público, onde ocorre reduzida demanda por profissionais de economia. As parcerias e articulações do DECON e COORDECO com o setor privado e público ainda são reduzidas, o que dificulta a inserção de mudanças técnicas e científicas nas gestões pública e privada. Algo que pode colaborar para um maior e melhor efeito sobre a economia, eficiência alocativa e ganhos para o conjunto da sociedade.

O enfrentamento desses problemas exige conhecimentos e desenvolvimento de ações e políticas adequadas, sejam privadas ou públicas, que respeite as especificidades locais e promova maior qualidade de vida para as pessoas. Nesse sentido, um esforço científico do Departamento de Economia da UFPI de maneira que direcione estudos para maior entendimento das peculiaridades econômicas regionais do Piauí, apontando soluções para o desenvolvimento econômico e social, balizado em ações eficientes, sustentáveis e de maior efeito para os ganhos da sociedade. Um trabalho que vem sendo feito historicamente e que ganha maior expressão a cada dia, com busca de qualificação do corpo docente e desenvolvimento de projeto para o início da pós-graduação em economia regional.

Durante a construção da proposta, houve aproximação com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), localizada no Litoral do Piauí. As articulações mais próximas com o Departamento de Ciências Econômicas da referida instituição, permitiram a autorização, já formalizada com aprovação em Assembleia Departamental, para o Prof. Fabio Junior Clemente Gama (UFDPAr) fazer parte da proposta como docente permanente do Programa de Mestrado em Economia da UFPI. Nesse sentido, espera-se ampliação das parcerias com a referida

instituição de modo a contribuir com o ensino e pesquisas associadas a economia da região norte do Estado, que tem um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento de dissertações, como produção de leite e derivados, produção em fruticultura, pesca, turismo com belas praias, ambientes exóticos (Barra Grande), morro da Mariana com artesanato em rendas, porto das barcas com museu do mar, portos dos Tatus e único Delta em mar aberto das américas. Há, ainda, um porto em construção.

O desenvolvimento do programa deve envolver parcerias com a mesorregião sudoeste do Piauí, onde há o Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus-PI, em que há força na produção do agronegócio. Há na mesma região, em São Raimundo Nonato-PI, o museu da Natureza no Parque Nacional da Serra da Capivara, em que revela indícios do surgimento do homem americano. Além disso, na mesorregião do sudeste do Piauí existe tradição na produção de mel, caju e outros derivados. Também merece destaque o avanço das energias renováveis no estado, em especial na região Sudeste do Piauí.

Há previsão de apoio da FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí), que é fundação de apoio a pesquisa do Governo do Estado do Piauí, podendo contribuir com bolsas de estudo e já existe parcerias com a SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Além disso, a FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação) deve contribuir com demanda e financiamento de pesquisas associadas ao Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

Existem diálogos e aproximações com a Universidade de Brasília (UNB) e Universidade de São Paulo (USP), especificamente, com seu núcleo de economia Regional (NEREUS). Deve-se buscar ampliar as aproximações e parcerias para fortalecer o Programa da UFPI.

Importante destacar a existência - desde 1997 - da revista científica INFORME ECONÔMICO (UFPI), que figura no Qualis CAPES como B4 no quadriênio 2017-2020. Desde 2018 funciona no formato exclusivamente eletrônico, com publicações de pesquisadore(a)s de todo o Brasil e do exterior.

DETALHAMENTO DO CURSO

Nível: Acadêmico

Nome: Mestrado em Economia

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Linhas de pesquisa: 2

Disciplinas: 3 obrigatórias e 3 optativas

Docentes permanentes: 8

Docentes colaboradores: 3

Periodicidade da seleção: Anual

Duração mínima: 12 meses

Duração máxima: 30 meses

Quadro 2 - Dados gerais da proposta de Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Item	Periodicidade/Temporalidade
Regime letivo	Semestral
Carga horária total do curso	540 horas
Número máximo de períodos	5 períodos
Número ideal de períodos	4 períodos
Número mínimo de períodos	2 períodos
Carga horária máxima/semestre	1.000 horas
Carga horária mínima/semestre	15 horas

1.7 Objetivos

O Programa de Pós-Graduação em Economia possui os seguintes objetivos:

- i. Propiciar a ampliação dos conhecimentos nos fundamentos econômicos e históricos do desenvolvimento, articulando as aplicações práticas do desenvolvimento de forma inclusiva e sustentável.

- ii. Construir suporte teórico-metodológico e epistemológico para tomada de decisões na formulação de planos e projetos de desenvolvimento.
- iii. Desenvolver capacidades de planejamento e de avaliação de políticas econômicas de desenvolvimento.
- iv. Possibilitar a avaliação dos cenários econômicos internacionais e nacionais nas estratégias de desenvolvimento regional e local.
- v. Desenvolver habilidades e estratégias para o exercício do tripé ensino, pesquisa e extensão do magistério superior diante das grandes transformações internacionais.

1.8 Perfil do Mestre em Economia

O estilo de desenvolvimento econômico percorrido historicamente pelo Brasil tem reafirmado as disparidades sociais e desigualdades inter e intrarregionais, considerando as dificuldades internas geradas por um ambiente econômico e não-econômico internacional, que exige a constante reflexão teórica e ações na busca do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Curso de Mestrado em Economia formará recursos humanos para atuar, dentro de padrões de excelência, nos quadros das diversas instituições vinculadas a análise do desenvolvimento econômico regional e da avaliação de políticas públicas produtivas e tecnológicas no âmbito das dinâmicas locais, regionais, inter-regionais e internacionais e suas interações com a inovação, a sustentabilidade, a cultura, a criatividade, o trabalho, a educação, e rurais-urbanas.

A estrutura curricular incorpora uma visão teórica nas áreas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia, visão história do processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro no contexto da inserção internacional e ação do Estado. Além das aplicações de práticas modernas de estratégias de desenvolvimento voltadas para transformação produtiva com equidade e sustentabilidade. Agrega-se a essa estrutura as atividades complementares de seminários sobre as temáticas de pesquisa e acompanhamento da formação do futuro mestre.

O Mestre em Economia contribuirá com sua capacidade analítica para implementação de ações voltadas para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do Brasil e da

região do Nordeste especialmente no processo de alavancagem do crescimento e desenvolvimento no estado do Piauí.

Amplo conhecimento teórico-metodológico sobre desenvolvimento econômico e dos instrumentos aplicados à análise das políticas econômicas voltada para estratégias de desenvolvimento. Capacidade de atuar no sistema econômico e suas inter-relações sociais e ambientais por meio da identificação de pontos de estrangulamentos e equacionar soluções estratégicas e operacionais para crescer e desenvolver o Brasil, de forma especial a Região Nordeste e o estado do Piauí.

Analista de projetos e planos de desenvolvimento nacional, regionais e municipais que exigem sólida formação teórica para operacionalizar as ações que articulem a participação social e o consenso social.

Os procedimentos metodológicos utilizados propiciarão uma formação teórica e prática sobre as temáticas propostas nas linhas de pesquisa. As estratégias de ensino estarão indicadas nos programas específicos de cada disciplina, tendo com parâmetros: a articulação orgânica entre teoria e prática; assimilação de novos conhecimentos para as múltiplas situações da prática profissional; e desenvolvimento de habilidades e atitudes já adquiridas como suporte para criação e recriação desses novos conhecimentos.

1.9 Área de concentração e linhas de pesquisa

1.9.1 Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico

A área de concentração de Economia e Desenvolvimento Econômico contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e temáticas de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada. Objetiva a formação acadêmica de excelência, sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem de maneira independente sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil, na Região Nordeste e no estado do Piauí considerando os desafios e oportunidades globais contemporâneos.

1.9.2 Linhas de pesquisa

1.9.2.1 Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Nessa linha serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

As cinco disciplinas que devem ser ofertadas na EADes são: Avaliação de políticas públicas (docente: Caio Matteucci Andrade Lopes), Análise Multivariada (docente: Edvane de Sousa Lima), Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama), Economia Regional (Francisco Prancacio Araújo de Carvalho) e Séries Temporais (docente: Thiberio Mota Da Silva).

1.9.2.2 Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco)

Esta linha de pesquisa tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

As seis disciplinas que devem ser ofertadas na DSE são: Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho), Economia da Educação (docente: Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira), Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva), Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes), Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas), além de Economia Rural e do Desenvolvimento (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes).

1.10 Estrutura curricular

Como proposta, o curso de Mestrado em Economia da UFPI deve ser desenvolvido idealmente em 2 anos, distribuídos semestralmente (Quadro 3).

Quadro 3 - Fluxo curricular do Programa de Pós-graduação em Economia (UFPI) - 2023

Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV
Macroeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa I 4.0.0 - 60 h/a	Elaboração da Dissertação 0.0.0 - 0 h/a	Elaboração da Dissertação 6.0.0 - 90 h/a
Microeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa II 4.0.0 - 60 h/a	Atividade Programada 2.0.0 - 30 h/a	
Métodos Quantitativos em Economia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa III 4.0.0 - 60 h/a	Estágio de Docência 0.0.0 - 0h/a	
	Seminário de dissertação 1.0.0 - 15 h/a	Qualificação 0.0.0 - 0 h/a	
12 créditos	13 créditos	2 créditos	6 créditos

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam:

- i) Disciplinas obrigatórias
 - a. Macroeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Microeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Métodos Quantitativos em Economia (4.0.0 - 60 h/a);
- ii) Disciplinas optativas:
 - a. Optativa I (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - d. Optativa III (4.0.0 - 60 h/a);

- iii) Seminário de dissertação (1.0.0 - 15 h/a);
- iv) Atividade Programada (2.0.0 - 30 h/a);
- v) Estágio de Docência (0.0.0 - 0h/a);
- vi) Qualificação (0.0.0 - 0 h/a);
- vii) Elaboração da Dissertação (6.0.0 - 90 h/a).

Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

As disciplinas obrigatórias (Semestre I) são: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia - devem direcionar o foco na formação de base da Teoria Econômica e Métodos.

Além disso, devem ser cursados, no Semestre II, mais 3 disciplinas optativas, acompanhadas do Seminário de Dissertação. Nesse Semestre II, as disciplinas devem guiar a formação direcionada ao desenvolvimento das dissertações e estão associadas ao perfil das atividades acadêmicas dos docentes, especialmente em pesquisa.

Já no semestre III devem ser cumpridas a Elaboração da dissertação, a Atividade programada I (orientar o desenvolvimento de artigos acadêmicos para apresentação em eventos científicos e publicação em revistas científicas), Estágio de docência e Qualificação da dissertação.

No semestre IV, deve ser concluída a Dissertação, de vínculo final na Elaboração da Dissertação.

Deve-se considerar que:

- O orientador deve ser indicado até o início do segundo semestre, incluindo proposta de dissertação. Dever ser apresentado documento com a indicação do tema de pesquisa desejado, associado às linhas de pesquisa do corpo docente e indicação do nome de um possível professor(a) orientador(a);
- Ofertar 4 optativas no Semestre II, sendo duas na linha 1 e duas na linha 2;
- No semestre III serão ofertadas as disciplinas de créditos obrigatórias novamente;
- A qualificação deverá ser feita no início do Semestre III.

Para consecução da proposta, o referido Programa de Pós-Graduação em Economia deverá disponibilizar uma oferta estruturada em 15 disciplinas, das quais, 3 obrigatórias, 5 optativas na linha de Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e 7 optativas na linha Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco). Para cada docente deverá ocorrer a oferta da Atividade Programada junto ao seu orientando. Além disso, serão eventualmente ofertadas mais duas disciplinas de Tópicos Especiais em Economia para contemplar demandas de outros conteúdos relevantes não descritos diretamente na proposta (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Cód.	Disciplina	Docente	Crédito	CH (h/a)	Tipo (*)
-	Macroeconomia	Samuel Costa Filho	4.0.0	60	Obrigatória
-	Microeconomia	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Obrigatória
-	Métodos Quant. em Economia	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Obrigatória
-	Avaliação Políticas Públicas	Caio Matteucci de Andrade Lopes	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Análise Multivariada	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Econometria Espacial	Fabio Junior Clemente Gama	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Regional	Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Séries Temporais	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Piauiense	João Soares da Silva Filho	4.0.0	60	Optativa – Linha DSEco
-	Economia da Educação	Romina J. Sanchez Paradizo de Oliveira	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Inovação e Desenvolvimento Econômico	Fernanda Rocha Veras e Silva	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Social e do Trabalho	Juliano Vargas	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Rural e do Desenvolvimento	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Tópicos especiais em Economia I	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Tópicos especiais em economia II	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Atividade Programada	Todos os professores	2.0.0	30	Atividade Programada
-	Estágio de Docência	Todos os professores	0.0.0	00	Estágio Docência
-	Seminário de Dissertação	Todos os professores	1.0.0	15	Seminário
-	Elaboração da Dissertação	Todos os professores	6.0.0	90	Dissertação

(*) **Nota:** Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco).

1.11 Ementário e referências bibliográficas

1.11.1 Disciplinas obrigatórias

1.11.1.1 Macroeconomia (docente: Samuel Costa Filho)

Ementa: Introdução. Teoria Keynesiana Tradicional. Modelo Novo Clássico. Modelo Ciclo Reais de Negócios. Modelo Novo-Keynesiano. Novo-Consenso Macroeconômico. Escola Pós-Keynesiana. Crescimento econômico: fatos estilizados sobre flutuações, modelos de Solow, Ramsey e gerações justapostas e crescimento endógeno. Rigidez nominal: os microfundamentos para ajustes nominais de preços e salários.

Referencial bibliográfico:

AGHION, Phillippe; HOWITT, Peter. **The Economics of Growth**. Massachusetts: MIT Press; 2009.

BARRO, Robert; GORDON, David. Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy, **Journal of Monetary Economics**, 12:101-121, 1983.

BARRO, Robert.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 2003.

BLANCHARD, Olivier. Output, the Stock Market, and Interest Rates. **American Economic Review**, 71:132-143. 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. O Modelo Harrod-Domar e a Substitutibilidade de Fatores. **Estudos Econômicos**, 5 (3), p. 7-36, 1975.

CANOVA, Fábio. **Methods for Applied Macroeconomic Research**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

CARVALHO, Fernando. **Keynes e os Pós-Keynesianos**: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

DEJONG, David; DAVE, Chetan. **Structural Macroeconometrics**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger. Expectations and Exchange Rate Dynamics. **Journal of Political Economy**, 84:1161-1176. 1976.

FISCHER, Stanley. Long Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimum Money Supply Rule. **Journal of Political Economy**, 85:191-205 1977

FRIEDMAN, Milton. A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability. **The American Economic Review**, Vol.38, Jan 1948, p. 245-264.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. **The American Economic Review**, March 1968.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia**: teoria e aplicação. São Paulo: Saraiva, 2011.

HICKS, John. Keynes and the Classics. **Econometrica**, Abril 1937.

KEYNES, John. **A Teoria Geral do emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LUCAS, Robert. Expectations and Neutrality of Money. **Journal of Economic Theory**, 4 abril, 1972.

MACEDO E SILVA, Antônio. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Vozes; Campinas: SP FECAMP, 1999.

MANKIW, Nicholas; ROMER, David; WEIL, David. Contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, 1992.

MANKIW, Nicholas. Recent Development in Macroeconomics: A very Quick Refresher Course. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 20, n 3, 1988, part 2.

MODENESI, André. **Regimes Monetários: teoria e a experiencia do Real**. Barueri: Manole 2005.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PHELPS, Edmund. **Some Schools of Macroeconomic Thought**. Claredon Press-Oxford, 1992.

ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. Boston: McGraw-Hill Education, 2019.

SARGENT, Thomas; LJUNGQVIST, Lars. **Recursive Macroeconomic Theory**. Massachusetts, MIT Press: 2000.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard. **Modern macroeconomics: its origins, Development and current state**. Camberley Surrey: Edward Elgar, 2005.

SOLOW, Robert. Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, no. 1, 1956 .

TURNOVSKY, Stephen; MILLER, Marcus. The Effects of Government Expenditure on the Term Structure of Interest Rates. **Journal of Money, Credit, and Banking**. 16:16-33. 1984.

WOODFORD, Michael. **Interest and Price: Foundation of a Theory of Monetary Policy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

1.11.1.2 Microeconomia (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Teoria do consumidor. Teoria da firma. Mercados, equilíbrio geral e bem-estar: concorrência pura, equilíbrio geral Walrasiano, eficiência de Pareto, Teoremas Fundamentais do Bem-estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita, externalidade, bens públicos e assimetria de informação. Críticas à teoria neoclássica da firma, dos mercados e dos preços. Barreiras à entrada e Capacidade Produtiva Excedente. Formas de concorrência e dinâmica da grande empresa oligopolista. Estratégia de diversificação produtiva e estratégias tecnológicas.

Referencial bibliográfico:

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 235-251.

BUCHANAN, James M.; STUBBLEBINE, William C. Externality. In: **Classic papers in natural resource economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1962. p. 138-154.

JEHLE, Geoffrey Alexander. **Advanced microeconomic theory**. Pearson Education India, 2001.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREPS, David M. **A course in microeconomic theory**. Princeton university press, 2020.

KREPS, David M. **Microeconomic foundations I: choice and competitive markets**. Princeton university press, 2013.

KREPS, David M. **Microeconomic Foundations II: Imperfect Competition, Information, and Strategic Interaction**. Princeton University Press, 2023.

FRIEDMAN, Lee S. **The microeconomics of public policy analysis**. Princeton University Press, 2002.

MAS-COLELL, Andreu et al. **Microeconomic theory**. New York: Oxford university press, 1995.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Microeconomic theory: Basic principles and extensions**. Cengage Learning, 2012.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Intermediate microeconomics and its application**. Cengage Learning, 2021.

OSBORNE, Martin; RUBINSTEIN, Ariel. Models in Microeconomic Theory: Expanded Second Edition (He). 2023.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ROTHSCHILD, Michael; STIGLITZ, Joseph. Equilibrium in competitive insurance markets: An essay on the economics of imperfect information. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 257-280.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

SRAFFA, Piero. The Laws of Returns under Competitive Conditions. **The Economic Journal**, v.36, n.144, 1926, p. 535-550.

STEINDL, Josef. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SYLOS-LABINI, Paolo. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARIAN, Hal R. **Microeconomic analysis**. New York: Norton, 1992.

WANG, Susheng et al. **Microeconomic theory**. Springer Singapore, 2018.

1.11.1.3 Métodos Quantitativos em Economia (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Correlação *versus* Causalidade; Esperança Condicional; Modelo de Projeção Linear Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). Propriedades em Amostras Finitas. Teoria Assintótica. Matriz de Covariância Assintótica Máxima Verossimilhança. Testes de Hipóteses (LR, LM e Wald). Previsão *versus* Causalidade. Variáveis Instrumentais e Mínimos Quadrados em Dois Estágios. Equações Simultâneas.

Referencial bibliográfico:

BAKLOUTI, Nedra; BOUJELBENE, Younes. A simultaneous equation model of economic growth and shadow economy: Is there a difference between the developed and developing countries? **Economic Change and Restructuring**, v. 53, p. 151-170, 2020.

BOLDRINI, José Luiz *et al.* **Álgebra linear**. Harper & Row, 1980.

CASELLA, George; BERGER, Roger L. **Inferência estatística**. Cengage Learning, 2010.

CASELLI, Francesca; REYNAUD, Julien. Do fiscal rules cause better fiscal balances? A new instrumental variable strategy. **European Journal of Political Economy**, v. 63, p. 101873, 2020.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. New York: Oxford University Press, 2004.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

HANSEN, Bruce. **Probability and Statistics for Economists**. Princeton University Press, 2022.

HOGG, Robert V. *et al.* **Introduction to mathematical statistics**. Pearson Education India, 2013.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric methods**. 4th Edition. McGraw-Hill International Editions. Singapore: McGraw-Hill, 1996.

LARSON, Harold J. **Introduction to probability theory and statistical inference**. 3rd. Edition. Wiley series in probability and mathematical statistics. New York: Wiley, 1982.

MAGNUS, Jan R.; NEUDECKER, Heinz. **Matrix differential calculus with applications in statistics and econometrics**. John Wiley & Sons, 2019.

NGUYEN, Thuy Dieu. Does firm growth increase corruption? Evidence from an instrumental variable approach. **Small Business Economics**, v. 55, n. 1, p. 237-256, 2020.

SPANOS, Aris. **Statistical foundations of econometric modelling**. New York: Cambridge University Press, 1986.

TRIPATHI, Janhavi Shankar. Trade-growth nexus: A study of G20 countries using simultaneous equations model with dynamic policy simulations. **Journal of Policy Modeling**, v. 45, n. 4, p. 806-816, 2023.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2 Disciplinas Optativas

1.11.2.1 Avaliação de Políticas Públicas (docente: Caio Matteucci de Andrade Lopes)

Ementa: Métodos de dados em painel. Regressão e inferência em regressão: modelos estruturais. Modelo de resultados potenciais e contrafactual. Aleatorização. Quase-experimentos: pareamento, diferenças em diferenças, Controle Sintético, Variável Instrumental e regressão descontínua.

Referencial bibliográfico:

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493-505, 2010.

ALMOND, Douglas; DOYLE JR, Joseph J. After midnight: A regression discontinuity design in length of postpartum hospital stays. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 3, n. 3, p. 1-34, 2011.

ANGRIST, Joshua D.; IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. Identification of causal effects using instrumental variables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 444-455, 1996.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mastering'metrics: The path from cause to effect**. Princeton university press, 2014.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton university press, 2009.

BEST, Henning; WOLF, Christof (Ed.). **The SAGE handbook of regression analysis and causal inference**. Sage, 2013.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.

CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale university press, 2021.

GOODMAN-BACON, Andrew. Difference-in-differences with variation in treatment timing. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 254-277, 2021.

HUNTINGTON-KLEIN, Nick. **The effect: An introduction to research design and causality**. CRC Press, 2021.

IMBENS, Guido W.; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Recent developments in the econometrics of program evaluation. **Journal of economic literature**, v. 47, n. 1, p. 5-86, 2009.

LEVITT, Steven D.; LIST, John A. Field experiments in economics: The past, the present, and the future. **European Economic Review**, v. 53, n. 1, p. 1-18, 2009.

RAVALLION, Martin. The mystery of the vanishing benefits: An introduction to impact evaluation. **the world bank economic review**, v. 15, n. 1, p. 115-140, 2001.

SUN, Liyang; ABRAHAM, Sarah. Estimating dynamic treatment effects in event studies with heterogeneous treatment effects. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 175-199, 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2.2 Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Introdução à Análise Multivariada. Análise de agrupamentos. Análise de componentes principais. Análise fatorial. Análise de discriminante. Análise de correspondência. Análise de correlações canônicas.

Referencial bibliográfico:

ANDERSON, Theodore. Wilbur. **An Introduction to Multivariate Statistical Analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

BUSSAB, Wilton. Oliveira; MIAZAKI, Edina. Shizue; ANDRADE, Dalton. Francisco. de. **Introdução à análise de agrupamentos**. ABE/IME-USP, São Paulo, 1990.

DE ALMEIDA, Línika V. F., KAMEYA, Leonardo C., CORREA, Jovane M.; ALMEIDA, Aleska K.; ALMEIDA, Isabel K. Multivariate analysis of factors influencing the peak flow and runoff volume in the Cerrado and Atlantic Forest biomes in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 193, n. 678, p. 1-15, 2021.

DILLON, William. R.; GOLDSTEIN, Matthew. **Multivariate analysis**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

EVERITT, Brian; LEESE, Sabine. Landau. Morven; STAHL, Daniel. **Cluster Analysis**. 5th ed. Wiley, King's College London, UK, 2011.

GEZER, Issac; CARDOSO, Sâmela P. Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: Uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos **Revista de Globalización, Competitividad Y Gobernabilidad**, v. 9, n. 2, p. 43-60, Mayo-Agosto 2015.

GOLDSTEIN, H. **Multilevel statistical models**. London: Arnold, 2011.

GREENACRE, Michael. **Theory and Applications of Correspondence Analysis**. New York: Academic Press, 1984.

JOHNSON, Richard. Arnold; WICHERN, Dean. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1998.

KAUFMAN, Leonardo; ROUSSEEUW, Peter. J. **Finding groups in data: an introduction to cluster analysis**. New York: John Wiley, 1990.

KHATTREE, Ravindra.; NAIK, Dayanand. N. **Multivariate data reduction and discrimination**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2000.

HAVRYLKO YE. V.; KURCHENKO O. A.; TERESHCHENKO A. I., **The method of multivariate statistical analysis of the time multivariate critical quality attributes of. n. 1**, p. 167-177, 2019.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAERZ, Norberto. H.; ZHOU, Wei. **Multivariate analysis of bore hole discontinuity data**. Rock Mechanics for Industry, Proceedings of the 37th US Rock Mechanics Symposium, Vail Colorado, June 6-9, 1999, v. 1, p. 431-438.

MANLY, Bryan. Frederick. John. **Métodos estatísticos multivariados: uma introdução**. Tradução: Sara Ianda Correa Carmona. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARDIA, Kantilal. Varichand.; KENT, John. T; BIBBY, John. M. **Multivariate analysis**. London: Academic, 1979.

MINGOTI, Sueli. Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MORRISON, Donald. F. **Multivariate Statistical Methods**. McGraw-Hill, 1976.

PLA, Laura. E. **Analysis multivariado: Método de componentes principales**. Washington: Secretaria General de la Organización de Los Estados Americanos, D. C. 1986.

POERSCHKE, Rafael P.; MOREIRA JUNIOR, Fernando J. **Análise multivariada de dados socioeconômicos: um retrato da modernização agropecuária nos COREDEs do Rio Grande do Sul. Ciência e Natura**, v. 42, e13, p. 1-31, 2020.

REGAZZI, Adair José; CRUZ, Cosme Damião. **Análise multivariada aplicada**. Viçosa: Editora UFV, 2020.

SHARMA, Subhash. **Applied Multivariate Techniques**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

TRIKALINOS, Thomas A.; HOAGLIN, David C.; SCHMID, Christopher H. **Empirical and Simulation-Based Comparison of Univariate and Multivariate Meta-Analysis for Binary Outcomes. Methods Research Report**. AHRQ Publication No. 13-EHC066-EF. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality, 2013.

1.11.2.3 Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama)

Ementa: Introdução: Econometria Espacial vs Econometria Clássica. Dependência espacial. Dados espaciais. Matriz de pesos espaciais. Análise Exploratória de Dados Espaciais. Modelos de econometria espacial: especificação, estimação e avaliação. Modelos Espaciais com dados em painel. Regressão Geograficamente Ponderada. Modelo Diferenças-em-Diferenças no Espaço. Aplicações com modelos espaciais. Impacto heterogêneo da incerteza sobre o desempenho econômico das microrregiões brasileiras: análise espacial a partir do modelo RGP e efeitos espaciais da incerteza no sentido pós-keynesiano sobre o padrão de desempenho econômico das microrregiões brasileiras.

Referencial bibliográfico:

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria Espacial Aplicada**. Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, Luc. **Spatial econometrics: methods and models**. Boston; Kluwer Academic, 1988.

ANSELIN, Luc; BERA, Anil. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. **In:** Ullah A. and Giles D. E. (Eds.) *Handbook of Applied Economic Statistics*, Marcel Dekker, New York, p. 237-289, 1998.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing panel data regression models with spatial error correlation. **Journal of Econometrics**, v. 117, p. 123-150, 2003.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing for serial correlation, spatial autocorrelation and random effects using panel data. **Journal of Econometrics**, v. 140, p. 5-51, 2007.

DUBÉ, Jean; LEGROS, Diègo; THÉRIAULT, Marius; DES ROSIERS, François. A spatial Difference-in-Differences estimator to evaluate the effect of change in public mass transit systems on house prices. **Transportation Research Part B**, v. 64, p. 24-40, 2014.

ELHORST, J. Paul. Applied Spatial Econometrics: Raising the Bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

ELHORST, J. Paul. Specification and estimation of spatial panel data models. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 3, p. 244-268, 2003.

GOLGHER, André. **Introdução à Econometria Espacial**. Jundiaí: Paco, 2015.

GREENE, William. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

HALLECK VEGA; Elhorst, J. Paul. The SLX model. **Journal of Regional Science**, v. 55, p. 339-363, 2015.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial model. **International Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 509-533, 1999.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. Generalized spatial two-stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances. **Journal of Real Estate Finance and Economics**, v. 17, p. 99-121, 1998.

LESAGE, James; FISCHER, Manfred. Spatial growth regressions: model specification, estimation and interpretation. **Spatial Economic Analysis**, v. 3, n. 3, p. 275-304, 2008.

1.11.2.4 Economia Regional (docente: Francisco Prancacio Araújo de Carvalho)

Ementa: Teorias e evolução da economia regional: espaço, região e problema regional, teoria do crescimento regional e suas novas abordagens. Introdução aos métodos de análise regional: medidas na análise regional, insumo-produto e outros métodos estatísticos e econométricos de sua visão clássica à análise espacial. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

ABLAS, Luiz A. **A teoria do lugar central:** bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada.** Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, L. e Bera, A. 1998. **Spatial Dependence in Linear Regression Models with an Introduction to Spatial Econometrics.** In: A. Ulah e D. Gles, Eds., Handbook of Applied Economic Statistics. Marcel Dekker, 1998.

BARNES, Trevor J; CHRISTOPHERS, Brett. **Economic geography:** a critical introduction. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCIEC, 1996.

CRUZ, B. de O. et al. **Economia regional e urbana:** teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MILLER, R. E; BLAIR, P.D. **Input-Output Analysis:** Foundations and Extensions. Prentice-Hall, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968

GUILHOTO, J.J.M. **Input-Output Analysis:** Theory and Foundations. MPRA Paper, 2011.

HADDAD, E. A. Notas sobre a teoria da localização. Nereus - Economia Regional e Urbana, São Paulo, 2005

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HADDAD, E. A.; GONÇALVES JUNIOR, C. A.; NASCIMENTO, T. O. Interstate Input-Output Matrix for Brazil: An Application of the IIOAS Method. Working paper series, Department of Economics, FEA-USP, São Paulo, 20 set. 2017.

ISARD, W. et al. **Methods of Interregional and Regional Analysis**. Aldershot: Ashgate, 1998.

KRUGMAN, P. **Development, Geography and Economic Theory**. The MIT Press, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Livros, 2013 (1974).

LIMA, A. C. D. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão da UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 358, 2009.

PARNREITER, Christof. **Geografía económica: una introducción contemporánea**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

PIKE, Andy; TOMANEY, John; RODRIGUEZ-POSE, Andrés. **Local and regional development**. Routledge, 2006

PORSSE, A. A.; PEIXOTO, F. C.; PALERMO, P. U. Matriz de Insumo-Produto Inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil 2003: metodologia e resultados. In: 4º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 20-30 maio 2008.

PORSSE, A.; HADDAD, E. A.; RIBEIRO, E. P. Estimando uma matriz de insumo-produto inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil. TD - Nereus, São Paulo, 02 setembro 2003.

SCOTT, Allen J. **Economic geography: the great half-century**. Cambridge Journal of Economics, v. 24, n. 4, p. 483-504, 2000.

SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

SOUZA, N. D. J. D. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

1.11.2.5 Séries Temporais (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Introdução aos Modelos para Séries Temporais: Definições, Interpretação e Identificação. Propriedades Dinâmicas: Estacionariedade, Processos não estacionários, etc. Modelos Univariados - ARMA, ARCH, GARCH e EGARCH; O método generalizado dos momentos (GMM); Modelos multivariados - VAR; Raiz unitária em processos univariados; Raiz unitária em processos multivariados; Cointegração. Quebras estruturais e Mudança de regime. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

BIANCHI, Javier; SOSA-PADILLA, César. **Reserve accumulation, macroeconomic stabilization, and sovereign risk**. New York: National Bureau of Economic Research, 2020.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CAETANO, Sidney; SILVA, Nelson da; MOURA, Guilherme. Persistência e Volatilidade do Gap da Inflação. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 851-877, 2023.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence (Eds.). **Macroeconometrics and time series analysis**. New York: Springer, 2016.

ENDERS, Walter. **Applied econometric time series**. New York: John Wiley & Sons, 2008.

GRANGER, Clive William John; NEWBOLD, Paul. **Forecasting economic time series**. New York: Academic Press, 2014.

HAMILTON, James D. **Time series analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

HARVEY, Andrew C. **The econometric analysis of time series**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JOHANSEN, Søren; MOSCONI, Rocco; NIELSEN, Bent. Cointegration analysis in the presence of structural breaks in the deterministic trend. **The Econometrics Journal**, v. 3, n. 2, p. 216-249, 2000.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; GODOI, Lucas Gonçalves; PRINCE, Diogo de. Repasse Cambial na Economia Brasileira: estimação a partir do modelo VCEE. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 43-81, 2022.

MADDALA, Gangadharrao S.; KIM, In-Moo. Unit roots, cointegration, and structural New York: Change. 1998.

PERRON, Pierre. The great crash, the oil price shock, and the unit root hypothesis. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 1361-1401, 1989.

ROSSI, Barbara. Identifying and estimating the effects of unconventional monetary policy: How to do it and what have we learned? **The Econometrics Journal**, v. 24, n. 1, p. C1-C32, 2021.

CAVICCHIOLI, Maddalena. Impulse response function analysis for Markov switching var models. **Economics Letters**, v. 232, p. 111357, 2023.

1.11.2.6 Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho)

Ementa: Aspectos históricos (ocupação e povoamento). Formação da economia piauiense. Economia do gado; acoplamentos à economia nacional e internacional produtiva. Modernização econômica, transição do trabalho; integração regional e nacional. A questão do semiárido e do Cerrado e os limitadores do crescimento econômico estadual.

Referencial bibliográfico:

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí Escravista (séc. XVII - séc. XIX).** Teresina-PI, EDUFPI, 2016.

CEPRO. Equipe técnica. **Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí.** Teresina: CEPRO, 1979.

DOMINGOS NETO, Manuel. O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, nº 4, out./dez 96, p. 387-449.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: PMT, 2003.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, T. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo.** Teresina: EDUFPI, 1993.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas.** Teresina: FUNDABI, 1995.

RAMOS, Pádua. **Psicologia do aboio: denúncia contra a satelitização do Piauí.** Contribuição para o equacionamento. Fortaleza: Instituto Pádua Ramos, 2011.

REIS VELLOSO, João Paulo. **O Vale da decisão: o Piauí é rico – em grandes oportunidades.** Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013.

1.11.2.7 Economia da Educação (Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira)

Ementa: Relações entre a economia e educação. Principais teorias explicativas. Teoria do capital humano e suas derivações. A visão econômica sobre qualificação e competência. O retorno social e econômico da educação. Trabalho, educação e formação profissional. Bases de dados e indicadores educacionais. Problemática da educação no Brasil e suas implicações econômico-sociais. A ação da economia e as transformações na educação. Financiamento, subfinanciamento e desfinanciamento da educação pública e privada no Brasil. Educação e desenvolvimento regional.

Referencial bibliográfico:

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Retorno da educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 38, n. 1, p. 97-126, abr. 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3667/1/PPE_v38_n01_Retorno.pdf>.

BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação.** Rio de Janeiro: Globo, 1975

CASTRO, Jorge Abrahão de; BARRETO, Angela Rabelo e CORBUCCI, Paulo Roberto. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão**. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000, 31 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Dilemas para o financiamento da educação. In: CUNHA, DA. C.; GADOTTI, M.; BORDIGNON, G.; NOGUEIRA, F (Org.). **O Sistema Nacional de Educação, diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 178 – 196.

CLARK, Damon.; MATORELL, Paco. The signaling value of a high school diploma. **Journal of Political Economy**, vol. 122, n.2, pp. 282-318, 2014

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

GLEWWE, Paul.; KREMER, Michael. Schools, teachers, and education outcomes in developing countries. **Handbook of the Economics of Education**. Elsevier, v. 2, p. 945–1017, 2006

KING, Roger; MARGINSON, Simon; NAIDOO, Rajani. **Handbook on globalization and higher education**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. **Educação e distribuição de renda**. 1991. Disponível em: <

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/534/150_000054866.pdf?sequence=1>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

LIMONTI, Rogério Machado; PERES, Ursula Dias; CALDAS, Eduardo Lima de. **Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi**. Revista de Administração Pública, v. 48, n.2, p. 389–409, 2014.

NEAMTU, Daniela-Mihaela. **Education and economic development**. A Social and statistical analysis. Palgrave Macmillan Cham, 2023.

PERES, Ursula Dias. **Financiamento e políticas públicas educacionais: perspectiva normativa, dilemas e mudanças recentes**. Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 65-101, 2016

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo prazo**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 3, n. 1, 2010

SCHULTZ, Theodore William. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Zahar Editores, 1973.

1.11.2.8 Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva)

Ementa: Inovação, instituições e desenvolvimento econômico. Determinantes da inovação, paradigmas e trajetórias tecnológicas. Fundamentos da teoria evolucionária. Conhecimento e aprendizado tecnológico. Regime e padrão setorial de inovação. Sistemas de inovação nacionais, regionais e locais. Tecnologias Sociais. Tópicos emergentes em inovação.

Referencial bibliográfico:

BRESCHI, Stefano; MALERBA, Franco; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Schumpeterian Patterns of Innovation. **The Economic Journal**, April, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de Inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, jan./mar., 2005.

COOK, Philip; MORGAN, Kevin. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____; URANGA, Mikel Gomez; ETXEBARRIA, Goio. Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, v.26, p.475-491, 1997.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 1982.

_____; FREEMAN, Christopher; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, p.1-45, 1994.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. (Ed.) **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2006.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. **Ciclos e Crises no Capitalismo Global: das Revoluções Industriais à Revolução da Informação**. Edições Afrontamento, 2001.

_____. The Determinants of Innovation: Market demand, technology, and the response to social problems. **Business Press**, June, 1979.

_____; SOETE, Luc. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

HALL, Bronwyn H.; ROSENBERG, Nathan (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Elsevier, 2010.

LAM, Alice. Tacit knowledge, organizational learning and innovation: a societal perspective. **Druid working paper** n.98-22, Out., 1998.

LUNDVALL, Bengt-Ake. National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. **Pinter Publishers**. London, 1992.

_____. The origins of the national innovation system concept and its usefulness in the era of the globalizing economy. **13th Globelics Conference**, 2015.

MALERBA, Franco. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, jul., 1992.

_____; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Firms Behavior. **Industrial and Corporate Change**, v.2, n.1, 1993.

_____; MANI, Sunil (Ed.) **Sectoral Systems of Innovation and Production in Developing Countries: Actors, Structure and Evolution**. Edward Elgar Publishing, 2009.

METCALFE, J. Stan. **Evolutionary Economics and Creative Destruction: The Graz Schumpeter Lectures**. London: Routledge, 1997.

NELSON, Richard. R.; WINTER, Sidney G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. National Innovation Systems: a Restrospective Study. **Industrial and Corporate Change**, v.1. n.2, 1992.

_____. The Co-evolution of Technology, Industrial Structure and Supporting Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, 1994.

PAVITT, Keith. Sectoral Patterns of Technical Change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, 13, 1982.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n.1, p. 185-202, 2010.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SENDIN, Paulo Varela; CARGANO, Doralice de F. (Org.) **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Economistas, 1985.

_____. **Business Cycles: a theoretical, Historical and Satatistical Analysis of the Capitalist Process**.v.1. New York: McGraw-Hill, 1923.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

VIOTTI, Eduardo B. National Learning Systems – a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea. **Technological Forecasting and Social Change**, 69, North-Holand, 2002.

1.11.2.9 Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Abordagens do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico e progresso social. Narrativas pós-crescimento para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento, políticas econômicas e instituições. Diferentes interpretações da ideia de sustentabilidade (economia ambiental neoclássica e a economia ecológica). Governança global e ambiental. Indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade.

Referencial bibliográfico:

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas. n. 23, jun 2001p. 261-286.

ANDRADE, D. C., ROMEIRO, A. R., SIMÕES, M. S. **Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground**. In Environmental Sustainability and Industries (pp. 461-482). Elsevier. 2022.

DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. **Ecological Economics**, v.2, p.1-6, 1990.

FURTADO. C. Economia do desenvolvimento. Rio de Janeiro. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

Gilberto Montibeller-Filho. **Crescimento econômico e sustentabilidade**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 81-89, jun. 2007.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: economics for a finite planet**. 1st Edition. London, UK:Earthscan, 2009.

MARGULIS, S. A. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. Texto para Discussão do IPEA, n. 437, IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

MUELLER, C. C. **Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Editora UnB. 2012.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), p. 65-92, 2012.

SOLOW, R. M. **Intergenerational equity and exhaustible resources**. Review of Economics Studies, v. 41, p. 28-45, 1978.

STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

WEISS, M., CATTANEO, C. Degrowth - Taking stock and reviewing an emerging academic paradigm. **Ecological Economics**, v. 137, p. 220-230, 2017

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2010

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra. 1998 (coleção leitura).

VEIGA, José Eli da. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2015

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1990. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). New York Oxford. Oxford University Press, 1990. (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>) (CHAPTER ONE).

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A . Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 3 ed. São Paulo, Nova cultural, 1988

Mahbub ul Haq .Reflections on Human Development . Oxford University. 1995. https://books.google.com.br/books?id=Cwyv2OtYdGQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 23.03.2017

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados 18 (51), São Paulo, p.7-22, 2004.

SOLOW, Robert M. The Economics of Resources or the Resources of Economics. Journal of Natural Resources Policy Research. Vol. 1, No. 1, 69–82, January 2009. p. 60-82

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica. Estudos Avançados 74. Dossiê Sustentabilidade. v. 26, nº 74, jan./abr. 2012, p.65-92.

VEIGA, José Eli da. Desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2013.

CHANG, H-J. Institutional and economic development: theory, policy and history. Journal of Institutional Economics, v. 7, n.4, p. 473-498, 2011.

YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. Business Systems Review, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

NATIONS UNITED SECRETARY AND GENERAL’S HIGH LEVEL PANEL ON GLOBAL SUSTAINABILITY. Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing. New York: United Nations, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2021). “Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo”. Texto para Discussão 554. FGV: São Paulo.

REINERT, Erik S. (2008). Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres Rio de Janeiro: Contraponto.

1.11.2.10 Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas)

Ementa: Conceitos, visões teóricas e instrumentos de análise da Economia Social e do Trabalho. Estrutura, formação e transformações do mercado de trabalho. População e força de trabalho. Trabalho, emprego, renda e formas de organização da produção. Nível e distribuição dos salários. Regulação laboral e instituições trabalhistas. Políticas Públicas e trabalho. Questões e aplicações contemporâneas relativas ao mundo do trabalho globalmente, na América Latina, no Brasil e no estado do Piauí.

Referencial bibliográfico:

ÁBRAMO, Laís. **Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina**. Serie Políticas Sociales, N.º 240 (LC/ TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BENDER, Mateus *et al.* (Orgs.). **O futuro do trabalho: perspectivas latino-americanas**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2022.

BIAVASCHI, Magda B; DROPPA, Alisson (Orgs.). **Terceirização e as reformas trabalhistas na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

BOERI, Tiro; OURS, Jan van. **The Economics of Imperfect Labor Markets**. 3. ed. Princeton: Princeton Economic Press, 2021.

BORJAS, George Jesus. **Economia do Trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CAHUC, Pierre; CARCILLO, Stéphane. ZYLBERBERG. André. **Labor Economics**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2014.

ENRENBURG, Ronald G.; SMITH, Robert S.; HALLOCK, Kevin F. **Modern Labor Economics: Theory and Public Policy**. 14 ed. New York: Routledge, 2023.

DELGADO, Gabriela N. (Orgs.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**. São Paulo: LTr, 2020.

TOKER, Dereli; SOYKUT-SARICA, Y. Pinar; ŞEN-TAŞBAŞI, Asli (Eds.). **Labor and Employment Relations in a Globalized World: New Perspectives on Work, Social Policy and Labor Market Implications**. New York: Springer, 2014.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? **Sociologia del Lavoro**. Diseguaglianze oggi: quanto conta ancora l'occupazione, n. 144, p. 55-84, 2016.

KON, Anita. **A Economia do Trabalho**. Qualificação e Segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KREIN, José Dari. **Trabalho e regulação em perspectiva comparada**. São Carlos: Edufscar, 2017.

LARSSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. **The Digital Transformation of Labor: Automation, The Gig Economy and Welfare**. New York: Routledge, 2020.

MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; PIRES, I. J. B. Trajetórias ocupacionais na Região Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 173–184, 2017.

MAURIZIO, R.; BECCARIA, L.; MONSALVO, A. Labour Formalization and Inequality: The Distributive Impact of Labour Formalization in Latin America since 2000. **Development and Change**, v. 53, Issue 1, p. 117-165, 2021.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2022.

MCCONNELL, Campbell R.; BRUE, Stanley L.; MACPHERSON, David A. **Contemporary Labor Economics**. New York: McGraw Hill LLC, 2020.

MORETTO, Amilton José; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, Tiago; PRONI, Marcelo Weishaupt. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

OLIVEIRA, Roberto V.; RODGERS, Gerry. (Orgs.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021.

OLIVEIRA, Roberto V.; LADOSKY, Mário H.; ROMBALDI, Maurício. A reforma trabalhista e suas implicações para o Nordeste: primeiras reflexões. **Caderno CRH**, v. 2, p. 271-288, 2019.

OLIVEIRA, Roberto V.; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana M. (Eds.). **Informalidad en América Latina: ¿Un debate actual?** San Vicente del Raspeig, ES: Universidad de Alicante, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **As plataformas digitais e o futuro do trabalho**. Lisboa: OIT, 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José M.; PINHEIRO, Patrícia Regina. **Direito e Economia do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (1), p. 89-99, dez. 2019.

PRONI, M. W. Teorias do desemprego: debates contemporâneos. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 27, n. 1 (49), p. 63-90, jan./mar. 2016.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012.

SABOIA, João; NETO, João Hallak. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, abril 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic. 2011.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The Future of the Professions**: How Technology will transform the work of human experts. Oxford: Oxford University Press, 2022.

TROVÃO, Cassiano J. B. M.; ARAÚJO, Juliana B.; MONTENEGRO, Rafael F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XXI, v. 1, n. 42, p. 134-160, abril de 2019.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

1.11.2.11 Economia Rural e Desenvolvimento (docente: Jaira Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Dinâmica do meio rural: A expansão/territorialização do capitalismo e as novas relações no campo; os sujeitos sociais, processos de ocupação e conflitos de terra. As formas de economia rural: diversidade e padronização produtiva. Desenvolvimento territorial rural: A produção agropecuária. O associativismo rural. A industrialização da agricultura. A agroindústria. Estrutura agrária e relações de poder e de produção. Política agrícola brasileira e formas de intervenção do estado no setor agropecuário. A reforma agrária. *Socioeconomias alternativas nos espaços rurais.*

Referencial bibliográfico:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. IN ORTEGA, Cesar A. e ALMEIDA FILHO. Niemeyer. *Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ACORINI, José Honório. *Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido*. Brasília: Maio/2006. (tese de doutorado – orientador: Cristóvão Buarque).

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. **El papel de las instituciones en contextos locales**. *Revista de La CEPAL*, 76, abril de 2002.

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/IFCH/Unicamp, 2006.

BASTOS, Fernando. **O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso**. Maceió (AL): Economia Política do Desenvolvimento; vol. 1, n.1, p. 9 – 31; jan/abril de 2007. AQUINO, Joacir e

BASTOS, Fernando. **Dez Anos do Programa AGROAMIGO na Região Nordeste: Evolução, Resultados e Limites para o Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.46, suplemento especial, p. 137-158, 2015.

BRANDÃO, Carlos. **Crise do capitalismo e os espaços produzidos nas escalas nacional e regional**. IN: ETGES, Virginia E. e AREND, Silvio C. (Orgs.). *Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONTERATO, Greicy Michelle Marafiga; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*. vol.7, n.2, jul./dez., 2004.

CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CAVALCANATI, Josefa Salete Barbosa et al. (Orgs.). **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora da UFPE; Brasília: MDA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. **Ocupações não-agrícolas e pluriatividade dos residentes rurais**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MALUF, Renato. **Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Nova Face da Questão Agrária**. *Jornal Estado de São Paulo*: 18 de maio de 2008.

NEVES, Delma. **Quadros Institucionais e Configurações de Políticas Públicas**. IN: Gomes, Ramonildes A. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, PB: EDUERP, 2014.

NOGUERA TUR, Joan; PÉREZ, Javier Esparcia(Eds). **Nuevos factores de desarrollo territorial**. Valencia (Espanha): Universitat de València, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

SAUER, Sergio; LEITE, Sergio P. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.50 no.3. Brasília July/Sept. 2012

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/ruralidade.html>. Acessado em 24/08/1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Abordagem territorial do desenvolvimento territorial e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: 16 a 19 de novembro de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, Sergio.; CONTERATO, M. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações ap artir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CAVIOTTI, C. (Org.). Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pliriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Cedec, Revista Lua Nova, nº 28/29, 1993.

SEPULVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento sustentável microrregional: método para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SOTO, William Hector Gomez. **A Produção do Conhecimento sobreo “Mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SUMPSI, JoseMaria. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semenjanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TARTARUGA, IVÁN PEYRÉ. **As inovações no território e o papel das universidades**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento (Texto para Discussão, nº 81). Setembro de 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Identidade social e espaço de vida**. In: WANDERLEY, M^a (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004.

WITTMANN, Milton Luiz. *et alli*. **Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades**. IN: Wittmann, Milton L e Ramos, Marília Patta. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.) Brasília, DF: Embrapa, 2014.

1.11.3 Outras disciplinas

As outras disciplinas da proposta são Tópicos Especiais em Economia I e Tópicos especiais em Economia II, ambas de 4 créditos cada, com conteúdos não presentes nos módulos de obrigatórias e optativas. Haverá também uma Atividade Programada I, de 2 créditos, para o desenvolvimento e publicação de artigos científicos. Além disso, existirá o Estágio Docência para discentes bolsistas ou voluntários. Por último, constará a disciplina de Elaboração da Dissertação, com 6 créditos.

1.12 Corpo Docente

1.12.1 Dados Pessoais

Tabela 4 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

NOME	CPF	E-MAIL	LATTES	CATEGORIA	HORAS DEDICAÇÃO SEMANAL	
					Instituição	Programa
Caio Matteucci de Andrade Lopes	373.377.908-80	caiolopes@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0457139584939995	Permanente	40	15
Edivane de Sousa Lima	446.543.753-68	edivanelima@yahoo.com.br	http://lattes.cnpq.br/7142872011671005	Permanente	40	15
Fernanda Rocha Veras e Silva	347.988.033-91	fernandaveras@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7658207408828094	Permanente	40	15
Francisco Prancacio Araujo de Carvalho	815.895.493-68	prancacio@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4189641878376282	Permanente	40	15
Jaira Maria Alcobaca Gomes	145.191.193-91	jaira@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1062706664834278	Permanente	40	15
Joao Soares da Silva Filho	844.582.244-68	jfilho@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0226441772795125	Colaborador	40	15
Juliano Vargas	003.435.710-64	juliano.vargas@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7857231631766693	Permanente	40	15
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	031.764.924-80	romina.paradizo@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9198539260484260	Permanente	40	15
Samuel Costa Filho	117.200.183-91	smcst9@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/8498206164098403	Colaborador	40	15
Thiberio Mota da Silva	619.296.893-49	thiberiomota@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4039330225981878	Permanente	40	15
Fabio Junior Clemente Gama	066.850.516-80	fabio.gama@ufdpar.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3454531851481185	Permanente	40	15

1.12.2 Formação acadêmica / Vínculo profissional

Quadro 5 - Formação acadêmica, vinculação profissional e data de admissão dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI - 2023

Nome	Formação / Instituição / Ano obtenção do título	IES vínculo	Data de admissão
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Doutorado / UFPR / 2020	UFPI	09/07/2018
Edivane de Sousa Lima	Doutorado / UFPE / 2009	UFPI	06/08/2009
Fernanda Rocha Veras e Silva	Doutorado / UFRGS / 2016	UFPI	03/10/2005
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	Doutorado / UFPI / 2018	UFPI	19/01/2006
Jaira Maria Alcobaça Gomes	Doutorado / ESALQ / 1998	UFPI	16/03/1984
Joao Soares da Silva Filho	Doutorado / UFPI / 2019	UFPI	17/09/2008
Juliano Vargas	Doutorado / UNB / 2020	UFPI	17/07/2019
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado / UFPI / 2015	UFPI	04/08/2009
Samuel Costa Filho	Doutorado / UFMA / 2014	UFPI	08/08/1986
Thiberio Mota da Silva	Doutorado / UFC / 2017	UFPI	23/02/2018
Fabio Junior Clemente Gama	Doutorado / UFJF / 2019	UDPAR	

Fonte: Superintendência de Recursos Humano (SRH/UFPI)

Este grupo de docentes, embora em sua maioria, tenha ingressado recentemente na instituição, vem se organizando em grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre o movimento humano. Os docentes listados apresentam experiência em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, de Monitoria e de Iniciação Científica. Além disso, demonstram capacidade de liderança de pesquisa demonstrada pela produção intelectual, bem como desenvolvem projetos de extensão relacionados ao movimento humano que permitem a aproximação da Universidade à comunidade.

1.12.3 Produção

Tabela 5 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

Nome	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	Total de artigos publicados no período
Caio Matteucci de Andrade Lopes	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Edivane de Sousa Lima	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Fernanda Rocha Veras e Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Jaira Maria Alcobaça Gomes	5	4	2	4	2	2	0	0	19
João Soares da Silva Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juliano Vargas	0	3	0	5	1	8	2	1	20
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samuel Costa Filho	0	0	0	0	5	0	0	1	6
Thiberio Mota da Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fábio Júnior Clemente Gama	4	3	1	1	1	2	1	0	13
TOTAL	6	7	3	13	8	10	2	1	54

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA ORIGEM, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Economia (PPGE), criado pela Resolução nº XX/XX CEPEX/UFPI de XX de XXXX de 20XX e reconhecido pelo CNE/CES parecer nº XXX/20XX de XX de XXXX de 20XX, é um Programa vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI) e à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (PRPG/UFPI), regulamentado sob a égide da Resolução de nº 189/07 – CEPEX/UFPI.

Parágrafo único. O Programa será regulamentado pelo presente Regimento Interno, pelos Estatutos e Regimento Geral da UFPI e pelas Normas dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* desta Universidade.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Economia é constituído por um núcleo básico de professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e de outros Departamentos e Instituições de Ensino Superior.

Art. 3º O Programa de Pós-Graduação em Economia oferece curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado Acadêmico, cujas atividades estão voltadas para a qualificação de docentes, pesquisadores, graduados e profissionais, proporcionando a obtenção do título de Mestre em Economia.

Art. 4º. O curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem por objetivo promover a formação ampla e aprofundada dos(as) discentes, visando à preparação profissional para o meio acadêmico (atividade de pesquisa e docência), para centros e institutos de pesquisa (governamentais, de opinião pública, de *marketing*, etc.) e também para a prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria em órgãos públicos, empresas e associações da sociedade civil.

TITULO II

REGIME DIDÁTICO

SEÇÃO I

DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 5º O Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí

(UFPI) é constituído por uma Área de Concentração denominada Economia e Desenvolvimento e duas Linhas de Pesquisa: Linha 1 - Economia Aplicada ao Desenvolvimento; Linha 2 - Desenvolvimento Socioeconômico.

Art. 6º A área de concentração de “Economia e Desenvolvimento” contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e questões de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada relativos aos processos de desenvolvimento econômico. Objetiva a formação acadêmica sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil e, especialmente, na Região Nordeste e no estado do Piauí.

§ 1º A área de concentração compreende as seguintes linhas de pesquisa:

I - Na linha 1, de “Economia Aplicada ao Desenvolvimento”, serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

II - A linha 2, de “Desenvolvimento Socioeconômico”, tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

Art. 7º A dissertação deverá estar vinculada a uma das linhas que compõe a área de concentração do curso.

SEÇÃO II

DO CURRÍCULO, DISCIPLINAS E PROGRAMAS

Art. 8º O currículo do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí está estruturado em torno de dois núcleos de formação, nos quais estão distribuídas as disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 1º. O **Núcleo de disciplinas obrigatórias** é formado por três disciplinas regularmente oferecidas pelo Programa de Mestrado em Economia da UFPI, a saber: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia.

§ 2º. O **Núcleo de disciplinas optativas** é formado por três disciplinas optativas, que deverão ser cursadas no Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

§ 3º. As disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia deverão ser cursadas no primeiro ano do curso.

§ 4º. O componente curricular de Seminários de Dissertação deverá ser cursada no segundo semestre do curso.

§ 5º. O componente curricular de Atividade Programada deverá ser cursada no terceiro semestre do curso.

§ 6º A Elaboração da dissertação I e II é atividade obrigatória, cuja natureza consiste em garantir o vínculo do aluno com o curso e o acompanhamento do mesmo pelo orientador. O discente deverá matricular-se nela no terceiro e quarto semestres do curso, respectivamente.

§ 7º O Estágio Docência é atividade obrigatória para alunos bolsistas/CAPES e opcional para alunos não bolsistas.

§ 8º O aluno que não se matricular nas disciplinas e nas atividades obrigatórias, conforme previsto no presente regimento, será desligado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI.

§ 9º Para integralização do curso, é necessário o cumprimento das seguintes atividades: Qualificação e Defesa Pública da Dissertação.

SEÇÃO III

DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 9º. O Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, em consonância com o que dita o Regimento Geral da UFPI e a Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI, deverá ser realizado no prazo mínimo de 12 (doze) meses, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, com justificativa do Orientador, e aprovado pelo Colegiado do Programa, por até o prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Único. O discente que obtiver prorrogação dos prazos e não concluir a dissertação será desligado automaticamente do curso.

TITULO III
DA ADMISSÃO NO CURSO
SEÇÃO I
DAS VAGAS

Art. 10º. O Mestrado Acadêmico em Economia oferece vagas anualmente, através de Edital público de divulgação do processo de seleção e ingresso, cumprindo os critérios definidos no Regimento Geral da UFPI e da Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI que regulamenta os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Parágrafo Único. Só poderão ser admitidos no Mestrado em Economia os candidatos em Curso de Graduação Plena e que tenham sido aprovados na seleção prescrita pela Comissão de Seleção.

SEÇÃO II
DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

Art. 11 A seleção dos candidatos ao curso de Mestrado em Economia será baseada em classificação definida pelo desempenho dos candidatos no Exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Exame da ANPEC, conforme informado em Edital público.

Art. 12 O edital de cada processo seletivo apresentará informações referentes às datas, aos documentos necessários para participação no processo, aos documentos necessários para a realização de matrícula, ao número de vagas disponíveis e aos pesos atribuídos às disciplinas que compõem o Exame da ANPEC.

Art. 13 Os editais serão divulgados tanto na página da UFPI/CCHL na *internet* como no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Art. 14. A seleção de candidatos ao Mestrado Acadêmico em Economia será realizada anualmente. O processo deverá ser conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por três professores permanentes do Programa, incluindo o Coordenador, que será o presidente da referida Comissão.

Parágrafo Único. Os dois outros membros da Comissão de Seleção deverão ser escolhidos em reunião do Colegiado do Programa.

Art. 15. Estarão aptos a se candidatarem ao processo portadores de diploma de graduação plena (Bacharelado ou Licenciatura).

Art. 16. O processo de seleção obedecerá aos critérios estabelecidos pela Comissão de acordo com o que está previsto no Regimento Geral da UFPI e na Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI.

Art. 17. O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas.

Art. 18. O Programa de Mestrado em Economia da UFPI admite alunos especiais que estejam regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí ou de qualquer outra IES do Brasil ou do exterior (mediante convênio ou qualquer outro tipo de associação) ou portador de Curso Superior a critério do professor responsável pela disciplina.

§ 1º. Os alunos especiais devem obter a aceitação formal do(s) docente(s) responsável pela(s) disciplina(s) selecionada(s), antes da realização da matrícula.

§ 2º. Os alunos matriculados em caráter de aluno especial têm as mesmas obrigações formais que os alunos regularmente matriculados. O aluno em caráter especial somente poderá cursar até duas disciplinas, totalizando 8 (oito) créditos. O aluno especial que for aprovado recebe uma certificação de conclusão da disciplina, podendo, inclusive, ser convalidada, caso o aluno seja aprovado, posteriormente, no Mestrado em Economia da UFPI ou em outro curso que admita a convalidação.

SEÇÃO III

DO EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 20. A língua estrangeira de que trata a presente seção é o inglês.

§ 1º. O exame de proficiência é cobrado na matrícula institucional. Sua realização é pré-condição à matrícula no Programa.

SEÇÃO IV

DA MATRÍCULA

Art. 21. A matrícula, renovável antes de cada período letivo a cursar, distingue-se em matrícula institucional e matrícula curricular. A primeira assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A matrícula curricular, por disciplina, assegura ao aluno regular o direito de cumprir o currículo para a obtenção do diploma de semestre.

§ 1º. A matrícula institucional far-se-á na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Economia, de acordo com o calendário acadêmico da Universidade.

§ 2º. A matrícula curricular será feita segundo normas do Mestrado Acadêmico em Economia constantes no Edital de seleção e sua realização dar-se-á na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

§ 3º. A primeira matrícula do estudante deverá ser institucional e curricular.

Na matrícula institucional o aluno deverá apresentar:

- a. Atestado de aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira (em inglês), nos termos das resoluções nº 225/2013 e nº 101/14 – CEPEX/UFPI;
- b. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Registro Geral (RG);
- c. 1 (uma) foto 3x4;
- d. Cópia do Diploma ou Certidão de Graduação;
- e. Cópia do Histórico Escolar da Graduação;
- f. Cópia do Certificado de Quitação no Serviço Militar (gênero masculino);
- g. Comprovação de liberação, da instituição em que trabalha, de no mínimo 20 (vinte) horas semanais, para dedicação ao Curso de Mestrado.

A matrícula curricular deverá ser realizada na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no prazo fixado pelo Edital público, mediante a apresentação do comprovante de aprovação na seleção fornecido pela Coordenação do Curso.

Art. 22. O direito à matrícula em determinada disciplina ou outra atividade curricular depende de sua inclusão na lista de oferta no semestre, considerado o plano de estudo do aluno e seu ajustamento às condições que forem estabelecidas e às vagas existentes.

§ 1º. Os alunos regulares do Curso têm prioridade quanto ao preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas e outras atividades curriculares oferecidas. A matrícula dos alunos especiais está condicionada à orientação da Coordenação do Mestrado e à existência de vagas.

§ 2º. Ao concluir as disciplinas e demais atividades curriculares, integrantes de seu plano de estudo, o aluno deverá inscrever-se, no último semestre, na disciplina Elaboração da Dissertação até sua conclusão e defesa.

Art. 23. A matrícula poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI ou de outra IES, desde que sejam reconhecidas pelas CAPES.

§ 1º. O aproveitamento de estudos no Curso de Mestrado será feito utilizando os seguintes critérios:

- a. equivalência de carga horária e ementa;
- b. nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º. A critério da Coordenação do Curso, os estudos realizados em duas ou mais disciplinas poderão, quando se completarem, serem aproveitados em uma ou mais disciplinas do curso pretendido.

§ 3º. Na ocasião da matrícula, a disciplina cursada na Universidade Federal do Piauí, cujo estudo se aproveite, será transcrita no sistema próprio da Universidade, consignando os créditos respectivos.

§ 4º. As menções ou notas obtidas em disciplinas de pós-graduação, cursadas em outras instituições e cujo estudo se aproveite, serão classificadas de acordo com o sistema de avaliação da UFPI, respeitando a nota do curso de origem.

§ 5º. Os créditos de disciplinas cursadas em outras IES deverão ser computados de acordo com a equivalência carga-horária-crédito estabelecida pelo Curso de Mestrado em Economia da UFPI.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação (PRPG) divulgará anualmente o Calendário da pós-graduação que estabelecerá um período para alteração (cancelamento, trancamento ou rematrícula de disciplina ou atividade) de matrícula.

Parágrafo Único. O cancelamento, trancamento ou rematrícula em disciplina no período estabelecido pelo Calendário da Pós-graduação não implicará em prejuízo ao aluno que, formalmente, passa a cursar a nova disciplina a partir daquele período.

Art. 25. Antes de decorrida a metade do período letivo, com parecer favorável do Orientador e do Coordenador do Curso será permitido ao aluno trancar matrícula em 1 (uma) ou mais disciplinas ou atividades.

§ 1º. O trancamento, de que trata este artigo, será feito antes de decorrido a metade das horas aula ou atividades previstas, no caso das disciplinas ou atividades ministradas sob forma intensiva.

§ 2º. O trancamento só poderá ser feito uma vez na mesma disciplina, exceto por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI.

§ 3º. Será permitido ao aluno, por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI, o trancamento do Curso pelo período máximo de 6 (seis) meses, que não será computado para efeito do que preceitua o Art. 9º, desse regimento.

Art. 26. Ante requerimento de interessados e desde que haja vagas, o Curso poderá aceitar transferência de alunos procedentes de cursos idênticos ou equivalentes, recomendados pela CAPES.

§ 1º. O aluno transferido deverá apresentar o histórico escolar e um exemplar, devidamente autenticado, de cada um dos programas das disciplinas concluídas ou em estudo, com indicação de conteúdo e duração;

§ 2º. A matrícula do aluno transferido poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados, a critério da Coordenação do Curso e Colegiado;

§ 3º. O aluno transferido deverá respeitar os prazos mínimos e máximos de duração do curso, conforme estabelecido no Artigo 9º desse regimento.

TÍTULO IV

DO REGIME E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

SEÇÃO I

DO ANO ACADÊMICO

Art. 27. O ano acadêmico obedecerá ao calendário da pós-graduação da Universidade Federal do Piauí e terá dois períodos regulares.

SEÇÃO II

DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 28. A integralização dos estudos necessários ao curso será expressa em unidades de crédito.

Art. 29. No Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia, os alunos terão que integralizar um mínimo de 33 créditos acadêmicos, distribuídos da seguinte forma:

I. 12 créditos em 3 disciplinas obrigatórias de 60h/a cada, quais sejam, acroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia;

II. 12 créditos em 3 disciplinas optativas de 60h/a cada;

III. 1 crédito de Seminário de Dissertação;

IV. 2 créditos de Atividade Programada;

V. 6 créditos de elaboração e defesa da Dissertação.

Art. 30. O aproveitamento de créditos adquiridos em outros cursos de Mestrado, requerido pelo aluno e devidamente justificado pelo Orientador, deverá ser apreciado pelo Colegiado do Curso, não podendo exceder a 1/3 (um terço) dos créditos mínimos referidos às disciplinas referentes.

§ 1º. Somente poderão ser aceitas disciplinas que tenham sido cursadas em época não anterior a 5 (cinco) anos à matrícula do candidato no Curso.

§ 2º. Para os fins do disposto neste Artigo, o aluno deverá fornecer documento comprobatório do seu aproveitamento, com os respectivos programas das disciplinas cursadas, histórico escolar e declarações de situação do Curso aludido perante a CAPES.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 31. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades didáticas tomarão como critério de avaliação os aspectos relativos à assiduidade e à eficiência, ambos eliminatórios, conforme exigências mínimas definidas pelos docentes.

§ 1º. A critério do professor, a avaliação de eficiência em cada disciplina do Curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como a efetiva participação nas atividades da disciplina.

§ 2º. A avaliação de que se ocupa este Artigo será expressa em resultado final, através de notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

§ 3º. Considerar-se-á aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 4º. O resultado final do aluno será expresso pela média aritmética das notas atribuídas nas disciplinas e demais atividades integrantes de seu plano estudo, obedecendo à escala prescrita no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 32. O aluno reprovado duas vezes em uma mesma disciplina ou disciplinas distintas terá sua matrícula cancelada e será automaticamente desligado do Curso.

Art. 33. Considerar-se-á aprovado no Mestrado Acadêmico em Economia o aluno que cumprir as seguintes condições:

- a. Tenha obtido média acumulada igual ou superior a 7,0 (sete);
- b. Tenha demonstrado capacidade de leitura em uma língua estrangeira, mediante aprovação no exame de proficiência realizado nas dependências da UFPI. Na avaliação desses exames, serão atribuídos os conceitos “S” = Satisfatório e “NS” = Não Satisfatório; c) Tenha sido aprovado na apresentação e defesa da Dissertação;
- c. Comprovar a submissão de ao menos um estudo para evento e/ou revista científica ao final do componente curricular denominado “Atividade Programada”;

- d. Comprovar a submissão de ao menos um artigo em revista científica (Qualis CAPES B1 ou superior, em Economia) para defesa de Dissertação, com tema diretamente associado à Dissertação.

SEÇÃO IV

DA ORIENTAÇÃO

Art. 34. Todo aluno regularmente matriculado no Mestrado Acadêmico em Economia terá o direito a um professor-orientador, homologado pelo Colegiado do Curso, de acordo com a sua área de interesse.

§ 1º. O aluno poderá solicitar mudança de orientador através de requerimento justificado, instruído com a aquiescência do novo orientador escolhido, dirigido à Coordenação do Curso, o qual deverá ouvir o orientador inicial e emitir parecer, encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 2º. O Orientador poderá requerer dispensa da função de orientador de determinado aluno, através de requerimento justificado, dirigido ao Coordenador do Curso, o qual deverá ouvir o aluno e emitir parecer encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 3º. Tanto o orientador quanto o orientando deverão requerer dispensa da função de orientador ou mudança de orientador, conforme o caso, até 6 (seis) meses antes de findo o prazo para a conclusão do Curso.

Art. 35. Os Orientadores e Co-orientadores deverão possuir o título de Doutor e:

- a. Apresentar produção científica regular e na forma de publicações;
- b. Estar ativo na linha de pesquisa em que oferece orientação ou co-orientação.
- c. No caso do Orientador, deverá estar, institucionalmente, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Economia.

Art. 36. São atribuições do Orientador:

- a. Orientar o aluno na organização de seu plano estudo e assisti-lo em sua formação acadêmica;
- b. Dar assistência a o aluno na elaboração e execução de seu projeto de dissertação, acompanhando, orientando, revendo e aprovando este trabalho;
- c. Verificar a necessidade e conveniência de um co-orientador, cuja orientação deverá estar restrita a aspectos específicos do trabalho;
- d. Participar como membro e presidente das bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;

- e. Cumprir os prazos e normas estabelecidas no presente Regimento e em outras instruções emitidas pelo Colegiado e Coordenação e Coordenação de Curso.

Art. 37. O número de orientados por orientador, será, no máximo, 4 (quatro).

SEÇÃO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 38. O Exame de Qualificação no Mestrado Acadêmico em Economia será realizado obedecendo aos seguintes critérios:

§ 1º. Caso a pesquisa envolva seres humanos, deverá ser apresentado documento que ateste a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Parágrafo Único – A qualificação será feita mediante a atribuição de menção de aprovação ou de reformulação pela Banca Examinadora da Qualificação, que será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado de Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno. Na segunda hipótese, o prazo concedido ao aluno é de 30 (trinta) dias, quando então será submetido à nova avaliação.

Art. 39. O exame de Qualificação deverá ser realizado entre o 12º e o 15º mês de vínculo com a pós-graduação após o cumprimento dos créditos em disciplinas, podendo ser realizado antes.

Art. 40. O documento submetido à Qualificação deve ter sido aprovado pelo orientador do discente.

SEÇÃO VI

DO TÍTULO E DA DISSERTAÇÃO

Art. 41. A Dissertação de Mestrado constitui um instrumento essencial à formação do aluno. Será elaborada mediante acompanhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito, no qual o aluno deverá demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos e de utilização adequada da metodologia científica.

Art. 42. A dissertação será desenvolvida com base em um projeto de pesquisa, devendo o tema de estudo estar relacionado à área de concentração e a uma das duas linhas de pesquisa.

Art. 43. Para a apresentação da dissertação o aluno deve ter integralizado os créditos exigidos em disciplinas, além da comprovação da submissão de um artigo científico com o orientador

para periódicos científicos com QUALIS B1, A4, A3, A2 ou A1 na área da Economia, conforme classificação mais recente estabelecida pelas CAPES, além de ter comprovado a aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira e ter sido aprovado na qualificação, observados os prazos fixados neste regimento.

§ 1º. A dissertação deverá ser redigida em português, com resumo em português e inglês.

§ 2º. A dissertação deverá ser apresentada de acordo com as normas fixadas pelo colegiado do curso.

Art. 44. Elaborada a dissertação, compete ao professor-orientador requerer, junto à Coordenação do Curso, a defesa pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. No requerimento constará o parecer do Orientador de que o trabalho está em condições de ser apresentado.

Parágrafo Único – Junto com o requerimento para a defesa pública, deverá ser entregue a versão digital, conforme normas determinadas pelo colegiado do curso e de acordo com a ABNT.

Art. 45. A Banca Examinadora da Dissertação será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado do Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno, cabendo a presidência ao Orientador.

§ 1º. Na falta ou impedimento do Orientador, o Colegiado do Curso designará um substituto.

§ 2º. Um dos membros da Banca Examinadora da Dissertação, pelo menos, e seu suplente, deverão pertencer a outro Programa de Pós-Graduação em Economia ou área afim.

§ 3º. Os membros das Bancas Examinadoras devem ser portadores do grau de doutor.

§ 4º. Caberá ao Colegiado do Curso determinar o tempo de exposição do candidato e da arguição dos membros examinadores da Banca.

§ 5º. O colegiado do curso pode decidir a forma da defesa (presencial, híbrida ou virtual), caso não seja possível juntar toda a banca fisicamente.

Art. 46. No julgamento da Dissertação será atribuída uma nota ou conceito equivalente, especificado nesse Regimento.

§ 1º. Será aprovado na defesa pública da Dissertação o aluno que obtiver aprovação unânime da Banca Examinadora, em deliberação secreta.

§ 2º. Os procedimentos para registro e demais providências relacionadas ao julgamento da dissertação, serão conduzidos com base nas normas da UFPI;

§ 3º. Os casos em que a dissertação receba a aprovação com restrições serão regidos pelas normas da UFPI;

Parágrafo Único – A Coordenação do Curso responsabilizar-se-á pela confecção de uma Ata sobre o resultado do julgamento da Dissertação e demais informações pertinentes, que será assinada pela Banca Examinadora.

Art. 47. Será concedido o grau de Mestre em Economia ao aluno que atender aos seguintes requisitos:

Integralização obrigatória de um mínimo de 33 (trinta e três) créditos em disciplinas/seminários e/ou outras atividades previstas no currículo do Curso;

- a. comprovação do exame de proficiência em língua estrangeira, conforme exigência do curso;
- b. aprovação com nota mínima de 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), ou conceito equivalente em todas as disciplinas, seminários, atividades e dissertação;
- c. obtenção de frequência integral ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- d. não ter quaisquer pendências com a Biblioteca da UFPI;
- e. aprovação do Exame de Qualificação;
- f. aprovação na defesa pública da Dissertação, conforme determina o presente Regimento;
- g. permanência no Curso pelo período regulamentar.

Art. 48. O candidato à obtenção ao grau de Mestre que tenha satisfeito as exigências deste regimento fará jus ao respectivo diploma.

Art. 49. A expedição do diploma ficará condicionada à preparação pela Secretaria Administrativa- Acadêmica do Curso, de um relatório em que conste:

- a. histórico escolar do aluno no Curso de Mestrado;
- b. o resultado do Exame de Qualificação;
- c. o resultado da defesa de Dissertação;
- d. o resultado do exame de proficiência em língua estrangeira;
- e. a duração total da realização do Curso pelo aluno.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

Art. 50. A estrutura administrativa e organizacional do Mestrado Acadêmico em Economia é composta dos seguintes órgãos e serviços:

- a. Colegiado de Curso;
- b. Coordenação de Curso;
- c. Subcoordenação de Curso;
- d. Secretaria Administrativo-acadêmica de Curso;
- e. Núcleos de Pesquisa.

SEÇÃO I

DO COLEGIADO

Art. 51. O Colegiado de Curso é órgão de natureza normativa e deliberativa e será composto pelo Coordenador ou Subcoordenador, por um representante eleito de cada uma das duas linhas sendo um membro titular e um suplente, e por um representante discente (um representante titular e um suplente), sob a presidência do Coordenador do curso.

§ 1º. O Coordenador e Subcoordenador de Curso serão escolhidos na forma da legislação em vigor na Universidade Federal do Piauí e, de preferência, deverão pertencer ao Departamento Acadêmico de Sustentação do Curso.

§ 2º. A representação discente contará com 01 um discente que será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Curso para o mandato de 01 (um) ano, permitindo uma única recondução.

Art. 52. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador, ou, a pedido, por escrito, da maioria simples de seus membros.

§ 1º. As deliberações do Colegiado de Curso serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;

§ 2º. As reuniões do Colegiado do Curso serão secretariadas pela Secretaria Administrativa-Acadêmica que se encarregará de lavrar a Ata, que será assinada pelos membros do Colegiado.

Art. 53. São atribuições do Colegiado de Curso:

- a. supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do Curso;
- b. eleger entre os membros do Colegiado, em processo de eleição com formação de chapas, o Coordenador e o Subcoordenador do Curso;
- c. decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular do curso, bem como a criação de novas áreas e linhas de pesquisa;

- d. aprovar no início de cada semestre letivo, os programas de disciplinas, o calendário semestral e demais atividades curriculares do Curso;
- e. credenciar mediante análise de currículo, os nomes de professores que integrarão o corpo docente permanente, de visitantes do curso e o quadro de professores orientadores, encaminhando seus nomes para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como aos Departamentos/Cursos nos quais os professores são lotados;
- f. reunir-se, pelo menos uma vez no ano, para, em conjunto com todo o corpo docente, produzir relatório de avaliação do andamento do curso, bem como do desempenho de cada um dos membros do corpo docente, recomendando, quando necessário, as providências cabíveis;
- g. homologar membros integrantes de comissão de seleção, de bancas examinadoras de exame de qualificação e de defesa de dissertação;
- h. homologar o resultado de exame de qualificação e de defesa pública de dissertação;
- i. fixar prazos para inscrição, seleção, matrícula e trancamento de disciplinas, em comum acordo com a Coordenação Geral de Pós-Graduação;
- j. julgar as solicitações de inscrição no curso;
- k. propor aos órgãos competentes da UFPI o número de vagas do Curso para o ano seguinte, conforme a disponibilidade de orientação do corpo docente;
- l. propor aos órgãos competentes da UFPI, alterações na estrutura curricular do curso, modificação ou extinção de disciplinas ou outras atividades que integrem o plano curricular do Curso;
- m. decidir sobre questões referentes à matrícula, transferência e aproveitamento de créditos, bem como a recursos que lhe forem encaminhados;
- n. decidir sobre a oferta de disciplinas;
- o. apreciar o Plano de Trabalho Anual da Coordenação do Curso, procedendo as alterações necessárias;
- p. apreciar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- q. indicar um substituto na falta ou impedimento do orientador de dissertação;
- r. baixar instruções normativas e aprovar convênios e intercâmbios do curso com outras Universidades e Instituições, observando a legislação interna da UFPI;
- s. indicar um docente e homologar um representante estudantil para compor a Comissão de Bolsas do curso, encarregada de selecionar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho dos bolsistas;
- t. fixar critérios para a seleção de bolsistas junto à Comissão de Bolsas;

- u. propor alterações e/ou atualizações deste regimento julgadas úteis ao funcionamento do Curso e submetê-las à apreciação dos órgãos competentes da UFPI;
- v. decidir sobre os casos omissos.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO E SUBCOORDENAÇÕES

Art. 54. São atribuições do Coordenador de Curso:

- a. convocar e presidir as reuniões da Coordenação e do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto em consonância com as resoluções institucionais;
- b. representar o Curso junto às instâncias superiores da UFPI, entidades de financiamento, pesquisa e pós-graduação;
- c. exercer a direção administrativa do Curso;
- d. executar as deliberações do Colegiado, coordenar os serviços administrativos e as atividades acadêmicas necessárias ao bom funcionamento do Curso;
- e. organizar o calendário de atividades acadêmicas do Curso para homologação pelo Colegiado e encaminhamento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- f. organizar a oferta de disciplinas de cada período letivo;
- g. exercer a coordenação das atividades de seleção e matrícula no âmbito do Curso, em articulação com órgãos competentes da UFPI;
- h. elaborar pareceres sobre processos de cancelamento ou trancamento de matrícula, acréscimo ou substituição de disciplinas ou outras atividades curriculares e aproveitamento de créditos, submetendo-os à aprovação do Colegiado;
- i. elaborar e apresentar, para a apreciação do Colegiado, Plano de Trabalho e Relatório Anual das atividades do Curso;
- j. enviar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Centro de Ciências Humanas e Letras, ao final de cada ano letivo, relatórios bem como outras informações necessárias ao funcionamento do Curso;
- k. propor, para a aprovação do Colegiado, nomes de professores para a comissão de seleção ao ingresso no Curso;
- l. Propor, para homologação do Colegiado, nomes indicados pelos orientadores para compor as bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;
- m. designar os professores orientadores para a orientação de dissertações, de acordo com a disponibilidade do quadro de orientadores, submetendo à homologação do Colegiado;

- n. expedir portarias, atestados, históricos e declarações relativas às atividades do Curso;
- o. propor, para aprovação do Colegiado, modificações na estrutura curricular do Curso;
- p. manter relações permanentes com os Departamentos Acadêmicos que dão sustentação ao Curso;
- q. cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regimento.

Art. 55. São atribuições do Subcoordenador do Curso, substituir, em seus impedimentos, o Coordenador do Curso, bem como auxiliá-lo nas tarefas que a ele competem.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 56. A Secretaria Administrativa ligada diretamente à Coordenação, é a unidade executora dos serviços administrativos do Curso, sendo dirigida por um Secretário, a quem compete as seguintes atribuições:

- a. coordenar, organizar e controlar o trabalho da Secretaria;
- b. informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas-administrativas;
- c. organizar e manter atualizada a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Curso;
- d. sistematizar informações, organizar prestações de contas e elaborar relatórios;
- e. secretariar as reuniões do Colegiado e manter em dia o Livro de Atas;
- f. manter em dia o inventário dos equipamentos e material permanente pertencentes ao Curso;
- g. receber a inscrição dos candidatos ao processo de seleção, quando necessário;
- h. providenciar editais e convocações das reuniões do Colegiado, e demais órgãos da estrutura administrativa do Curso;
- i. programar e controlar o uso dos equipamentos da Coordenação do Curso.
- j. responsabilizar-se pela programação do uso do espaço físico do Curso, bem como pela supervisão de sua conservação;
- k. oferecer apoio administrativo ao corpo docente no exercício de suas atividades vinculadas ao Curso;
- l. realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento do Curso.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DE PESQUISA

Art. 57. O corpo docente do Programa de Mestrado em Economia deverá integrar Núcleos de Pesquisa que desenvolvem suas atividades de investigação científica sobre temas e problemas relacionados às áreas de pesquisa do programa.

Parágrafo Único. A Coordenação do Programa deverá incentivar a criação de novos núcleos de pesquisa conforme as demandas e as práticas de pesquisa.

TÍTULO V

DO CORPO DOCENTE E DE PESQUISADORES

SEÇÃO I DO CORPO DOCENTE

Art. 58. O corpo docente do Mestrado Acadêmico em Economia é composto de professores dos Departamentos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, de professores visitantes, e outros colaboradores.

§ 1º. O quadro permanente do Curso é constituído de professores doutores com inserção em atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação acadêmica e de dissertação;

§ 2º. O professor visitante é docente de reconhecido desempenho acadêmico, originário de outra instituição de ensino superior ou de pesquisa, e se integra ao Curso, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, orientação de dissertação, consultoria e assessoria.

§ 3º. O professor participante pode ser membro do quadro permanente da UFPI, professor aposentado ou oriundo do quadro de outras instituições de ensino superior do país ou do exterior, através de uma participação delimitada por uma contribuição específica, como coorientação, docência em disciplina, participação em banca examinadora, pesquisa, assessoria e outras atividades.

Art. 59. Todos os professores do curso deverão ter projetos de pesquisa cadastrados junto à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPI.

Art. 60. Serão cadastrados novos professores apenas se os mesmos tiverem pesquisas na área do programa, com publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área da Economia nos últimos dois anos, respeitando as regras impostas nos editais de credenciamento.

Art. 61. Quando houver necessidade apontada pelo colegiado do curso, a Coordenação lançará um edital para o credenciamento de novos professores conforme regras presentes no Regimento

Interno do Programa. A aprovação do cadastramento de novos professores deverá ser aprovada pelo colegiado.

Art. 62. Os professores que não publicarem ao menos um artigo em revistas com Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia em um período de três anos serão desligados do programa.

Art. 63. A exigência de publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia para a permanência do programa do artigo anterior começará a valer a partir do início do programa.

Art. 64. Todos os professores devem encaminhar sua produção acadêmica anual a coordenação, a qual deve ser apreciada pelo colegiado do Curso. Os professores que não conseguirem publicar artigos em um ano serão acompanhados pela Coordenação.

TÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Art. 65 O corpo discente do Mestrado Acadêmico em Economia é constituído por todos os discentes regulares e especiais, na forma desse Regimento.

Parágrafo Único. Aos discentes regulares será exigida A disponibilidade de pelo menos 20 horas semanais de dedicação ao Curso.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 66. O presente Regimento somente pode ser alterado por decisão do colegiado.

Art. 67. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, preliminarmente, pelo Colegiado do Curso, cabendo recursos às instâncias superiores da UFPI, conforme legislação interna.

Art. 68. O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFPI, revogadas as disposições em contrário.

POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A autoavaliação do programa passa a ser um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES. Deve ser considerada a política institucional da pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI inicia o processo de autoavaliação por meio das seguintes ações: a) constituição de uma comissão formada por professores, técnico-administrativo e discentes do programa; b) criação de instrumentos/canais de autoavaliação; c) análise dos resultados; e d) adoção de medidas para a melhoria dos indicadores de autoavaliação

Com o objetivo de produzir autoconhecimento sobre o Programa de Mestrado em Economia da UFPI – Campus Ministro Petrônio Portella, propõe-se um processo de autoavaliação, em conformidade com as recomendações do grupo de trabalho CAPES (2019), desenvolvido de forma sistemática e participativa, visando assegurar a qualidade, processo formativo, produção de conhecimento, a promoção de reflexões e ações sobre o contexto e as políticas adotadas. Como resultado, a autoavaliação deverá implicar em tomadas de decisão e, portanto, mudanças que possibilitem a formação de um pós-graduado inserido socialmente e/ou profissionalmente.

O processo de autoavaliação seguirá as seguintes etapas, com base em CAPES (2019): (a) preparação; (b) implementação; (c) divulgação; (d) uso dos resultados; e (e) meta-avaliação.

A condução e operacionalização será feita com base nas seguintes etapas:

1. Preparação: envolve a constituição de uma Comissão de Autoavaliação (CAA), a sensibilização de todos os participantes para elaboração de um Plano de Autoavaliação (PA), o qual conterá os princípios adotados pelo programa, os instrumentos de autoavaliação, definição clara da missão e planejamento estratégico (metas e objetivos de médio e longo prazos), além da definição da periodicidade da coleta de dados.
2. Implementação: fase em que o plano será concretizado e monitorado para assegurar que as propostas sejam adequadas aos objetivos.
3. Divulgação dos resultados: nessa etapa os resultados devem ser publicizados, com linguagem clara e objetiva para atingir o público-alvo.

4. Uso dos resultados: as informações e dados levantados serão registradas em um banco de dados, permitindo a monitoração do desempenho do programa ao longo do tempo.
5. Meta-avaliação: a Comissão de Autoavaliação avalia a sistemática de avaliação delineada para o Programa, considerando um determinado ciclo, e propõe ajustes, A Comissão de Autoavaliação (CAA) será composta de um(a) coordenador(a) e vice coordenador(a); 02 (dois) membros docentes; um pós-graduando, um técnico-administrativo; e um egresso.

COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA

- Programa de Acompanhamento da Qualidade na Pós-Graduação: tem por objetivo apoiar os processos de avaliação da Pós-Graduação da UFPI;
- Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tem o objetivo de possibilitar a troca de experiências e fomentar discussões mais amplas acerca dos PPG. Neste evento cada programa apresenta seus dados consolidados dos últimos três anos e posteriormente é realizada uma avaliação sobre estes dados apresentados por um comitê de assessores convidados.
- Ciclos de Palestras da PRPG realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;
 - Objetivo: discutir as perspectivas da pós-graduação na UFPI e ampliar ações voltadas à consolidação dos Programas de Pós-Graduação;
- Resolução de carga horária docente em sala de aula;
 - Objetivo: disciplinar a carga horária semanal, em sala de aula, dos docentes da UFPI vinculados aos cursos de Pós-Graduação
- Edital Prêmio UFPI de Dissertação e Tese
 - Objetivo: O Prêmio UFPI de Dissertação e Tese objetiva reconhecer os melhores trabalhos desenvolvidos nesta IES; realizar a autoavaliação institucional e estimular a difusão de novos conhecimentos.
- Edital de bolsas de produtividade:
 - Objetivos:
 - a) identificar, reconhecer e valorizar docentes pesquisadores, concedendo no ambiente institucional da UFPI, bolsas de produtividade em pesquisa, de acordo com o estabelecido no Edital, para aqueles que obtiveram mérito comprovado na proposta apresentada no Edital de Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém, não contemplados;

- b) Aumentar a competitividade dos docentes pesquisadores da UFPI nos editais do CNPq e, consequentemente, induzir o aumento do número de bolsistas em Produtividade em Pesquisa do CNPq, bem como tornar a pesquisa da UFPI em destaque no cenário nacional;
 - c) Incentivar e induzir os docentes da UFPI a submeterem projetos competitivos nos editais do CNPq;
 - d) Melhorar o conceito dos Programas de Pós-Graduação da UFPI, considerando que o número de bolsista de produtividade em pesquisa constitui indicador de excelência no processo de avaliação da CAPES;
 - e) Estimular o desenvolvimento das pesquisas inovadoras que tenham mérito reconhecido por comitês avaliadores da principal agência oficial de fomento à pesquisa no país.
- Programa de Incentivo à Publicação da Produção Intelectual da UFPI.
 - Objetivo: estimular e apoiar a produção intelectual de docentes da Instituição, por meio de publicações em veículos de divulgação qualificados pelo sistema de avaliação da CAPES (QUALIS) em autoria ou coautoria.

Ademais, algumas metas propostas no PDI 2020-2023 da UFPI que nortearão o desenvolvimento de ações do Programa de Pós Graduação em Economia, são apresentadas a seguir:

- Uso de ferramenta web como mecanismo de acompanhamento permanente dos egressos dos programas de pós-graduação;
- Incremento e diversificação dos mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes;
- Ampla divulgação da carteira de projetos de pesquisa da instituição; bem como do cadastro de pesquisadores e sua organização em grupos de pesquisa, laboratórios, centros e núcleos. Esta ação deve contemplar também a divulgação da infraestrutura de

pesquisa (Contendo número de Equipamentos classificados; Laboratórios; Técnicos de laboratório e administrativo). Estas informações organizadas e acessíveis de forma fácil serão relevantes para captação de projetos pelo programa, principalmente junto à iniciativa privada, que passará a conhecer melhor a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Economia e da UFPI como um todo;

- Participação em ações de extensão, por meio tanto de discentes, quanto de docentes permanentes. Ressalta-se que o Programa de Pós-Graduação em Economia está empenhado em contribuir com estas ações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CAPES. Autoavaliação de Programa de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> >. Acesso em: 06 de nov de 2023

FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí). Institucional/história. Disponível em: <<https://www.fapepi.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.

FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação). Institucional/sobre nós. Disponível em: < <https://www.fadex.org.br/> >. Acesso em: 17 nov 2023.

SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Site da secretaria. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO – PROPOPI

Parnaíba, 07 de dezembro de 2023.

D E C L A R A Ç ã O

A Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, declara ciência que a Prof. Dr. Fábio Júnior Clemente Gama, SIAPE 1299812, lotado na Coordenação do Curso de Economia, com regime de trabalho 40h – DE, participará como professor permanente da elaboração do Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida nesta instituição.

Prof. Dr. Jefferson Soares de Oliveira
Pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
area@capes.gov.br

Documento Orientador de APCN

Área 28: Economia

Coordenador da Área: André Moreira Cunha

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Coordenador de Programas Profissionais: Marcelo Bentes Diniz

2023



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS

1. Condições asseguradas pela Instituição

1.1 Comprometimento da instituição com a implantação e o êxito do curso

1.1.1 Documentos oficiais de comprometimento

1.1.2 Aderência ao Plano de Desenvolvimento da Instituição proponente ou documento equivalente.

1.2 Infraestrutura de ensino e pesquisa

1.2.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca; recursos de informática; espaço físico para condução das atividades letivas e administrativas.

1.3 Outras considerações

2. Proposta do curso

2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso

2.2 Objetivos

2.3 Regimento do curso, forma de implementação da política de autoavaliação do programa e critérios de credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes

2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos

2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico

2.6 Critérios de seleção de alunos

2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador



2.8 Formação pretendida e perfil do egresso

2.9 Outras considerações

3. Corpo docente

3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)

3.2 Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível

3.3 Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso

3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes

3.5 Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta

4. Produção

4.1. Avaliação da produção (acadêmica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso - acadêmica ou profissional.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS DOUTORADO
VINCULADOS A MESTRADOS JÁ EXISTENTES

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA
MODALIDADE PROFISSIONAL

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS ORIGINÁRIOS
DE DESMEMBRAMENTO

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
area@capes.gov.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS
DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO À INTERDISCIPLINARIDADE



INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece as diretrizes e os critérios para apresentação de propostas de cursos novos na área de Economia a partir da legislação e das regulamentação vigentes, as quais podem ser consultadas na página da CAPES (<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>).

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS

1. Condições asseguradas pela Instituição

A instituição de ensino superior (IES) deverá explicitamente estar comprometida com o fornecimento dos meios para a implantação com qualidade do programa em tela. Deve oferecer salas de aula em número e condições adequadas para as atividades de ensino, laboratórios de informática adequados, bem como os *softwares*, base de dados e recursos bibliográficos para desenvolvimento das atividades de pesquisa. Deve ter uma biblioteca física com volume de periódicos e livros adequados ao desenvolvimento do programa nas linhas estipuladas na proposta apresentada.

Além disso, a instituição deve ter uma estrutura de tecnologia de comunicação e informação, com acesso a rede de internet de modo a viabilizar a consulta às bibliotecas virtuais e/ou plataformas de ensino utilizadas pela área, quando for o caso.

Deve ser demonstrada a disponibilidade e o acesso que os discentes terão em relação à infraestrutura de ensino-aprendizagem, relacionando esses elementos às características do curso. No caso das propostas na modalidade de ensino profissional deve estar explicitado como essa infraestrutura de ensino-aprendizagem se conecta a formação de caráter profissional do curso.

O apoio institucional é peça chave para a aprovação da proposta. Por decorrência, é fundamental que seja explicitado de forma documental como se dará esse apoio, de maneira que não parem dúvidas sobre o compromisso da IES.

1.1 Comprometimento da instituição com a implantação e o êxito do curso

1.1.1 Documentos oficiais de comprometimento

A proposta deverá indicar os documentos oficiais que sinalizam para seu comprometimento, os quais poderão constar da mesma, em anexos, por reprodução integral ou parcial dos textos originais ou, ainda, através da indicação de *link* permanente no seu portal oficial na internet.

Da mesma forma, espera-se que a proposta forneça os documentos oficiais que indiquem seu planejamento, quais sejam: Planos de Desenvolvimento Institucional; Planejamento Estratégico; ou quaisquer outros que indiquem processos, procedimentos e objetivos de longo prazo em termos dos desenvolvimentos de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, com particular ênfase na pós-graduação. Da mesma forma, espera-se a indicação específica da política institucional de autoavaliação do programa proposto e da instituição, na proposta, em documentos em Anexo ou por meio de *links* que direcionem para o portal oficial da IES proponente na internet e onde tais informações estejam disponíveis para o público em geral.

1.1.2 Aderência ao Plano de Desenvolvimento da Instituição proponente ou documento equivalente.

A proposta de curso novo deve ser apresentada em consonância com o plano de desenvolvimento da instituição proponente e mostrar claramente que aquela está comprometida com a nova proposta. É fundamental que haja coordenação entre a autoavaliação do programa e da Instituição.

É recomendável que o programa apresente suas políticas de enfrentamento das desigualdades em suas múltiplas dimensões. Deve-se explicitar como tais políticas tratam temas como seleção de discentes, apoio à sua permanência, prazos de integração de créditos e de finalização dos cursos sempre que for pertinente, como nos casos de licença parental ou de situações excepcionais associadas a enfermidades que dificultem a realização regular das atividades de pesquisa; dentre outros aspectos. Espera-se, também, que sejam definidas políticas para garantir a atuação plena de docentes em licença parental.

1.2 Infraestrutura de ensino e pesquisa

1.2.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca; recursos de informática; espaço físico para condução das atividades letivas e administrativas.

A proposta deverá ser explícita em relação às instalações físicas que deverão ser compatíveis com o número de docentes, de estudantes e da proposta do curso. Deverão ser contempladas salas de aula, laboratórios, salas de estudo para estudantes, para a coordenação do programa, salas para grupos/núcleos/laboratórios de pesquisa e biblioteca.

A proposta deverá ter a descrição adequada do acesso de professores e estudantes à internet, bases de dados e a fontes de informação multimídia para docentes e discentes. Estas deverão ser compatíveis com a proposta do programa.

A proposta deve considerar e descrever o espaço físico, mobiliário e equipamentos para condução das atividades administrativas do curso. Este deverá ser compatível com os objetivos de formação, o nível pretendido e respeitar as características específicas de formação relativas a cada modalidade de ensino: acadêmica ou profissional.

1.3 Outras considerações

Recomenda-se que a proposta indique aspectos relacionados às parcerias institucionais existentes ou previstas, tais como convênios, contratos, acordos etc., que contribuam para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, gestão, intercâmbios de discentes e de docentes, participação em redes de pesquisa etc.

2. Proposta do curso

O programa deve ser apresentado mostrando as razões que o inserem na área de Economia e deve ter suas linhas de pesquisa majoritariamente associadas à área. Os projetos de pesquisa devem ser consistentes com a formação e a produção intelectual já demonstrada do corpo docente e devem ter a participação de um número significativo de docentes permanentes.

Preferencialmente, o corpo docente deve ter experiência prévia de atuação conjunta na IES proponente e não ser composto apenas por pesquisadores com experiência em pesquisa muito recente (titulação em nível de doutorado até três anos antes da submissão da proposta). É importante que haja uma mistura de perfis em termos de tempo de titulação.

Pelo menos metade do corpo docente permanente deve ser formado por docentes com formação na área de Economia em algum nível, vale dizer, na graduação ou na pós-graduação (mestrado ou doutorado). Esta formação precisa estar em consonância com os objetivos formativos do curso, sua(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa. A proposta deve trazer de forma clara as linhas mestras de seu regulamento e, preferencialmente, o próprio regulamento. Deve estabelecer o número de créditos e a estrutura em termos de disciplinas obrigatórias e optativas do mesmo. É fundamental que esta estrutura esteja de acordo com o regulamento da Pós-Graduação da Instituição (IES).

É necessário que o perfil do egresso esteja bem estabelecido na proposta do programa.

A proposta de curso novo deve conter os seguintes elementos detalhados na sequência.

2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso

Deve-se discorrer sobre o histórico da instituição proponente, particularmente no que tange ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área de Economia, bem como descrever o contexto de criação do curso e as suas perspectivas em termos internacionais, nacionais e locais. Espera-se a demonstração da trajetória institucional do curso, sua necessidade social em termos de demanda prevista e potencial impacto de sua implantação.

2.2 Objetivos

Os objetivos do novo curso devem estar explicitados na proposta e devem ser situados em âmbito, local, regional e nacional.

2.3 Regimento do curso, forma de implementação da política de autoavaliação do programa e critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes

O regimento do curso deve ser parte da proposta e será avaliado. No regimento deverão estar claras as dinâmicas de autoavaliação do programa, bem como sua articulação com a autoavaliação da IES. O regimento deve trazer os critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento. Os mesmos serão avaliados pela comissão de avaliação.

2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos

As áreas de concentração devem ser compatíveis com o perfil do corpo docente, e de forma orgânica, as linhas de pesquisa precisam ser adequadas às áreas de concentração. As linhas de pesquisa precisam ter projetos de pesquisa adequados às mesmas, com docentes permanentes com capacidade e experiência de pesquisa associada a elas. É recomendável um equilíbrio entre o número de projetos de pesquisa, professores (pesquisadores) a ela associados e o número de linhas de pesquisa do programa. Tal equilíbrio visa a sustentação das atividades desenvolvidas em cada linha de pesquisa.

2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico

As disciplinas precisam atender às recomendações da área. É necessário que as disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos sejam sempre obrigatórias. É fundamental que as demais disciplinas estejam de acordo com a proposta do programa, com as áreas de concentração e as linhas de pesquisa. É necessário que as disciplinas apresentadas possam ser ofertadas pelo perfil do corpo docente apresentado pela proposta. Serão avaliadas as ementas, sua adequação à proposta e suas referências bibliográficas, as quais deverão ter padrões de atualização e de diversificação compatíveis com os conteúdos trabalhados.

2.6 Critérios de seleção de alunos

Os critérios de seleção de alunos devem constar da proposta de forma clara e objetiva, incluindo número de vagas, instrumentos, periodicidade e formas de seleção.

2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador

O quantitativo de vagas a ser ofertado deve ser explicitado na proposta. A proposta deve apresentar uma relação de orientandos por orientador entre três e oito (ao ano) para programas acadêmicos. Para a análise do limite máximo de oito orientandos(as) por orientador(a) por ano, a proposta deverá informar os vínculos das(os) orientadoras(es) com outros PPGs e suas respectivas orientações nos cinco últimos anos. Deverá ficar evidenciado que as(os) orientadoras(es) vinculadas(os) ao novo Programa não excederão aquele limite no conjunto de suas orientações, considerando-se os demais PPGs em que atuam.

2.8 Formação pretendida e perfil do egresso

A proposta deve trazer considerações sobre a contribuição da mesma para a formação de mestres e doutores: acadêmicos e profissionais, bem como os respectivos perfis formativos pretendidos em cada caso. No caso dos programas de natureza profissional esse aspecto é fundamental para a avaliação. O perfil do egresso deve estar absolutamente vinculado aos objetivos do programa e ao seu caráter profissional.

2.9 Outras considerações

As propostas devem explicitar as condições ou as perspectivas de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas, bem como mencionar convênios e parcerias com instituições que estejam diretamente relacionados com seus objetivos de formação. No caso de programas profissionais, deve-se ressaltar aspectos atinentes ao seu planejamento financeiro, bem como os mecanismos de interação com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.

3. Corpo docente

3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)

O corpo docente deve ser formado por doutores(as), exceções serão aceitas no caso de programas profissionais, que poderão incluir, eventualmente, profissionais de notório saber, que

atuem nos setores privado e público, desde que denotem experiência reconhecida em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação no segmento de atuação do programa proposto, devidamente justificados, conforme a legislação em vigor. O corpo docente permanente deve ter experiência em orientação. Portanto, é necessário fornecer indicadores das experiências prévias em termos de orientação dos docentes permanentes envolvidos. A experiência de orientação deve ser diferenciada de acordo com o nível do curso proposto. Para cursos de mestrado serão exigidas orientações de TCC, em nível de graduação ou pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* e/ou de iniciação científica. Em nível de doutorado, serão exigidas experiências prévias em orientação em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Pelo menos metade do corpo docente permanente deverá ter a experiência exigida para o respectivo nível proposto e, também, ter formação na área de Economia em algum nível (graduação ou na pós-graduação, mestrado ou doutorado).

3.2 Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível

Para o nível de Mestrado, o número mínimo de docentes permanentes é de dez (com tolerância de no mínimo oito, desde que plenamente justificado devido à baixa densidade doutores na localidade), tanto para programas profissionais quanto acadêmicos. Já para os cursos em nível de doutorado, o número mínimo é de dez docentes permanentes, sem possibilidade de flexibilização.

3.3 Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso

Do total do corpo docente, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores do programa, deve-se ter no mínimo 70% de docentes classificados como permanentes.

Será observada a dedicação potencial dos docentes ao programa. O percentual de docentes permanentes com atuação como permanente em outros Programas de Pós-Graduação não deve ultrapassar a 50% (Programas Acadêmicos) e 60% (Programas Profissionais), cabendo ressaltar que, no caso de mestrado profissional, com vínculo explícito a um programa acadêmico da área de Economia (vínculo possível apenas com um programa), essa restrição não se aplica.

O vínculo dos docentes com outros programas deve estar explícito e, caso haja migração, e, portanto, esse vínculo vá ser alterado, com a implantação do programa, deve haver a anuência da IES e/ou do outro programa.

3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes

O corpo docente deve ser formado por doutores(as), com produção intelectual e participação em projetos de pesquisa articulados à proposta do curso. É recomendável que os mesmos também participem de núcleos/grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Exceções serão aceitas no caso de programas profissionais, que poderão incluir, eventualmente, profissionais de notório saber conectados com o mundo empresarial, devidamente justificados e atendendo às exigências da legislação vigente.

3.5 Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta

Deve haver coerência entre a qualificação acadêmica comprovada do corpo docente com a proposta do programa. Isso será verificado pela formação, produção intelectual, produção técnica e orientações prévias dos docentes da proposta. As exigências de experiência em orientação seguem o definido no item 3.1.

4. Produção

4.1. Avaliação da produção (acadêmica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso - acadêmica ou profissional).

A avaliação da produção intelectual (bibliográfica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional) levará em consideração a aderência em relação ao curso proposto, áreas de concentração e linhas de pesquisa. A proposta deve indicar até cinco produções (bibliográficas, artística ou técnicas, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional) de cada docente permanente nos cinco anos anteriores ao ano de submissão da proposta. Coautoria entre membros do corpo docente será considerada apenas uma vez, ou seja, não será contabilizada em duplicidade. Também serão observadas eventuais concentrações dessa produção.

A produção intelectual será um ponto chave para a análise da proposta, pois reflete bem a capacidade do corpo docente para viabilizar o funcionamento do programa e para dar-lhe qualidade. E, portanto, deve expressar sintonia com a proposta do programa (objetivos), áreas de concentração e linhas de pesquisa e deve ser bem distribuída entre os docentes permanentes do programa. No caso dos programas profissionais deverá ser destacada a produção técnica e tecnológica (PTT), em acordo com produtos mais relevantes elencados pela área de Economia. A produção intelectual recente do corpo docente permanente deve ser bem qualificada, estar bem distribuída entre os seus membros, indicar regularidade e ser convergente com o perfil de produção do nível proposto, conforme apresentado no Relatório de Avaliação do ciclo avaliativo mais recente e que está disponibilizado no sítio da Capes.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE DOUTORADO VINCULADOS A MESTRADOS JÁ EXISTENTES

As propostas de doutorado vinculadas a programas já existentes com cursos em nível de mestrado deverão explicitar claramente em que medida o novo nível introduz avanços na formação pretendida dos discentes, com seus desdobramentos específicos no desenho de objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas e projetos de pesquisa. Serão aceitas propostas que indiquem, com a devida justificativa, que somente parte do corpo docente do programa fará parte do novo nível. Esta diferenciação deverá estar prevista no regimento do programa e demais regulamentações específicas, com o estabelecimento de critérios para credenciamento nos níveis de mestrado e de doutorado.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA MODALIDADE PROFISSIONAL

No caso da modalidade profissional, a proposta deve explicitar claramente a diferenciação da mesma com o de programas acadêmicos; e a diferenciação entre a proposta de um doutorado profissional com a de um mestrado profissional.

Recomenda-se que o corpo discente seja formado por profissionais ligados ao foco dos programas, preferencialmente vindos com bagagem profissional que permita a interação entre suas experiências e os novos aportes trazidos pelo programa. Ademais, espera-se que produção de

destaque do corpo docente permanente seja priorizada a produção técnica e tecnológica. No caso do doutorado profissional o trabalho de conclusão deve preferencialmente destacar sua relevância, inovação e aplicabilidade para o segmento da sociedade, permitindo formatos inovadores, atendendo as demandas da sociedade, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS ORIGINÁRIOS DE DESMEMBRAMENTO

A área desincentiva fortemente a criação de cursos novos decorrentes de desmembramentos de cursos preexistentes na mesma IES ou em regiões onde haja sobreposição com outros cursos. Todavia, propostas que sejam apresentadas nesses moldes devem respeitar a legislação vigente referente ao tema.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

As orientações contidas neste item se referem apenas aos critérios específicos para a apresentação de propostas de mestrado e doutorado acadêmicos e profissionais na modalidade de educação a distância (EaD) após atendidos os critérios definidos nos itens anteriores. Sempre que necessário serão especificadas eventuais diferenciações entre níveis (mestrado ou doutorado) e modalidades (acadêmico ou profissional).

Condições asseguradas pela IES e infraestrutura

A instituição deve demonstrar a articulação da proposta com o Planejamento Estratégico da Instituição (PDI) em relação à proposta de curso novo na modalidade de EaD, apresentando justificativa da demanda, detalhamento da política de autoavaliação institucional e seus instrumentos autoavaliativos no ambiente da pós-graduação dentro da modalidade de EaD da instituição e do funcionamento dos polos.

Ressalte-se que a proposta deve ser de um programa independente e não uma complementação ou extensão de um curso presencial existente.

No caso de propostas relativas aos cursos profissionais, as instituições coordenadoras e colaboradoras devem manter articulação com ambientes profissionais complementares e suficientes para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem e que justifiquem a modalidade de EaD.

Os proponentes deverão disponibilizar acesso (tais como endereço, mídia, entre outros) ao ambiente virtual dedicado às atividades do curso para testagem e avaliação no momento da submissão da proposta de curso novo com todos os recursos disponíveis aos avaliadores indicados pela Coordenação de Área de Avaliação. Dentre os aspectos de relevância destacam-se a política de integridade, mecanismos de segurança, validação, identificação e proteção de dados elaborados para o combate à fraude nas atividades avaliativas a distância.

Os proponentes devem descrever o perfil da equipe técnica que apoiará os docentes na construção do sistema de ensino e aprendizagem de EaD como um todo, e seus diferentes elementos instrucionais, tais como a elaboração do ambiente virtual de aprendizagem, a elaboração dos materiais, entre outros aspectos relevantes e contar com equipe de apoio para a implementação e manutenção da tecnologia de educação a distância, tais como o ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de comunicação.

A modalidade de comunicação a distância das atividades didático-pedagógicas (ministração de disciplinas, estágios de docência, entre outras) deverá ser majoritariamente síncrona (docentes e discentes conectados ao mesmo tempo). As orientações de trabalhos de conclusão deverão ser obrigatoriamente síncronas.

A IES deve assegurar também a infraestrutura descrita a seguir.

Infraestrutura física e administrativa, tecnológica, pedagógica e de pessoal exigidas pela área de avaliação, para oferta de curso na modalidade de EaD.

Critérios para o funcionamento geral e dos polos

São critérios específicos da Área para o funcionamento em geral do Programa e, quando for o caso, do(s) seus(s) polo(s):

- (i) Explicitar na proposta se há ou não cursos presenciais na(s) região(ões) de atuação do novo curso proposto, seja ele de âmbito nacional ou com ênfase em polos específicos. Demonstrar em que medida a proposta se diferencia dos programas já existentes em sua região de atuação.

- (ii) No caso da existência do(s) polo(s) EaD este(s) deve(m) estar bem justificada na proposta do curso, vinculada à demanda no seu entorno geográfico para fins de instalação e de funcionamento.
- (iii) A existência de vínculo ao Sistema Universidade Aberta do Brasil comprovado pela CAPES e comprovação de experiência mínima de dez anos de oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* à distância;
- (iv) A descrição sobre a distribuição de tutores, monitores e de técnicos responsáveis pela manutenção das atividades pedagógicas previstas na proposta em cada polo de EaD, bem como da infraestrutura de informática.
- (v) Deve-se caracterizar a experiência prévia de docentes e da equipe técnica nas atividades de apoio em cursos de graduação ou de pós-graduação *latu sensu*, bem como a existência de vínculo empregatício e horas de dedicação compatíveis com as respectivas atividades. Assim, espera-se que a proposta traga de forma clara e com a respectiva comprovação a existência de capacitação específica de professores, tutores, monitores e técnicos nas atividades e metodologias específicas de apoio ao EAD.
- (vi) No caso da tutoria, discriminar tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e à distância), qualificação necessária por tipo de modalidade (Acadêmico e Profissional) e curso (Mestrado e Doutorado), explicitando diferenças e carga horária dedicada ao curso;
- (vii) A discriminação da carga horária presencial e à distância das disciplinas e demais atividades previstas na proposta;
- (viii) As especificações técnicas da infraestrutura física do Polo (velocidade da internet do polo de apoio presencial); modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura descritas na proposta, inclusive de reserva técnica; existência de computadores ou outros dispositivos similares que permitam o acesso à internet, com número mínimo de 75%, considerando a quantidade de vagas previstas no respectivo polo;

Outros critérios da área

No caso de cursos profissionais deve-se comprovar que o(s) respectivo(s) polo(s) EaD disponha(m) de ambientes para práticas profissionais adequados à sua proposta pedagógica. Assim, o curso e os seus polos EaD relacionados a estas atividades, quando for o caso de eles existirem, deverão ser identificados e estarem aptos como espaços que possibilitem as experiências específicas de ensino e pesquisa que caracterizam a área da Economia e que estejam em consonância com a proposta do programa, particularmente as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, bem como convergentes com perfil do corpo docente. Os tutores (presenciais e à distância) deverão ter formação compatível com o caráter profissional do curso.

As especificações técnicas da parte pedagógica: materiais didáticos (virtuais e impressos); atividades pedagógicas (regulares e complementares); recursos didáticos (fóruns e chats; vídeos; encontros presenciais; biblioteca virtual; webconferências; softwares estatísticos; uso de gráficos, mapas e fotos etc.). A descrição detalhada da biblioteca virtual (discriminando os textos clássicos e contemporâneos da área de Economia das disciplinas envolvidas).

Proposta do curso

A proposta de curso novo na modalidade de EaD deve atender aos critérios de admissibilidade (requisitos) previstos na legislação vigente. A proposta deverá indicar se há ou não cursos presenciais na(s) região(ões) de atuação do novo curso proposto, seja ele de âmbito nacional ou com ênfase em polos específicos. A partir disso, demonstrará em que medida a proposta se diferencia dos programas já existentes em sua região de atuação.

Seguem abaixo alguns requisitos necessários para a submissão. Estarão aptas para oferecer programas de pós-graduação *stricto sensu* à distância instituições que atendam a todos os requisitos abaixo referenciados:

I - Tenham o Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro);

II - Sejam credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos à distância, atendendo ao disposto na legislação específica vigente.

Nos casos em que não se aplica o uso do IGC, a instituição deverá possuir, no mínimo, um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo MEC, em funcionamento, com nota mínima de cinco (05) nos três últimos ciclos de avaliação dentro da Economia.

A proposta deverá apresentar manifestação consubstanciada dos proponentes e dos dirigentes da IES que justifique o uso da modalidade de EaD em contraposição à modalidade

presencial na Área, tendo como base as premissas de expansão do conhecimento para a formação científica, docente ou capacitação profissional desejadas.

A proposta deve descrever o perfil esperado do egresso e como será a trajetória do discente no processo de aprendizagem das disciplinas, concatenando os diferentes elementos tais como: avaliação; materiais instrucionais; previsão e detalhamento dos encontros presenciais; e atividades síncronas e assíncronas entre os professores e discentes, a exemplo de vídeo-tutoria. Em particular, deve descrever de forma objetiva:

a. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como os principais materiais, recursos e tecnologias apropriadas, mostrando que permitem desenvolver plenamente a proposta e suas finalidades pedagógicas.

b. Como será a comunicação entre o orientador e o orientado no processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso, contemplando as características específicas determinadas pelas Áreas de Avaliação no que diz respeito às atividades presenciais na orientação. No caso de uma orientação focada principalmente na interação por um aplicativo de comunicação virtual, deve-se especificar a frequência e tempos disponíveis do orientador por discente, seguindo as orientações das Áreas de Avaliação.

c. O processo de avaliação do discente durante o cumprimento de disciplinas, claramente detalhado em relação à metodologia aplicada no ensino, tais como trabalhos realizados em plataforma virtual, avaliações presenciais, relatórios de trabalho de campo, entre outros. No caso de contemplar avaliações presenciais, estas devem ser obrigatoriamente realizadas na própria IES coordenadora ou IES colaboradoras, na presença de um docente credenciado no programa conforme a legislação vigente.

d. Como será a interação discente durante o processo formativo, as possibilidades de trocas virtuais, desenvolvimento de trabalhos em conjunto, dentre outros.

e. Como se dará o processo de desenvolvimento e defesa do trabalho de conclusão do curso.

Caso haja proposta de associação entre IES, o número de IES envolvidas deve ser justificado tendo como base as necessidades apresentadas relativas à demanda de estudantes e profissionais nas regiões atendidas e, principalmente, pelas condições estruturantes necessárias e suficientes para oferecer um curso de qualidade acadêmico-científico, com plena assistência docente e focado nos objetos de formação desejados.

A proposta deverá prever e explicitar como será realizada a capacitação dos docentes e técnicos que estarão envolvidos na implantação do curso e na execução das suas atividades.

Caso sejam declarados capacitados, isso deverá ser formalmente documentado.

Ressalta-se que a proposta deve apresentar caráter *stricto sensu* distinguindo-se nitidamente de propostas *lato sensu* e de propostas presenciais.

A proposta deverá indicar: (i) o quantitativo de vagas a ser ofertado pelo curso e seus respectivos polos deve ser explicitado na proposta; e (ii) a relação de orientandos por orientador entre três e oito (ao ano). Para a análise do limite máximo de oito orientandos(as) por orientador(a) por ano, a Proposta deverá informar os vínculos das(os) orientadoras(es) com outros PPGs e suas respectivas orientações nos cinco últimos anos. Deverá ficar evidenciado que as(os) orientadoras(es) vinculadas(os) ao novo curso na modalidade EaD não excederão aquele limite no conjunto de suas orientações, considerando-se os demais PPGs e suas respectivas modalidades de funcionamento.

Regulamento do Programa

É necessário que o Regulamento descreva os modelos de avaliação (presenciais; a distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial) e esclarecer sobre a política de integridade para evitar fraudes nas atividades avaliativas a distância.

A área, devido as suas peculiaridades, exigirá que o curso/programa seja de 60% presencial. A proposta deverá informar como serão operacionalizadas as avaliações presenciais integralizadas neste percentual de 60%.

Corpo docente

Além dos critérios aplicáveis a propostas presenciais, a proposta de EaD ainda deve apresentar a descrição da experiência do corpo docente com a modalidade de EaD demonstrada e comprovada em IES credenciada pelo MEC para oferta de EaD, além da existência de Plano de Capacitação em EaD dos docentes e técnicos do Curso.

Deve-se comprovar que a integralidade do corpo docente tenha experiência prévia em cursos de EaD na graduação ou na pós-graduação *lato sensu* de (05) cinco anos ou mais.

Adicionalmente, pelo menos 50% dos docentes permanentes deverão comprovar experiência de (10) dez anos ou mais com EaD.

Produção Intelectual

Os parâmetros de avaliação da produção intelectual a serem adotados para as propostas de cursos na modalidade de EaD deverão ser os mesmos discriminados nos Documentos de Critérios de Avaliação das propostas na modalidade presencial da Área.

As propostas de cursos novos na modalidade EaD somente poderão ser apresentadas por instituições que tenham programas na área com Produção Intelectual avaliada como “Muito Bom” nas três avaliações anteriores.

Considerações adicionais da área

Para a área de Economia, os cursos de pós-graduação na modalidade à distância seguirão as normas vigentes aplicáveis a todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* presenciais, atendendo também às especificidades da legislação vigente.

A área observará a capacidade de o curso capilarizar a pesquisa e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação nas áreas mais afastadas dos principais centros urbanos, os quais concentram a maioria dos PPGs. Neste sentido, as novas propostas nesta modalidade deverão indicar claramente que a qualidade no desenvolvimento do respectivo projeto pedagógico será equivalente àquela alcançada pelos cursos presenciais. Ademais, as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa deverão contemplar as realidades socioeconômicas específicas das regiões que serão atendidas pelo novo curso ou de regiões similares em atividades desenvolvidas anteriormente.

Com isso, espera-se que a proposta possa demonstrar a capacidade de produzir conhecimento novo e aplicado às realidades locais, preservados os parâmetros de excelência acadêmica perseguidos pela área. Tal comprovação se dará pela descrição do perfil do corpo docente, dos projetos de pesquisa e da produção intelectual. Além da necessária coerência destes com a proposta do programa, há que se explicitar a experiência na realização de pesquisas aplicadas e de formação de recursos humanos com o uso das ferramentas utilizadas no EaD e que considerem as especificidades das regiões em que o curso estará presente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS

A área considera que há assimetrias regionais sempre que a localização do programa proposto se der em regiões cujas características demográficas e socioeconômicas dificultem a atração e fixação de doutores(as). A baixa densidade de doutores(as) é o principal fator limitante para a criação e a consolidação de novos programas em tais situações. Portanto, para enfrentar tal restrição há flexibilização do critério de número mínimo de docentes permanentes, conforme expresso no item 3.2 “Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE.

A área entende que seus documentos formais devem induzir a introdução de boas práticas nos programas, no tange à redução e, no limite, eliminação de desigualdades no acesso pleno ao ensino em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Estas, por sua vez, têm distintas origens e manifestações. As heterogeneidades que marcam a sociedade brasileira, sua demografia e organização institucional demandam tratamentos não lineares, de modo que se possa enfrentar as desigualdades nos termos concretos experimentados em cada realidade.

Assim, as propostas encaminhadas deverão ter políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade, nos termos a seguir.

- a) *Políticas Institucionais*: descrição das políticas e dos instrumentos para garantir inclusão e a permanência de segmentos da população que se encontrem sujeitos a formas negativas de discriminação.
- b) *Políticas do Programa*: descrição das políticas e dos instrumentos para garantir inclusão e a permanência de segmentos da população que se encontrem sujeitos a formas negativas de discriminação.
- c) *Descrição das boas práticas em Acessibilidade*: descrição das condições específicas de infraestrutura, as políticas e os instrumentos para garantir acessibilidade.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO À INTERDISCIPLINARIDADE

A área reconhece que o objeto de estudo em Economia demanda uma abordagem que é interdisciplinar por natureza. São muitas as interfaces das pesquisas realizadas na Economia com outras áreas, tais como Administração, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Engenharia, História, Medicina, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Zootecnia, Matemática, Estatística, dentre outras. A interdisciplinaridade poderá se expressar na proposta, principalmente, nos seus objetivos, perfil de discentes, linhas de pesquisa, projetos, ementas de disciplinas e suas referências bibliográficas, bem como na produção intelectual do corpo docente. Esta última deve ser pertinente à proposta do programa. Espera-se que as produções destacadas na proposta estejam em veículos aderentes à área de Economia e à proposta do programa ou, quando não for o caso de haver aderência à área, que tenha aderência clara à proposta do programa. A aderência à área se define pela produção em veículos que pertençam: (i) às bases indexadoras da área, tais como Repec, IDEAS e Econlit; (ii) às bases indexadoras de áreas próximas, no que se refere às subáreas específicas que apresentam interface com as bases da área; e (iii) a programas de pós-graduação, associações científicas, editoras etc., cujas formas de disseminação do conhecimento identifiquem a área. Assim, espera-se que a produção intelectual se concentre majoritariamente em veículos aderentes.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

DESPACHO Nº 19/2023 - DCEC/CCHL (11.00.25.05)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 07 de Dezembro de 2023

À Presidente do CD-CCHL,

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro,

Encaminhamos proposta de APCN para mestrado acadêmico em Economia, para apreciação no CD-CCHL, e, caso aprovado, encaminhamento para PRPG, para providências.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 07/12/2023 17:57)

KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO

Matrícula: 1019656

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **fb64ea74a6**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 341/2023 - CCHL (11.00.25)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 07 de Dezembro de 2023

A Secretaria do CD CCHL

Sinceros cumprimentos,

Encaminhamos o processo para designar relator(a).

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 07/12/2023 22:55)

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

DIRETOR

Matrícula: 2259488

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **f7cdfd4f76**



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras

Teresina, 07 de dezembro de 2023.

A Presidenta da Assembleia Departamental do DECON,

Professora Kellen Brito,

O presente parecer tem por objeto o processo no 23111. 060208/2023-61, de autoria do Departamento de Ciências Econômicas – CCHL/UFPI. Trata o referido processo de parecer sobre submissão de proposta de APCN.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Nome do Programa: Programa de Pós-Graduação em Economia

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco)

Disciplinas: 3 obrigatórias e 3 optativas

Docentes permanentes: 9

Docentes colaboradores: 2

Periodicidade da seleção: Anual

Duração mínima: 12 meses

Duração máxima: 30 meses

Número de vagas ofertadas:

APRECIÇÃO:

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, diante das históricas políticas regionais ineficientes que não foram capazes de reverter o referido cenário econômico, tornando-o ainda amplamente dependente de transferências governamentais.

O Programa de Pós-Graduação em Economia possui os seguintes objetivos:

1. Propiciar a ampliação dos conhecimentos nos fundamentos econômicos e históricos do desenvolvimento, articulando as aplicações práticas do desenvolvimento de forma inclusiva e sustentável.
2. Construir suporte teórico-metodológico e epistemológico para tomada de decisões na formulação de planos e projetos de desenvolvimento.
3. Desenvolver capacidades de planejamento e de avaliação de políticas econômicas de desenvolvimento.
4. Possibilitar a avaliação dos cenários econômicos internacionais e nacionais nas estratégias de desenvolvimento regional e local.
5. Desenvolver habilidades e estratégias para o exercício do tripé ensino, pesquisa e extensão do magistério superior diante das grandes transformações internacionais.

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam 3 disciplinas obrigatórias, Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia; serão ofertadas também 3 disciplinas optativas por linha de pesquisa, todas em consonância com a área de concentração do curso. Estão previstos no programa também as atividades de Seminário de dissertação, Atividade Programada, Estágio de Docência; Qualificação e Elaboração da Dissertação.

Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, e responde à demanda de egressos e do mercado de trabalho local. Isto porque, por um lado, a UFPI é a única instituição de ensino superior em Teresina, que oferta o curso de Ciências Econômicas e, por outro, pelo fato do estudo do Desenvolvimento econômico abrir caminho para o entendimento de relevantes questões econômicas que podem auxiliar na promoção do desenvolvimento da cidade de Teresina e do Estado do Piauí.

O grupo de docentes signatários, embora em sua maioria, tenha ingressado recentemente na instituição, vem se organizando em grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico do estado. Os docentes listados na proposta apresentam experiência em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, de Monitoria e de Iniciação Científica. Além disso, demonstram capacidade de liderança de pesquisa demonstrada pela produção intelectual, bem como desenvolvem projetos de extensão relacionados ao movimento humano que permitem a aproximação da Universidade à comunidade.

PARECER:

Dessa forma, considerando a relevância do Programa para a Universidade e, ainda, para o desenvolvimento social e econômico do estado e da região, meu parecer **é favorável** a implantação do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia.

Atenciosamente,



Helton Neves Canguçu Oliveira

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DECON, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI, REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, NA SALA VIRTUAL MEET

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, de nove horas às nove horas e quarenta minutos, na sala virtual do aplicativo Google Meet, pelo endereço eletrônico <http://meet.google.com/vkw-foch-ya>, ocorreu a Assembleia Extraordinária do Departamento de Ciências Econômicas. Estiveram presentes os(as) professores(as) Caio Matteucci de Andrade Lopes, Edivane de Sousa Lima, Fernanda Rocha Veras e Silva, Francisco Evandro de Sousa Santos, Francisco Prancacio Araújo de Carvalho, Helton Neves Canguçu Oliveira, Jaíra Maria Alcobaça Gomes, Juliano Vargas, Kellen Carvalho de Sousa Brito, Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira e Thiberio Mota da Silva. A Assembleia teve por pauta o único ponto: 1) Apreciação da proposta de APCN (Mestrado em Economia) de Ciências Econômicas. No **primeiro ponto de pauta**, a presidente da assembleia solicitou a leitura do parecer favorável elaborado pelo Prof. Helton Canguçu, que sem discussão, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Como mais nada houve a tratar, lavrou-se a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes na próxima Assembleia do Departamento de Ciências Econômicas.

Teresina, 07 de dezembro de 2023



Kellen Carvalho de Sousa Brito
Chefe do DECON - CCHL/UFPI



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras

Teresina, 11 de dezembro de 2023.

Senhora presidente e demais Conselheiros,

O presente processo de n. 23111.060208/2023-61, de autoria do Departamento de Ciências Econômicas – CCHL/UFPI, trata-se de solicitação de apreciação e deliberação sobre a proposta de APCN do curso de Mestrado Acadêmico em Economia.

Além do APCN, foram anexados ao processo o parecer do professor Helton Neves Canguçu Oliveira, favorável à aprovação da proposta e a ata da Assembleia do Departamento de Economia realizada dia 07 de dezembro de 2023, na qual consta aprovação por unanimidade do APCN.

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de egressos do curso de Economia da UFPI, que já teve 60 turmas formadas em graduação em Ciências Econômicas, e de outras IES do Piauí e de fora do estado. Suas linhas de pesquisas visam contribuir ativamente com as transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, contribuindo para reverter as assimetrias regionais, políticas regionais ineficientes, desigualdades econômicas que favorecem a manutenção da dependência de transferências governamentais.

A proposta de Mestrado em Economia tem como área de concentração Economia e Desenvolvimento e duas linhas de pesquisa: Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco), com 09 professores permanentes e 02 colaboradores.

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam 3 disciplinas obrigatórias, Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia; serão ofertadas também 3 disciplinas optativas por linha de pesquisa, todas

em consonância com a área de concentração do curso. Estão previstos no programa também as atividades de Seminário de dissertação, Atividade Programada, Estágio de Docência; Qualificação e Elaboração da Dissertação.

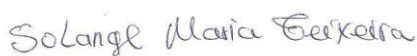
Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, tem um quadro docentes de jovens doutores e outros com amplas experiências em orientações de mestrado e doutorado e com uma consistente produção bibliográfica.

Considerando a necessidade de um curso de pós-graduação stricto sensu em Economia, o foco das pesquisas do quadro docente, das linhas de pesquisas previstas e da possibilidade de novas pesquisas de discentes sobre a realidade econômica do estado, sobre o desenvolvimento regional torna o APCN importante na UFPI e no CCHL em específico, sou de parecer **favorável** a implantação do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia.

Para melhoria da proposta de APCN sugiro que seja melhorada a justificativa do curso (mais incisiva, direta e com dados), que seja incluída os Núcleos de Pesquisa e Diretórios que darão suporte para o Programa, revisar alguns currículos lattes no qual possíveis docentes não tem projeto de pesquisa ativos em andamento e criar dois projetos guarda-chuva, um para cada linha, como o já existentes Desenvolvimento Regional no Nordeste: o caso do Piauí, mas alguns professores que compõem a equipe de pesquisadores não o registraram no lattes.

Atenciosamente,



Conselheira Solange Maria Teixeira

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

DESPACHO Nº 347/2023 - CCHL (11.00.25)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 11 de Dezembro de 2023

À PRPG,

Prezada senhora Pró-reitora,

Encaminhamos o presente processo, tendo em vista o parecer favorável da Conselheira Relatora Profa. Solange Maria Teixeira e aprovação por maioria na 640ª Reunião Ordinária do Conselho Departamental do CCHL, ocorrida em 11.12.2023, para os trâmites.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 11/12/2023 23:34)

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

DIRETOR

Matrícula: 2259488

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **a78b7b4d4c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO	kellenbrito@ufpi.edu.br	2019656
Assunto Detalhado:		
PROPOSTA DE MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA		
Unidade de Origem:		
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/CCHL (11.00.25.05)		
Criado Por:		
KELLEN CARVALHO DE SOUSA BRITO		
Observação:		

[illegible]



PORTARIA N.º 38, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

Constitui Comissão com vistas à elaboração de
APCN nível de Mestrado Acadêmico em
Economia/CCHL/UFPI.

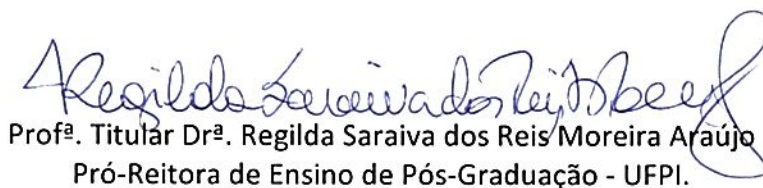
A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Constituir Comissão com vistas à elaboração de APCN nível de Mestrado Acadêmico em Economia – CCHL/UFPI, da forma como segue:

- Prof. Dr. Juliano Vargas - Presidente
- Profª. Drª. Fernanda Rocha Veras e Silva - Membro
- Prof. Dr. Francisco Prancacio Araújo de Carvalho - Membro
- Prof. Dr. Caio Matteucci de Andrade Lopes - Membro
- Prof. Dr. Thiberio Mota da Silva - Membro
- Profª. Drª. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira - Membro
- Profª. Drª. Edivane de Sousa Lima - Membro
- Prof. Dr. João Soares da Silva Filho - Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFPI.


Profª. Titular Drª. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação - UFPI.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROPOSTA DE MESTRADO EM ECONOMIA

Teresina
Janeiro, 2024

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	3
1.1	Contextualização institucional e regional da proposta	3
1.2	Justificativa para a proposta	5
2	HISTÓRICO DO CURSO	8
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA	12
3.1	Infraestrutura acadêmica	12
3.2	Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa.....	13
3.3	Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI	13
3.3.1	<i>Salas para docentes</i>	14
3.3.2	<i>Bibliotecas</i>	14
3.4	Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI	18
3.4.1	<i>Informações Complementares</i>	22
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE.....	24
5	COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO.....	26
6	POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO	29
7	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	31
8	DETALHAMENTO DO CURSO.....	33
8.1	Objetivos	33
8.2	Perfil do Mestre em Economia.....	34
8.3	Área de concentração e linhas de pesquisa	35
8.3.1	<i>Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico</i>	35
8.3.2	<i>Linhas de pesquisa</i>	36
8.4	Estrutura curricular.....	37
8.5	Ementário e referências bibliográficas	40
8.5.1	<i>Disciplinas obrigatórias</i>	40
8.5.2	<i>Disciplinas Optativas</i>	44
8.5.3	<i>Outras disciplinas</i>	62
8.6	Corpo Docente	63
8.6.1	<i>Dados Pessoais</i>	63
8.6.2	<i>Formação acadêmica / Vínculo profissional</i>	64
8.6.3	<i>Produção</i>	65
9	PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	66
10	POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA	85
11	COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA.....	87
	REFERÊNCIAS	90

DADOS GERAIS

a. DA INSTITUIÇÃO

- **Código da IES:** 21001014
- **CNPJ:** 06.517.387/0001-34
- **Nome da IES:** Fundação Universidade Federal do Piauí
- **Sigla da IES:** UFPI
- **Site:** www.ufpi.br
- **Endereço:** *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga
- **Logradouro:** Avenida Universitária
- **CEP:** 64049-550
- **Cidade:** Teresina
- **Estado:** Piauí
- **Telefone:** (086) 3215-5511
- **E-mail:** secretariareitor@ufpi.edu.br
- **Esfera administrativa:** Federal

b. DO REITOR

- **CPF:** 077.579.563-15
- **Nome:** Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes
- **E-mail:** reitor@ufpi.edu.br

c. DO PRO-REITOR

- **CPF:** 287.255.143-34
- **Nome:** Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira de Araújo
- **E-mail:** prpg@ufpi.edu.br

d. DO COORDENADOR DA PROPOSTA

- **CPF:** 003.435.710-64
- **Nome:** Juliano Vargas
- **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br

PROPOSTA DO CURSO

- a. **Área de conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas
- b. **Título:** Mestrado em Economia
- c. **Tem graduação na área ou área afim:** SIM, desde 4 de março de 1976, pelo Ato da Reitoria número 36/76 - UFPI.
- d. **Nível do curso proposto:** Mestrado Acadêmico
- e. **Situação do curso:** Proposta nova
- f. **Número de vagas:** 11 vagas

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- a. **Dados do Coordenador**
 - **CPF:** 003.435.710-64
 - **Nome:** Juliano Vargas
 - **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br
 - **Fone:** (86) 98177-3323
- b. **É associação:** NÃO

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1 Contextualização institucional e regional da proposta

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem mostrado um excelente desempenho no ensino de Pós-Graduação tanto no âmbito *Stricto Sensu* como *Lato Sensu*. Este foi iniciado em 1977 e abrange Cursos de Especialização e outros Programas.

A Pós-Graduação na UFPI foi institucionalizada a partir da Resolução Nº 106/1977 do Conselho Diretor da Fundação. A partir de uma alteração do Estatuto da Universidade foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em 22 de dezembro de 1977. Já no ano de 2013, devido à necessidades que se fizeram prementes, a Pró-Reitoria foi dividida e, pela Resolução Nº 01/2013-CONSUN, foram criadas as Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa (hoje, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação). A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação é diretamente subordinada à Reitoria. A Universidade Federal do Piauí atualmente possui 43 Programas de Pós-Graduação, sendo 33 Mestrados Acadêmicos (1 em associação), 08 Mestrados Profissionais, 18 Doutorados Acadêmicos, 02 Doutorados em Associação, 01 Doutorado Profissional, com oferta de 63 cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

A Pós-Graduação da UFPI, respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil, vem alcançando patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento.

O curso de mestrado acadêmico em Economia volta-se para o estudo e o combate às assimetrias regionais, com ênfase no Nordeste, possuindo como área de concentração o Desenvolvimento Econômico. Desta forma, incorpora-se na política de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí que é a principal instituição responsável pela transformação econômica e social do estado, através da busca de soluções de problemas que historicamente o colocam nas piores posições quanto aos indicadores econômicos e sociais.

O Mestrado em Economia é de suma importância na medida em que se propõe discutir a questão do desenvolvimento regional, capacitando profissionais para a realização de

atividades de pesquisa, ensino, consultoria e planejamento nas esferas pública e privada. Para tanto, o curso foi estruturado em cima de uma dimensão teórica, que possibilita o acesso às questões básicas para a compreensão e interpretação do arranjo espacial das atividades econômicas em diferentes regiões, e de uma dimensão aplicada relativa à construção de indicadores que possibilitarão a construção de uma base dados, imprescindível para a análise do processo de desenvolvimento e de estudos comparados entre regiões e localidades.

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, diante das históricas políticas regionais ineficientes que não foram capazes de reverter o referido cenário econômico, tornando-o ainda amplamente dependente de transferências governamentais.

É preciso, portanto, alavancar políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis que só serão possíveis a partir de uma discussão *in loco* dos problemas regionais, compatíveis com a proposta do curso citado. Aliado a isso, a capacitação de profissionais de nível superior é um instrumento eficaz na transformação de concepções do contexto local, um importante mecanismo para alcançar melhorias socioeconômicas. O curso busca qualificar graduados em ciências econômicas.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, e responde à demanda de egressos e do mercado de trabalho local. Isto porque, por um lado, a UFPI é a única instituição de ensino superior em Teresina, que oferta o curso de Ciências Econômicas e, por outro, pelo fato do estudo do Desenvolvimento econômico abrir caminho para o entendimento de relevantes questões econômicas que podem auxiliar na promoção do desenvolvimento da cidade de Teresina e do Estado do Piauí.

1.2 Justificativa para a proposta

Vale ressaltar o efeito multiplicador da inserção desses docentes nos cursos de mestrado de doutorado em áreas afins, no sentido de favorecer a qualificação de professores do próprio departamento e de outras instituições como UFDPAr, IFPI e inúmeros economistas egressos, que atuam na esfera pública e privada estadual e municipal, estudando assuntos da economia regional, rural, ambiental e políticas, bem como temas transversais.

Agrega-se também a articulação com discentes da graduação de Economia, a partir dos TCCs e iniciação científica, com aporte de bolsa da UFPI e CNPq. Estes tiveram oportunidades de participar de projetos com parceria intencional (Universidades alemãs e Universidade italiana) e em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB), Fundação de Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CNPq, FINEP e Emenda parlamentar de piauiense e do Programa Ciência sem Fronteira do CNPq.

Este quadro nos revela o grande interesse dos egressos do Curso em continuar seus estudos na área de economia e que muitas vezes migraram para estes cursos afins por falta de opção no estado do Piauí e as restrições impostas nas oportunidades de cursos de pós-graduação em outros Estados.

O ambiente acadêmico recente da UFPI tende para consolidação dos mestrados e doutorados institucionais e em rede, e apoiar a implantação de cursos em áreas de conhecimento faltantes, o que coincide com a renovação no corpo docente do Curso de Ciências Econômicas nas áreas de teoria econômica e métodos quantitativos e a conclusão do processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas (pareceres e resoluções de 2004, 2005, 2006 e 2007 do CNE).

As transformações na sociedade, o desenvolvimento da ciência e suas implicações no mercado de trabalho forjaram a necessidade de adequações e ajustes sistemáticos no currículo do Curso de Ciências Econômicas buscando a melhoria do processo de formação profissional. Neste contexto, em 2017, iniciou-se um processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas que finalizou apenas no primeiro semestre de 2018.

A discussão possibilitou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico e Conteúdos Curriculares que apontam para as novas necessidades da economia contemporânea exigindo

novas competências e habilidades dos formandos sem, contudo, relegar o caráter plural das ciências econômicas e da formação ética dos economistas.

Também apontou para a necessidade de consolidar o ensino de Ciências Econômicas na IES, e no próprio estado, avançando para a necessidade de implantação do programa de pós-graduação, em nível de mestrado, com área de concentração e linhas de pesquisa centradas nas questões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, com objetivo de formar capacitações humanas sólidas para atuar na economia do desenvolvimento, e cumprindo o papel de gerar novos conhecimentos para ações, políticas e estratégias de desenvolvimento regional, territorial e local, em um Estado da região Nordeste recheado de disparidades intra-municipais e que vem transitando ente o cresce e se desenvolver numa perspectiva diferente, conforme indica o Plano Piauí 2030 (SEPLAN) como vetores estratégicos para a economia piauiense: a agricultura familiar, o agronegócio, a energia eólica, solar e hidrogênio verde, mineração, turismo e serviços. E a meta estabelecida pelo estado para 2030, quais sejam, Piauí Desenvolvido e Sustentável, com elevação do IDH para 0,80.

Portanto, o Curso de Economia, empreendeu um esforço coletivo ao longo de 47 anos de construção de ensino, pesquisa e extensão, possuindo um estoque de egressos a objetivar a formação em nível de mestrado em Economia e impulsionar a competitividade no mercado de trabalho acadêmico e de instituições públicas e privadas, contará também com a demanda dos economistas oriundos da graduação em economia na UFDpar, e de outros Estados, ponderando que o perfil sócioeconômico do egresso é de maioria das famílias de renda baixa, muitos dos municípios do interior do estado, e menos de 10% destes galgaram curso de mestrado.

É o momento da UFPI construir capacitações humanas e garantir acesso equitativo às oportunidades humanas no campo das Ciências Econômicas. Formaram-se 60 turmas de economistas que atuam nas mais diferentes áreas profissionais. Esta trajetória é resultado do compromisso de gerações de docentes e discentes que escolheram a profissão acreditando nas ciências econômicas e no que elas podem fazer pela melhoria da qualidade de vida.

Vale destacar que, no âmbito do Piauí, existem presencialmente apenas dois cursos de graduação em Ciências Econômicas (um na UFPI, em Teresina, e outro na UFDPar, na cidade de Parnaíba), sem haver nenhum mestrado em Economia, seja profissional, seja acadêmico. Nesse sentido, é de fundamental importância para o avanço socioeconômico o estado do Piauí,

para a sociedade piauiense e para os discentes e docentes da instituição a concretização da iniciativa de implantar um mestrado Strictu Sensu na instituição.

É importante ressaltar que a proposta do mestrado em economia da UFPI tem enfoque novo e complementar ao desenvolvimento da graduação em Ciências Econômicas, contribuindo para a formação em economia regional e avaliação de políticas, assim como conhecimento de métodos aplicados a realidade regional, que pode favorecer o desenvolvimento do Piauí em sua inserção regional e internacional.

HISTÓRICO DO CURSO

No contexto de transformações da década de 1960, foi criada, pela União (Lei n. 5.528), sob a forma de Fundação, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo efetivamente instalada em 1971. Entre 1971 e 1978, oferecia 35 cursos, sendo 18 de Licenciaturas, 4 de Tecnólogos e 13 de Bacharelados.

Assim, em 4 de março de 1976, o Ato da Reitoria n. 33, autorizava o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí. O Curso estava vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, no então Instituto de Ciências Humanas e Letras – atualmente Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e iniciou com 53 alunos cadastrados (27 ingressantes pelo vestibular e 23 transferidos). O Departamento de Ciências Sociais também era responsável por mais três cursos regulares: Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (criado em 1972 e extinto depois da criação do curso de Economia), Ciências Contábeis (em 1976) e Serviço Social (em 1977). O Curso de Ciências Econômicas obteve reconhecimento pela Portaria n. 085, de 16 de janeiro de 1981, do Ministério da Educação

A criação do Curso de Ciências Econômicas teve como fator motivador principal o mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de curta duração em Técnico em Programação Econômica e Econômico (TPEPA) não atendia mais as demandas de mercado por profissionais com formação em economia (bacharelado). Além do que, os egressos de próprio curso de TPEPA pressionavam pela complementação de um curso superior de duração plena.

Salienta-se a disponibilidade de profissionais economistas, especialmente no sistema estadual de planejamento - Secretaria de Planejamento e Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cepro) para compor corpo docente inicial do Curso de Ciências Econômicas, e viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses docentes, graduados em Economia em Universidades da região Nordeste e Sudeste, alguns originários de outros estados do Brasil, impulsionaram o ensino teórico, com prevalência da abordagem histórica-estruturalista e voltado para compreender questões econômicas regionais e locais.

As questões teóricas e empíricas do crescimento e desenvolvimento econômico da região Nordeste e do estado do Piauí desde já marcaram a graduação de Economia debatida pelos docentes/autores da publicação Piauí, Realidade e Desenvolvimento da Fundação Cepro.

É notório que a inclusão dos economistas da Fundação Cepro no quadro de docentes do curso, abriu os caminhos para vários discentes iniciarem atividades de pesquisa por meio do estágio curricular nos órgãos estaduais

No que diz respeito à estrutura administrativa, em abril de 1982, foi instituído o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (DCEA) pelo então Reitor prof. José Camillo da Silveira Filho, passando a ter sob sua responsabilidade os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Com base no número de alunos matriculados na UFPI, no segundo período letivo de 1982, constatou-se que das 7.223 matrículas na IES, 38,82% eram nos cursos de graduação vinculados ao CCHL e que o DCEA era responsável por 11,13% do total geral de matrículas na UFPI, este indicador mostrava o interesse pelos cursos lotados no DCEA, incrementado pela transferência de discentes para o Curso de Ciências Econômicas, comum na IES à época, resultou, em pouco mais de cinco anos, em transformá-lo no maior da UFPI em número de alunos cadastrados (578).

Diante do crescente número de discentes matriculados ocorreu um Seminário de Avaliação, realizado em 1983, com os objetivos de diagnosticar os problemas e apontar as saídas para melhor qualidade no processo de formação dos economistas. Duas das proposições do Seminário foram concretizadas nos dois anos seguintes: a contratação de novos professores e a implantação da Coordenação do Curso.

A contratação de novos professores estava fundamentada no fato de que do total de 23 professores lotados no DCEA atuando no Curso de Ciências Econômicas, em 1983, 17 professores em atividade, três afastados para cursos de pós-graduação e três à disposição de órgãos governamentais. Do total em atividade, 14 professores possuíam regime de trabalho em tempo parcial (20 horas) e três em tempo integral (40 horas), enfrentava segundo um Seminário de Avaliação, havendo a necessidade de ampliação do quadro de professores.

O Curso de Ciências Econômicas passou a contar com novos docentes. Em 1984, por meio do primeiro concurso público para professor do Curso. O concurso imprimia também uma nova característica, que era a formação do quadro de docentes com a participação de egressos do próprio curso. Neste concurso, dos seis novos contratados três eram formados em economia na UFPI, reflexo do compromisso na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho.

O curso de Ciências Econômicas passaria a partir de então a contar com 29 professores. As novas contratações reforçaram o quadro docente no que respeita a regime de trabalho e qualificação. O número de professores em regime de tempo integral do curso elevou-se para 16, alguns com Dedicção Exclusiva (DE). Crescia também o número de mestres no Curso, visto que alguns dos novos professores estavam concluindo o mestrado (o Curso contava apenas com um doutorando).

Em 1984, também foi criada a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas que teve participação fundamental para o processo de implantação do novo currículo que se concretizou entre os anos 1984-1988, com a aprovação em Assembleia Departamental, em junho de 1988, do Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas da UFPI. Em 14 de fevereiro de 1990, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) aprovou a proposta do Novo Currículo Pleno e também as normas regulamentares da Monografia (Resolução n. 002/1990 do Cepex e Resolução n. 003/1990). No ano seguinte, o Cepex homologou e ratificou a decisão do Conselho Departamental do CCHL em relação à equivalência de currículo (Resolução n. 13/1991 e Resolução n. 017/1991).

O ambiente de mudanças internas no Curso de Economia acompanhava o movimento de articulação nacional para a construção do novo currículo que potencializou importantes transformações no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFPI. Os debates e reflexões entre profissionais, professores e estudantes sobre os princípios gerais da reforma que resultou na elaboração de um relatório final, coordenado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), e fundamentou o prof. Armando Dias Mendes (Universidade Federal do Pará) na elaboração do Parecer n. 375 de 1984, do Conselho Federal de Educação, que aprovou o novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas, o qual passou a ter como principal diretriz o ensino pautado na pluralidade do pensamento econômico.

A mobilização de professores e estudantes pela implantação do novo currículo desencadeou o movimento pelo desmembramento do DCEA em dois departamentos: Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas (DCCA) e Departamento de Ciências Econômicas (Decon), o que de fato aconteceu em novembro de 1985. O Decon, a Coordenação do Curso e o corpo docente e discente assumiram a tarefa de encaminhar o processo de implantação do novo currículo.

Em junho de 1988, fora aprovado pela Assembleia Departamental o Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas, estruturado com uma base curricular e docente que lhe conferia a identidade de formação pluralista, comprometido com o estudo da realidade brasileira e com o princípio do senso ético de responsabilidade social de que a profissão deve investir-se.

A década de 1990 traz a consolidação do novo currículo, promoção de atividade de extensão por meio de debates – Projeto Sexta Básica sobre a conjuntura econômica nacional e internacional e o estímulo à produção científica do corpo docente, com a organização do Informe Econômico, veículo de publicação do Departamento de Economia.

A pesquisa em temáticas nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico, economia regional e economia agrária e dos recursos naturais foram sendo desenvolvidas pelos docentes em processo de qualificação nos cursos mestrado e doutorado em instituições como Unicamp, ESALQ/USP, USP, UFC, UFPB, dentre outras, que ao retornarem nos anos 2000 dos cursos de pós-graduação moldaram uma nova configuração do corpo docente que alavancou a inserção dos discentes nos programas de iniciação científica da UFPI e melhor qualidade na elaboração dos trabalhos de conclusão do curso de graduação (TCC).

Nesta época a UFPI incrementou ações para implantação de programas de pós-graduação, de modo especial no CCHL e programas multidisciplinar/interdisciplinar, a partir do agrupamento de professores doutores em áreas de conhecimento afins, diante ainda de um número reduzido de doutores com perfil para pós-graduação e atendimento dos critérios exigidos pela CAPES para pleitear curso de pós-graduação em área específica, como por exemplo, em Economia.

Neste cenário professores/doutores do Decon foram convidados a ingressarem nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência Política, História Gestão Pública para atuarem como docentes permanente, engajando seus projetos de pesquisa nos eixos vinculados a economia regional, desenvolvimento e políticas públicas, contribuindo para o reforço da base de ensino, pesquisa e extensão do Curso e também a criação de grupos pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil - CNPq e núcleos de pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA

1.3 Infraestrutura acadêmica

Atualmente, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com 159 ambientes, distribuídos em, 111 salas de aula, 3 auditórios, 15 laboratórios de ensino, 8 salas para núcleos de pesquisas, 3 salas para projetos de extensão, 2 salas para empresa júnior, 5 laboratórios de informática, 2 Salas para acervo de publicações do CCHL e 11 salas para Centros Acadêmicos (Tabela 1; Quadro 1).

Tabela 1 - Infraestrutura acadêmica do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI – 2023

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
Salas de publicações do CCHL	Acervo	2
Auditório Noé Mendes	Auditório	1
Auditório Camilo Filho	Auditório	1
Auditório Socorro Lira	Auditório	1
Empresas Juniores	Empresa escola	2
Laboratórios de Informática	Laboratório	5
Laboratório de Geomática	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Cartografia	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Práticas Educacionais	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Ensino	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Línguas	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Investigação Social	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Edição de Vídeos	Laboratório de Ensino	1
Laboratórios de Estudos e Pesquisa	Laboratório e ensino	4
Núcleo de História Oral	Núcleo de Pesquisa	1
NEP	Núcleo de Pesquisa	1
Núcleos de Pesquisa	Núcleo de Pesquisa	5
NUPEC	Núcleo de Pesquisa	1
PET de serviço social	Projeto de Extensão	1
PET de filosofia	Projeto de Extensão	1
PET de história	Projeto de Extensão	1
Sala de aula	Sala de Aula	103
Mestrado de Geografia	Sala de Aula	1
Mestrado Sociologia	Sala de Aula	1
Mestrado em Antropologia	Sala de Aula	2
Cultura Francesa	Sala de Aula	2
Mestrado em Letras (estudo da linguagem)	Sala de aula	1
Mestrado em Letras (estudos literários)	Sala de aula	1
Salas de estudo individuais (40 estudantes)	Sala de estudos	2
Salas de estudo em grupo para discentes	Sala de estudos	2
Centros Acadêmicos	Sala de uso de discentes	11
TOTAL		159

Fonte: Elaboração própria com dados da PREUNI (2019).

Quadro 1 - Relação dos laboratórios do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI - 2023

Laboratórios do CCHL	Sala	Prédio
Laboratório de Informática da Graduação	300	Principal
Laboratório de Práticas Educacionais	326	Principal
LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	306	Principal
Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	323	Principal
Laboratório de Ciências de Dados e Metodologia em Ciência Política*	328	Principal
Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (GEOTEC) – Prof. João Gabriel Baptista	332	Principal
Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais GEOAMBIENTE – Prof. Luciano Ferreira Rodrigues	335	Principal
Laboratório Geomática – LAGEO – Prof. Agostinho Paula Brito Cavalcante	336	Principal
Laboratório de Climatologia Geográfica – TUPÃ – Prof. ^a Augusta Ferreira da Silva Lopes	337	Principal
Laboratório de Solos e Sedimentos – PEDONPI – Prof. José Ferreira Mota Júnior	339	Principal
Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais – Prof. ^a Bertha Becker*	344 A	Principal
ERIC - <i>English Resource Information Center</i>	345	Principal
Laboratório de Línguas	17	Principal
Laboratório de Informática e Multimídia para as Ciências Econômicas*	38	Principal
Laboratório de Informática da Pós-Graduação – Prof. Airton Sampaio*	P-35	Bloco C

Fonte: Elaboração própria.

* Laboratórios em processo de implantação

1.4 Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI possui infraestrutura administrativa exclusiva, funcionando na sala 037, no Centro de Ciências Humanas e Letras, com a seguinte infraestrutura física:

- 01 (uma) sala de coordenação
- 01 (uma) sala de reunião
- 06 (seis) computadores para utilização administrativa interligados à *internet*
- 01 (uma) impressora multifuncional
- Laboratório do Banco de Dados do DECON (com computadores disponíveis para utilização dos discentes).

1.5 Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI

Como estrutura complementar ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI, conta-se com a seguinte infraestrutura física:

1.5.1 Salas para docentes

Os docentes vinculados ao centro de ciências humanas e letras contam com 12 gabinetes privativos, que acomodam os 21 professores efetivos do Departamento, para o exercício de suas atividades acadêmicas.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.5.2 Bibliotecas

1.5.2.1 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB)

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) apresenta área total de 4194,81 m² e está subordinada à Reitoria. Atualmente coordena 9 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI e dispõe de conexão com a rede mundial de computadores na qual os usuários têm à disposição conexão de INTERNET (WI-FI) profissional e o Espaço Digital Santander Universidades, equipado com 15 (quinze) computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando conforto e agilidade para as pesquisas. O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30 de 2ª a 6ª feira e de 08h:00 às 12h:00 aos sábados. Dispõe de sistemas computadorizados LILACS, MEDLINE, COMUT e INTERNET e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES, permitindo aos discentes e docentes o acesso a uma variedade de informações, incluindo textos completos de artigos de cerca de 2000 revistas científicas nacionais e estrangeiras, publicados a partir de 1995.

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- a) **Portal de Periódicos da Capes:** o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;

- b) **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut):** a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- c) **Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU):** é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

I. Política de aquisição de livros

A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas por professores observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e projetos institucionais a nível nacional. As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições diretamente a Seção de Intercâmbio e Aquisição. As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais.

II. Caracterização do acervo da biblioteca

i) Material bibliográfico

- Oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico da biblioteca através da INTERNET e terminais in loco.

ii) Coleções

- Referência: dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência Legislativa, etc.;
- Coleção didática: livros técnicos científicos e teses que abrangem todas as áreas do conhecimento;
- Coleção Piauí: livros sobre nosso estado e de autores Piauienses;
- Multimeios: microfilme, microficha, vídeos, discos, cassetes, disquete e cd-rom etc.;

- Mapoteca: plantas, mapas e globo terrestre;
- Periódicos: jornais, revistas especializadas, boletins, etc.;
- Obras raras publicações de edições esgotadas de valor literário.

iii) Acervo bibliográfico por área de conhecimento

O acervo bibliográfico total do SIBi-UFPI é composto por 77.414 títulos e 235.920 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, discriminada nas tabelas 2 e 3, a seguir:

Tabela 2 - Acervo total livros por área de conhecimento das Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	3.580	9.567
Ciências Biológicas	3.025	9.278
Ciências Exatas e da Terra	2.918	8.783
Ciências Humanas	12.098	29.074
Ciências Sociais Aplicadas	8.950	24.497
Engenharias	1.314	3.719
Linguística, Letras e Artes	5.656	12.465
TOTAL	34.971	90.925

Fonte: do SIBi-UFPI

Tabela 3 - Periódicos nacionais e estrangeiros disponíveis por área do conhecimento Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	FASCÍCULOS
Ciências Agrárias	2	12
Ciências Biológicas	102	4.212
Ciências da Saúde	204	8.535
Ciências Exatas e da Terra	191	9.770
Ciências Humanas	475	9.694
Ciências Sociais Aplicadas	538	19.242
Engenharias	64	4.559
Linguística, Letras e Artes	53	836
TOTAL	1.629	56.860

Fonte: do SIBi-UFPI

iv) Produtos e serviços:

- Visitas orientadas;

- Exposições e promoções de eventos;
- Treinamento de usuários;
- Programa PALPTEX (OPAS/OMS).

v) Internet:

- Sala de projeção;
- Videoteca (TV, Vídeo e DVD);
- COMUT/BIREME;
- Campanhas educativas;
- Orientação na normalização de publicações técnico-científicos.

vi) Serviços Informatizados:

- Sistema - SAB oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e periódicos da biblioteca através da internet e terminais in loco;
- Empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI;
- Reserva e renovação de publicações on-line via internet e em terminais de autoatendimento;
- Portal da biblioteca na internet funciona no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

vii) Portal periódico da Capes:

- Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de ensino superior e de pesquisa em todo o país tem acesso imediato a produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES;
- Oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas nacionais estrangeiras e mais de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as

áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na internet;

- Na área de Economia, são 1.199 disponíveis, no ano de 2023;
- O uso do portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições;
- Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do país ganha em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do portal que está em permanente desenvolvimento.

viii) Ferramentas e aplicativos de gestão da biblioteca:

- A biblioteca possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via *www*, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na biblioteca e laboratórios de informática disponíveis de segunda a sábado na IES;
- O software implantado na biblioteca (SAB.net@), foi projetado em linguagem para internet: *Active Server Pages* (ASP), com base de dados relacional (*SQL Server*) e funciona em rede sobre os sistemas operacionais *Windows NT Server*, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional *MS-Windows 95/98/2000/XP/ME* ou *Work Station*.

1.5.2.2 Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão - CCHL

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL disponibiliza em seu espaço acervo, salas de estudos, atendimento/consulta e serviços técnicos à comunidade acadêmica da UFPI, em especial aos usuários de graduação e pós-graduação do Centro. Tem 237,27 metros quadrados de área construída. Conta com acervo de mais de 2000 exemplares, 45 Estações de estudo individuais e 03 Salas de estudo em grupo

1.6 Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI

i) Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina (Biblioteca Antilhon Ribeiro Soares):

- A biblioteca Antilhon Ribeiro Soares (Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina) foi criada em 1986. O horário de funcionamento da biblioteca é pela manhã, de 7:30 às 12:00 de segunda à sexta;
- Oferece um acervo por título, autor e assunto, com obras voltadas Principalmente para o legislativo, bem como sobre a história do Piauí e de Teresina; livros da área jurídica; enciclopédias; dicionários; livros de literatura brasileira e piauiense, relatórios da Prefeitura de Teresina; projetos de lei; e livros da área de administração, contabilidade história. No entanto, o principal foco da biblioteca são as obras específicas voltadas para o legislativo. Possui também revistas da área legislativa. Mas, o acervo principal se constitui de atas, projetos de leis do legislativo e do executivo municipal;
- o espaço conta com algumas estantes e mesas para os pesquisadores interessados na leitura ou pesquisa do acervo.

ii) Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí biblioteca Deputado Francisco Costa Andrade

- A biblioteca da Assembleia Legislativa foi criada em 1976, conta com acervos de 3.400 livros. Funciona das 9h às 13h. Conta com 23 funcionários para atender ao público. Estão à disposição de estudantes e pesquisadores, revistas e livros direcionados principalmente para o legislativo Estadual;
- Acervo: livros, enciclopédias, jornais locais, anais federais, contabilidade, relatórios de assembleia e do Governo do Estado do Piauí, atas das assembleias, projetos de leis, decretos legislativos, diários oficiais, livros celetistas e uma hemeroteca com jornais e revistas Piauiense.

iii) Arquivo Público do Piauí:

- O Arquivo Público do Piauí, fundado em 1909, é depositário de uma excelsa fonte de materiais sobre a vida sócio-política do estado, recolhidos e preservados ao longo de várias décadas. Seu Cabedal é constituído no Fundo de Documentação Oficial, uma Hemeroteca, uma Fototeca, uma Biblioteca e uma Fonoteca;

- Fundo de Documentação Oficial é constituído de documentos referentes aos três poderes, desdobrando-se, assim, em três Fundos. O Fundo Legislativo é constituído de documentação do período entre 1725 e 1996; e abrange as três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Os documentos compreendem desde leis, decretos, projetos de lei, até atas de sessões legislativas. - O Fundo Judiciário é composto de documentação de 14 cartórios judiciais e extrajudiciais do Estado, além de documentos do Tribunal Eleitoral e da Justiça Federal no Estado. Os documentos do fundo cobrem o período compreendido entre 1778 e 1945 e constituem um leque variado: certidões nascimento, certidão de casamento, certidão de óbitos, certidões de imóveis, inventário, sesmarias, inquéritos policiais e listas eleitorais. O Fundo Executivo é constituído de documentos que abrange um período de 1753 a 1985, oriundos do Palácio do Governo, Ministérios, Secretarias de Estado e Municípios, além de coleções pessoais;
- As Hemerotecas compõem-se de 393 títulos de jornais e revistas que cingem o período de 1854 aos dias que correm. Desse total 28 títulos encontram-se microfilmados. Dispõe de revistas de Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e Instituto Histórico de Oeiras (Oeiras foi a primeira capital do Estado).
- A Fototeca é constituída de um acervo formado por dez mil fotografias de Teresina e outros municípios Piauienses. São fotos de ruas, praças, prédios públicos e privados, etc.;
- A biblioteca de apoio reúne livro sobre o Piauí que abordam os aspectos político econômico e social. Obras de área como literatura, história, geografia, etc. Desse acervo as leis, decretos, mensagens e relatórios de governo são consultados com muita frequência;
- As fontes orais (Fonoteca) que estão depositadas no Arquivo Público do Piauí foram construídas pelo Núcleo de História Oral da Fundação Cepro, hoje desativado. São 37 entrevistas com homens públicos que atuaram na medicina, na política, (ex-governadores, ex-senadores, ex-deputados, ex-prefeitos, ex-veredores). Mas existem também depoimentos de pescadores, operários etc.

iv) Núcleo de Estudos do Piauí

- O Instituto Dom Barreto, instituição de ensino secundária da rede privada, sediada em Teresina, montou o Núcleo de Estudos do Piauí o qual possui hoje aproximadamente 5.000 títulos, que tratam da evolução socioeconômica do Estado;
- O acervo desse núcleo contém coleção da revista cadernos de Teresina, publicação da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, criada pelo Município Para apoiar o movimento cultural da cidade e cujo primeiro número foi editado em 1987. As temáticas dessa revista estão direcionadas para as questões urbanas do município de Teresina, em especial, mas foram também publicados textos sobre temas que envolvem a sociedade piauiense e brasileira;
- Podem ser encontrados também textos sobre antropologia, sociologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, artes plásticas, cinema, comunicação, fotografia, história, literatura, música, patrimônio histórico, violência urbana;
- O Núcleo de Estudos do Piauí possui um dos maiores acervos bibliográficos sobre o estado do Piauí. A instituição sempre esteve aberta para que estudantes e pesquisadores possam utilizar o material aí existente.

v) Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO)

- Órgão de administração indireta do Estado do Piauí, criado em 1971, que tem promovido pesquisas e publicações de trabalhos sobre a realidade socioeconômica piauiense. Sua biblioteca conserva um acervo importante sobre o Piauí e constitui referência para estudantes e pesquisadores. Essa fundação edita a revista Carta CEPRO, a qual teve seu primeiro número publicado em 1974 e constitui-se em Silent obra de referência para quem estuda os mais variados aspectos da sociedade piauiense;
- Das Produções da CEPRO pode-se destacar as séries: Oportunidade de Investimentos e Ensaio Econômico, com pesquisas sobre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, indústria de transformação, comércio e serviços), estrutura da economia regional, distribuição espacial das atividades e aspectos do mercado de trabalho, entre outros assuntos;
- Na série publicações avulsas, pode-se encontrar trabalho sobre a história do Piauí (Cronologia do Piauí Republicano, Governadores do Piauí: perspectiva histórica; Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento; etc.), geografia, demografia, economia, meio

ambiente, municípios piauienses, estudos de conjuntura. Parte dessa série foi digitalizada e está disponível em cd-rom;

- Há ainda as séries: Relatórios de Pesquisa, Estudos Diversos e Recursos Naturais; ricas em informações sobre os mais variados aspectos da sociedade e do território piauiense;
- A CEPRO, precursora das pesquisas econômicas sociais no Piauí, tem sido um suporte de relevante significância para estudantes e pesquisadores no Estado.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.6.1 Informações Complementares

1.6.1.1 Sistema de gestão acadêmica

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), contém um leque de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), Internet (por meio de rede cabeada e rede wifi), serviços de ilhas de impressão, manutenção de equipamentos de informática e videoconferência.

O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Vislumbrando as peculiaridades da Pós-graduação Stricto Sensu, o SIGAA foi implementado atendendo as demandas desse ambiente acadêmico. O módulo Stricto Sensu congrega operações relativas à gerência de mestrado e de doutorado. É mais um módulo desenvolvido para auxiliar a PRPG (Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação da UFPI). O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio

Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento.

1.6.1.2 Rede de serviço de internet, cobertura de wifi e núcleo de tecnologia da informação

O CCHL e consequentemente o PPGE contam com um serviço de internet cabeada e wifi de modo a permitir que todo o público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) possa acessar os sistemas SIGAA, SIGRH, SIPAC, além dos diversos serviços de internet. A Figura 1 a seguir ilustra a cobertura wifi, na qual pode-se perceber o CCHL.

Figura 1 – Cobertura por wi-fi no Campus Ininga da UFPI - 2023



Fonte: NTI/UFPI

O PPGE também conta com serviço de ilhas de impressão, por meio de 01 (uma) impressora dedicada ao PPGE, de modo a permitir ao público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) a impressão de diversos arquivos como: artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações e teses etc.

Importante ressaltar que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPI trabalha com um serviço de monitoramento de ativos em tempo real *Zabbix* onde é feito o monitoramento de todos os ativos de todos os Centros e Campus da UFPI. Dessa forma, qualquer problema pode ser detectado em tempo real, o que permite a sua resolução de modo mais ágil, para que o público não tenha maiores prejuízos na realização de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

A inclusão visa a um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos. Pensando especificamente no Centro de Ciências Humanas e Letras, locus do Programa de Mestrado em Economia, compreende-se a inclusão como princípio que permite a todos o direito de integrar e participar das várias dimensões de atuação da Universidade, sem sofrer discriminação ou preconceito e, ainda mais, tendo suas características identitárias respeitadas. Nesse meandro, a acessibilidade garante a possibilidade e condição de atuação dos sujeitos, desde a utilização dos espaços adequados à segurança de acesso ao conhecimento.

Nesse sentido a UFPI possui normativas que buscam garantir e amparar a inclusão, a permanência e a acessibilidade. Por exemplo, a resolução 059/2015 que aprova e regulamenta o programa de inclusão de pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Ainda, a Resolução 98/2021 dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, da Universidade Federal do Piauí.

Para garantir a aplicação das normativas supracitadas, deve-se destacar o importante papel institucional desempenhado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Sua intervenção, tanto assistencial quanto pedagógica, é indispensável ao suporte às decisões de inclusão como para criar garantia de resultados satisfatórios no processo de aprendizado e de formação profissional e cidadã na Educação Superior da UFPI. O NAU, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). Atuam na identificação das demandas e articulação com os setores e serviços responsáveis para a solução do problema identificado, por exemplo, viabilizando o suporte com auxiliares acadêmicos e tecnologias assistivas (kit lupas manuais, gravadores de voz, adaptação de material, computadores, etc).

Outra ação institucional no sentido de garantir a inclusão e a permanência é o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), espaço localizado na Biblioteca Central, Jornalista Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina – PI) que dispõe de recursos acessíveis e tecnologias assistivas para as

peças com deficiência da UFPI, de outras Instituições e da comunidade externa com a finalidade de promover a educação inclusiva.

O referido Laboratório é equipado com computadores adaptados com softwares leitores de tela (DOSVOX e NVDA), teclado colmeia e mouse com acionador de pressão, scanners, fone de ouvido, linha Braille, máquinas de escrever Braille, kit lupas manuais, soroban, reglete, geoplano, televisão, impressora Braille, dentre outros recursos. Além disso, também dispõe de acervo acessível com material impresso em Braille e com acervo digital da Biblioteca Digital Dorina Nowill.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

A perspectiva da internacionalização na UFPI, advinda desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do - Ciência sem Fronteiras, programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira. A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento. Algumas ações necessárias estão sendo viabilizadas, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL (que está aprovado aguardando os recursos financeiros para sua construção); a instituição do programa de — auxílio à tradução de artigos científicos, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de países mais desenvolvidos. De 2012 a 2016, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras (430 de Graduação Sanduíche no Exterior, 3 de Doutorado Sanduíche no Exterior, 4 de Doutorado Pleno no Exterior e 3 de Pesquisador Visitante Especial).

Outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior igualmente contaram com a participação da UFPI: Erasmus Mundus, Santander Universidades, BRACOL (Brasil-Colômbia), PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação) e BRAMEX (Brasil-México). Por meio do ERASMUS a UFPI recebeu nos últimos três anos, uma professora visitante da Universidade de Coimbra e dois estudantes europeus que permaneceram na instituição por um ano, fazendo intercâmbio. Trinta estudantes de graduação (de 2014 a 2016) para intercâmbio no exterior por meio dos Programas de Bolsas Santander Universidades Luso-brasileiras e Ibero-americanas. O BRACOL, iniciado em 2014, permitiu a recepção de 24 estudantes de graduação colombianos e o envio de 30 estudantes da UFPI para universidades colombianas (dados referentes até o ano de 2017). De 2015 até o momento atual, com o início do PAEC, a UFPI já recebeu nove estudantes latinos para realizar mestrado e doutorado em seus programas de pós- graduação. O BRAMEX, iniciado em 2016 contou com três estudantes mexicanos na UFPI e o envio de dois estudantes para instituições mexicanas. Em 2017, a UFPI recebeu uma bolsista mexicana (Programa PROPAT) para fazer o mestrado em agronomia. O número de convênios com instituições

estrangeiras aumentou mais de 100%. Atualmente são 24 convênios assinados em exercício e mais dez em tramitação de aprovação e assinatura.

Em relação ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa, a instituição teve um grande crescimento a partir de 2012, quando o primeiro projeto para receber bolsistas da Fulbright foi aprovado. Desde 2012, bolsistas estadunidenses ficam na UFPI por nove meses por ano para auxiliar no ensino-aprendizagem de língua inglesa. Desde 2014, a IES faz parte do Programa Idiomas sem Fronteiras. Dentre as ações do IsF já foram aplicadas mais de 4000 provas do TOEFL ITP e ministrados cursos de inglês, francês e português para estrangeiros. Atende-se em média 300 alunos por semestre nos cursos de idiomas. Estes dados demonstram que a internacionalização cresceu grandemente nos últimos três anos e a expectativa é que este movimento seja muito mais expandido nos próximos anos.

Mais recentemente, no V Ciclo de palestras da PRPG, ocorrido entre novembro e dezembro de 2021, o tema internacionalização foi amplamente discutido. Na conferência de abertura, a diretora de Relações Internacionais da CAPES, discorreu sobre a internacionalização da pós-graduação. O evento igualmente contou com a participação de pesquisadores do Canadá, Reino Unido e França, os quais em suas palestras abordaram aspectos da internacionalização e o contexto pandêmico. Ações como esta mostram que a UFPI reconhece a internacionalização como recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada; e que desta forma vem buscando desenvolver este aspecto em seus programas de pós-graduação.

É importante destacar que o Departamento de Ciências Econômicas tem desenvolvido atividades, parcerias e intercâmbios no âmbito nacional e internacional, que fortalecem parcerias acadêmicas e institucionais para o desenvolvimento do Programa de mestrado em Economia da UFPI, dentre as quais se destacam:

- Participação em grupos de pesquisa com a Universidade de Brasília (UNB) e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Desenvolvimento de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado com apoio da Universidade de São Paulo (USP), em seu Núcleo de Economia Regional (NEREUS);
- Articulações e parcerias com Governo do Piauí, em especial, o desenvolvimento de Estudos para fortalecimento para políticas públicas;

- Participação do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas de caráter internacional, que inclui inúmeras instituições de vários países, dentre elas, Universidade Católica de Valparaíso (Chile), Aix MARseille Université (França), Universidade Católica de Angola, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Intercâmbio para pesquisa de doutorado na Universidade de Paris-Sorbonne (França);
- Intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado na Universidad de Granada (Espanha).

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO

Existem diversas possibilidades de apoio ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPI, dentre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI), Governo do Estado do Piauí, Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), dentre outras.

A FAPEPI apoia e incentiva pesquisas no Piauí, realizando parcerias com agências de fomento nacional e órgãos estaduais, como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; o Ministério da Saúde – MS, através do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE); e, a Rede Nacional de Pesquisa – RNP. Assim, contribui para a ampliação e apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Piauí, fortalecendo a produção técnico-científica e os grupos de pesquisa existentes nas instituições de ensino e ou pesquisa do Piauí (FAPEPI, 2023).

Nesse processo de apoio, a FAPEPI lança editais, continuamente, com bolsas para mestres e doutores vinculados a Programas de Pós-graduação do Estado, a exemplo, o edital FAPEPI nº 002/2023 – Programa de apoio à Pós-graduação stricto sensu (PAPG) – bolsas de mestrado e doutorado (<https://encurtador.com.br/bcADH>). Além disso, apoia o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do Estado, podendo financiar estudos realizados pelos professores do mestrado do programa da UFPI, fortalecendo uma rede para os grupos de pesquisa como os pós-graduandos, dentre outras possibilidades.

Já o Governo do Estado do Piauí tem realizado, historicamente, parcerias com o Departamento de Ciências Econômicas, especialmente, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-PI) e da superintendência Fundação de Estudos Econômicos e Sociais do Estado (CEPRO). Existem, constantemente, vagas para estagiários da graduação na SEPLAN e parte são incorporados ao corpo técnico da instituição, após formatura. Em geral, nas Sextas Programadas (Eventos que discutem temas relevantes para economia do Estado, promovido pelo CEPRO) os professores participam e nos eventos de economia da UFPI, a SEPLAN também é parceira. Além disso, outro exemplo relevante, na pandemia COVID-19, houve apoio do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI ao Pró-Piauí (Programa do governo para

apoiar a reabertura da economia diante da pandemia) e a Economia da UFPI realizou, em parceria com outros departamentos, um estudo sobre Reabertura econômica do Piauí diante da COVID-19, que se converteu em um livro pela Editora da UFPI (EDUFPI - <https://www.ufpi.br/e-book-edufpi>). Atualmente, há cooperação técnica em andamento com realização de estudos sobre o mercado de trabalho (SEPLAN-PI, 2023) e há outras solicitações em andamento sobre matriz-insumo produto para economia do Estado. Inclusive, tramita na instituição processo de formalização de parceria entre a UFPI e a SEPLAN-PI.

Nesse sentido, espera-se fortalecer as parcerias com o governo do estado do Piauí de modo que haja, ao tempo, canalização de recursos de apoio ao Programa de pós-graduação da UFPI, em Economia, e Estudos que beneficiem a eficiência da gestão pública e formação dos técnicos da referida instituição.

A FADEX é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que capta recursos do setor público e privado e demanda pesquisadores da UFPI para desenvolver estudos/pesquisas. (FADEX, 2023) Diante disso, é possível integrar os trabalhos das dissertações do programa de pós-graduação em economia da UFPI com as Pesquisas vinculadas à FADEX, inclusive é possível buscar parceria com o setor privado ou público para o desenvolvimento de pesquisas de interesse dos pesquisadores do Programa. A exemplo, há junto ao departamento de Ciências Econômicas uma demanda, do Governo do Estado, para o desenvolvimento de estudo sobre o Programa de Ação Estadual do Piauí para o Combate à Desertificação e Áreas Degradadas (PAE-PI). Além disso, há inúmeras carências de pesquisas no Piauí, seja de enfoque privado ou público e um Programa de Pós-graduação pode fortalecer a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas e gestão dos recursos públicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Piauí é uma unidade da federação que possui uma economia principalmente baseada nos serviços, com baixa participação da indústria de transformação e da agropecuária na geração de valor. No âmbito dos serviços, há importância relativa elevada do Governo na economia, que gerou aproximadamente 36% do emprego formal em 2017. Tem ocorrido a expansão da fronteira agrícola na região sudoeste do Estado, criando crescimento econômico e ambiente favorável a transformação produtiva para agregar valor e gerar emprego e renda, mas em geral, os produtos saem dessa unidade da federação com baixo valor adicionado.

É uma economia regional de baixa participação no Nordeste e no país, que acumulou diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, o Piauí tem uma economia com reduzidos níveis de profissionalização, tanto no setor privado, quanto público, onde ocorre reduzida demanda por profissionais de economia. As parcerias e articulações do DECON e COORDECO com o setor privado e público ainda são reduzidas, o que dificulta a inserção de mudanças técnicas e científicas nas gestões pública e privada. Algo que pode colaborar para um maior e melhor efeito sobre a economia, eficiência alocativa e ganhos para o conjunto da sociedade.

O enfrentamento desses problemas exige conhecimentos e desenvolvimento de ações e políticas adequadas, sejam privadas ou públicas, que respeite as especificidades locais e promova maior qualidade de vida para as pessoas. Nesse sentido, um esforço científico do Departamento de Economia da UFPI de maneira que direcione estudos para maior entendimento das peculiaridades econômicas regionais do Piauí, apontando soluções para o desenvolvimento econômico e social, balizado em ações eficientes, sustentáveis e de maior efeito para os ganhos da sociedade. Um trabalho que vem sendo feito historicamente e que ganha maior expressão a cada dia, com busca de qualificação do corpo docente e desenvolvimento de projeto para o início da pós-graduação em economia regional.

Durante a construção da proposta, houve aproximação com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), localizada no Litoral do Piauí. As articulações mais próximas com o Departamento de Ciências Econômicas da referida instituição, permitiram a autorização, já formalizada com aprovação em Assembleia Departamental, para o Prof. Fabio Junior Clemente Gama (UFDPAr) fazer parte da proposta como docente permanente do Programa de Mestrado em Economia da UFPI. Nesse sentido, espera-se ampliação das parcerias com a referida

instituição de modo a contribuir com o ensino e pesquisas associadas a economia da região norte do Estado, que tem um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento de dissertações, como produção de leite e derivados, produção em fruticultura, pesca, turismo com belas praias, ambientes exóticos (Barra Grande), morro da Mariana com artesanato em rendas, porto das barcas com museu do mar, portos dos Tatus e único Delta em mar aberto das américas. Há, ainda, um porto em construção.

O desenvolvimento do programa deve envolver parcerias com a mesorregião sudoeste do Piauí, onde há o Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus-PI, em que há força na produção do agronegócio. Há na mesma região, em São Raimundo Nonato-PI, o museu da Natureza no Parque Nacional da Serra da Capivara, em que revela indícios do surgimento do homem americano. Além disso, na mesorregião do sudeste do Piauí existe tradição na produção de mel, caju e outros derivados. Também merece destaque o avanço das energias renováveis no estado, em especial na região Sudeste do Piauí.

Há previsão de apoio da FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí), que é fundação de apoio a pesquisa do Governo do Estado do Piauí, podendo contribuir com bolsas de estudo e já existe parcerias com a SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Além disso, a FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação) deve contribuir com demanda e financiamento de pesquisas associadas ao Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

Existem diálogos e aproximações com a Universidade de Brasília (UNB) e Universidade de São Paulo (USP), especificamente, com seu núcleo de economia Regional (NEREUS). Deve-se buscar ampliar as aproximações e parcerias para fortalecer o Programa da UFPI.

Importante destacar a existência - desde 1997 - da revista científica INFORME ECONÔMICO (UFPI), que figura no Qualis CAPES como B4 no quadriênio 2017-2020. Desde 2018 funciona no formato exclusivamente eletrônico, com publicações de pesquisadore(a)s de todo o Brasil e do exterior.

DETALHAMENTO DO CURSO

Nível: Acadêmico

Nome: Mestrado em Economia

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Linhas de pesquisa: 2

Disciplinas: 3 obrigatórias e 3 optativas

Docentes permanentes: 8

Docentes colaboradores: 3

Periodicidade da seleção: Anual

Duração mínima: 12 meses

Duração máxima: 30 meses

Quadro 2 - Dados gerais da proposta de Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Item	Periodicidade/Temporalidade
Regime letivo	Semestral
Carga horária total do curso	540 horas
Número máximo de períodos	5 períodos
Número ideal de períodos	4 períodos
Número mínimo de períodos	2 períodos
Carga horária máxima/semestre	1.000 horas
Carga horária mínima/semestre	15 horas

1.7 Objetivos

O Programa de Pós-Graduação em Economia possui os seguintes objetivos:

- i. Propiciar a ampliação dos conhecimentos nos fundamentos econômicos e históricos do desenvolvimento, articulando as aplicações práticas do desenvolvimento de forma inclusiva e sustentável.

- ii. Construir suporte teórico-metodológico e epistemológico para tomada de decisões na formulação de planos e projetos de desenvolvimento.
- iii. Desenvolver capacidades de planejamento e de avaliação de políticas econômicas de desenvolvimento.
- iv. Possibilitar a avaliação dos cenários econômicos internacionais e nacionais nas estratégias de desenvolvimento regional e local.
- v. Desenvolver habilidades e estratégias para o exercício do tripé ensino, pesquisa e extensão do magistério superior diante das grandes transformações internacionais.

1.8 Perfil do Mestre em Economia

O estilo de desenvolvimento econômico percorrido historicamente pelo Brasil tem reafirmado as disparidades sociais e desigualdades inter e intrarregionais, considerando as dificuldades internas geradas por um ambiente econômico e não-econômico internacional, que exige a constante reflexão teórica e ações na busca do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Curso de Mestrado em Economia formará recursos humanos para atuar, dentro de padrões de excelência, nos quadros das diversas instituições vinculadas a análise do desenvolvimento econômico regional e da avaliação de políticas públicas produtivas e tecnológicas no âmbito das dinâmicas locais, regionais, inter-regionais e internacionais e suas interações com a inovação, a sustentabilidade, a cultura, a criatividade, o trabalho, a educação, e rurais-urbanas.

A estrutura curricular incorpora uma visão teórica nas áreas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia, visão história do processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro no contexto da inserção internacional e ação do Estado. Além das aplicações de práticas modernas de estratégias de desenvolvimento voltadas para transformação produtiva com equidade e sustentabilidade. Agrega-se a essa estrutura as atividades complementares de seminários sobre as temáticas de pesquisa e acompanhamento da formação do futuro mestre.

O Mestre em Economia contribuirá com sua capacidade analítica para implementação de ações voltadas para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do Brasil e da

região do Nordeste especialmente no processo de alavancagem do crescimento e desenvolvimento no estado do Piauí.

Amplo conhecimento teórico-metodológico sobre desenvolvimento econômico e dos instrumentos aplicados à análise das políticas econômicas voltada para estratégias de desenvolvimento. Capacidade de atuar no sistema econômico e suas inter-relações sociais e ambientais por meio da identificação de pontos de estrangulamentos e equacionar soluções estratégicas e operacionais para crescer e desenvolver o Brasil, de forma especial a Região Nordeste e o estado do Piauí.

Analista de projetos e planos de desenvolvimento nacional, regionais e municipais que exigem sólida formação teórica para operacionalizar as ações que articulem a participação social e o consenso social.

Os procedimentos metodológicos utilizados propiciarão uma formação teórica e prática sobre as temáticas propostas nas linhas de pesquisa. As estratégias de ensino estarão indicadas nos programas específicos de cada disciplina, tendo com parâmetros: a articulação orgânica entre teoria e prática; assimilação de novos conhecimentos para as múltiplas situações da prática profissional; e desenvolvimento de habilidades e atitudes já adquiridas como suporte para criação e recriação desses novos conhecimentos.

1.9 Área de concentração e linhas de pesquisa

1.9.1 Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico

A área de concentração de Economia e Desenvolvimento Econômico contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e temáticas de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada. Objetiva a formação acadêmica de excelência, sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem de maneira independente sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil, na Região Nordeste e no estado do Piauí considerando os desafios e oportunidades globais contemporâneos.

1.9.2 Linhas de pesquisa

1.9.2.1 Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Nessa linha serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

As cinco disciplinas que devem ser ofertadas na EADes são: Avaliação de políticas públicas (docente: Caio Matteucci Andrade Lopes), Análise Multivariada (docente: Edvane de Sousa Lima), Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama), Economia Regional (Francisco Prancacio Araújo de Carvalho) e Séries Temporais (docente: Thiberio Mota Da Silva).

1.9.2.2 Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco)

Esta linha de pesquisa tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

As seis disciplinas que devem ser ofertadas na DSE são: Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho), Economia da Educação (docente: Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira), Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva), Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes), Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas), além de Economia Rural e do Desenvolvimento (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes).

1.10 Estrutura curricular

Como proposta, o curso de Mestrado em Economia da UFPI deve ser desenvolvido idealmente em 2 anos, distribuídos semestralmente (Quadro 3).

Quadro 3 - Fluxo curricular do Programa de Pós-graduação em Economia (UFPI) - 2023

Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV
Macroeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa I 4.0.0 - 60 h/a	Elaboração da Dissertação 0.0.0 - 0 h/a	Elaboração da Dissertação 6.0.0 - 90 h/a
Microeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa II 4.0.0 - 60 h/a	Atividade Programada 2.0.0 - 30 h/a	
Métodos Quantitativos em Economia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa III 4.0.0 - 60 h/a	Estágio de Docência 0.0.0 - 0h/a	
	Seminário de dissertação 1.0.0 - 15 h/a	Qualificação 0.0.0 - 0 h/a	
12 créditos	13 créditos	2 créditos	6 créditos

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam:

- i) Disciplinas obrigatórias
 - a. Macroeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Microeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Métodos Quantitativos em Economia (4.0.0 - 60 h/a);
- ii) Disciplinas optativas:
 - a. Optativa I (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - d. Optativa III (4.0.0 - 60 h/a);

- iii) Seminário de dissertação (1.0.0 - 15 h/a);
- iv) Atividade Programada (2.0.0 - 30 h/a);
- v) Estágio de Docência (0.0.0 - 0h/a);
- vi) Qualificação (0.0.0 - 0 h/a);
- vii) Elaboração da Dissertação (6.0.0 - 90 h/a).

Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

As disciplinas obrigatórias (Semestre I) são: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia - devem direcionar o foco na formação de base da Teoria Econômica e Métodos.

Além disso, devem ser cursados, no Semestre II, mais 3 disciplinas optativas, acompanhadas do Seminário de Dissertação. Nesse Semestre II, as disciplinas devem guiar a formação direcionada ao desenvolvimento das dissertações e estão associadas ao perfil das atividades acadêmicas dos docentes, especialmente em pesquisa.

Já no semestre III devem ser cumpridas a Elaboração da dissertação, a Atividade programada I (orientar o desenvolvimento de artigos acadêmicos para apresentação em eventos científicos e publicação em revistas científicas), Estágio de docência e Qualificação da dissertação.

No semestre IV, deve ser concluída a Dissertação, de vínculo final na Elaboração da Dissertação.

Deve-se considerar que:

- O orientador deve ser indicado até o início do segundo semestre, incluindo proposta de dissertação. Dever ser apresentado documento com a indicação do tema de pesquisa desejado, associado às linhas de pesquisa do corpo docente e indicação do nome de um possível professor(a) orientador(a);
- Ofertar 4 optativas no Semestre II, sendo duas na linha 1 e duas na linha 2;
- No semestre III serão ofertadas as disciplinas de créditos obrigatórias novamente;
- A qualificação deverá ser feita no início do Semestre III.

Para consecução da proposta, o referido Programa de Pós-Graduação em Economia deverá disponibilizar uma oferta estruturada em 15 disciplinas, das quais, 3 obrigatórias, 5 optativas na linha de Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e 7 optativas na linha Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco). Para cada docente deverá ocorrer a oferta da Atividade Programada junto ao seu orientando. Além disso, serão eventualmente ofertadas mais duas disciplinas de Tópicos Especiais em Economia para contemplar demandas de outros conteúdos relevantes não descritos diretamente na proposta (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Cód.	Disciplina	Docente	Crédito	CH (h/a)	Tipo (*)
-	Macroeconomia	Samuel Costa Filho	4.0.0	60	Obrigatória
-	Microeconomia	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Obrigatória
-	Métodos Quant. em Economia	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Obrigatória
-	Avaliação Políticas Públicas	Caio Matteucci de Andrade Lopes	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Análise Multivariada	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Econometria Espacial	Fabio Junior Clemente Gama	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Regional	Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Séries Temporais	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Piauiense	João Soares da Silva Filho	4.0.0	60	Optativa – Linha DSEco
-	Economia da Educação	Romina J. Sanchez Paradizo de Oliveira	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Inovação e Desenvolvimento Econômico	Fernanda Rocha Veras e Silva	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Social e do Trabalho	Juliano Vargas	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Rural e do Desenvolvimento	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Tópicos especiais em Economia I	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Tópicos especiais em economia II	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Atividade Programada	Todos os professores	2.0.0	30	Atividade Programada
-	Estágio de Docência	Todos os professores	0.0.0	00	Estágio Docência
-	Seminário de Dissertação	Todos os professores	1.0.0	15	Seminário
-	Elaboração da Dissertação	Todos os professores	6.0.0	90	Dissertação

(*) **Nota:** Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco).

1.11 Ementário e referências bibliográficas

1.11.1 Disciplinas obrigatórias

1.11.1.1 Macroeconomia (docente: Samuel Costa Filho)

Ementa: Introdução. Teoria Keynesiana Tradicional. Modelo Novo Clássico. Modelo Ciclo Reais de Negócios. Modelo Novo-Keynesiano. Novo-Consenso Macroeconômico. Escola Pós-Keynesiana. Crescimento econômico: fatos estilizados sobre flutuações, modelos de Solow, Ramsey e gerações justapostas e crescimento endógeno. Rigidez nominal: os microfundamentos para ajustes nominais de preços e salários.

Referencial bibliográfico:

AGHION, Phillippe; HOWITT, Peter. **The Economics of Growth**. Massachusetts: MIT Press; 2009.

BARRO, Robert; GORDON, David. Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy, **Journal of Monetary Economics**, 12:101-121, 1983.

BARRO, Robert.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 2003.

BLANCHARD, Olivier. Output, the Stock Market, and Interest Rates. **American Economic Review**, 71:132-143. 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. O Modelo Harrod-Domar e a Substitutibilidade de Fatores. **Estudos Econômicos**, 5 (3), p. 7-36, 1975.

CANOVA, Fábio. **Methods for Applied Macroeconomic Research**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

CARVALHO, Fernando. **Keynes e os Pós-Keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

DEJONG, David; DAVE, Chetan. **Structural Macroeconometrics**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger. Expectations and Exchange Rate Dynamics. **Journal of Political Economy**, 84:1161-1176. 1976.

FISCHER, Stanley. Long Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimum Money Supply Rule. **Journal of Political Economy**, 85:191-205 1977

FRIEDMAN, Milton. A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability. **The American Economic Review**, Vol.38, Jan 1948, p. 245-264.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. **The American Economic Review**, March 1968.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia: teoria e aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HICKS, John. Keynes and the Classics. **Econometrica**, Abril 1937.

KEYNES, John. **A Teoria Geral do emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LUCAS, Robert. Expectations and Neutrality of Money. **Journal of Economic Theory**, 4 abril, 1972.

MACEDO E SILVA, Antônio. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Vozes; Campinas: SP FECAMP, 1999.

MANKIW, Nicholas; ROMER, David; WEIL, David. Contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, 1992.

MANKIW, Nicholas. Recent Development in Macroeconomics: A very Quick Refresher Course. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 20, n 3, 1988, part 2.

MODENESI, André. **Regimes Monetários: teoria e a experiencia do Real**. Barueri: Manole 2005.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PHELPS, Edmund. **Some Schools of Macroeconomic Thought**. Claredon Press-Oxford, 1992.

ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. Boston: McGraw-Hill Education, 2019.

SARGENT, Thomas; LJUNGQVIST, Lars. **Recursive Macroeconomic Theory**. Massachusetts, MIT Press: 2000.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard. **Modern macroeconomics: its origins, Development and current state**. Camberley Surrey: Edward Elgar, 2005.

SOLOW, Robert. Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, no. 1, 1956 .

TURNOVSKY, Stephen; MILLER, Marcus. The Effects of Government Expenditure on the Term Structure of Interest Rates. **Journal of Money, Credit, and Banking**. 16:16-33. 1984.

WOODFORD, Michael. **Interest and Price: Foundation of a Theory of Monetary Policy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

1.11.1.2 Microeconomia (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Teoria do consumidor. Teoria da firma. Mercados, equilíbrio geral e bem-estar: concorrência pura, equilíbrio geral Walrasiano, eficiência de Pareto, Teoremas Fundamentais do Bem-estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita, externalidade, bens públicos e assimetria de informação. Críticas à teoria neoclássica da firma, dos mercados e dos preços. Barreiras à entrada e Capacidade Produtiva Excedente. Formas de concorrência e dinâmica da grande empresa oligopolista. Estratégia de diversificação produtiva e estratégias tecnológicas.

Referencial bibliográfico:

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 235-251.

BUCHANAN, James M.; STUBBLEBINE, William C. Externality. In: **Classic papers in natural resource economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1962. p. 138-154.

JEHLE, Geoffrey Alexander. **Advanced microeconomic theory**. Pearson Education India, 2001.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREPS, David M. **A course in microeconomic theory**. Princeton university press, 2020.

KREPS, David M. **Microeconomic foundations I: choice and competitive markets**. Princeton university press, 2013.

KREPS, David M. **Microeconomic Foundations II: Imperfect Competition, Information, and Strategic Interaction**. Princeton University Press, 2023.

FRIEDMAN, Lee S. **The microeconomics of public policy analysis**. Princeton University Press, 2002.

MAS-COLELL, Andreu et al. **Microeconomic theory**. New York: Oxford university press, 1995.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Microeconomic theory: Basic principles and extensions**. Cengage Learning, 2012.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Intermediate microeconomics and its application**. Cengage Learning, 2021.

OSBORNE, Martin; RUBINSTEIN, Ariel. Models in Microeconomic Theory: Expanded Second Edition (He). 2023.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ROTHSCHILD, Michael; STIGLITZ, Joseph. Equilibrium in competitive insurance markets: An essay on the economics of imperfect information. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 257-280.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

SRAFFA, Piero. The Laws of Returns under Competitive Conditions. **The Economic Journal**, v.36, n.144, 1926, p. 535-550.

STEINDL, Josef. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SYLOS-LABINI, Paolo. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARIAN, Hal R. **Microeconomic analysis**. New York: Norton, 1992.

WANG, Susheng et al. **Microeconomic theory**. Springer Singapore, 2018.

1.11.1.3 Métodos Quantitativos em Economia (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Correlação *versus* Causalidade; Esperança Condicional; Modelo de Projeção Linear Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). Propriedades em Amostras Finitas. Teoria Assintótica. Matriz de Covariância Assintótica Máxima Verossimilhança. Testes de Hipóteses (LR, LM e Wald). Previsão *versus* Causalidade. Variáveis Instrumentais e Mínimos Quadrados em Dois Estágios. Equações Simultâneas.

Referencial bibliográfico:

BAKLOUTI, Nedra; BOUJELBENE, Younes. A simultaneous equation model of economic growth and shadow economy: Is there a difference between the developed and developing countries? **Economic Change and Restructuring**, v. 53, p. 151-170, 2020.

BOLDRINI, José Luiz *et al.* **Álgebra linear**. Harper & Row, 1980.

CASELLA, George; BERGER, Roger L. **Inferência estatística**. Cengage Learning, 2010.

CASELLI, Francesca; REYNAUD, Julien. Do fiscal rules cause better fiscal balances? A new instrumental variable strategy. **European Journal of Political Economy**, v. 63, p. 101873, 2020.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. New York: Oxford University Press, 2004.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

HANSEN, Bruce. **Probability and Statistics for Economists**. Princeton University Press, 2022.

HOGG, Robert V. *et al.* **Introduction to mathematical statistics**. Pearson Education India, 2013.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric methods**. 4th Edition. McGraw-Hill International Editions. Singapore: McGraw-Hill, 1996.

LARSON, Harold J. **Introduction to probability theory and statistical inference**. 3rd. Edition. Wiley series in probability and mathematical statistics. New York: Wiley, 1982.

MAGNUS, Jan R.; NEUDECKER, Heinz. **Matrix differential calculus with applications in statistics and econometrics**. John Wiley & Sons, 2019.

NGUYEN, Thuy Dieu. Does firm growth increase corruption? Evidence from an instrumental variable approach. **Small Business Economics**, v. 55, n. 1, p. 237-256, 2020.

SPANOS, Aris. **Statistical foundations of econometric modelling**. New York: Cambridge University Press, 1986.

TRIPATHI, Janhavi Shankar. Trade-growth nexus: A study of G20 countries using simultaneous equations model with dynamic policy simulations. **Journal of Policy Modeling**, v. 45, n. 4, p. 806-816, 2023.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2 Disciplinas Optativas

1.11.2.1 Avaliação de Políticas Públicas (docente: Caio Matteucci de Andrade Lopes)

Ementa: Métodos de dados em painel. Regressão e inferência em regressão: modelos estruturais. Modelo de resultados potenciais e contrafactual. Aleatorização. Quase-experimentos: pareamento, diferenças em diferenças, Controle Sintético, Variável Instrumental e regressão descontínua.

Referencial bibliográfico:

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493-505, 2010.

ALMOND, Douglas; DOYLE JR, Joseph J. After midnight: A regression discontinuity design in length of postpartum hospital stays. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 3, n. 3, p. 1-34, 2011.

ANGRIST, Joshua D.; IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. Identification of causal effects using instrumental variables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 444-455, 1996.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mastering'metrics: The path from cause to effect**. Princeton university press, 2014.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton university press, 2009.

BEST, Henning; WOLF, Christof (Ed.). **The SAGE handbook of regression analysis and causal inference**. Sage, 2013.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.

CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale university press, 2021.

GOODMAN-BACON, Andrew. Difference-in-differences with variation in treatment timing. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 254-277, 2021.

HUNTINGTON-KLEIN, Nick. **The effect: An introduction to research design and causality**. CRC Press, 2021.

IMBENS, Guido W.; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Recent developments in the econometrics of program evaluation. **Journal of economic literature**, v. 47, n. 1, p. 5-86, 2009.

LEVITT, Steven D.; LIST, John A. Field experiments in economics: The past, the present, and the future. **European Economic Review**, v. 53, n. 1, p. 1-18, 2009.

RAVALLION, Martin. The mystery of the vanishing benefits: An introduction to impact evaluation. **the world bank economic review**, v. 15, n. 1, p. 115-140, 2001.

SUN, Liyang; ABRAHAM, Sarah. Estimating dynamic treatment effects in event studies with heterogeneous treatment effects. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 175-199, 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2.2 Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Introdução à Análise Multivariada. Análise de agrupamentos. Análise de componentes principais. Análise fatorial. Análise de discriminante. Análise de correspondência. Análise de correlações canônicas.

Referencial bibliográfico:

ANDERSON, Theodore. Wilbur. **An Introduction to Multivariate Statistical Analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

BUSSAB, Wilton. Oliveira; MIAZAKI, Edina. Shizue; ANDRADE, Dalton. Francisco. de. **Introdução à análise de agrupamentos**. ABE/IME-USP, São Paulo, 1990.

DE ALMEIDA, Línika V. F., KAMEYA, Leonardo C., CORREA, Jovane M.; ALMEIDA, Aleska K.; ALMEIDA, Isabel K. Multivariate analysis of factors influencing the peak flow and runoff volume in the Cerrado and Atlantic Forest biomes in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 193, n. 678, p. 1-15, 2021.

DILLON, William. R.; GOLDSTEIN, Matthew. **Multivariate analysis**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

EVERITT. Brian; LEESE. Sabine. Landau. Morven; STAHL. Daniel. **Cluster Analysis**. 5th ed. Wiley, King's College London, UK, 2011.

GEZER, Issac; CARDOSO, Sâmela P. Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: Uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos **Revista de Globalización, Competitividad Y Gobernabilidad**, v. 9, n. 2, p. 43-60, Mayo-Agosto 2015.

GOLDSTEIN, H. **Multilevel statistical models**. London: Arnold, 2011.

GREENACRE, Michael. **Theory and Applications of Correspondence Analysis**. New York: Academic Press, 1984.

JOHNSON, Richard. Arnold; WICHERN, Dean. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1998.

KAUFMAN, Leonardo; ROUSSEEUW, Peter. J. **Finding groups in data: an introduction to cluster analysis**. New York: John Wiley, 1990.

KHATTREE, Ravindra.; NAIK, Dayanand. N. **Multivariate data reduction and discrimination**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2000.

HAVRYLKO YE. V.; KURCHENKO O. A.; TERESHCHENKO A. I., **The method of multivariate statistical analysis of the time multivariate critical quality attributes of. n. 1, p. 167-177, 2019.**

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAERZ, Norberto. H.; ZHOU, Wei. **Multivariate analysis of bore hole discontinuity data**. Rock Mechanics for Industry, Proceedings of the 37th US Rock Mechanics Symposium, Vail Colorado, June 6-9, 1999, v. 1, p. 431-438.

MANLY, Bryan. Frederick. John. **Métodos estatísticos multivariados: uma introdução**. Tradução: Sara Ianda Correa Carmona. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARDIA, Kantilal. Varichand.; KENT, John. T; BIBBY, John. M. **Multivariate analysis**. London: Academic, 1979.

MINGOTI, Sueli. Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MORRISON, Donald. F. **Multivariate Statistical Methods**. McGraw-Hill, 1976.

PLA, Laura. E. **Analysis multivariado: Método de componentes principales**. Washington: Secretaria General de la Organización de Los Estados Americanos, D. C. 1986.

POERSCHKE, Rafael P.; MOREIRA JUNIOR, Fernando J. **Análise multivariada de dados socioeconômicos: um retrato da modernização agropecuária nos COREDEs do Rio Grande do Sul. Ciência e Natura, v. 42, e13, p. 1-31, 2020.**

REGAZZI, Adair José; CRUZ, Cosme Damião. **Análise multivariada aplicada**. Viçosa: Editora UFV, 2020.

SHARMA, Subhash. **Applied Multivariate Techniques**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

TRIKALINOS, Thomas A.; HOAGLIN, David C.; SCHMID, Christopher H. **Empirical and Simulation-Based Comparison of Univariate and Multivariate Meta-Analysis for Binary Outcomes. Methods Research Report**. AHRQ Publication No. 13-EHC066-EF. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality, 2013.

1.11.2.3 Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama)

Ementa: Introdução: Econometria Espacial vs Econometria Clássica. Dependência espacial. Dados espaciais. Matriz de pesos espaciais. Análise Exploratória de Dados Espaciais. Modelos de econometria espacial: especificação, estimação e avaliação. Modelos Espaciais com dados em painel. Regressão Geograficamente Ponderada. Modelo Diferenças-em-Diferenças no Espaço. Aplicações com modelos espaciais. Impacto heterogêneo da incerteza sobre o desempenho econômico das microrregiões brasileiras: análise espacial a partir do modelo RGP e efeitos espaciais da incerteza no sentido pós-keynesiano sobre o padrão de desempenho econômico das microrregiões brasileiras.

Referencial bibliográfico:

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria Espacial Aplicada**. Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, Luc. **Spatial econometrics: methods and models**. Boston; Kluwer Academic, 1988.

ANSELIN, Luc; BERA, Anil. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. In: Ullah A. and Giles D. E. (Eds.) *Handbook of Applied Economic Statistics*, Marcel Dekker, New York, p. 237-289, 1998.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing panel data regression models with spatial error correlation. **Journal of Econometrics**, v. 117, p. 123-150, 2003.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing for serial correlation, spatial autocorrelation and random effects using panel data. **Journal of Econometrics**, v. 140, p. 5-51, 2007.

DUBÉ, Jean; LEGROS, Diègo; THÉRIAULT, Marius; DES ROSIERS, François. A spatial Difference-in-Differences estimator to evaluate the effect of change in public mass transit systems on house prices. **Transportation Research Part B**, v. 64, p. 24-40, 2014.

ELHORST, J. Paul. Applied Spatial Econometrics: Raising the Bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

ELHORST, J. Paul. Specification and estimation of spatial panel data models. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 3, p. 244-268, 2003.

GOLGHER, André. **Introdução à Econometria Espacial**. Jundiaí: Paco, 2015.

GREENE, William. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

HALLECK VEGA; Elhorst, J. Paul. The SLX model. **Journal of Regional Science**, v. 55, p. 339-363, 2015.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial model. **International Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 509-533, 1999.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. Generalized spatial two-stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances. **Journal of Real Estate Finance and Economics**, v. 17, p. 99-121, 1998.

LESAGE, James; FISCHER, Manfred. Spatial growth regressions: model specification, estimation and interpretation. **Spatial Economic Analysis**, v. 3, n. 3, p. 275-304, 2008.

1.11.2.4 Economia Regional (docente: Francisco Prancacio Araújo de Carvalho)

Ementa: Teorias e evolução da economia regional: espaço, região e problema regional, teoria do crescimento regional e suas novas abordagens. Introdução aos métodos de análise regional: medidas na análise regional, insumo-produto e outros métodos estatísticos e econométricos de sua visão clássica à análise espacial. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

ABLAS, Luiz A. **A teoria do lugar central:** bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada.** Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, L. e Bera, A. 1998. **Spatial Dependence in Linear Regression Models with an Introduction to Spatial Econometrics.** In: A. Ulah e D. Gles, Eds., Handbook of Applied Economic Statistics. Marcel Dekker, 1998.

BARNES, Trevor J; CHRISTOPHERS, Brett. **Economic geography:** a critical introduction. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCIEC, 1996.

CRUZ, B. de O. et al. **Economia regional e urbana:** teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MILLER, R. E; BLAIR, P.D. **Input-Output Analysis:** Foundations and Extensions. Prentice-Hall, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968

GUILHOTO, J.J.M. **Input-Output Analysis:** Theory and Foundations. MPRA Paper, 2011.

HADDAD, E. A. Notas sobre a teoria da localização. Nereus - Economia Regional e Urbana, São Paulo, 2005

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HADDAD, E. A.; GONÇALVES JUNIOR, C. A.; NASCIMENTO, T. O. Interstate Input-Output Matrix for Brazil: An Application of the IIOAS Method. Working paper series, Department of Economics, FEA-USP, São Paulo, 20 set. 2017.

ISARD, W. et al. **Methods of Interregional and Regional Analysis**. Aldershot: Ashgate, 1998.

KRUGMAN, P. **Development, Geography and Economic Theory**. The MIT Press, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Livros, 2013 (1974).

LIMA, A. C. D. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão da UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 358, 2009.

PARNREITER, Christof. **Geografía económica: una introducción contemporánea**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

PIKE, Andy; TOMANEY, John; RODRIGUEZ-POSE, Andrés. **Local and regional development**. Routledge, 2006

PORSSE, A. A.; PEIXOTO, F. C.; PALERMO, P. U. Matriz de Insumo-Produto Inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil 2003: metodologia e resultados. In: 4º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 20-30 maio 2008.

PORSSE, A.; HADDAD, E. A.; RIBEIRO, E. P. Estimando uma matriz de insumo-produto inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil. TD - Nereus, São Paulo, 02 setembro 2003.

SCOTT, Allen J. **Economic geography: the great half-century**. Cambridge Journal of Economics, v. 24, n. 4, p. 483-504, 2000.

SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

SOUZA, N. D. J. D. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

1.11.2.5 Séries Temporais (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Introdução aos Modelos para Séries Temporais: Definições, Interpretação e Identificação. Propriedades Dinâmicas: Estacionariedade, Processos não estacionários, etc. Modelos Univariados - ARMA, ARCH, GARCH e EGARCH; O método generalizado dos momentos (GMM); Modelos multivariados - VAR; Raiz unitária em processos univariados; Raiz unitária em processos multivariados; Cointegração. Quebras estruturais e Mudança de regime. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

BIANCHI, Javier; SOSA-PADILLA, César. **Reserve accumulation, macroeconomic stabilization, and sovereign risk**. New York: National Bureau of Economic Research, 2020.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CAETANO, Sidney; SILVA, Nelson da; MOURA, Guilherme. Persistência e Volatilidade do Gap da Inflação. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 851-877, 2023.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence (Eds.). **Macroeconometrics and time series analysis**. New York: Springer, 2016.

ENDERS, Walter. **Applied econometric time series**. New York: John Wiley & Sons, 2008.

GRANGER, Clive William John; NEWBOLD, Paul. **Forecasting economic time series**. New York: Academic Press, 2014.

HAMILTON, James D. **Time series analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

HARVEY, Andrew C. **The econometric analysis of time series**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JOHANSEN, Søren; MOSCONI, Rocco; NIELSEN, Bent. Cointegration analysis in the presence of structural breaks in the deterministic trend. **The Econometrics Journal**, v. 3, n. 2, p. 216-249, 2000.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; GODOI, Lucas Gonçalves; PRINCE, Diogo de. Repasse Cambial na Economia Brasileira: estimação a partir do modelo VCEE. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 43-81, 2022.

MADDALA, Gangadharrao S.; KIM, In-Moo. Unit roots, cointegration, and structural New York: Change. 1998.

PERRON, Pierre. The great crash, the oil price shock, and the unit root hypothesis. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 1361-1401, 1989.

ROSSI, Barbara. Identifying and estimating the effects of unconventional monetary policy: How to do it and what have we learned? **The Econometrics Journal**, v. 24, n. 1, p. C1-C32, 2021.

CAVICCHIOLI, Maddalena. Impulse response function analysis for Markov switching var models. **Economics Letters**, v. 232, p. 111357, 2023.

1.11.2.6 Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho)

Ementa: Aspectos históricos (ocupação e povoamento). Formação da economia piauiense. Economia do gado; acoplamentos à economia nacional e internacional produtiva. Modernização econômica, transição do trabalho; integração regional e nacional. A questão do semiárido e do Cerrado e os limitadores do crescimento econômico estadual.

Referencial bibliográfico:

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí Escravista (séc. XVII - séc. XIX).** Teresina-PI, EDUFPI, 2016.

CEPRO. Equipe técnica. **Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí.** Teresina: CEPRO, 1979.

DOMINGOS NETO, Manuel. O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, nº 4, out./dez 96, p. 387-449.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: PMT, 2003.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, T. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo.** Teresina: EDUFPI, 1993.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas.** Teresina: FUNDAPI, 1995.

RAMOS, Pádua. **Psicologia do aboio: denúncia contra a satelitização do Piauí.** Contribuição para o equacionamento. Fortaleza: Instituto Pádua Ramos, 2011.

REIS VELLOSO, João Paulo. **O Vale da decisão: o Piauí é rico – em grandes oportunidades.** Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013.

1.11.2.7 Economia da Educação (Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira)

Ementa: Relações entre a economia e educação. Principais teorias explicativas. Teoria do capital humano e suas derivações. A visão econômica sobre qualificação e competência. O retorno social e econômico da educação. Trabalho, educação e formação profissional. Bases de dados e indicadores educacionais. Problemática da educação no Brasil e suas implicações econômico-sociais. A ação da economia e as transformações na educação. Financiamento, subfinanciamento e desfinanciamento da educação pública e privada no Brasil. Educação e desenvolvimento regional.

Referencial bibliográfico:

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Retorno da educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 38, n. 1, p. 97-126, abr. 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3667/1/PPE_v38_n01_Retorno.pdf>.

BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação.** Rio de Janeiro: Globo, 1975

CASTRO, Jorge Abrahão de; BARRETO, Angela Rabelo e CORBUCCI, Paulo Roberto. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental:** descentralização e novos mecanismos de gestão. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000, 31 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Dilemas para o financiamento da educação. In: CUNHA, DA. C.; GADOTTI, M.; BORDIGNON, G.; NOGUEIRA, F (Org.). **O Sistema Nacional de Educação, diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 178 – 196.

CLARK, Damon.; MATORELL, Paco. The signaling value of a high school diploma. **Journal of Political Economy**, vol. 122, n.2, pp. 282-318, 2014

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

GLEWWE, Paul.; KREMER, Michael. Schools, teachers, and education outcomes in developing countries. **Handbook of the Economics of Education**. Elsevier, v. 2, p. 945–1017, 2006

KING, Roger; MARGINSON, Simon; NAIDOO, Rajani. **Handbook on globalization and higher education**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. **Educação e distribuição de renda**. 1991. Disponível em: <

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/534/150_000054866.pdf?sequence=1>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

LIMONTI, Rogério Machado; PERES, Ursula Dias; CALDAS, Eduardo Lima de. **Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo:** uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n.2, p. 389–409, 2014.

NEAMTU, Daniela-Mihaela. **Education and economic development**. A Social and statistical analysis. Palgrave Macmillan Cham, 2023.

PERES, Ursula Dias. **Financiamento e políticas públicas educacionais:** perspectiva normativa, dilemas e mudanças recentes. *Rev. Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 65-101, 2016

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação:** para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Ensino superior e desenvolvimento regional:** avaliação do impacto econômico de longo prazo. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 3, n. 1, 2010

SCHULTZ, Theodore William. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Zahar Editores, 1973.

1.11.2.8 Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva)

Ementa: Inovação, instituições e desenvolvimento econômico. Determinantes da inovação, paradigmas e trajetórias tecnológicas. Fundamentos da teoria evolucionária. Conhecimento e aprendizado tecnológico. Regime e padrão setorial de inovação. Sistemas de inovação nacionais, regionais e locais. Tecnologias Sociais. Tópicos emergentes em inovação.

Referencial bibliográfico:

BRESCHI, Stefano; MALERBA, Franco; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Schumpeterian Patterns of Innovation. **The Economic Journal**, April, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de Inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, jan./mar., 2005.

COOK, Philip; MORGAN, Kevin. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____; URANGA, Mikel Gomez; ETXEBARRIA, Goio. Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, v.26, p.475-491, 1997.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 1982.

_____; FREEMAN, Christopher; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, p.1-45, 1994.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. (Ed.) **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2006.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. **Ciclos e Crises no Capitalismo Global: das Revoluções Industriais à Revolução da Informação**. Edições Afrontamento, 2001.

_____. The Determinants of Innovation: Market demand, technology, and the response to social problems. **Business Press**, June, 1979.

_____; SOETE, Luc. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

HALL, Bronwyn H.; ROSENBERG, Nathan (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Elsevier, 2010.

LAM, Alice. Tacit knowledge, organizational learning and innovation: a societal perspective. **Druid working paper** n.98-22, Out., 1998.

LUNDVALL, Bengt-Ake. National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. **Pinter Publishers**. London, 1992.

_____. The origins of the national innovation system concept and its usefulness in the era of the globalizing economy. **13th Globelics Conference**, 2015.

MALERBA, Franco. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, jul., 1992.

_____; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Firms Behavior. **Industrial and Corporate Change**, v.2, n.1, 1993.

_____; MANI, Sunil (Ed.) **Sectoral Systems of Innovation and Production in Developing Countries: Actors, Structure and Evolution**. Edward Elgar Publishing, 2009.

METCALFE, J. Stan. **Evolutionary Economics and Creative Destruction: The Graz Schumpeter Lectures**. London: Routledge, 1997.

NELSON, Richard. R.; WINTER, Sidney G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. National Innovation Systems: a Restrospective Study. **Industrial and Corporate Change**, v.1. n.2, 1992.

_____. The Co-evolution of Technology, Industrial Structure and Supporting Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, 1994.

PAVITT, Keith. Sectoral Patterns of Technical Change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, 13, 1982.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n.1, p. 185-202, 2010.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SENDIN, Paulo Varela; CARGANO, Doralice de F. (Org.) **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Economistas, 1985.

_____. **Business Cycles: a theoretical, Historical and Satatistical Analysis of the Capitalist Process**.v.1. New York: McGraw-Hill, 1923.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

VIOTTI, Eduardo B. National Learning Systems – a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea. **Technological Forecasting and Social Change**, 69, North-Holand, 2002.

1.11.2.9 Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Abordagens do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico e progresso social. Narrativas pós-crescimento para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento, políticas econômicas e instituições. Diferentes interpretações da ideia de sustentabilidade (economia ambiental neoclássica e a economia ecológica). Governança global e ambiental. Indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade.

Referencial bibliográfico:

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas. n. 23, jun 2001p. 261-286.

ANDRADE, D. C., ROMEIRO, A. R., SIMÕES, M. S. **Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground**. In Environmental Sustainability and Industries (pp. 461-482). Elsevier. 2022.

DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. **Ecological Economics**, v.2, p.1-6, 1990.

FURTADO. C. Economia do desenvolvimento. Rio de Janeiro. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

Gilberto Montibeller-Filho. **Crescimento econômico e sustentabilidade**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 81-89, jun. 2007.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: economics for a finite planet**. 1st Edition. London, UK:Earthscan, 2009.

MARGULIS, S. A. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. Texto para Discussão do IPEA, n. 437, IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

MUELLER, C. C. **Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Editora UnB. 2012.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), p. 65-92, 2012.

SOLOW, R. M. **Intergenerational equity and exhaustible resources**. Review of Economics Studies, v. 41, p. 28-45, 1978.

STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

WEISS, M., CATTANEO, C. Degrowth - Taking stock and reviewing an emerging academic paradigm. **Ecological Economics**, v. 137, p. 220-230, 2017

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2010

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra. 1998 (coleção leitura).

VEIGA, José Eli da. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2015

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1990. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). New York Oxford. Oxford University Press, 1990. (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>) (CHAPTER ONE).

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A . Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 3 ed. São Paulo, Nova cultural, 1988

Mahbub ul Haq .Reflections on Human Development . Oxford University. 1995. https://books.google.com.br/books?id=Cwyv2OtYdGQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 23.03.2017

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados 18 (51), São Paulo, p.7-22, 2004.

SOLOW, Robert M. The Economics of Resources or the Resources of Economics. Journal of Natural Resources Policy Research. Vol. 1, No. 1, 69–82, January 2009. p. 60-82

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica. Estudos Avançados 74. Dossiê Sustentabilidade. v. 26, nº 74, jan./abr. 2012, p.65-92.

VEIGA, José Eli da. Desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2013.

CHANG, H-J. Institutional and economic development: theory, policy and history. Journal of Institutional Economics, v. 7, n.4, p. 473-498, 2011.

YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. Business Systems Review, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

NATIONS UNITED SECRETARY AND GENERAL’S HIGH LEVEL PANEL ON GLOBAL SUSTAINABILITY. Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing. New York: United Nations, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2021). “Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo”. Texto para Discussão 554. FGV: São Paulo.

REINERT, Erik S. (2008). Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres Rio de Janeiro: Contraponto.

1.11.2.10 Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas)

Ementa: Conceitos, visões teóricas e instrumentos de análise da Economia Social e do Trabalho. Estrutura, formação e transformações do mercado de trabalho. População e força de trabalho. Trabalho, emprego, renda e formas de organização da produção. Nível e distribuição dos salários. Regulação laboral e instituições trabalhistas. Políticas Públicas e trabalho. Questões e aplicações contemporâneas relativas ao mundo do trabalho globalmente, na América Latina, no Brasil e no estado do Piauí.

Referencial bibliográfico:

ÁBRAMO, Laís. **Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina**. Serie Políticas Sociales, N.º 240 (LC/ TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BENDER, Mateus *et al.* (Orgs.). **O futuro do trabalho: perspectivas latino-americanas**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2022.

BIAVASCHI, Magda B; DROPPA, Alisson (Orgs.). **Terceirização e as reformas trabalhistas na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

BOERI, Tiro; OURS, Jan van. **The Economics of Imperfect Labor Markets**. 3. ed. Princeton: Princeton Economic Press, 2021.

BORJAS, George Jesus. **Economia do Trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CAHUC, Pierre; CARCILLO, Sthéphane. ZYLBERBERG. André. **Labor Economics**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2014.

ENRENBURG, Ronald G.; SMITH, Robert S.; HALLOCK, Kevin F. **Modern Labor Economics: Theory and Public Policy**. 14 ed. New York: Routledge, 2023.

DELGADO, Gabriela N. (Orgs.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**. São Paulo: LTr, 2020.

TOKER, Dereli; SOYKUT-SARICA, Y. Pinar; ŞEN-TAŞBAŞI, Asli (Eds.). **Labor and Employment Relations in a Globalized World: New Perspectives on Work, Social Policy and Labor Market Implications**. New York: Springer, 2014.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? **Sociologia del Lavoro**. Diseguaglianze oggi: quanto conta ancora l'occupazione, n. 144, p. 55-84, 2016.

KON, Anita. **A Economia do Trabalho**. Qualificação e Segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KREIN, José Dari. **Trabalho e regulação em perspectiva comparada**. São Carlos: Edufscar, 2017.

LARSSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. **The Digital Transformation of Labor: Automation, The Gig Economy and Welfare**. New York: Routledge, 2020.

MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; PIRES, I. J. B. Trajetórias ocupacionais na Região Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 173–184, 2017.

MAURIZIO, R.; BECCARIA, L.; MONSALVO, A. Labour Formalization and Inequality: The Distributive Impact of Labour Formalization in Latin America since 2000. **Development and Change**, v. 53, Issue 1, p. 117-165, 2021.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2022.

MCCONNELL, Campbell R.; BRUE, Stanley L.; MACPHERSON, David A. **Contemporary Labor Economics**. New York: McGraw Hill LLC, 2020.

MORETTO, Amilton José; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, Tiago; PRONI, Marcelo Weishaupt. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

OLIVEIRA, Roberto V.; RODGERS, Gerry. (Orgs.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021.

OLIVEIRA, Roberto V.; LADOSKY, Mário H.; ROMBALDI, Maurício. A reforma trabalhista e suas implicações para o Nordeste: primeiras reflexões. **Caderno CRH**, v. 2, p. 271-288, 2019.

OLIVEIRA, Roberto V.; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana M. (Eds.). **Informalidad en América Latina: ¿Un debate actual?** San Vicente del Raspeig, ES: Universidad de Alicante, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **As plataformas digitais e o futuro do trabalho**. Lisboa: OIT, 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José M.; PINHEIRO, Patrícia Regina. **Direito e Economia do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (1), p. 89-99, dez. 2019.

PRONI, M. W. Teorias do desemprego: debates contemporâneos. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 27, n. 1 (49), p. 63-90, jan./mar. 2016.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012.

SABOIA, João; NETO, João Hallak. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, abril 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic. 2011.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The Future of the Professions**: How Technology will transform the work of human experts. Oxford: Oxford University Press, 2022.

TROVÃO, Cassiano J. B. M.; ARAÚJO, Juliana B.; MONTENEGRO, Rafael F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XXI, v. 1, n. 42, p. 134-160, abril de 2019.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

1.11.2.11 Economia Rural e Desenvolvimento (docente: Jaira Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Dinâmica do meio rural: A expansão/territorialização do capitalismo e as novas relações no campo; os sujeitos sociais, processos de ocupação e conflitos de terra. As formas de economia rural: diversidade e padronização produtiva. Desenvolvimento territorial rural: A produção agropecuária. O associativismo rural. A industrialização da agricultura. A agroindústria. Estrutura agrária e relações de poder e de produção. Política agrícola brasileira e formas de intervenção do estado no setor agropecuário. A reforma agrária. *Socioeconomias alternativas nos espaços rurais.*

Referencial bibliográfico:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. IN ORTEGA, Cesar A. e ALMEIDA FILHO. Niemeyer. *Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ACORINI, José Honório. *Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido*. Brasília: Maio/2006. (tese de doutorado – orientador: Cristóvão Buarque).

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. **El papel de las instituciones en contextos locales**. *Revista de La CEPAL*, 76, abril de 2002.

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/IFCH/Unicamp, 2006.

BASTOS, Fernando. **O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso**. Maceió (AL): Economia Política do Desenvolvimento; vol. 1, n.1, p. 9 – 31; jan/abril de 2007. AQUINO, Joacir e

BASTOS, Fernando. **Dez Anos do Programa AGROAMIGO na Região Nordeste: Evolução, Resultados e Limites para o Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.46, suplemento especial, p. 137-158, 2015.

BRANDÃO, Carlos. **Crise do capitalismo e os espaços produzidos nas escalas nacional e regional**. IN: ETGES, Virginia E. e AREND, Silvio C. (Orgs.). *Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONTERATO, Greicy Michelle Marafiga; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*. vol.7, n.2, jul./dez., 2004.

CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CAVALCANATI, Josefa Salete Barbosa et al. (Orgs.). **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora da UFPE; Brasília: MDA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. **Ocupações não-agrícolas e pluriatividade dos residentes rurais**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MALUF, Renato. **Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Nova Face da Questão Agrária**. *Jornal Estado de São Paulo*: 18 de maio de 2008.

NEVES, Delma. **Quadros Institucionais e Configurações de Políticas Públicas**. IN: Gomes, Ramonildes A. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, PB: EDUERP, 2014.

NOGUERA TUR, Joan; PÉREZ, Javier Esparcia(Eds). **Nuevos factores de desarrollo territorial**. Valencia (Espanha): Universitat de València, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

SAUER, Sergio; LEITE, Sergio P. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.50 no.3. Brasília July/Sept. 2012

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/ruralidade.html>. Acessado em 24/08/1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Abordagem territorial do desenvolvimento territorial e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: 16 a 19 de novembro de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, Sergio.; CONTERATO, M. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações ap artir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CAVIOTTI, C. (Org.). Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pliriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Cedec, Revista Lua Nova, nº 28/29, 1993.

SEPULVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento sustentável microrregional: método para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SOTO, William Hector Gomez. **A Produção do Conhecimento sobreo “Mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SUMPSI, JoseMaria. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semenjanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TARTARUGA, IVÁN PEYRÉ. **As inovações no território e o papel das universidades**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento (Texto para Discussão, nº 81). Setembro de 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Identidade social e espaço de vida**. In: WANDERLEY, M^a (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004.

WITTMANN, Milton Luiz. *et alli*. **Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades**. IN: Wittmann, Milton L e Ramos, Marília Patta. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.) Brasília, DF: Embrapa, 2014.

1.11.3 Outras disciplinas

As outras disciplinas da proposta são Tópicos Especiais em Economia I e Tópicos especiais em Economia II, ambas de 4 créditos cada, com conteúdos não presentes nos módulos de obrigatórias e optativas. Haverá também uma Atividade Programada I, de 2 créditos, para o desenvolvimento e publicação de artigos científicos. Além disso, existirá o Estágio Docência para discentes bolsistas ou voluntários. Por último, constará a disciplina de Elaboração da Dissertação, com 6 créditos.

1.12 Corpo Docente

1.12.1 Dados Pessoais

Tabela 4 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

NOME	CPF	E-MAIL	LATTES	CATEGORIA	HORAS DEDICAÇÃO SEMANAL	
					Instituição	Programa
Caio Matteucci de Andrade Lopes	373.377.908-80	caiolopes@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0457139584939995	Permanente	40	15
Edivane de Sousa Lima	446.543.753-68	edivanelima@yahoo.com.br	http://lattes.cnpq.br/7142872011671005	Permanente	40	15
Fernanda Rocha Veras e Silva	347.988.033-91	fernandaveras@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7658207408828094	Permanente	40	15
Francisco Prancacio Araujo de Carvalho	815.895.493-68	prancacio@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4189641878376282	Permanente	40	15
Jaira Maria Alcobaca Gomes	145.191.193-91	jaira@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1062706664834278	Permanente	40	15
Joao Soares da Silva Filho	844.582.244-68	jfilho@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0226441772795125	Colaborador	40	15
Juliano Vargas	003.435.710-64	juliano.vargas@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7857231631766693	Permanente	40	15
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	031.764.924-80	romina.paradizo@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9198539260484260	Permanente	40	15
Samuel Costa Filho	117.200.183-91	smcst9@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/8498206164098403	Colaborador	40	15
Thiberio Mota da Silva	619.296.893-49	thiberiomota@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4039330225981878	Permanente	40	15
Fabio Junior Clemente Gama	066.850.516-80	fabio.gama@ufdpar.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3454531851481185	Permanente	40	15

1.12.2 Formação acadêmica / Vínculo profissional

Quadro 5 - Formação acadêmica, vinculação profissional e data de admissão dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI - 2023

Nome	Formação / Instituição / Ano obtenção do título	IES vínculo	Data de admissão
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Doutorado / UFPR / 2020	UFPI	09/07/2018
Edivane de Sousa Lima	Doutorado / UFPE / 2009	UFPI	06/08/2009
Fernanda Rocha Veras e Silva	Doutorado / UFRGS / 2016	UFPI	03/10/2005
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	Doutorado / UFPI / 2018	UFPI	19/01/2006
Jaira Maria Alcobaça Gomes	Doutorado / ESALQ / 1998	UFPI	16/03/1984
Joao Soares da Silva Filho	Doutorado / UFPI / 2019	UFPI	17/09/2008
Juliano Vargas	Doutorado / UNB / 2020	UFPI	17/07/2019
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado / UFPI / 2015	UFPI	04/08/2009
Samuel Costa Filho	Doutorado / UFMA / 2014	UFPI	08/08/1986
Thiberio Mota da Silva	Doutorado / UFC / 2017	UFPI	23/02/2018
Fabio Junior Clemente Gama	Doutorado / UFJF / 2019	UDPAR	

Fonte: Superintendência de Recursos Humano (SRH/UFPI)

Este grupo de docentes, embora em sua maioria, tenha ingressado recentemente na instituição, vem se organizando em grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre o movimento humano. Os docentes listados apresentam experiência em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, de Monitoria e de Iniciação Científica. Além disso, demonstram capacidade de liderança de pesquisa demonstrada pela produção intelectual, bem como desenvolvem projetos de extensão relacionados ao movimento humano que permitem a aproximação da Universidade à comunidade.

1.12.3 Produção

Tabela 5 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

Nome	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	Total de artigos publicados no período
Caio Matteucci de Andrade Lopes	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Edivane de Sousa Lima	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Fernanda Rocha Veras e Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Jaira Maria Alcobaça Gomes	5	4	2	4	2	2	0	0	19
João Soares da Silva Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juliano Vargas	0	3	0	5	1	8	2	1	20
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samuel Costa Filho	0	0	0	0	5	0	0	1	6
Thiberio Mota da Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fábio Júnior Clemente Gama	4	3	1	1	1	2	1	0	13
TOTAL	6	7	3	13	8	10	2	1	54

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA ORIGEM, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Economia (PPGE), criado pela Resolução nº XX/XX CEPEX/UFPI de XX de XXXX de 20XX e reconhecido pelo CNE/CES parecer nº XXX/20XX de XX de XXXX de 20XX, é um Programa vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI) e à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (PRPG/UFPI), regulamentado sob a égide da Resolução de nº 189/07 – CEPEX/UFPI.

Parágrafo único. O Programa será regulamentado pelo presente Regimento Interno, pelos Estatutos e Regimento Geral da UFPI e pelas Normas dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* desta Universidade.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Economia é constituído por um núcleo básico de professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e de outros Departamentos e Instituições de Ensino Superior.

Art. 3º O Programa de Pós-Graduação em Economia oferece curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado Acadêmico, cujas atividades estão voltadas para a qualificação de docentes, pesquisadores, graduados e profissionais, proporcionando a obtenção do título de Mestre em Economia.

Art. 4º. O curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem por objetivo promover a formação ampla e aprofundada dos(as) discentes, visando à preparação profissional para o meio acadêmico (atividade de pesquisa e docência), para centros e institutos de pesquisa (governamentais, de opinião pública, de *marketing*, etc.) e também para a prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria em órgãos públicos, empresas e associações da sociedade civil.

TITULO II

REGIME DIDÁTICO

SEÇÃO I

DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 5º O Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí

(UFPI) é constituído por uma Área de Concentração denominada Economia e Desenvolvimento e duas Linhas de Pesquisa: Linha 1 - Economia Aplicada ao Desenvolvimento; Linha 2 - Desenvolvimento Socioeconômico.

Art. 6º A área de concentração de “Economia e Desenvolvimento” contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e questões de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada relativos aos processos de desenvolvimento econômico. Objetiva a formação acadêmica sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil e, especialmente, na Região Nordeste e no estado do Piauí.

§ 1º A área de concentração compreende as seguintes linhas de pesquisa:

I - Na linha 1, de “Economia Aplicada ao Desenvolvimento”, serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

II - A linha 2, de “Desenvolvimento Socioeconômico”, tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

Art. 7º A dissertação deverá estar vinculada a uma das linhas que compõe a área de concentração do curso.

SEÇÃO II

DO CURRÍCULO, DISCIPLINAS E PROGRAMAS

Art. 8º O currículo do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí está estruturado em torno de dois núcleos de formação, nos quais estão distribuídas as disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 1º. O **Núcleo de disciplinas obrigatórias** é formado por três disciplinas regularmente oferecidas pelo Programa de Mestrado em Economia da UFPI, a saber: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia.

§ 2º. O **Núcleo de disciplinas optativas** é formado por três disciplinas optativas, que deverão ser cursadas no Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

§ 3º. As disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia deverão ser cursadas no primeiro ano do curso.

§ 4º. O componente curricular de Seminários de Dissertação deverá ser cursada no segundo semestre do curso.

§ 5º. O componente curricular de Atividade Programada deverá ser cursada no terceiro semestre do curso.

§ 6º A Elaboração da dissertação I e II é atividade obrigatória, cuja natureza consiste em garantir o vínculo do aluno com o curso e o acompanhamento do mesmo pelo orientador. O discente deverá matricular-se nela no terceiro e quarto semestres do curso, respectivamente.

§ 7º O Estágio Docência é atividade obrigatória para alunos bolsistas/CAPES e opcional para alunos não bolsistas.

§ 8º O aluno que não se matricular nas disciplinas e nas atividades obrigatórias, conforme previsto no presente regimento, será desligado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI.

§ 9º Para integralização do curso, é necessário o cumprimento das seguintes atividades: Qualificação e Defesa Pública da Dissertação.

SEÇÃO III

DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 9º. O Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, em consonância com o que dita o Regimento Geral da UFPI e a Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI, deverá ser realizado no prazo mínimo de 12 (doze) meses, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, com justificativa do Orientador, e aprovado pelo Colegiado do Programa, por até o prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Único. O discente que obtiver prorrogação dos prazos e não concluir a dissertação será desligado automaticamente do curso.

TITULO III
DA ADMISSÃO NO CURSO
SEÇÃO I
DAS VAGAS

Art. 10º. O Mestrado Acadêmico em Economia oferece vagas anualmente, através de Edital público de divulgação do processo de seleção e ingresso, cumprindo os critérios definidos no Regimento Geral da UFPI e da Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI que regulamenta os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Parágrafo Único. Só poderão ser admitidos no Mestrado em Economia os candidatos em Curso de Graduação Plena e que tenham sido aprovados na seleção prescrita pela Comissão de Seleção.

SEÇÃO II
DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

Art. 11 A seleção dos candidatos ao curso de Mestrado em Economia será baseada em classificação definida pelo desempenho dos candidatos no Exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Exame da ANPEC, conforme informado em Edital público.

Art. 12 O edital de cada processo seletivo apresentará informações referentes às datas, aos documentos necessários para participação no processo, aos documentos necessários para a realização de matrícula, ao número de vagas disponíveis e aos pesos atribuídos às disciplinas que compõem o Exame da ANPEC.

Art. 13 Os editais serão divulgados tanto na página da UFPI/CCHL na *internet* como no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Art. 14. A seleção de candidatos ao Mestrado Acadêmico em Economia será realizada anualmente. O processo deverá ser conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por três professores permanentes do Programa, incluindo o Coordenador, que será o presidente da referida Comissão.

Parágrafo Único. Os dois outros membros da Comissão de Seleção deverão ser escolhidos em reunião do Colegiado do Programa.

Art. 15. Estarão aptos a se candidatarem ao processo portadores de diploma de graduação plena (Bacharelado ou Licenciatura).

Art. 16. O processo de seleção obedecerá aos critérios estabelecidos pela Comissão de acordo com o que está previsto no Regimento Geral da UFPI e na Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI.

Art. 17. O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas.

Art. 18. O Programa de Mestrado em Economia da UFPI admite alunos especiais que estejam regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí ou de qualquer outra IES do Brasil ou do exterior (mediante convênio ou qualquer outro tipo de associação) ou portador de Curso Superior a critério do professor responsável pela disciplina.

§ 1º. Os alunos especiais devem obter a aceitação formal do(s) docente(s) responsável pela(s) disciplina(s) selecionada(s), antes da realização da matrícula.

§ 2º. Os alunos matriculados em caráter de aluno especial têm as mesmas obrigações formais que os alunos regularmente matriculados. O aluno em caráter especial somente poderá cursar até duas disciplinas, totalizando 8 (oito) créditos. O aluno especial que for aprovado recebe uma certificação de conclusão da disciplina, podendo, inclusive, ser convalidada, caso o aluno seja aprovado, posteriormente, no Mestrado em Economia da UFPI ou em outro curso que admita a convalidação.

SEÇÃO III

DO EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 20. A língua estrangeira de que trata a presente seção é o inglês.

§ 1º. O exame de proficiência é cobrado na matrícula institucional. Sua realização é pré-condição à matrícula no Programa.

SEÇÃO IV

DA MATRÍCULA

Art. 21. A matrícula, renovável antes de cada período letivo a cursar, distingue-se em matrícula institucional e matrícula curricular. A primeira assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A matrícula curricular, por disciplina, assegura ao aluno regular o direito de cumprir o currículo para a obtenção do diploma de semestre.

§ 1º. A matrícula institucional far-se-á na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Economia, de acordo com o calendário acadêmico da Universidade.

§ 2º. A matrícula curricular será feita segundo normas do Mestrado Acadêmico em Economia constantes no Edital de seleção e sua realização dar-se-á na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

§ 3º. A primeira matrícula do estudante deverá ser institucional e curricular.

Na matrícula institucional o aluno deverá apresentar:

- a. Atestado de aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira (em inglês), nos termos das resoluções nº 225/2013 e nº 101/14 – CEPEX/UFPI;
- b. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Registro Geral (RG);
- c. 1 (uma) foto 3x4;
- d. Cópia do Diploma ou Certidão de Graduação;
- e. Cópia do Histórico Escolar da Graduação;
- f. Cópia do Certificado de Quitação no Serviço Militar (gênero masculino);
- g. Comprovação de liberação, da instituição em que trabalha, de no mínimo 20 (vinte) horas semanais, para dedicação ao Curso de Mestrado.

A matrícula curricular deverá ser realizada na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no prazo fixado pelo Edital público, mediante a apresentação do comprovante de aprovação na seleção fornecido pela Coordenação do Curso.

Art. 22. O direito à matrícula em determinada disciplina ou outra atividade curricular depende de sua inclusão na lista de oferta no semestre, considerado o plano de estudo do aluno e seu ajustamento às condições que forem estabelecidas e às vagas existentes.

§ 1º. Os alunos regulares do Curso têm prioridade quanto ao preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas e outras atividades curriculares oferecidas. A matrícula dos alunos especiais está condicionada à orientação da Coordenação do Mestrado e à existência de vagas.

§ 2º. Ao concluir as disciplinas e demais atividades curriculares, integrantes de seu plano de estudo, o aluno deverá inscrever-se, no último semestre, na disciplina Elaboração da Dissertação até sua conclusão e defesa.

Art. 23. A matrícula poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI ou de outra IES, desde que sejam reconhecidas pelas CAPES.

§ 1º. O aproveitamento de estudos no Curso de Mestrado será feito utilizando os seguintes critérios:

- a. equivalência de carga horária e ementa;
- b. nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º. A critério da Coordenação do Curso, os estudos realizados em duas ou mais disciplinas poderão, quando se completarem, serem aproveitados em uma ou mais disciplinas do curso pretendido.

§ 3º. Na ocasião da matrícula, a disciplina cursada na Universidade Federal do Piauí, cujo estudo se aproveite, será transcrita no sistema próprio da Universidade, consignando os créditos respectivos.

§ 4º. As menções ou notas obtidas em disciplinas de pós-graduação, cursadas em outras instituições e cujo estudo se aproveite, serão classificadas de acordo com o sistema de avaliação da UFPI, respeitando a nota do curso de origem.

§ 5º. Os créditos de disciplinas cursadas em outras IES deverão ser computados de acordo com a equivalência carga-horária-crédito estabelecida pelo Curso de Mestrado em Economia da UFPI.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação (PRPG) divulgará anualmente o Calendário da pós-graduação que estabelecerá um período para alteração (cancelamento, trancamento ou rematrícula de disciplina ou atividade) de matrícula.

Parágrafo Único. O cancelamento, trancamento ou rematrícula em disciplina no período estabelecido pelo Calendário da Pós-graduação não implicará em prejuízo ao aluno que, formalmente, passa a cursar a nova disciplina a partir daquele período.

Art. 25. Antes de decorrida a metade do período letivo, com parecer favorável do Orientador e do Coordenador do Curso será permitido ao aluno trancar matrícula em 1 (uma) ou mais disciplinas ou atividades.

§ 1º. O trancamento, de que trata este artigo, será feito antes de decorrido a metade das horas aula ou atividades previstas, no caso das disciplinas ou atividades ministradas sob forma intensiva.

§ 2º. O trancamento só poderá ser feito uma vez na mesma disciplina, exceto por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI.

§ 3º. Será permitido ao aluno, por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI, o trancamento do Curso pelo período máximo de 6 (seis) meses, que não será computado para efeito do que preceitua o Art. 9º, desse regimento.

Art. 26. Ante requerimento de interessados e desde que haja vagas, o Curso poderá aceitar transferência de alunos procedentes de cursos idênticos ou equivalentes, recomendados pela CAPES.

§ 1º. O aluno transferido deverá apresentar o histórico escolar e um exemplar, devidamente autenticado, de cada um dos programas das disciplinas concluídas ou em estudo, com indicação de conteúdo e duração;

§ 2º. A matrícula do aluno transferido poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados, a critério da Coordenação do Curso e Colegiado;

§ 3º. O aluno transferido deverá respeitar os prazos mínimos e máximos de duração do curso, conforme estabelecido no Artigo 9º desse regimento.

TÍTULO IV

DO REGIME E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

SEÇÃO I

DO ANO ACADÊMICO

Art. 27. O ano acadêmico obedecerá ao calendário da pós-graduação da Universidade Federal do Piauí e terá dois períodos regulares.

SEÇÃO II

DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 28. A integralização dos estudos necessários ao curso será expressa em unidades de crédito.

Art. 29. No Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia, os alunos terão que integralizar um mínimo de 33 créditos acadêmicos, distribuídos da seguinte forma:

I. 12 créditos em 3 disciplinas obrigatórias de 60h/a cada, quais sejam, acroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia;

II. 12 créditos em 3 disciplinas optativas de 60h/a cada;

III. 1 crédito de Seminário de Dissertação;

IV. 2 créditos de Atividade Programada;

V. 6 créditos de elaboração e defesa da Dissertação.

Art. 30. O aproveitamento de créditos adquiridos em outros cursos de Mestrado, requerido pelo aluno e devidamente justificado pelo Orientador, deverá ser apreciado pelo Colegiado do Curso, não podendo exceder a 1/3 (um terço) dos créditos mínimos referidos às disciplinas referentes.

§ 1º. Somente poderão ser aceitas disciplinas que tenham sido cursadas em época não anterior a 5 (cinco) anos à matrícula do candidato no Curso.

§ 2º. Para os fins do disposto neste Artigo, o aluno deverá fornecer documento comprobatório do seu aproveitamento, com os respectivos programas das disciplinas cursadas, histórico escolar e declarações de situação do Curso aludido perante a CAPES.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 31. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades didáticas tomarão como critério de avaliação os aspectos relativos à assiduidade e à eficiência, ambos eliminatórios, conforme exigências mínimas definidas pelos docentes.

§ 1º. A critério do professor, a avaliação de eficiência em cada disciplina do Curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como a efetiva participação nas atividades da disciplina.

§ 2º. A avaliação de que se ocupa este Artigo será expressa em resultado final, através de notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

§ 3º. Considerar-se-á aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 4º. O resultado final do aluno será expresso pela média aritmética das notas atribuídas nas disciplinas e demais atividades integrantes de seu plano estudo, obedecendo à escala prescrita no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 32. O aluno reprovado duas vezes em uma mesma disciplina ou disciplinas distintas terá sua matrícula cancelada e será automaticamente desligado do Curso.

Art. 33. Considerar-se-á aprovado no Mestrado Acadêmico em Economia o aluno que cumprir as seguintes condições:

- a. Tenha obtido média acumulada igual ou superior a 7,0 (sete);
- b. Tenha demonstrado capacidade de leitura em uma língua estrangeira, mediante aprovação no exame de proficiência realizado nas dependências da UFPI. Na avaliação desses exames, serão atribuídos os conceitos “S” = Satisfatório e “NS” = Não Satisfatório; c) Tenha sido aprovado na apresentação e defesa da Dissertação;
- c. Comprovar a submissão de ao menos um estudo para evento e/ou revista científica ao final do componente curricular denominado “Atividade Programada”;

- d. Comprovar a submissão de ao menos um artigo em revista científica (Qualis CAPES B1 ou superior, em Economia) para defesa de Dissertação, com tema diretamente associado à Dissertação.

SEÇÃO IV

DA ORIENTAÇÃO

Art. 34. Todo aluno regularmente matriculado no Mestrado Acadêmico em Economia terá o direito a um professor-orientador, homologado pelo Colegiado do Curso, de acordo com a sua área de interesse.

§ 1º. O aluno poderá solicitar mudança de orientador através de requerimento justificado, instruído com a aquiescência do novo orientador escolhido, dirigido à Coordenação do Curso, o qual deverá ouvir o orientador inicial e emitir parecer, encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 2º. O Orientador poderá requerer dispensa da função de orientador de determinado aluno, através de requerimento justificado, dirigido ao Coordenador do Curso, o qual deverá ouvir o aluno e emitir parecer encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 3º. Tanto o orientador quanto o orientando deverão requerer dispensa da função de orientador ou mudança de orientador, conforme o caso, até 6 (seis) meses antes de findo o prazo para a conclusão do Curso.

Art. 35. Os Orientadores e Co-orientadores deverão possuir o título de Doutor e:

- a. Apresentar produção científica regular e na forma de publicações;
- b. Estar ativo na linha de pesquisa em que oferece orientação ou co-orientação.
- c. No caso do Orientador, deverá estar, institucionalmente, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Economia.

Art. 36. São atribuições do Orientador:

- a. Orientar o aluno na organização de seu plano estudo e assisti-lo em sua formação acadêmica;
- b. Dar assistência a o aluno na elaboração e execução de seu projeto de dissertação, acompanhando, orientando, revendo e aprovando este trabalho;
- c. Verificar a necessidade e conveniência de um co-orientador, cuja orientação deverá estar restrita a aspectos específicos do trabalho;
- d. Participar como membro e presidente das bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;

- e. Cumprir os prazos e normas estabelecidas no presente Regimento e em outras instruções emitidas pelo Colegiado e Coordenação e Coordenação de Curso.

Art. 37. O número de orientados por orientador, será, no máximo, 4 (quatro).

SEÇÃO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 38. O Exame de Qualificação no Mestrado Acadêmico em Economia será realizado obedecendo aos seguintes critérios:

§ 1º. Caso a pesquisa envolva seres humanos, deverá ser apresentado documento que ateste a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Parágrafo Único – A qualificação será feita mediante a atribuição de menção de aprovação ou de reformulação pela Banca Examinadora da Qualificação, que será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado de Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno. Na segunda hipótese, o prazo concedido ao aluno é de 30 (trinta) dias, quando então será submetido à nova avaliação.

Art. 39. O exame de Qualificação deverá ser realizado entre o 12º e o 15º mês de vínculo com a pós-graduação após o cumprimento dos créditos em disciplinas, podendo ser realizado antes.

Art. 40. O documento submetido à Qualificação deve ter sido aprovado pelo orientador do discente.

SEÇÃO VI

DO TÍTULO E DA DISSERTAÇÃO

Art. 41. A Dissertação de Mestrado constitui um instrumento essencial à formação do aluno. Será elaborada mediante acompanhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito, no qual o aluno deverá demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos e de utilização adequada da metodologia científica.

Art. 42. A dissertação será desenvolvida com base em um projeto de pesquisa, devendo o tema de estudo estar relacionado à área de concentração e a uma das duas linhas de pesquisa.

Art. 43. Para a apresentação da dissertação o aluno deve ter integralizado os créditos exigidos em disciplinas, além da comprovação da submissão de um artigo científico com o orientador

para periódicos científicos com QUALIS B1, A4, A3, A2 ou A1 na área da Economia, conforme classificação mais recente estabelecida pelas CAPES, além de ter comprovado a aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira e ter sido aprovado na qualificação, observados os prazos fixados neste regimento.

§ 1º. A dissertação deverá ser redigida em português, com resumo em português e inglês.

§ 2º. A dissertação deverá ser apresentada de acordo com as normas fixadas pelo colegiado do curso.

Art. 44. Elaborada a dissertação, compete ao professor-orientador requerer, junto à Coordenação do Curso, a defesa pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. No requerimento constará o parecer do Orientador de que o trabalho está em condições de ser apresentado.

Parágrafo Único – Junto com o requerimento para a defesa pública, deverá ser entregue a versão digital, conforme normas determinadas pelo colegiado do curso e de acordo com a ABNT.

Art. 45. A Banca Examinadora da Dissertação será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado do Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno, cabendo a presidência ao Orientador.

§ 1º. Na falta ou impedimento do Orientador, o Colegiado do Curso designará um substituto.

§ 2º. Um dos membros da Banca Examinadora da Dissertação, pelo menos, e seu suplente, deverão pertencer a outro Programa de Pós-Graduação em Economia ou área afim.

§ 3º. Os membros das Bancas Examinadoras devem ser portadores do grau de doutor.

§ 4º. Caberá ao Colegiado do Curso determinar o tempo de exposição do candidato e da arguição dos membros examinadores da Banca.

§ 5º. O colegiado do curso pode decidir a forma da defesa (presencial, híbrida ou virtual), caso não seja possível juntar toda a banca fisicamente.

Art. 46. No julgamento da Dissertação será atribuída uma nota ou conceito equivalente, especificado nesse Regimento.

§ 1º. Será aprovado na defesa pública da Dissertação o aluno que obtiver aprovação unânime da Banca Examinadora, em deliberação secreta.

§ 2º. Os procedimentos para registro e demais providências relacionadas ao julgamento da dissertação, serão conduzidos com base nas normas da UFPI;

§ 3º. Os casos em que a dissertação receba a aprovação com restrições serão regidos pelas normas da UFPI;

Parágrafo Único – A Coordenação do Curso responsabilizar-se-á pela confecção de uma Ata sobre o resultado do julgamento da Dissertação e demais informações pertinentes, que será assinada pela Banca Examinadora.

Art. 47. Será concedido o grau de Mestre em Economia ao aluno que atender aos seguintes requisitos:

Integralização obrigatória de um mínimo de 33 (trinta e três) créditos em disciplinas/seminários e/ou outras atividades previstas no currículo do Curso;

- a. comprovação do exame de proficiência em língua estrangeira, conforme exigência do curso;
- b. aprovação com nota mínima de 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), ou conceito equivalente em todas as disciplinas, seminários, atividades e dissertação;
- c. obtenção de frequência integral ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- d. não ter quaisquer pendências com a Biblioteca da UFPI;
- e. aprovação do Exame de Qualificação;
- f. aprovação na defesa pública da Dissertação, conforme determina o presente Regimento;
- g. permanência no Curso pelo período regulamentar.

Art. 48. O candidato à obtenção ao grau de Mestre que tenha satisfeito as exigências deste regimento fará jus ao respectivo diploma.

Art. 49. A expedição do diploma ficará condicionada à preparação pela Secretaria Administrativa- Acadêmica do Curso, de um relatório em que conste:

- a. histórico escolar do aluno no Curso de Mestrado;
- b. o resultado do Exame de Qualificação;
- c. o resultado da defesa de Dissertação;
- d. o resultado do exame de proficiência em língua estrangeira;
- e. a duração total da realização do Curso pelo aluno.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

Art. 50. A estrutura administrativa e organizacional do Mestrado Acadêmico em Economia é composta dos seguintes órgãos e serviços:

- a. Colegiado de Curso;
- b. Coordenação de Curso;
- c. Subcoordenação de Curso;
- d. Secretaria Administrativo-acadêmica de Curso;
- e. Núcleos de Pesquisa.

SEÇÃO I

DO COLEGIADO

Art. 51. O Colegiado de Curso é órgão de natureza normativa e deliberativa e será composto pelo Coordenador ou Subcoordenador, por um representante eleito de cada uma das duas linhas sendo um membro titular e um suplente, e por um representante discente (um representante titular e um suplente), sob a presidência do Coordenador do curso.

§ 1º. O Coordenador e Subcoordenador de Curso serão escolhidos na forma da legislação em vigor na Universidade Federal do Piauí e, de preferência, deverão pertencer ao Departamento Acadêmico de Sustentação do Curso.

§ 2º. A representação discente contará com 01 um discente que será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Curso para o mandato de 01 (um) ano, permitindo uma única recondução.

Art. 52. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador, ou, a pedido, por escrito, da maioria simples de seus membros.

§ 1º. As deliberações do Colegiado de Curso serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;

§ 2º. As reuniões do Colegiado do Curso serão secretariadas pela Secretaria Administrativa-Acadêmica que se encarregará de lavrar a Ata, que será assinada pelos membros do Colegiado.

Art. 53. São atribuições do Colegiado de Curso:

- a. supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do Curso;
- b. eleger entre os membros do Colegiado, em processo de eleição com formação de chapas, o Coordenador e o Subcoordenador do Curso;
- c. decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular do curso, bem como a criação de novas áreas e linhas de pesquisa;

- d. aprovar no início de cada semestre letivo, os programas de disciplinas, o calendário semestral e demais atividades curriculares do Curso;
- e. credenciar mediante análise de currículo, os nomes de professores que integrarão o corpo docente permanente, de visitantes do curso e o quadro de professores orientadores, encaminhando seus nomes para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como aos Departamentos/Cursos nos quais os professores são lotados;
- f. reunir-se, pelo menos uma vez no ano, para, em conjunto com todo o corpo docente, produzir relatório de avaliação do andamento do curso, bem como do desempenho de cada um dos membros do corpo docente, recomendando, quando necessário, as providências cabíveis;
- g. homologar membros integrantes de comissão de seleção, de bancas examinadoras de exame de qualificação e de defesa de dissertação;
- h. homologar o resultado de exame de qualificação e de defesa pública de dissertação;
- i. fixar prazos para inscrição, seleção, matrícula e trancamento de disciplinas, em comum acordo com a Coordenação Geral de Pós-Graduação;
- j. julgar as solicitações de inscrição no curso;
- k. propor aos órgãos competentes da UFPI o número de vagas do Curso para o ano seguinte, conforme a disponibilidade de orientação do corpo docente;
- l. propor aos órgãos competentes da UFPI, alterações na estrutura curricular do curso, modificação ou extinção de disciplinas ou outras atividades que integrem o plano curricular do Curso;
- m. decidir sobre questões referentes à matrícula, transferência e aproveitamento de créditos, bem como a recursos que lhe forem encaminhados;
- n. decidir sobre a oferta de disciplinas;
- o. apreciar o Plano de Trabalho Anual da Coordenação do Curso, procedendo as alterações necessárias;
- p. apreciar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- q. indicar um substituto na falta ou impedimento do orientador de dissertação;
- r. baixar instruções normativas e aprovar convênios e intercâmbios do curso com outras Universidades e Instituições, observando a legislação interna da UFPI;
- s. indicar um docente e homologar um representante estudantil para compor a Comissão de Bolsas do curso, encarregada de selecionar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho dos bolsistas;
- t. fixar critérios para a seleção de bolsistas junto à Comissão de Bolsas;

- u. propor alterações e/ou atualizações deste regimento julgadas úteis ao funcionamento do Curso e submetê-las à apreciação dos órgãos competentes da UFPI;
- v. decidir sobre os casos omissos.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO E SUBCOORDENAÇÕES

Art. 54. São atribuições do Coordenador de Curso:

- a. convocar e presidir as reuniões da Coordenação e do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto em consonância com as resoluções institucionais;
- b. representar o Curso junto às instâncias superiores da UFPI, entidades de financiamento, pesquisa e pós-graduação;
- c. exercer a direção administrativa do Curso;
- d. executar as deliberações do Colegiado, coordenar os serviços administrativos e as atividades acadêmicas necessárias ao bom funcionamento do Curso;
- e. organizar o calendário de atividades acadêmicas do Curso para homologação pelo Colegiado e encaminhamento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- f. organizar a oferta de disciplinas de cada período letivo;
- g. exercer a coordenação das atividades de seleção e matrícula no âmbito do Curso, em articulação com órgãos competentes da UFPI;
- h. elaborar pareceres sobre processos de cancelamento ou trancamento de matrícula, acréscimo ou substituição de disciplinas ou outras atividades curriculares e aproveitamento de créditos, submetendo-os à aprovação do Colegiado;
- i. elaborar e apresentar, para a apreciação do Colegiado, Plano de Trabalho e Relatório Anual das atividades do Curso;
- j. enviar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Centro de Ciências Humanas e Letras, ao final de cada ano letivo, relatórios bem como outras informações necessárias ao funcionamento do Curso;
- k. propor, para a aprovação do Colegiado, nomes de professores para a comissão de seleção ao ingresso no Curso;
- l. Propor, para homologação do Colegiado, nomes indicados pelos orientadores para compor as bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;
- m. designar os professores orientadores para a orientação de dissertações, de acordo com a disponibilidade do quadro de orientadores, submetendo à homologação do Colegiado;

- n. expedir portarias, atestados, históricos e declarações relativas às atividades do Curso;
- o. propor, para aprovação do Colegiado, modificações na estrutura curricular do Curso;
- p. manter relações permanentes com os Departamentos Acadêmicos que dão sustentação ao Curso;
- q. cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regimento.

Art. 55. São atribuições do Subcoordenador do Curso, substituir, em seus impedimentos, o Coordenador do Curso, bem como auxiliá-lo nas tarefas que a ele competem.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 56. A Secretaria Administrativa ligada diretamente à Coordenação, é a unidade executora dos serviços administrativos do Curso, sendo dirigida por um Secretário, a quem compete as seguintes atribuições:

- a. coordenar, organizar e controlar o trabalho da Secretaria;
- b. informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas-administrativas;
- c. organizar e manter atualizada a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Curso;
- d. sistematizar informações, organizar prestações de contas e elaborar relatórios;
- e. secretariar as reuniões do Colegiado e manter em dia o Livro de Atas;
- f. manter em dia o inventário dos equipamentos e material permanente pertencentes ao Curso;
- g. receber a inscrição dos candidatos ao processo de seleção, quando necessário;
- h. providenciar editais e convocações das reuniões do Colegiado, e demais órgãos da estrutura administrativa do Curso;
- i. programar e controlar o uso dos equipamentos da Coordenação do Curso.
- j. responsabilizar-se pela programação do uso do espaço físico do Curso, bem como pela supervisão de sua conservação;
- k. oferecer apoio administrativo ao corpo docente no exercício de suas atividades vinculadas ao Curso;
- l. realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento do Curso.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DE PESQUISA

Art. 57. O corpo docente do Programa de Mestrado em Economia deverá integrar Núcleos de Pesquisa que desenvolvem suas atividades de investigação científica sobre temas e problemas relacionados às áreas de pesquisa do programa.

Parágrafo Único. A Coordenação do Programa deverá incentivar a criação de novos núcleos de pesquisa conforme as demandas e as práticas de pesquisa.

TÍTULO V

DO CORPO DOCENTE E DE PESQUISADORES

SEÇÃO I DO CORPO DOCENTE

Art. 58. O corpo docente do Mestrado Acadêmico em Economia é composto de professores dos Departamentos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, de professores visitantes, e outros colaboradores.

§ 1º. O quadro permanente do Curso é constituído de professores doutores com inserção em atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação acadêmica e de dissertação;

§ 2º. O professor visitante é docente de reconhecido desempenho acadêmico, originário de outra instituição de ensino superior ou de pesquisa, e se integra ao Curso, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, orientação de dissertação, consultoria e assessoria.

§ 3º. O professor participante pode ser membro do quadro permanente da UFPI, professor aposentado ou oriundo do quadro de outras instituições de ensino superior do país ou do exterior, através de uma participação delimitada por uma contribuição específica, como coorientação, docência em disciplina, participação em banca examinadora, pesquisa, assessoria e outras atividades.

Art. 59. Todos os professores do curso deverão ter projetos de pesquisa cadastrados junto à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPI.

Art. 60. Serão cadastrados novos professores apenas se os mesmos tiverem pesquisas na área do programa, com publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área da Economia nos últimos dois anos, respeitando as regras impostas nos editais de credenciamento.

Art. 61. Quando houver necessidade apontada pelo colegiado do curso, a Coordenação lançará um edital para o credenciamento de novos professores conforme regras presentes no Regimento

Interno do Programa. A aprovação do cadastramento de novos professores deverá ser aprovada pelo colegiado.

Art. 62. Os professores que não publicarem ao menos um artigo em revistas com Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia em um período de três anos serão desligados do programa.

Art. 63. A exigência de publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia para a permanência do programa do artigo anterior começará a valer a partir do início do programa.

Art. 64. Todos os professores devem encaminhar sua produção acadêmica anual a coordenação, a qual deve ser apreciada pelo colegiado do Curso. Os professores que não conseguirem publicar artigos em um ano serão acompanhados pela Coordenação.

TÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Art. 65 O corpo discente do Mestrado Acadêmico em Economia é constituído por todos os discentes regulares e especiais, na forma desse Regimento.

Parágrafo Único. Aos discentes regulares será exigida A disponibilidade de pelo menos 20 horas semanais de dedicação ao Curso.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 66. O presente Regimento somente pode ser alterado por decisão do colegiado.

Art. 67. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, preliminarmente, pelo Colegiado do Curso, cabendo recursos às instâncias superiores da UFPI, conforme legislação interna.

Art. 68. O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFPI, revogadas as disposições em contrário.

POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A autoavaliação do programa passa a ser um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES. Deve ser considerada a política institucional da pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI inicia o processo de autoavaliação por meio das seguintes ações: a) constituição de uma comissão formada por professores, técnico-administrativo e discentes do programa; b) criação de instrumentos/canais de autoavaliação; c) análise dos resultados; e d) adoção de medidas para a melhoria dos indicadores de autoavaliação

Com o objetivo de produzir autoconhecimento sobre o Programa de Mestrado em Economia da UFPI – Campus Ministro Petrônio Portella, propõe-se um processo de autoavaliação, em conformidade com as recomendações do grupo de trabalho CAPES (2019), desenvolvido de forma sistemática e participativa, visando assegurar a qualidade, processo formativo, produção de conhecimento, a promoção de reflexões e ações sobre o contexto e as políticas adotadas. Como resultado, a autoavaliação deverá implicar em tomadas de decisão e, portanto, mudanças que possibilitem a formação de um pós-graduado inserido socialmente e/ou profissionalmente.

O processo de autoavaliação seguirá as seguintes etapas, com base em CAPES (2019): (a) preparação; (b) implementação; (c) divulgação; (d) uso dos resultados; e (e) meta-avaliação.

A condução e operacionalização será feita com base nas seguintes etapas:

1. Preparação: envolve a constituição de uma Comissão de Autoavaliação (CAA), a sensibilização de todos os participantes para elaboração de um Plano de Autoavaliação (PA), o qual conterá os princípios adotados pelo programa, os instrumentos de autoavaliação, definição clara da missão e planejamento estratégico (metas e objetivos de médio e longo prazos), além da definição da periodicidade da coleta de dados.
2. Implementação: fase em que o plano será concretizado e monitorado para assegurar que as propostas sejam adequadas aos objetivos.
3. Divulgação dos resultados: nessa etapa os resultados devem ser publicizados, com linguagem clara e objetiva para atingir o público-alvo.

4. Uso dos resultados: as informações e dados levantados serão registradas em um banco de dados, permitindo a monitoração do desempenho do programa ao longo do tempo.
5. Meta-avaliação: a Comissão de Autoavaliação avalia a sistemática de avaliação delineada para o Programa, considerando um determinado ciclo, e propõe ajustes, A Comissão de Autoavaliação (CAA) será composta de um(a) coordenador(a) e vice coordenador(a); 02 (dois) membros docentes; um pós-graduando, um técnico-administrativo; e um egresso.

COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA

- Programa de Acompanhamento da Qualidade na Pós-Graduação: tem por objetivo apoiar os processos de avaliação da Pós-Graduação da UFPI;
- Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tem o objetivo de possibilitar a troca de experiências e fomentar discussões mais amplas acerca dos PPG. Neste evento cada programa apresenta seus dados consolidados dos últimos três anos e posteriormente é realizada uma avaliação sobre estes dados apresentados por um comitê de assessores convidados.
- Ciclos de Palestras da PRPG realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;
 - Objetivo: discutir as perspectivas da pós-graduação na UFPI e ampliar ações voltadas à consolidação dos Programas de Pós-Graduação;
- Resolução de carga horária docente em sala de aula;
 - Objetivo: disciplinar a carga horária semanal, em sala de aula, dos docentes da UFPI vinculados aos cursos de Pós-Graduação
- Edital Prêmio UFPI de Dissertação e Tese
 - Objetivo: O Prêmio UFPI de Dissertação e Tese objetiva reconhecer os melhores trabalhos desenvolvidos nesta IES; realizar a autoavaliação institucional e estimular a difusão de novos conhecimentos.
- Edital de bolsas de produtividade:
 - Objetivos:
 - a) identificar, reconhecer e valorizar docentes pesquisadores, concedendo no ambiente institucional da UFPI, bolsas de produtividade em pesquisa, de acordo com o estabelecido no Edital, para aqueles que obtiveram mérito comprovado na proposta apresentada no Edital de Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém, não contemplados;

- b) Aumentar a competitividade dos docentes pesquisadores da UFPI nos editais do CNPq e, consequentemente, induzir o aumento do número de bolsistas em Produtividade em Pesquisa do CNPq, bem como tornar a pesquisa da UFPI em destaque no cenário nacional;
 - c) Incentivar e induzir os docentes da UFPI a submeterem projetos competitivos nos editais do CNPq;
 - d) Melhorar o conceito dos Programas de Pós-Graduação da UFPI, considerando que o número de bolsista de produtividade em pesquisa constitui indicador de excelência no processo de avaliação da CAPES;
 - e) Estimular o desenvolvimento das pesquisas inovadoras que tenham mérito reconhecido por comitês avaliadores da principal agência oficial de fomento à pesquisa no país.
- Programa de Incentivo à Publicação da Produção Intelectual da UFPI.
 - Objetivo: estimular e apoiar a produção intelectual de docentes da Instituição, por meio de publicações em veículos de divulgação qualificados pelo sistema de avaliação da CAPES (QUALIS) em autoria ou coautoria.

Ademais, algumas metas propostas no PDI 2020-2023 da UFPI que nortearão o desenvolvimento de ações do Programa de Pós Graduação em Economia, são apresentadas a seguir:

- Uso de ferramenta web como mecanismo de acompanhamento permanente dos egressos dos programas de pós-graduação;
- Incremento e diversificação dos mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes;
- Ampla divulgação da carteira de projetos de pesquisa da instituição; bem como do cadastro de pesquisadores e sua organização em grupos de pesquisa, laboratórios, centros e núcleos. Esta ação deve contemplar também a divulgação da infraestrutura de

pesquisa (Contendo número de Equipamentos classificados; Laboratórios; Técnicos de laboratório e administrativo). Estas informações organizadas e acessíveis de forma fácil serão relevantes para captação de projetos pelo programa, principalmente junto à iniciativa privada, que passará a conhecer melhor a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Economia e da UFPI como um todo;

- Participação em ações de extensão, por meio tanto de discentes, quanto de docentes permanentes. Ressalta-se que o Programa de Pós-Graduação em Economia está empenhado em contribuir com estas ações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CAPES. Autoavaliação de Programa de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> >. Acesso em: 06 de nov de 2023

FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí). Institucional/história. Disponível em: <<https://www.fapepi.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.

FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação). Institucional/sobre nós. Disponível em: < <https://www.fadex.org.br/> >. Acesso em: 17 nov 2023.

SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Site da secretaria. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO – PROPOPI

Parnaíba, 07 de dezembro de 2023.

D E C L A R A Ç ã O

A Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, declara ciência que a Prof. Dr. Fábio Júnior Clemente Gama, SIAPE 1299812, lotado na Coordenação do Curso de Economia, com regime de trabalho 40h – DE, participará como professor permanente da elaboração do Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sem acarretar prejuízo à sua carga horária de trabalho desenvolvida nesta instituição.

Prof. Dr. Jefferson Soares de Oliveira
Pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
area@capes.gov.br

Documento Orientador de APCN

Área 28: Economia

Coordenador da Área: André Moreira Cunha

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Coordenador de Programas Profissionais: Marcelo Bentes Diniz

2023



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS

1. Condições asseguradas pela Instituição

1.1 Comprometimento da instituição com a implantação e o êxito do curso

1.1.1 Documentos oficiais de comprometimento

1.1.2 Aderência ao Plano de Desenvolvimento da Instituição proponente ou documento equivalente.

1.2 Infraestrutura de ensino e pesquisa

1.2.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca; recursos de informática; espaço físico para condução das atividades letivas e administrativas.

1.3 Outras considerações

2. Proposta do curso

2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso

2.2 Objetivos

2.3 Regimento do curso, forma de implementação da política de autoavaliação do programa e critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes

2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos

2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico

2.6 Critérios de seleção de alunos

2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador



2.8 Formação pretendida e perfil do egresso

2.9 Outras considerações

3. Corpo docente

3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)

3.2 Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível

3.3 Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso

3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes

3.5 Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta

4. Produção

4.1. Avaliação da produção (acadêmica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso - acadêmica ou profissional.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS DOUTORADO
VINCULADOS A MESTRADOS JÁ EXISTENTES

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA
MODALIDADE PROFISSIONAL

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS ORIGINÁRIOS
DE DESMEMBRAMENTO

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
area@capes.gov.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS
DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO À INTERDISCIPLINARIDADE



INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece as diretrizes e os critérios para apresentação de propostas de cursos novos na área de Economia a partir da legislação e das regulamentação vigentes, as quais podem ser consultadas na página da CAPES (<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>).

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS

1. Condições asseguradas pela Instituição

A instituição de ensino superior (IES) deverá explicitamente estar comprometida com o fornecimento dos meios para a implantação com qualidade do programa em tela. Deve oferecer salas de aula em número e condições adequadas para as atividades de ensino, laboratórios de informática adequados, bem como os *softwares*, base de dados e recursos bibliográficos para desenvolvimento das atividades de pesquisa. Deve ter uma biblioteca física com volume de periódicos e livros adequados ao desenvolvimento do programa nas linhas estipuladas na proposta apresentada.

Além disso, a instituição deve ter uma estrutura de tecnologia de comunicação e informação, com acesso a rede de internet de modo a viabilizar a consulta às bibliotecas virtuais e/ou plataformas de ensino utilizadas pela área, quando for o caso.

Deve ser demonstrada a disponibilidade e o acesso que os discentes terão em relação à infraestrutura de ensino-aprendizagem, relacionando esses elementos às características do curso. No caso das propostas na modalidade de ensino profissional deve estar explicitado como essa infraestrutura de ensino-aprendizagem se conecta a formação de caráter profissional do curso.

O apoio institucional é peça chave para a aprovação da proposta. Por decorrência, é fundamental que seja explicitado de forma documental como se dará esse apoio, de maneira que não parem dúvidas sobre o compromisso da IES.

1.1 Comprometimento da instituição com a implantação e o êxito do curso

1.1.1 Documentos oficiais de comprometimento

A proposta deverá indicar os documentos oficiais que sinalizam para seu comprometimento, os quais poderão constar da mesma, em anexos, por reprodução integral ou parcial dos textos originais ou, ainda, através da indicação de *link* permanente no seu portal oficial na internet.

Da mesma forma, espera-se que a proposta forneça os documentos oficiais que indiquem seu planejamento, quais sejam: Planos de Desenvolvimento Institucional; Planejamento Estratégico; ou quaisquer outros que indiquem processos, procedimentos e objetivos de longo prazo em termos dos desenvolvimentos de suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, com particular ênfase na pós-graduação. Da mesma forma, espera-se a indicação específica da política institucional de autoavaliação do programa proposto e da instituição, na proposta, em documentos em Anexo ou por meio de *links* que direcionem para o portal oficial da IES proponente na internet e onde tais informações estejam disponíveis para o público em geral.

1.1.2 Aderência ao Plano de Desenvolvimento da Instituição proponente ou documento equivalente.

A proposta de curso novo deve ser apresentada em consonância com o plano de desenvolvimento da instituição proponente e mostrar claramente que aquela está comprometida com a nova proposta. É fundamental que haja coordenação entre a autoavaliação do programa e da Instituição.

É recomendável que o programa apresente suas políticas de enfrentamento das desigualdades em suas múltiplas dimensões. Deve-se explicitar como tais políticas tratam temas como seleção de discentes, apoio à sua permanência, prazos de integração de créditos e de finalização dos cursos sempre que for pertinente, como nos casos de licença parental ou de situações excepcionais associadas a enfermidades que dificultem a realização regular das atividades de pesquisa; dentre outros aspectos. Espera-se, também, que sejam definidas políticas para garantir a atuação plena de docentes em licença parental.

1.2 Infraestrutura de ensino e pesquisa

1.2.1 Instalações físicas, laboratórios e biblioteca; recursos de informática; espaço físico para condução das atividades letivas e administrativas.

A proposta deverá ser explícita em relação às instalações físicas que deverão ser compatíveis com o número de docentes, de estudantes e da proposta do curso. Deverão ser contempladas salas de aula, laboratórios, salas de estudo para estudantes, para a coordenação do programa, salas para grupos/núcleos/laboratórios de pesquisa e biblioteca.

A proposta deverá ter a descrição adequada do acesso de professores e estudantes à internet, bases de dados e a fontes de informação multimídia para docentes e discentes. Estas deverão ser compatíveis com a proposta do programa.

A proposta deve considerar e descrever o espaço físico, mobiliário e equipamentos para condução das atividades administrativas do curso. Este deverá ser compatível com os objetivos de formação, o nível pretendido e respeitar as características específicas de formação relativas a cada modalidade de ensino: acadêmica ou profissional.

1.3 Outras considerações

Recomenda-se que a proposta indique aspectos relacionados às parcerias institucionais existentes ou previstas, tais como convênios, contratos, acordos etc., que contribuam para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, gestão, intercâmbios de discentes e de docentes, participação em redes de pesquisa etc.

2. Proposta do curso

O programa deve ser apresentado mostrando as razões que o inserem na área de Economia e deve ter suas linhas de pesquisa majoritariamente associadas à área. Os projetos de pesquisa devem ser consistentes com a formação e a produção intelectual já demonstrada do corpo docente e devem ter a participação de um número significativo de docentes permanentes.

Preferencialmente, o corpo docente deve ter experiência prévia de atuação conjunta na IES proponente e não ser composto apenas por pesquisadores com experiência em pesquisa muito recente (titulação em nível de doutorado até três anos antes da submissão da proposta). É importante que haja uma mistura de perfis em termos de tempo de titulação.

Pelo menos metade do corpo docente permanente deve ser formado por docentes com formação na área de Economia em algum nível, vale dizer, na graduação ou na pós-graduação (mestrado ou doutorado). Esta formação precisa estar em consonância com os objetivos formativos do curso, sua(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa. A proposta deve trazer de forma clara as linhas mestras de seu regulamento e, preferencialmente, o próprio regulamento. Deve estabelecer o número de créditos e a estrutura em termos de disciplinas obrigatórias e optativas do mesmo. É fundamental que esta estrutura esteja de acordo com o regulamento da Pós-Graduação da Instituição (IES).

É necessário que o perfil do egresso esteja bem estabelecido na proposta do programa.

A proposta de curso novo deve conter os seguintes elementos detalhados na sequência.

2.1 Histórico e contextualização da proposta de curso

Deve-se discorrer sobre o histórico da instituição proponente, particularmente no que tange ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área de Economia, bem como descrever o contexto de criação do curso e as suas perspectivas em termos internacionais, nacionais e locais. Espera-se a demonstração da trajetória institucional do curso, sua necessidade social em termos de demanda prevista e potencial impacto de sua implantação.

2.2 Objetivos

Os objetivos do novo curso devem estar explicitados na proposta e devem ser situados em âmbito, local, regional e nacional.

2.3 Regimento do curso, forma de implementação da política de autoavaliação do programa e critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes

O regimento do curso deve ser parte da proposta e será avaliado. No regimento deverão estar claras as dinâmicas de autoavaliação do programa, bem como sua articulação com a autoavaliação da IES. O regimento deve trazer os critérios de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento. Os mesmos serão avaliados pela comissão de avaliação.

2.4 Coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa ou atuação, e projetos

As áreas de concentração devem ser compatíveis com o perfil do corpo docente, e de forma orgânica, as linhas de pesquisa precisam ser adequadas às áreas de concentração. As linhas de pesquisa precisam ter projetos de pesquisa adequados às mesmas, com docentes permanentes com capacidade e experiência de pesquisa associada a elas. É recomendável um equilíbrio entre o número de projetos de pesquisa, professores (pesquisadores) a ela associados e o número de linhas de pesquisa do programa. Tal equilíbrio visa a sustentação das atividades desenvolvidas em cada linha de pesquisa.

2.5 Estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico

As disciplinas precisam atender às recomendações da área. É necessário que as disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos sejam sempre obrigatórias. É fundamental que as demais disciplinas estejam de acordo com a proposta do programa, com as áreas de concentração e as linhas de pesquisa. É necessário que as disciplinas apresentadas possam ser ofertadas pelo perfil do corpo docente apresentado pela proposta. Serão avaliadas as ementas, sua adequação à proposta e suas referências bibliográficas, as quais deverão ter padrões de atualização e de diversificação compatíveis com os conteúdos trabalhados.

2.6 Critérios de seleção de alunos

Os critérios de seleção de alunos devem constar da proposta de forma clara e objetiva, incluindo número de vagas, instrumentos, periodicidade e formas de seleção.

2.7 Quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador

O quantitativo de vagas a ser ofertado deve ser explicitado na proposta. A proposta deve apresentar uma relação de orientandos por orientador entre três e oito (ao ano) para programas acadêmicos. Para a análise do limite máximo de oito orientandos(as) por orientador(a) por ano, a proposta deverá informar os vínculos das(os) orientadoras(es) com outros PPGs e suas respectivas orientações nos cinco últimos anos. Deverá ficar evidenciado que as(os) orientadoras(es) vinculadas(os) ao novo Programa não excederão aquele limite no conjunto de suas orientações, considerando-se os demais PPGs em que atuam.

2.8 Formação pretendida e perfil do egresso

A proposta deve trazer considerações sobre a contribuição da mesma para a formação de mestres e doutores: acadêmicos e profissionais, bem como os respectivos perfis formativos pretendidos em cada caso. No caso dos programas de natureza profissional esse aspecto é fundamental para a avaliação. O perfil do egresso deve estar absolutamente vinculado aos objetivos do programa e ao seu caráter profissional.

2.9 Outras considerações

As propostas devem explicitar as condições ou as perspectivas de fomento à pesquisa em agências públicas ou privadas, bem como mencionar convênios e parcerias com instituições que estejam diretamente relacionados com seus objetivos de formação. No caso de programas profissionais, deve-se ressaltar aspectos atinentes ao seu planejamento financeiro, bem como os mecanismos de interação com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.

3. Corpo docente

3.1 Caracterização geral do corpo docente (relação entre número de docentes permanentes e demais categorias)

O corpo docente deve ser formado por doutores(as), exceções serão aceitas no caso de programas profissionais, que poderão incluir, eventualmente, profissionais de notório saber, que

atuem nos setores privado e público, desde que denotem experiência reconhecida em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação no segmento de atuação do programa proposto, devidamente justificados, conforme a legislação em vigor. O corpo docente permanente deve ter experiência em orientação. Portanto, é necessário fornecer indicadores das experiências prévias em termos de orientação dos docentes permanentes envolvidos. A experiência de orientação deve ser diferenciada de acordo com o nível do curso proposto. Para cursos de mestrado serão exigidas orientações de TCC, em nível de graduação ou pós-graduação *lato sensu e stricto sensu* e/ou de iniciação científica. Em nível de doutorado, serão exigidas experiências prévias em orientação em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Pelo menos metade do corpo docente permanente deverá ter a experiência exigida para o respectivo nível proposto e, também, ter formação na área de Economia em algum nível (graduação ou na pós-graduação, mestrado ou doutorado).

3.2 Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível

Para o nível de Mestrado, o número mínimo de docentes permanentes é de dez (com tolerância de no mínimo oito, desde que plenamente justificado devido à baixa densidade doutores na localidade), tanto para programas profissionais quanto acadêmicos. Já para os cursos em nível de doutorado, o número mínimo é de dez docentes permanentes, sem possibilidade de flexibilização.

3.3 Regime de dedicação de docentes permanentes ao curso

Do total do corpo docente, que é a soma dos docentes permanentes e colaboradores do programa, deve-se ter no mínimo 70% de docentes classificados como permanentes.

Será observada a dedicação potencial dos docentes ao programa. O percentual de docentes permanentes com atuação como permanente em outros Programas de Pós-Graduação não deve ultrapassar a 50% (Programas Acadêmicos) e 60% (Programas Profissionais), cabendo ressaltar que, no caso de mestrado profissional, com vínculo explícito a um programa acadêmico da área de Economia (vínculo possível apenas com um programa), essa restrição não se aplica.

O vínculo dos docentes com outros programas deve estar explícito e, caso haja migração, e, portanto, esse vínculo vá ser alterado, com a implantação do programa, deve haver a anuência da IES e/ou do outro programa.

3.4 Qualificação mínima de docentes permanentes

O corpo docente deve ser formado por doutores(as), com produção intelectual e participação em projetos de pesquisa articulados à proposta do curso. É recomendável que os mesmos também participem de núcleos/grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Exceções serão aceitas no caso de programas profissionais, que poderão incluir, eventualmente, profissionais de notório saber conectados com o mundo empresarial, devidamente justificados e atendendo às exigências da legislação vigente.

3.5 Vinculação da qualificação acadêmica, didática, técnica ou científica do grupo proponente ao objetivo da proposta

Deve haver coerência entre a qualificação acadêmica comprovada do corpo docente com a proposta do programa. Isso será verificado pela formação, produção intelectual, produção técnica e orientações prévias dos docentes da proposta. As exigências de experiência em orientação seguem o definido no item 3.1.

4. Produção

4.1. Avaliação da produção (acadêmica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso - acadêmica ou profissional).

A avaliação da produção intelectual (bibliográfica, artística e técnica, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional) levará em consideração a aderência em relação ao curso proposto, áreas de concentração e linhas de pesquisa. A proposta deve indicar até cinco produções (bibliográficas, artística ou técnicas, de acordo com a modalidade do curso — acadêmica ou profissional) de cada docente permanente nos cinco anos anteriores ao ano de submissão da proposta. Coautoria entre membros do corpo docente será considerada apenas uma vez, ou seja, não será contabilizada em duplicidade. Também serão observadas eventuais concentrações dessa produção.

A produção intelectual será um ponto chave para a análise da proposta, pois reflete bem a capacidade do corpo docente para viabilizar o funcionamento do programa e para dar-lhe qualidade. E, portanto, deve expressar sintonia com a proposta do programa (objetivos), áreas de concentração e linhas de pesquisa e deve ser bem distribuída entre os docentes permanentes do programa. No caso dos programas profissionais deverá ser destacada a produção técnica e tecnológica (PTT), em acordo com produtos mais relevantes elencados pela área de Economia. A produção intelectual recente do corpo docente permanente deve ser bem qualificada, estar bem distribuída entre os seus membros, indicar regularidade e ser convergente com o perfil de produção do nível proposto, conforme apresentado no Relatório de Avaliação do ciclo avaliativo mais recente e que está disponibilizado no sítio da Capes.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS DE DOUTORADO VINCULADOS A MESTRADOS JÁ EXISTENTES

As propostas de doutorado vinculadas a programas já existentes com cursos em nível de mestrado deverão explicitar claramente em que medida o novo nível introduz avanços na formação pretendida dos discentes, com seus desdobramentos específicos no desenho de objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa, disciplinas e projetos de pesquisa. Serão aceitas propostas que indiquem, com a devida justificativa, que somente parte do corpo docente do programa fará parte do novo nível. Esta diferenciação deverá estar prevista no regimento do programa e demais regulamentações específicas, com o estabelecimento de critérios para credenciamento nos níveis de mestrado e de doutorado.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA MODALIDADE PROFISSIONAL

No caso da modalidade profissional, a proposta deve explicitar claramente a diferenciação da mesma com o de programas acadêmicos; e a diferenciação entre a proposta de um doutorado profissional com a de um mestrado profissional.

Recomenda-se que o corpo discente seja formado por profissionais ligados ao foco dos programas, preferencialmente vindos com bagagem profissional que permita a interação entre suas experiências e os novos aportes trazidos pelo programa. Ademais, espera-se que produção de

destaque do corpo docente permanente seja priorizada a produção técnica e tecnológica. No caso do doutorado profissional o trabalho de conclusão deve preferencialmente destacar sua relevância, inovação e aplicabilidade para o segmento da sociedade, permitindo formatos inovadores, atendendo as demandas da sociedade, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS ORIGINÁRIOS DE DESMEMBRAMENTO

A área desincentiva fortemente a criação de cursos novos decorrentes de desmembramentos de cursos preexistentes na mesma IES ou em regiões onde haja sobreamento com outros cursos. Todavia, propostas que sejam apresentadas nesses moldes devem respeitar a legislação vigente referente ao tema.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

As orientações contidas neste item se referem apenas aos critérios específicos para a apresentação de propostas de mestrado e doutorado acadêmicos e profissionais na modalidade de educação a distância (EaD) após atendidos os critérios definidos nos itens anteriores. Sempre que necessário serão especificadas eventuais diferenciações entre níveis (mestrado ou doutorado) e modalidades (acadêmico ou profissional).

Condições asseguradas pela IES e infraestrutura

A instituição deve demonstrar a articulação da proposta com o Planejamento Estratégico da Instituição (PDI) em relação à proposta de curso novo na modalidade de EaD, apresentando justificativa da demanda, detalhamento da política de autoavaliação institucional e seus instrumentos autoavaliativos no ambiente da pós-graduação dentro da modalidade de EaD da instituição e do funcionamento dos polos.

Ressalte-se que a proposta deve ser de um programa independente e não uma complementação ou extensão de um curso presencial existente.

No caso de propostas relativas aos cursos profissionais, as instituições coordenadoras e colaboradoras devem manter articulação com ambientes profissionais complementares e suficientes para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem e que justifiquem a modalidade de EaD.

Os proponentes deverão disponibilizar acesso (tais como endereço, mídia, entre outros) ao ambiente virtual dedicado às atividades do curso para testagem e avaliação no momento da submissão da proposta de curso novo com todos os recursos disponíveis aos avaliadores indicados pela Coordenação de Área de Avaliação. Dentre os aspectos de relevância destacam-se a política de integridade, mecanismos de segurança, validação, identificação e proteção de dados elaborados para o combate à fraude nas atividades avaliativas a distância.

Os proponentes devem descrever o perfil da equipe técnica que apoiará os docentes na construção do sistema de ensino e aprendizagem de EaD como um todo, e seus diferentes elementos instrucionais, tais como a elaboração do ambiente virtual de aprendizagem, a elaboração dos materiais, entre outros aspectos relevantes e contar com equipe de apoio para a implementação e manutenção da tecnologia de educação a distância, tais como o ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de comunicação.

A modalidade de comunicação a distância das atividades didático-pedagógicas (ministração de disciplinas, estágios de docência, entre outras) deverá ser majoritariamente síncrona (docentes e discentes conectados ao mesmo tempo). As orientações de trabalhos de conclusão deverão ser obrigatoriamente síncronas.

A IES deve assegurar também a infraestrutura descrita a seguir.

Infraestrutura física e administrativa, tecnológica, pedagógica e de pessoal exigidas pela área de avaliação, para oferta de curso na modalidade de EaD.

Critérios para o funcionamento geral e dos polos

São critérios específicos da Área para o funcionamento em geral do Programa e, quando for o caso, do(s) seus(s) polo(s):

- (i) Explicitar na proposta se há ou não cursos presenciais na(s) região(ões) de atuação do novo curso proposto, seja ele de âmbito nacional ou com ênfase em polos específicos. Demonstrar em que medida a proposta se diferencia dos programas já existentes em sua região de atuação.

- (ii) No caso da existência do(s) polo(s) EaD este(s) deve(m) estar bem justificada na proposta do curso, vinculada à demanda no seu entorno geográfico para fins de instalação e de funcionamento.
- (iii) A existência de vínculo ao Sistema Universidade Aberta do Brasil comprovado pela CAPES e comprovação de experiência mínima de dez anos de oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* à distância;
- (iv) A descrição sobre a distribuição de tutores, monitores e de técnicos responsáveis pela manutenção das atividades pedagógicas previstas na proposta em cada polo de EaD, bem como da infraestrutura de informática.
- (v) Deve-se caracterizar a experiência prévia de docentes e da equipe técnica nas atividades de apoio em cursos de graduação ou de pós-graduação *latu sensu*, bem como a existência de vínculo empregatício e horas de dedicação compatíveis com as respectivas atividades. Assim, espera-se que a proposta traga de forma clara e com a respectiva comprovação a existência de capacitação específica de professores, tutores, monitores e técnicos nas atividades e metodologias específicas de apoio ao EAD.
- (vi) No caso da tutoria, discriminar tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e à distância), qualificação necessária por tipo de modalidade (Acadêmico e Profissional) e curso (Mestrado e Doutorado), explicitando diferenças e carga horária dedicada ao curso;
- (vii) A discriminação da carga horária presencial e à distância das disciplinas e demais atividades previstas na proposta;
- (viii) As especificações técnicas da infraestrutura física do Polo (velocidade da internet do polo de apoio presencial); modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura descritas na proposta, inclusive de reserva técnica; existência de computadores ou outros dispositivos similares que permitam o acesso à internet, com número mínimo de 75%, considerando a quantidade de vagas previstas no respectivo polo;

Outros critérios da área

No caso de cursos profissionais deve-se comprovar que o(s) respectivo(s) polo(s) EaD disponha(m) de ambientes para práticas profissionais adequados à sua proposta pedagógica. Assim, o curso e os seus polos EaD relacionados a estas atividades, quando for o caso de eles existirem, deverão ser identificados e estarem aptos como espaços que possibilitem as experiências específicas de ensino e pesquisa que caracterizam a área da Economia e que estejam em consonância com a proposta do programa, particularmente as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, bem como convergentes com perfil do corpo docente. Os tutores (presenciais e à distância) deverão ter formação compatível com o caráter profissional do curso.

As especificações técnicas da parte pedagógica: materiais didáticos (virtuais e impressos); atividades pedagógicas (regulares e complementares); recursos didáticos (fóruns e chats; vídeos; encontros presenciais; biblioteca virtual; webconferências; softwares estatísticos; uso de gráficos, mapas e fotos etc.). A descrição detalhada da biblioteca virtual (discriminando os textos clássicos e contemporâneos da área de Economia das disciplinas envolvidas).

Proposta do curso

A proposta de curso novo na modalidade de EaD deve atender aos critérios de admissibilidade (requisitos) previstos na legislação vigente. A proposta deverá indicar se há ou não cursos presenciais na(s) região(ões) de atuação do novo curso proposto, seja ele de âmbito nacional ou com ênfase em polos específicos. A partir disso, demonstrará em que medida a proposta se diferencia dos programas já existentes em sua região de atuação.

Seguem abaixo alguns requisitos necessários para a submissão. Estarão aptas para oferecer programas de pós-graduação *stricto sensu* à distância instituições que atendam a todos os requisitos abaixo referenciados:

I - Tenham o Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro);

II - Sejam credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos à distância, atendendo ao disposto na legislação específica vigente.

Nos casos em que não se aplica o uso do IGC, a instituição deverá possuir, no mínimo, um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo MEC, em funcionamento, com nota mínima de cinco (05) nos três últimos ciclos de avaliação dentro da Economia.

A proposta deverá apresentar manifestação consubstanciada dos proponentes e dos dirigentes da IES que justifique o uso da modalidade de EaD em contraposição à modalidade

presencial na Área, tendo como base as premissas de expansão do conhecimento para a formação científica, docente ou capacitação profissional desejadas.

A proposta deve descrever o perfil esperado do egresso e como será a trajetória do discente no processo de aprendizagem das disciplinas, concatenando os diferentes elementos tais como: avaliação; materiais instrucionais; previsão e detalhamento dos encontros presenciais; e atividades síncronas e assíncronas entre os professores e discentes, a exemplo de vídeo-tutoria. Em particular, deve descrever de forma objetiva:

a. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como os principais materiais, recursos e tecnologias apropriadas, mostrando que permitem desenvolver plenamente a proposta e suas finalidades pedagógicas.

b. Como será a comunicação entre o orientador e o orientado no processo de elaboração do trabalho de conclusão do curso, contemplando as características específicas determinadas pelas Áreas de Avaliação no que diz respeito às atividades presenciais na orientação. No caso de uma orientação focada principalmente na interação por um aplicativo de comunicação virtual, deve-se especificar a frequência e tempos disponíveis do orientador por discente, seguindo as orientações das Áreas de Avaliação.

c. O processo de avaliação do discente durante o cumprimento de disciplinas, claramente detalhado em relação à metodologia aplicada no ensino, tais como trabalhos realizados em plataforma virtual, avaliações presenciais, relatórios de trabalho de campo, entre outros. No caso de contemplar avaliações presenciais, estas devem ser obrigatoriamente realizadas na própria IES coordenadora ou IES colaboradoras, na presença de um docente credenciado no programa conforme a legislação vigente.

d. Como será a interação discente durante o processo formativo, as possibilidades de trocas virtuais, desenvolvimento de trabalhos em conjunto, dentre outros.

e. Como se dará o processo de desenvolvimento e defesa do trabalho de conclusão do curso.

Caso haja proposta de associação entre IES, o número de IES envolvidas deve ser justificado tendo como base as necessidades apresentadas relativas à demanda de estudantes e profissionais nas regiões atendidas e, principalmente, pelas condições estruturantes necessárias e suficientes para oferecer um curso de qualidade acadêmico-científico, com plena assistência docente e focado nos objetos de formação desejados.

A proposta deverá prever e explicitar como será realizada a capacitação dos docentes e técnicos que estarão envolvidos na implantação do curso e na execução das suas atividades.

Caso sejam declarados capacitados, isso deverá ser formalmente documentado.

Ressalta-se que a proposta deve apresentar caráter *stricto sensu* distinguindo-se nitidamente de propostas *lato sensu* e de propostas presenciais.

A proposta deverá indicar: (i) o quantitativo de vagas a ser ofertado pelo curso e seus respectivos polos deve ser explicitado na proposta; e (ii) a relação de orientandos por orientador entre três e oito (ao ano). Para a análise do limite máximo de oito orientandos(as) por orientador(a) por ano, a Proposta deverá informar os vínculos das(os) orientadoras(es) com outros PPGs e suas respectivas orientações nos cinco últimos anos. Deverá ficar evidenciado que as(os) orientadoras(es) vinculadas(os) ao novo curso na modalidade EaD não excederão aquele limite no conjunto de suas orientações, considerando-se os demais PPGs e suas respectivas modalidades de funcionamento.

Regulamento do Programa

É necessário que o Regulamento descreva os modelos de avaliação (presenciais; a distância; interativas; modalidades de atividades práticas; atividades de campo com orientação presencial) e esclarecer sobre a política de integridade para evitar fraudes nas atividades avaliativas a distância.

A área, devido as suas peculiaridades, exigirá que o curso/programa seja de 60% presencial. A proposta deverá informar como serão operacionalizadas as avaliações presenciais integralizadas neste percentual de 60%.

Corpo docente

Além dos critérios aplicáveis a propostas presenciais, a proposta de EaD ainda deve apresentar a descrição da experiência do corpo docente com a modalidade de EaD demonstrada e comprovada em IES credenciada pelo MEC para oferta de EaD, além da existência de Plano de Capacitação em EaD dos docentes e técnicos do Curso.

Deve-se comprovar que a integralidade do corpo docente tenha experiência prévia em cursos de EaD na graduação ou na pós-graduação *lato sensu* de (05) cinco anos ou mais.

Adicionalmente, pelo menos 50% dos docentes permanentes deverão comprovar experiência de (10) dez anos ou mais com EaD.

Produção Intelectual

Os parâmetros de avaliação da produção intelectual a serem adotados para as propostas de cursos na modalidade de EaD deverão ser os mesmos discriminados nos Documentos de Critérios de Avaliação das propostas na modalidade presencial da Área.

As propostas de cursos novos na modalidade EaD somente poderão ser apresentadas por instituições que tenham programas na área com Produção Intelectual avaliada como “Muito Bom” nas três avaliações anteriores.

Considerações adicionais da área

Para a área de Economia, os cursos de pós-graduação na modalidade à distância seguirão as normas vigentes aplicáveis a todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* presenciais, atendendo também às especificidades da legislação vigente.

A área observará a capacidade de o curso capilarizar a pesquisa e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação nas áreas mais afastadas dos principais centros urbanos, os quais concentram a maioria dos PPGs. Neste sentido, as novas propostas nesta modalidade deverão indicar claramente que a qualidade no desenvolvimento do respectivo projeto pedagógico será equivalente àquela alcançada pelos cursos presenciais. Ademais, as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa deverão contemplar as realidades socioeconômicas específicas das regiões que serão atendidas pelo novo curso ou de regiões similares em atividades desenvolvidas anteriormente.

Com isso, espera-se que a proposta possa demonstrar a capacidade de produzir conhecimento novo e aplicado às realidades locais, preservados os parâmetros de excelência acadêmica perseguidos pela área. Tal comprovação se dará pela descrição do perfil do corpo docente, dos projetos de pesquisa e da produção intelectual. Além da necessária coerência destes com a proposta do programa, há que se explicitar a experiência na realização de pesquisas aplicadas e de formação de recursos humanos com o uso das ferramentas utilizadas no EaD e que considerem as especificidades das regiões em que o curso estará presente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS

A área considera que há assimetrias regionais sempre que a localização do programa proposto se der em regiões cujas características demográficas e socioeconômicas dificultem a atração e fixação de doutores(as). A baixa densidade de doutores(as) é o principal fator limitante para a criação e a consolidação de novos programas em tais situações. Portanto, para enfrentar tal restrição há flexibilização do critério de número mínimo de docentes permanentes, conforme expresso no item 3.2 “Quantidade mínima de docentes permanentes para cada nível”.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE.

A área entende que seus documentos formais devem induzir a introdução de boas práticas nos programas, no tange à redução e, no limite, eliminação de desigualdades no aceso pleno ao ensino em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Estas, por sua vez, têm distintas origens e manifestações. As heterogeneidades que marcam a sociedade brasileira, sua demografia e organização institucional demandam tratamentos não lineares, de modo que se possa enfrentar as desigualdades nos termos concretos experimentados em cada realidade.

Assim, as propostas encaminhadas deverão ter políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade, nos termos a seguir.

- a) *Políticas Institucionais*: descrição das políticas e dos instrumentos para garantir inclusão e a permanência de segmentos da população que se encontrem sujeitos a formas negativas de discriminação.
- b) *Políticas do Programa*: descrição das políticas e dos instrumentos para garantir inclusão e a permanência de segmentos da população que se encontrem sujeitos a formas negativas de discriminação.
- c) *Descrição das boas práticas em Acessibilidade*: descrição das condições específicas de infraestrutura, as políticas e os instrumentos para garantir acessibilidade.



CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO À INTERDISCIPLINARIDADE

A área reconhece que o objeto de estudo em Economia demanda uma abordagem que é interdisciplinar por natureza. São muitas as interfaces das pesquisas realizadas na Economia com outras áreas, tais como Administração, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Engenharia, História, Medicina, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Zootecnia, Matemática, Estatística, dentre outras. A interdisciplinaridade poderá se expressar na proposta, principalmente, nos seus objetivos, perfil de discentes, linhas de pesquisa, projetos, ementas de disciplinas e suas referências bibliográficas, bem como na produção intelectual do corpo docente. Esta última deve ser pertinente à proposta do programa. Espera-se que as produções destacadas na proposta estejam em veículos aderentes à área de Economia e à proposta do programa ou, quando não for o caso de haver aderência à área, que tenha aderência clara à proposta do programa. A aderência à área se define pela produção em veículos que pertençam: (i) às bases indexadoras da área, tais como Repec, IDEAS e Econlit; (ii) às bases indexadoras de áreas próximas, no que se refere às subáreas específicas que apresentam interface com as bases da área; e (iii) a programas de pós-graduação, associações científicas, editoras etc., cujas formas de disseminação do conhecimento identifiquem a área. Assim, espera-se que a produção intelectual se concentre majoritariamente em veículos aderentes.



Regilda Saraiva UFPI <regilda@ufpi.edu.br>

Proposta APCN Economia

Helder Carvalho <hbac@ufpi.edu.br>

14 de dezembro de 2023 às 18:06

Para: Regilda Saraiva UFPI <regilda@ufpi.edu.br>

Prezada Profa. Regilda,

Segue o arquivo com as observações inseridas em marcadores de caixas de diálogo. Os trechos que estão em amarelo são para correção linguística.

Além das observações inseridas em cada caixa de diálogo, senti falta de uma descrição do que representa a proposta do programa em termos de novidade no quadro da pós-graduação em economia no Brasil. Faltou uma descrição mais adequada de sua especificidade, daquilo que pode contribuir especialmente para a realidade do Piauí, o que tornaria a proposta mais forte para aprovação.

Faltou também fazer uma melhor conexão entre o perfil de pesquisa dos docentes e a constituição das linhas de pesquisa do programa; isso está dado como certo, mas não demonstrado de forma consistente, se encontrando ainda fragmentado. Há também uma dependência do programa em relação aos professores colaboradores, como mostra a distribuição das disciplinas, o que não recomendável, pois o corpo permanente tem que dar sustentação em tudo.

Espero que possa ter ajudado na melhoria da proposta.

ABraço,

Helder

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Prof. Dr. Helder B. Aires de Carvalho
Universidade Federal do Piauí
CCHL - Departamento de Filosofia
Campus Min. Petrônio Portela, B [Ininga](#)
[64.049-550](#) Teresina, PI



processo_23111060208202361.pdf

1845K

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

Assunto: parecer sobre proposta de APCN curso de Doutorado em Geografia

A proposta de Doutorado em Geografia, ora analisada, foi apresentada pelo PPGGEO/UFPI, Programa que, desde 2011, oferece o mestrado em Geografia na UFPI. Esse Programa tem por missão “formar profissionais na área de Geografia em condições de analisar criticamente processos e ações sociais em suas relações com a organização do espaço brasileiro, com maior ênfase na escala regional onde se insere o território piauiense, evidenciando os problemas ambientais decorrentes dessas interações da perspectiva da ciência geográfica, suscitando, assim, uma atuação profissional comprometida com o enfrentamento dos desafios socioespaciais da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população”. O doutorado proposto se insere nessa missão, assim como na estrutura do PPGGEO, que tem duas linhas de pesquisa (I- Estudos Regionais e Geoambientais; II- Ensino de Geografia), tendo como público-alvo egressos de cursos de mestrado em Geografia e áreas afins.

A proposta está devidamente instruída em coerência com as normas da Capes, detalhando, adequadamente, a infraestrutura, a proposta do curso, o corpo docente e as produções vinculadas.

No que se refere à infraestrutura de ensino e pesquisa, são detalhadas as instalações físicas (estrutura administrativa do Programa), os laboratórios (atualmente seis específicos do PPGGEO, com espaço e equipamentos) e biblioteca (a geral da UFPI, no entanto sem referenciar o acervo específico que serve ao curso de graduação e pós-graduação em Geografia). O acesso à rede mundial de computadores, bases de dados e a fontes de informação multimídia para docentes e discentes apresenta-se adequadamente na proposta. Para as aulas propriamente ditas o Programa dispõe do espaço físico, mobiliário e equipamentos no âmbito do CCHL, visto que o espaço de funcionamento administrativo do curso de mestrado, incluindo sala de secretaria, da coordenação e de reunião funcionam em prédio de apoio aos programas de pós-graduação, onde há gabinetes para professores, auditório, banheiros e salas para convívio.

No âmbito da proposta do curso, é detalhado o histórico e a contextualização da proposta de curso, que se insere no Programa criado nos últimos 12 anos, tendo gerado 187 dissertações de mestrado. Conforme argumentos apresentados, a inexistência de um doutorado em geografia no Piauí limita as possibilidades de continuidade dos estudos em nível de doutorado, pois, do universo de 187 egressos do mestrado, apenas um já fez o pós-doutorado, cinco o doutorado e três em formação doutoral em diferentes instituições do Brasil, justificando a necessidade do curso proposto, que tem coerência com o plano de desenvolvimento da UFPI e que contempla processos de autoavaliação, como demandado pela Capes.

Os objetivos gerais e específicos são claramente delineados, destacando-se a formação crítica para a análise do uso dos territórios e dos recursos ambientais do espaço geográfico brasileiro, regional e piauiense, visando a capacitação de profissional

em Geografia para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade e a melhoria da qualidade de vida da população e do ensino como um todo.

A proposta demonstra coerência entre área de concentração, linhas de pesquisa e projetos. Atualmente o programa de pós-graduação em Geografia da UFPI tem a área de concentração Organização do Espaço e Educação Geográfica, constituído por duas linhas de pesquisa: Estudos Regionais e Geoambientais (escopo estudos acerca organização e estratégias de gestão do espaço regional brasileiro suas relações com os processos urbanos e rurais, notadamente no território piauiense) e Ensino de Geografia (estudos a respeito dos conhecimentos ligados ao ensino desse componente curricular na educação básica e no ensino superior, no tocante aos aspectos históricos, teóricos, epistemológicos e metodológicos). Os projetos do PPGGEO são conexos às linhas de pesquisas e contam com fomento das principais agências de pesquisa nacionais, estadual e privadas, além do apoio da própria UFPI. A internacionalização se coloca no âmbito do PPGGEO mediante parceria com a Universidade de Lisboa – Portugal (UL), por meio do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – IGOT, que tem contribuído com os processos de qualificação dos professores do PPGGEO através de estudos de pós-doutorado e de colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de vários países.

No que tange à estrutura curricular, disciplinas e referencial bibliográfico, são claramente definidos e apresentados no Projeto, inclusive com detalhamento do processo seletivo, que adota como critérios de seleção de alunos quatro perfis: Discente exclusivo do PPGGEO, os aprovados e classificados(as) em Processo Seletivo, regulamentado por edital específico e que realizaram matrícula institucional e matrícula curricular no PPGGEO/UFPI; discente em mobilidade acadêmica interna (matrícula de discentes de outros programas da UFPI); discente em mobilidade acadêmica externa (de outras instituições) e discentes especiais não vinculados(as) ao PPG (aluno especial em disciplinas). O quantitativo de vagas e relação de orientandos por orientador, a formação pretendida e perfil do egresso são especificados, assim como o regimento do curso e forma de implementação de política de autoavaliação do programa.

A proposta apresenta e caracteriza o corpo docente, que consiste em 12 professores com dedicação exclusiva à UFPI e 20 horas de dedicação do PPGGEO, com a formação adequada aos critérios da Capes, inclusive no que se refere à produção mínima, especificando a política de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento, assim como a produção acadêmica e técnica, considerando a aderência em relação ao curso proposto, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa.

São apresentados vários apêndices, como o Regimento PPGGEO; matriz curricular; informações gerais dos docentes: carga horária, formação e projetos de pesquisa; produção do docente: quantitativos declarados (geral) e consolidados com base nas produções declaradas na proposta; produção docente em revistas e livros; qualificação acadêmica, didática, técnica, científica; cartas de anuência dos departamentos sobre a participação dos docentes no PPGGEO e planta do CCHL.

O conjunto da proposta é consistente e tem plenas condições de efetivação, em coerência com os critérios da Capes, portanto sou de PARECER FAVÓRAVEL a sua aprovação, não desconsiderando as sugestões do Conselho Departamental, que podem conferir maior robustez à proposta apresentada, conforme página 117 e 118 do processo.

Rosana Evangelista da Cruz
Comitê Assessor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 1653/2023 - PRPG (11.07)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 19 de Dezembro de 2023

Ao Gabinete do Reitor

Senhor Reitor

Encaminho o meu relato e parecer feito e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPEX-UFPI anexado ao presente processo.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 19/12/2023 11:58)
REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA ARAUJO
Matrícula: 1167746

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **c9938237a4**

Ao Gabinete do Reitor

Senhor Reitor

A proposta é um anseio da área de Economia e de toda a Universidade Federal do Piauí, está alinhada ao PDI (Plano de Desenvolvimento da Instituição) e, ao PDU (Plano de Desenvolvimento da Unidade) desta Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação. Há uma grande demanda por profissionais da área para formação e qualificação em nível de Mestrado, com potencial para realização de pesquisas de impacto na sociedade. Foi aprovado pelo Colegiado do Programa e pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas e Letras. O curso de Mestrado em Economia volta-se para o estudo e o combate às assimetrias regionais, com ênfase no Nordeste, possuindo como área de concentração o Desenvolvimento Econômico. Desta forma, incorpora-se na política de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí que é a principal instituição responsável pela transformação econômica e social do estado, através da busca de soluções de problemas que historicamente o colocam nas piores posições quanto aos indicadores econômicos e sociais.

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento Econômico

Linhas de pesquisa: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Linha de pesquisa. Desenvolvimento Sócio-econômico (DSEco)

Terá 11 componentes curriculares, dos quais 3 são obrigatórios. Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia; serão ofertadas também 3 disciplinas optativas por linha de pesquisa, todas em consonância com a área de concentração do curso.

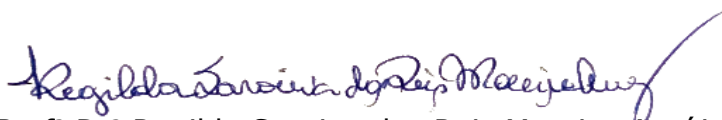
Estão previstos no programa também as atividades de Seminário de dissertação, Atividade Programada, Estágio de Docência; Qualificação e Elaboração da Dissertação. Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada. O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, tem um quadro docentes de jovens doutores e outros com amplas experiências em orientações de mestrado e doutorado e com uma consistente produção bibliográfica.

A proposta está alinhada ao documento de área da CAPES, apresenta um grupo docentes engajado, com perfil para a pós-graduação e pesquisa. Há um efeito multiplicador da inserção dos docentes de um curso de Mestrado em

Economia no Estado do Piauí, no sentido de favorecer a qualificação profissional tanto dos inúmeros Economistas egressos quanto das pessoas que estejam atuando na esfera pública e/ou privada estadual e municipal, atuando na Economia Regional, Rural, Ambiental e de Políticas Públicas bem como temas transversais. É importante ressaltar que a proposta do Mestrado em Economia da UFPI tem enfoque novo e complementar ao desenvolvimento da graduação em Ciências Econômicas, contribuindo para a formação em economia regional e avaliação de políticas, assim como conhecimento de métodos aplicados a realidade regional, que pode favorecer o desenvolvimento do Piauí em sua inserção regional e internacional. Portanto, o nosso parecer é favorável à criação do Programa de Pós-Graduação e, solicitamos que a **Resolução de Criação tenha vigência imediata**, devido ao prazo para submissão das propostas de APCN pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Teresina, 18/12/2023.

Atenciosamente,



Profª Drª Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação-UFPI



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 617, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova criação do Programa de Pós-Graduação em Economia, a nível de Mestrado, da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060208/2023-61;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Programa de Pós-Graduação em Economia, a nível de Mestrado, a ser ofertado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, da Universidade Federal do Piauí, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência devido ao prazo para submissão das propostas de APCN pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Teresina, 20 de dezembro de 2023


GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROPOSTA DE MESTRADO EM ECONOMIA

Teresina
Janeiro, 2024

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA	3
1.1	Contextualização institucional e regional da proposta	3
1.2	Justificativa para a proposta	5
2	HISTÓRICO DO CURSO	8
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA	12
3.1	Infraestrutura acadêmica	12
3.2	Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa.....	13
3.3	Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI	13
3.3.1	<i>Salas para docentes</i>	14
3.3.2	<i>Bibliotecas</i>	14
3.4	Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI	18
3.4.1	<i>Informações Complementares</i>	22
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE.....	24
5	COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO.....	26
6	POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO	29
7	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	31
8	DETALHAMENTO DO CURSO.....	33
8.1	Objetivos	33
8.2	Perfil do Mestre em Economia.....	34
8.3	Área de concentração e linhas de pesquisa	35
8.3.1	<i>Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico</i>	35
8.3.2	<i>Linhas de pesquisa</i>	36
8.4	Estrutura curricular.....	37
8.5	Ementário e referências bibliográficas	40
8.5.1	<i>Disciplinas obrigatórias</i>	40
8.5.2	<i>Disciplinas Optativas</i>	44
8.5.3	<i>Outras disciplinas</i>	62
8.6	Corpo Docente	63
8.6.1	<i>Dados Pessoais</i>	63
8.6.2	<i>Formação acadêmica / Vínculo profissional</i>	64
8.6.3	<i>Produção</i>	65
9	PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO	66
10	POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA	85
11	COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA.....	87
	REFERÊNCIAS	90

DADOS GERAIS

a. DA INSTITUIÇÃO

- **Código da IES:** 21001014
- **CNPJ:** 06.517.387/0001-34
- **Nome da IES:** Fundação Universidade Federal do Piauí
- **Sigla da IES:** UFPI
- **Site:** www.ufpi.br
- **Endereço:** *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga
- **Logradouro:** Avenida Universitária
- **CEP:** 64049-550
- **Cidade:** Teresina
- **Estado:** Piauí
- **Telefone:** (086) 3215-5511
- **E-mail:** secretariareitor@ufpi.edu.br
- **Esfera administrativa:** Federal

b. DO REITOR

- **CPF:** 077.579.563-15
- **Nome:** Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes
- **E-mail:** reitor@ufpi.edu.br

c. DO PRO-REITOR

- **CPF:** 287.255.143-34
- **Nome:** Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira de Araújo
- **E-mail:** prpg@ufpi.edu.br

d. DO COORDENADOR DA PROPOSTA

- **CPF:** 003.435.710-64
- **Nome:** Juliano Vargas
- **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br

PROPOSTA DO CURSO

- a. **Área de conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas
- b. **Título:** Mestrado em Economia
- c. **Tem graduação na área ou área afim:** SIM, desde 4 de março de 1976, pelo Ato da Reitoria número 36/76 - UFPI.
- d. **Nível do curso proposto:** Mestrado Acadêmico
- e. **Situação do curso:** Proposta nova
- f. **Número de vagas:** 11 vagas

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

- a. **Dados do Coordenador**
 - **CPF:** 003.435.710-64
 - **Nome:** Juliano Vargas
 - **E-mail:** juliano.vargas@ufpi.edu.br
 - **Fone:** (86) 98177-3323
- b. **É associação:** NÃO

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1 Contextualização institucional e regional da proposta

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem mostrado um excelente desempenho no ensino de Pós-Graduação tanto no âmbito *Stricto Sensu* como *Lato Sensu*. Este foi iniciado em 1977 e abrange Cursos de Especialização e outros Programas.

A Pós-Graduação na UFPI foi institucionalizada a partir da Resolução Nº 106/1977 do Conselho Diretor da Fundação. A partir de uma alteração do Estatuto da Universidade foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em 22 de dezembro de 1977. Já no ano de 2013, devido à necessidades que se fizeram prementes, a Pró-Reitoria foi dividida e, pela Resolução Nº 01/2013-CONSUN, foram criadas as Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa (hoje, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação). A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação é diretamente subordinada à Reitoria. A Universidade Federal do Piauí atualmente possui 43 Programas de Pós-Graduação, sendo 33 Mestrados Acadêmicos (1 em associação), 08 Mestrados Profissionais, 18 Doutorados Acadêmicos, 02 Doutorados em Associação, 01 Doutorado Profissional, com oferta de 63 cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

A Pós-Graduação da UFPI, respaldada nos valores da excelência acadêmica e da sensibilidade social, indicadores do compromisso com o Ensino Superior Público no Brasil, vem alcançando patamares elevados na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e conta com dispositivos capazes de assegurar uma sólida formação especializada e, ao mesmo tempo, com mecanismos que facilitam uma constante adaptação às mudanças exigidas pelo avanço do conhecimento.

O curso de mestrado acadêmico em Economia volta-se para o estudo e o combate às assimetrias regionais, com ênfase no Nordeste, possuindo como área de concentração o Desenvolvimento Econômico. Desta forma, incorpora-se na política de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí que é a principal instituição responsável pela transformação econômica e social do estado, através da busca de soluções de problemas que historicamente o colocam nas piores posições quanto aos indicadores econômicos e sociais.

O Mestrado em Economia é de suma importância na medida em que se propõe discutir a questão do desenvolvimento regional, capacitando profissionais para a realização de

atividades de pesquisa, ensino, consultoria e planejamento nas esferas pública e privada. Para tanto, o curso foi estruturando em cima de uma dimensão teórica, que possibilita o acesso às questões básicas para a compreensão e interpretação do arranjo espacial das atividades econômicas em diferentes regiões, e de uma dimensão aplicada relativa à construção de indicadores que possibilitarão a construção de uma base dados, imprescindível para a análise do processo de desenvolvimento e de estudos comparados entre regiões e localidades.

O curso de mestrado proposto busca atender a demanda social de transformações da realidade do Estado no contexto regional e nacional, diante das históricas políticas regionais ineficientes que não foram capazes de reverter o referido cenário econômico, tornando-o ainda amplamente dependente de transferências governamentais.

É preciso, portanto, alavancar políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis que só serão possíveis a partir de uma discussão *in loco* dos problemas regionais, compatíveis com a proposta do curso citado. Aliado a isso, a capacitação de profissionais de nível superior é um instrumento eficaz na transformação de concepções do contexto local, um importante mecanismo para alcançar melhorias socioeconômicas. O curso busca qualificar graduados em ciências econômicas.

O curso proposto é fruto de amplo processo de discussão com o corpo docente, e responde à demanda de egressos e do mercado de trabalho local. Isto porque, por um lado, a UFPI é a única instituição de ensino superior em Teresina, que oferta o curso de Ciências Econômicas e, por outro, pelo fato do estudo do Desenvolvimento econômico abrir caminho para o entendimento de relevantes questões econômicas que podem auxiliar na promoção do desenvolvimento da cidade de Teresina e do Estado do Piauí.

1.2 Justificativa para a proposta

Vale ressaltar o efeito multiplicador da inserção desses docentes nos cursos de mestrado de doutorado em áreas afins, no sentido de favorecer a qualificação de professores do próprio departamento e de outras instituições como UFDPAr, IFPI e inúmeros economistas egressos, que atuam na esfera pública e privada estadual e municipal, estudando assuntos da economia regional, rural, ambiental e políticas, bem como temas transversais.

Agrega-se também a articulação com discentes da graduação de Economia, a partir dos TCCs e iniciação científica, com aporte de bolsa da UFPI e CNPq. Estes tiveram oportunidades de participar de projetos com parceria intencional (Universidades alemãs e Universidade italiana) e em projetos financiados pelo Banco do Nordeste (BNB), Fundação de Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), CNPq, FINEP e Emenda parlamentar de piauiense e do Programa Ciência sem Fronteira do CNPq.

Este quadro nos revela o grande interesse dos egressos do Curso em continuar seus estudos na área de economia e que muitas vezes migraram para estes cursos afins por falta de opção no estado do Piauí e as restrições impostas nas oportunidades de cursos de pós-graduação em outros Estados.

O ambiente acadêmico recente da UFPI tende para consolidação dos mestrados e doutorados institucionais e em rede, e apoiar a implantação de cursos em áreas de conhecimento faltantes, o que coincide com a renovação no corpo docente do Curso de Ciências Econômicas nas áreas de teoria econômica e métodos quantitativos e a conclusão do processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas (pareceres e resoluções de 2004, 2005, 2006 e 2007 do CNE).

As transformações na sociedade, o desenvolvimento da ciência e suas implicações no mercado de trabalho forjaram a necessidade de adequações e ajustes sistemáticos no currículo do Curso de Ciências Econômicas buscando a melhoria do processo de formação profissional. Neste contexto, em 2017, iniciou-se um processo interno de discussão para reestruturação curricular com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas que finalizou apenas no primeiro semestre de 2018.

A discussão possibilitou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico e Conteúdos Curriculares que apontam para as novas necessidades da economia contemporânea exigindo

novas competências e habilidades dos formandos sem, contudo, relegar o caráter plural das ciências econômicas e da formação ética dos economistas.

Também apontou para a necessidade de consolidar o ensino de Ciências Econômicas na IES, e no próprio estado, avançando para a necessidade de implantação do programa de pós-graduação, em nível de mestrado, com área de concentração e linhas de pesquisa centradas nas questões sobre crescimento e desenvolvimento econômico, com objetivo de formar capacitações humanas sólidas para atuar na economia do desenvolvimento, e cumprindo o papel de gerar novos conhecimentos para ações, políticas e estratégias de desenvolvimento regional, territorial e local, em um Estado da região Nordeste recheado de disparidades intra-municipais e que vem transitando ente o cresce e se desenvolver numa perspectiva diferente, conforme indica o Plano Piauí 2030 (SEPLAN) como vetores estratégicos para a economia piauiense: a agricultura familiar, o agronegócio, a energia eólica, solar e hidrogênio verde, mineração, turismo e serviços. E a meta estabelecida pelo estado para 2030, quais sejam, Piauí Desenvolvido e Sustentável, com elevação do IDH para 0,80.

Portanto, o Curso de Economia, empreendeu um esforço coletivo ao longo de 47 anos de construção de ensino, pesquisa e extensão, possuindo um estoque de egressos a objetivar a formação em nível de mestrado em Economia e impulsionar a competitividade no mercado de trabalho acadêmico e de instituições públicas e privadas, contará também com a demanda dos economistas oriundos da graduação em economia na UFDpar, e de outros Estados, ponderando que o perfil sócioeconômico do egresso é de maioria das famílias de renda baixa, muitos dos municípios do interior do estado, e menos de 10% destes galgaram curso de mestrado.

É o momento da UFPI construir capacitações humanas e garantir acesso equitativo às oportunidades humanas no campo das Ciências Econômicas. Formaram-se 60 turmas de economistas que atuam nas mais diferentes áreas profissionais. Esta trajetória é resultado do compromisso de gerações de docentes e discentes que escolheram a profissão acreditando nas ciências econômicas e no que elas podem fazer pela melhoria da qualidade de vida.

Vale destacar que, no âmbito do Piauí, existem presencialmente apenas dois cursos de graduação em Ciências Econômicas (um na UFPI, em Teresina, e outro na UFDPar, na cidade de Parnaíba), sem haver nenhum mestrado em Economia, seja profissional, seja acadêmico. Nesse sentido, é de fundamental importância para o avanço socioeconômico o estado do Piauí,

para a sociedade piauiense e para os discentes e docentes da instituição a concretização da iniciativa de implantar um mestrado Strictu Sensu na instituição.

É importante ressaltar que a proposta do mestrado em economia da UFPI tem enfoque novo e complementar ao desenvolvimento da graduação em Ciências Econômicas, contribuindo para a formação em economia regional e avaliação de políticas, assim como conhecimento de métodos aplicados a realidade regional, que pode favorecer o desenvolvimento do Piauí em sua inserção regional e internacional.

HISTÓRICO DO CURSO

No contexto de transformações da década de 1960, foi criada, pela União (Lei n. 5.528), sob a forma de Fundação, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo efetivamente instalada em 1971. Entre 1971 e 1978, oferecia 35 cursos, sendo 18 de Licenciaturas, 4 de Tecnólogos e 13 de Bacharelados.

Assim, em 4 de março de 1976, o Ato da Reitoria n. 33, autorizava o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí. O Curso estava vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, no então Instituto de Ciências Humanas e Letras – atualmente Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), e iniciou com 53 alunos cadastrados (27 ingressantes pelo vestibular e 23 transferidos). O Departamento de Ciências Sociais também era responsável por mais três cursos regulares: Tecnólogo em Programação Econômica e Planejamento Administrativo (criado em 1972 e extinto depois da criação do curso de Economia), Ciências Contábeis (em 1976) e Serviço Social (em 1977). O Curso de Ciências Econômicas obteve reconhecimento pela Portaria n. 085, de 16 de janeiro de 1981, do Ministério da Educação

A criação do Curso de Ciências Econômicas teve como fator motivador principal o mercado de trabalho, tendo em vista que o curso de curta duração em Técnico em Programação Econômica e Econômico (TPEPA) não atendia mais as demandas de mercado por profissionais com formação em economia (bacharelado). Além do que, os egressos de próprio curso de TPEPA pressionavam pela complementação de um curso superior de duração plena.

Salienta-se a disponibilidade de profissionais economistas, especialmente no sistema estadual de planejamento - Secretaria de Planejamento e Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cepro) para compor corpo docente inicial do Curso de Ciências Econômicas, e viabilizar o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses docentes, graduados em Economia em Universidades da região Nordeste e Sudeste, alguns originários de outros estados do Brasil, impulsionaram o ensino teórico, com prevalência da abordagem histórica-estruturalista e voltado para compreender questões econômicas regionais e locais.

As questões teóricas e empíricas do crescimento e desenvolvimento econômico da região Nordeste e do estado do Piauí desde já marcaram a graduação de Economia debatida pelos docentes/autores da publicação Piauí, Realidade e Desenvolvimento da Fundação Cepro.

É notório que a inclusão dos economistas da Fundação Cepro no quadro de docentes do curso, abriu os caminhos para vários discentes iniciarem atividades de pesquisa por meio do estágio curricular nos órgãos estaduais

No que diz respeito à estrutura administrativa, em abril de 1982, foi instituído o Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (DCEA) pelo então Reitor prof. José Camillo da Silveira Filho, passando a ter sob sua responsabilidade os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Com base no número de alunos matriculados na UFPI, no segundo período letivo de 1982, constatou-se que das 7.223 matrículas na IES, 38,82% eram nos cursos de graduação vinculados ao CCHL e que o DCEA era responsável por 11,13% do total geral de matrículas na UFPI, este indicador mostrava o interesse pelos cursos lotados no DCEA, incrementado pela transferência de discentes para o Curso de Ciências Econômicas, comum na IES à época, resultou, em pouco mais de cinco anos, em transformá-lo no maior da UFPI em número de alunos cadastrados (578).

Diante do crescente número de discentes matriculados ocorreu um Seminário de Avaliação, realizado em 1983, com os objetivos de diagnosticar os problemas e apontar as saídas para melhor qualidade no processo de formação dos economistas. Duas das proposições do Seminário foram concretizadas nos dois anos seguintes: a contratação de novos professores e a implantação da Coordenação do Curso.

A contratação de novos professores estava fundamentada no fato de que do total de 23 professores lotados no DCEA atuando no Curso de Ciências Econômicas, em 1983, 17 professores em atividade, três afastados para cursos de pós-graduação e três à disposição de órgãos governamentais. Do total em atividade, 14 professores possuíam regime de trabalho em tempo parcial (20 horas) e três em tempo integral (40 horas), enfrentava segundo um Seminário de Avaliação, havendo a necessidade de ampliação do quadro de professores.

O Curso de Ciências Econômicas passou a contar com novos docentes. Em 1984, por meio do primeiro concurso público para professor do Curso. O concurso imprimia também uma nova característica, que era a formação do quadro de docentes com a participação de egressos do próprio curso. Neste concurso, dos seis novos contratados três eram formados em economia na UFPI, reflexo do compromisso na formação de recursos humanos para o mercado de trabalho.

O curso de Ciências Econômicas passaria a partir de então a contar com 29 professores. As novas contratações reforçaram o quadro docente no que respeita a regime de trabalho e qualificação. O número de professores em regime de tempo integral do curso elevou-se para 16, alguns com Dedicção Exclusiva (DE). Crescia também o número de mestres no Curso, visto que alguns dos novos professores estavam concluindo o mestrado (o Curso contava apenas com um doutorando).

Em 1984, também foi criada a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas que teve participação fundamental para o processo de implantação do novo currículo que se concretizou entre os anos 1984-1988, com a aprovação em Assembleia Departamental, em junho de 1988, do Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas da UFPI. Em 14 de fevereiro de 1990, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) aprovou a proposta do Novo Currículo Pleno e também as normas regulamentares da Monografia (Resolução n. 002/1990 do Cepex e Resolução n. 003/1990). No ano seguinte, o Cepex homologou e ratificou a decisão do Conselho Departamental do CCHL em relação à equivalência de currículo (Resolução n. 13/1991 e Resolução n. 017/1991).

O ambiente de mudanças internas no Curso de Economia acompanhava o movimento de articulação nacional para a construção do novo currículo que potencializou importantes transformações no âmbito do Curso de Ciências Econômicas da UFPI. Os debates e reflexões entre profissionais, professores e estudantes sobre os princípios gerais da reforma que resultou na elaboração de um relatório final, coordenado pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), e fundamentou o prof. Armando Dias Mendes (Universidade Federal do Pará) na elaboração do Parecer n. 375 de 1984, do Conselho Federal de Educação, que aprovou o novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas, o qual passou a ter como principal diretriz o ensino pautado na pluralidade do pensamento econômico.

A mobilização de professores e estudantes pela implantação do novo currículo desencadeou o movimento pelo desmembramento do DCEA em dois departamentos: Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas (DCCA) e Departamento de Ciências Econômicas (Decon), o que de fato aconteceu em novembro de 1985. O Decon, a Coordenação do Curso e o corpo docente e discente assumiram a tarefa de encaminhar o processo de implantação do novo currículo.

Em junho de 1988, fora aprovado pela Assembleia Departamental o Novo Currículo Pleno de Ciências Econômicas, estruturado com uma base curricular e docente que lhe conferia a identidade de formação pluralista, comprometido com o estudo da realidade brasileira e com o princípio do senso ético de responsabilidade social de que a profissão deve investir-se.

A década de 1990 traz a consolidação do novo currículo, promoção de atividade de extensão por meio de debates – Projeto Sexta Básica sobre a conjuntura econômica nacional e internacional e o estímulo à produção científica do corpo docente, com a organização do Informe Econômico, veículo de publicação do Departamento de Economia.

A pesquisa em temáticas nas áreas de crescimento e desenvolvimento econômico, economia regional e economia agrária e dos recursos naturais foram sendo desenvolvidas pelos docentes em processo de qualificação nos cursos mestrado e doutorado em instituições como Unicamp, ESALQ/USP, USP, UFC, UFPB, dentre outras, que ao retornarem nos anos 2000 dos cursos de pós-graduação moldaram uma nova configuração do corpo docente que alavancou a inserção dos discentes nos programas de iniciação científica da UFPI e melhor qualidade na elaboração dos trabalhos de conclusão do curso de graduação (TCC).

Nesta época a UFPI incrementou ações para implantação de programas de pós-graduação, de modo especial no CCHL e programas multidisciplinar/interdisciplinar, a partir do agrupamento de professores doutores em áreas de conhecimento afins, diante ainda de um número reduzido de doutores com perfil para pós-graduação e atendimento dos critérios exigidos pela CAPES para pleitear curso de pós-graduação em área específica, como por exemplo, em Economia.

Neste cenário professores/doutores do Decon foram convidados a ingressarem nos Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciência Política, História Gestão Pública para atuarem como docentes permanente, engajando seus projetos de pesquisa nos eixos vinculados a economia regional, desenvolvimento e políticas públicas, contribuindo para o reforço da base de ensino, pesquisa e extensão do Curso e também a criação de grupos pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil - CNPq e núcleos de pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DE ENSINO E PESQUISA

1.3 Infraestrutura acadêmica

Atualmente, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com 159 ambientes, distribuídos em, 111 salas de aula, 3 auditórios, 15 laboratórios de ensino, 8 salas para núcleos de pesquisas, 3 salas para projetos de extensão, 2 salas para empresa júnior, 5 laboratórios de informática, 2 Salas para acervo de publicações do CCHL e 11 salas para Centros Acadêmicos (Tabela 1; Quadro 1).

Tabela 1 - Infraestrutura acadêmica do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI – 2023

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	TIPO	QUANTIDADE
Salas de publicações do CCHL	Acervo	2
Auditório Noé Mendes	Auditório	1
Auditório Camilo Filho	Auditório	1
Auditório Socorro Lira	Auditório	1
Empresas Juniores	Empresa escola	2
Laboratórios de Informática	Laboratório	5
Laboratório de Geomática	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Cartografia	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Práticas Educacionais	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Ensino	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Línguas	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Investigação Social	Laboratório de ensino	1
Laboratório de Edição de Vídeos	Laboratório de Ensino	1
Laboratórios de Estudos e Pesquisa	Laboratório e ensino	4
Núcleo de História Oral	Núcleo de Pesquisa	1
NEP	Núcleo de Pesquisa	1
Núcleos de Pesquisa	Núcleo de Pesquisa	5
NUPEC	Núcleo de Pesquisa	1
PET de serviço social	Projeto de Extensão	1
PET de filosofia	Projeto de Extensão	1
PET de história	Projeto de Extensão	1
Sala de aula	Sala de Aula	103
Mestrado de Geografia	Sala de Aula	1
Mestrado Sociologia	Sala de Aula	1
Mestrado em Antropologia	Sala de Aula	2
Cultura Francesa	Sala de Aula	2
Mestrado em Letras (estudo da linguagem)	Sala de aula	1
Mestrado em Letras (estudos literários)	Sala de aula	1
Salas de estudo individuais (40 estudantes)	Sala de estudos	2
Salas de estudo em grupo para discentes	Sala de estudos	2
Centros Acadêmicos	Sala de uso de discentes	11
TOTAL		159

Fonte: Elaboração própria com dados da PREUNI (2019).

Quadro 1 - Relação dos laboratórios do Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI - 2023

Laboratórios do CCHL	Sala	Prédio
Laboratório de Informática da Graduação	300	Principal
Laboratório de Práticas Educacionais	326	Principal
LIFE: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	306	Principal
Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	323	Principal
Laboratório de Ciências de Dados e Metodologia em Ciência Política*	328	Principal
Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (GEOTEC) – Prof. João Gabriel Baptista	332	Principal
Laboratório de Geografia Física e Estudos Ambientais GEOAMBIENTE – Prof. Luciano Ferreira Rodrigues	335	Principal
Laboratório Geomática – LAGEO – Prof. Agostinho Paula Brito Cavalcante	336	Principal
Laboratório de Climatologia Geográfica – TUPÃ – Prof. ^a Augusta Ferreira da Silva Lopes	337	Principal
Laboratório de Solos e Sedimentos – PEDONPI – Prof. José Ferreira Mota Júnior	339	Principal
Laboratório de Geopolítica e Estudos Territoriais – Prof. ^a Bertha Becker*	344 A	Principal
ERIC - <i>English Resource Information Center</i>	345	Principal
Laboratório de Línguas	17	Principal
Laboratório de Informática e Multimídia para as Ciências Econômicas*	38	Principal
Laboratório de Informática da Pós-Graduação – Prof. Airton Sampaio*	P-35	Bloco C

Fonte: Elaboração própria.

* Laboratórios em processo de implantação

1.4 Infraestrutura administrativa exclusiva para o Programa

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI possui infraestrutura administrativa exclusiva, funcionando na sala 037, no Centro de Ciências Humanas e Letras, com a seguinte infraestrutura física:

- 01 (uma) sala de coordenação
- 01 (uma) sala de reunião
- 06 (seis) computadores para utilização administrativa interligados à *internet*
- 01 (uma) impressora multifuncional
- Laboratório do Banco de Dados do DECON (com computadores disponíveis para utilização dos discentes).

1.5 Infraestrutura administrativa e de acesso bibliográfico complementar ao Programa no âmbito da UFPI

Como estrutura complementar ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI, conta-se com a seguinte infraestrutura física:

1.5.1 Salas para docentes

Os docentes vinculados ao centro de ciências humanas e letras contam com 12 gabinetes privativos, que acomodam os 21 professores efetivos do Departamento, para o exercício de suas atividades acadêmicas.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.5.2 Bibliotecas

1.5.2.1 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB)

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) apresenta área total de 4194,81 m² e está subordinada à Reitoria. Atualmente coordena 9 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI e dispõe de conexão com a rede mundial de computadores na qual os usuários têm à disposição conexão de INTERNET (WI-FI) profissional e o Espaço Digital Santander Universidades, equipado com 15 (quinze) computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando conforto e agilidade para as pesquisas. O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30 de 2ª a 6ª feira e de 08h:00 às 12h:00 aos sábados. Dispõe de sistemas computadorizados LILACS, MEDLINE, COMUT e INTERNET e disponibiliza o portal de periódicos da CAPES, permitindo aos discentes e docentes o acesso a uma variedade de informações, incluindo textos completos de artigos de cerca de 2000 revistas científicas nacionais e estrangeiras, publicados a partir de 1995.

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- a) **Portal de Periódicos da Capes:** o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;

- b) **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut):** a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- c) **Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU):** é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

I. Política de aquisição de livros

A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas por professores observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc. Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e projetos institucionais a nível nacional. As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições diretamente a Seção de Intercâmbio e Aquisição. As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais.

II. Caracterização do acervo da biblioteca

i) Material bibliográfico

- Oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico da biblioteca através da INTERNET e terminais in loco.

ii) Coleções

- Referência: dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, resumos, catálogos, abstracts, dados estatísticos, referência Legislativa, etc.;
- Coleção didática: livros técnicos científicos e teses que abrangem todas as áreas do conhecimento;
- Coleção Piauí: livros sobre nosso estado e de autores Piauienses;
- Multimeios: microfilme, microficha, vídeos, discos, cassetes, disquete e cd-rom etc.;

- Mapoteca: plantas, mapas e globo terrestre;
- Periódicos: jornais, revistas especializadas, boletins, etc.;
- Obras raras publicações de edições esgotadas de valor literário.

iii) Acervo bibliográfico por área de conhecimento

O acervo bibliográfico total do SIBi-UFPI é composto por 77.414 títulos e 235.920 exemplares, distribuído nas bibliotecas dele integrantes, nos distintos Campi, discriminada nas tabelas 2 e 3, a seguir:

Tabela 2 - Acervo total livros por área de conhecimento das Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Agrárias	3.580	9.567
Ciências Biológicas	3.025	9.278
Ciências Exatas e da Terra	2.918	8.783
Ciências Humanas	12.098	29.074
Ciências Sociais Aplicadas	8.950	24.497
Engenharias	1.314	3.719
Linguística, Letras e Artes	5.656	12.465
TOTAL	34.971	90.925

Fonte: do SIBi-UFPI

Tabela 3 - Periódicos nacionais e estrangeiros disponíveis por área do conhecimento Bibliotecas da UFPI - 2023

ÁREA	TÍTULOS	FASCÍCULOS
Ciências Agrárias	2	12
Ciências Biológicas	102	4.212
Ciências da Saúde	204	8.535
Ciências Exatas e da Terra	191	9.770
Ciências Humanas	475	9.694
Ciências Sociais Aplicadas	538	19.242
Engenharias	64	4.559
Linguística, Letras e Artes	53	836
TOTAL	1.629	56.860

Fonte: do SIBi-UFPI

iv) Produtos e serviços:

- Visitas orientadas;

- Exposições e promoções de eventos;
- Treinamento de usuários;
- Programa PALPTEX (OPAS/OMS).

v) Internet:

- Sala de projeção;
- Videoteca (TV, Vídeo e DVD);
- COMUT/BIREME;
- Campanhas educativas;
- Orientação na normalização de publicações técnico-científicos.

vi) Serviços Informatizados:

- Sistema - SAB oferece pesquisa online, por título, autor e assunto, ao catálogo do acervo bibliográfico e periódicos da biblioteca através da internet e terminais in loco;
- Empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI;
- Reserva e renovação de publicações on-line via internet e em terminais de autoatendimento;
- Portal da biblioteca na internet funciona no endereço www.ufpi.br ou diretamente no endereço <http://www2.ufpi.br/biblioteca/>, com os serviços de reservas, renovações e consultas.

vii) Portal periódico da Capes:

- Professores, pesquisadores, alunos e funcionários de ensino superior e de pesquisa em todo o país tem acesso imediato a produção científica mundial atualizada através deste serviço oferecido pela CAPES;
- Oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas nacionais estrangeiras e mais de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as

áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na internet;

- Na área de Economia, são 1.199 disponíveis, no ano de 2023;
- O uso do portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições;
- Todos os programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do país ganha em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do portal que está em permanente desenvolvimento.

viii) Ferramentas e aplicativos de gestão da biblioteca:

- A biblioteca possui uma ferramenta de automação que estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via www, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através dos terminais existentes na biblioteca e laboratórios de informática disponíveis de segunda a sábado na IES;
- O software implantado na biblioteca (SAB.net@), foi projetado em linguagem para internet: *Active Server Pages* (ASP), com base de dados relacional (*SQL Server*) e funciona em rede sobre os sistemas operacionais *Windows NT Server*, com as estações de trabalho rodando sob sistema operacional *MS-Windows 95/98/2000/XP/ME* ou *Work Station*.

1.5.2.2 Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão - CCHL

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL disponibiliza em seu espaço acervo, salas de estudos, atendimento/consulta e serviços técnicos à comunidade acadêmica da UFPI, em especial aos usuários de graduação e pós-graduação do Centro. Tem 237,27 metros quadrados de área construída. Conta com acervo de mais de 2000 exemplares, 45 Estações de estudo individuais e 03 Salas de estudo em grupo

1.6 Acervos bibliográficos complementar ao Programa externos à UFPI

i) Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina (Biblioteca Antilhon Ribeiro Soares):

- A biblioteca Antilhon Ribeiro Soares (Biblioteca da Câmara de Vereadores de Teresina) foi criada em 1986. O horário de funcionamento da biblioteca é pela manhã, de 7:30 às 12:00 de segunda à sexta;
- Oferece um acervo por título, autor e assunto, com obras voltadas Principalmente para o legislativo, bem como sobre a história do Piauí e de Teresina; livros da área jurídica; enciclopédias; dicionários; livros de literatura brasileira e piauiense, relatórios da Prefeitura de Teresina; projetos de lei; e livros da área de administração, contabilidade história. No entanto, o principal foco da biblioteca são as obras específicas voltadas para o legislativo. Possui também revistas da área legislativa. Mas, o acervo principal se constitui de atas, projetos de leis do legislativo e do executivo municipal;
- o espaço conta com algumas estantes e mesas para os pesquisadores interessados na leitura ou pesquisa do acervo.

ii) Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí biblioteca Deputado Francisco Costa Andrade

- A biblioteca da Assembleia Legislativa foi criada em 1976, conta com acervos de 3.400 livros. Funciona das 9h às 13h. Conta com 23 funcionários para atender ao público. Estão à disposição de estudantes e pesquisadores, revistas e livros direcionados principalmente para o legislativo Estadual;
- Acervo: livros, enciclopédias, jornais locais, anais federais, contabilidade, relatórios de assembleia e do Governo do Estado do Piauí, atas das assembleias, projetos de leis, decretos legislativos, diários oficiais, livros celetistas e uma hemeroteca com jornais e revistas Piauiense.

iii) Arquivo Público do Piauí:

- O Arquivo Público do Piauí, fundado em 1909, é depositário de uma excelsa fonte de materiais sobre a vida sócio-política do estado, recolhidos e preservados ao longo de várias décadas. Seu Cabedal é constituído no Fundo de Documentação Oficial, uma Hemeroteca, uma Fototeca, uma Biblioteca e uma Fonoteca;

- Fundo de Documentação Oficial é constituído de documentos referentes aos três poderes, desdobrando-se, assim, em três Fundos. O Fundo Legislativo é constituído de documentação do período entre 1725 e 1996; e abrange as três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Os documentos compreendem desde leis, decretos, projetos de lei, até atas de sessões legislativas. - O Fundo Judiciário é composto de documentação de 14 cartórios judiciais e extrajudiciais do Estado, além de documentos do Tribunal Eleitoral e da Justiça Federal no Estado. Os documentos do fundo cobrem o período compreendido entre 1778 e 1945 e constituem um leque variado: certidões nascimento, certidão de casamento, certidão de óbitos, certidões de imóveis, inventário, sesmarias, inquéritos policiais e listas eleitorais. O Fundo Executivo é constituído de documentos que abrange um período de 1753 a 1985, oriundos do Palácio do Governo, Ministérios, Secretarias de Estado e Municípios, além de coleções pessoais;
- As Hemerotecas compõem-se de 393 títulos de jornais e revistas que cingem o período de 1854 aos dias que correm. Desse total 28 títulos encontram-se microfilmados. Dispõe de revistas de Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e Instituto Histórico de Oeiras (Oeiras foi a primeira capital do Estado).
- A Fototeca é constituída de um acervo formado por dez mil fotografias de Teresina e outros municípios Piauienses. São fotos de ruas, praças, prédios públicos e privados, etc.;
- A biblioteca de apoio reúne livro sobre o Piauí que abordam os aspectos político econômico e social. Obras de área como literatura, história, geografia, etc. Desse acervo as leis, decretos, mensagens e relatórios de governo são consultados com muita frequência;
- As fontes orais (Fonoteca) que estão depositadas no Arquivo Público do Piauí foram construídas pelo Núcleo de História Oral da Fundação Cepro, hoje desativado. São 37 entrevistas com homens públicos que atuaram na medicina, na política, (ex-governadores, ex-senadores, ex-deputados, ex-prefeitos, ex-veredores). Mas existem também depoimentos de pescadores, operários etc.

iv) Núcleo de Estudos do Piauí

- O Instituto Dom Barreto, instituição de ensino secundária da rede privada, sediada em Teresina, montou o Núcleo de Estudos do Piauí o qual possui hoje aproximadamente 5.000 títulos, que tratam da evolução socioeconômica do Estado;
- O acervo desse núcleo contém coleção da revista cadernos de Teresina, publicação da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, criada pelo Município Para apoiar o movimento cultural da cidade e cujo primeiro número foi editado em 1987. As temáticas dessa revista estão direcionadas para as questões urbanas do município de Teresina, em especial, mas foram também publicados textos sobre temas que envolvem a sociedade piauiense e brasileira;
- Podem ser encontrados também textos sobre antropologia, sociologia, arqueologia, arquitetura e urbanismo, artes plásticas, cinema, comunicação, fotografia, história, literatura, música, patrimônio histórico, violência urbana;
- O Núcleo de Estudos do Piauí possui um dos maiores acervos bibliográficos sobre o estado do Piauí. A instituição sempre esteve aberta para que estudantes e pesquisadores possam utilizar o material aí existente.

v) Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO)

- Órgão de administração indireta do Estado do Piauí, criado em 1971, que tem promovido pesquisas e publicações de trabalhos sobre a realidade socioeconômica piauiense. Sua biblioteca conserva um acervo importante sobre o Piauí e constitui referência para estudantes e pesquisadores. Essa fundação edita a revista Carta CEPRO, a qual teve seu primeiro número publicado em 1974 e constitui-se em Silent obra de referência para quem estuda os mais variados aspectos da sociedade piauiense;
- Das Produções da CEPRO pode-se destacar as séries: Oportunidade de Investimentos e Ensaio Econômico, com pesquisas sobre setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, indústria de transformação, comércio e serviços), estrutura da economia regional, distribuição espacial das atividades e aspectos do mercado de trabalho, entre outros assuntos;
- Na série publicações avulsas, pode-se encontrar trabalho sobre a história do Piauí (Cronologia do Piauí Republicano, Governadores do Piauí: perspectiva histórica; Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento; etc.), geografia, demografia, economia, meio

ambiente, municípios piauienses, estudos de conjuntura. Parte dessa série foi digitalizada e está disponível em cd-rom;

- Há ainda as séries: Relatórios de Pesquisa, Estudos Diversos e Recursos Naturais; ricas em informações sobre os mais variados aspectos da sociedade e do território piauiense;
- A CEPRO, precursora das pesquisas econômicas sociais no Piauí, tem sido um suporte de relevante significância para estudantes e pesquisadores no Estado.

Todas as instalações físicas dedicadas ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI são acessíveis às pessoas com deficiência, possuindo rampas de acesso às salas de aulas do programa e banheiros adaptados e possuem aparelhos de datashow em todas as salas de aula.

1.6.1 Informações Complementares

1.6.1.1 Sistema de gestão acadêmica

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), contém um leque de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), Internet (por meio de rede cabeada e rede wifi), serviços de ilhas de impressão, manutenção de equipamentos de informática e videoconferência.

O SIGAA informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Vislumbrando as peculiaridades da Pós-graduação Stricto Sensu, o SIGAA foi implementado atendendo as demandas desse ambiente acadêmico. O módulo Stricto Sensu congrega operações relativas à gerência de mestrado e de doutorado. É mais um módulo desenvolvido para auxiliar a PRPG (Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação da UFPI). O SIPAC informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (Material, Passagens, Diárias, Suprimento de Fundos, Auxílio

Financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc). O SIGRH informatiza os procedimentos de recursos humanos e planejamento.

1.6.1.2 Rede de serviço de internet, cobertura de wifi e núcleo de tecnologia da informação

O CCHL e consequentemente o PPGE contam com um serviço de internet cabeada e wifi de modo a permitir que todo o público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) possa acessar os sistemas SIGAA, SIGRH, SIPAC, além dos diversos serviços de internet. A Figura 1 a seguir ilustra a cobertura wifi, na qual pode-se perceber o CCHL.

Figura 1 – Cobertura por wi-fi no Campus Ininga da UFPI - 2023



Fonte: NTI/UFPI

O PPGE também conta com serviço de ilhas de impressão, por meio de 01 (uma) impressora dedicada ao PPGE, de modo a permitir ao público (corpo docente, corpo discente, técnicos administrativos e terceirizados) a impressão de diversos arquivos como: artigos científicos, relatórios técnicos, dissertações e teses etc.

Importante ressaltar que o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPI trabalha com um serviço de monitoramento de ativos em tempo real *Zabbix* onde é feito o monitoramento de todos os ativos de todos os Centros e Campus da UFPI. Dessa forma, qualquer problema pode ser detectado em tempo real, o que permite a sua resolução de modo mais ágil, para que o público não tenha maiores prejuízos na realização de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VISÃO DA ÁREA QUANTO ÀS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E ACESSIBILIDADE

A inclusão visa a um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos. Pensando especificamente no Centro de Ciências Humanas e Letras, locus do Programa de Mestrado em Economia, compreende-se a inclusão como princípio que permite a todos o direito de integrar e participar das várias dimensões de atuação da Universidade, sem sofrer discriminação ou preconceito e, ainda mais, tendo suas características identitárias respeitadas. Nesse meandro, a acessibilidade garante a possibilidade e condição de atuação dos sujeitos, desde a utilização dos espaços adequados à segurança de acesso ao conhecimento.

Nesse sentido a UFPI possui normativas que buscam garantir e amparar a inclusão, a permanência e a acessibilidade. Por exemplo, a resolução 059/2015 que aprova e regulamenta o programa de inclusão de pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Ainda, a Resolução 98/2021 dispõe sobre a política de ações afirmativas para negros(as), pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, da Universidade Federal do Piauí.

Para garantir a aplicação das normativas supracitadas, deve-se destacar o importante papel institucional desempenhado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Sua intervenção, tanto assistencial quanto pedagógica, é indispensável ao suporte às decisões de inclusão como para criar garantia de resultados satisfatórios no processo de aprendizado e de formação profissional e cidadã na Educação Superior da UFPI. O NAU, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). Atuam na identificação das demandas e articulação com os setores e serviços responsáveis para a solução do problema identificado, por exemplo, viabilizando o suporte com auxiliares acadêmicos e tecnologias assistivas (kit lupas manuais, gravadores de voz, adaptação de material, computadores, etc).

Outra ação institucional no sentido de garantir a inclusão e a permanência é o Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI), espaço localizado na Biblioteca Central, Jornalista Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina – PI) que dispõe de recursos acessíveis e tecnologias assistivas para as

peças com deficiência da UFPI, de outras Instituições e da comunidade externa com a finalidade de promover a educação inclusiva.

O referido Laboratório é equipado com computadores adaptados com softwares leitores de tela (DOSVOX e NVDA), teclado colmeia e mouse com acionador de pressão, scanners, fone de ouvido, linha Braille, máquinas de escrever Braille, kit lupas manuais, soroban, reglete, geoplano, televisão, impressora Braille, dentre outros recursos. Além disso, também dispõe de acervo acessível com material impresso em Braille e com acervo digital da Biblioteca Digital Dorina Nowill.

COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

A perspectiva da internacionalização na UFPI, advinda desde a vigência do PDI 2005-2009, foi sedimentada a partir de implantação do - Ciência sem Fronteiras, programa conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira. A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer neste segmento. Algumas ações necessárias estão sendo viabilizadas, tais como: a criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL (que está aprovado aguardando os recursos financeiros para sua construção); a instituição do programa de — auxílio à tradução de artigos científicos, com o objetivo de aumentar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com inúmeras instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de países mais desenvolvidos. De 2012 a 2016, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras (430 de Graduação Sanduíche no Exterior, 3 de Doutorado Sanduíche no Exterior, 4 de Doutorado Pleno no Exterior e 3 de Pesquisador Visitante Especial).

Outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior igualmente contaram com a participação da UFPI: Erasmus Mundus, Santander Universidades, BRACOL (Brasil-Colômbia), PAEC (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação) e BRAMEX (Brasil-México). Por meio do ERASMUS a UFPI recebeu nos últimos três anos, uma professora visitante da Universidade de Coimbra e dois estudantes europeus que permaneceram na instituição por um ano, fazendo intercâmbio. Trinta estudantes de graduação (de 2014 a 2016) para intercâmbio no exterior por meio dos Programas de Bolsas Santander Universidades Luso-brasileiras e Ibero-americanas. O BRACOL, iniciado em 2014, permitiu a recepção de 24 estudantes de graduação colombianos e o envio de 30 estudantes da UFPI para universidades colombianas (dados referentes até o ano de 2017). De 2015 até o momento atual, com o início do PAEC, a UFPI já recebeu nove estudantes latinos para realizar mestrado e doutorado em seus programas de pós- graduação. O BRAMEX, iniciado em 2016 contou com três estudantes mexicanos na UFPI e o envio de dois estudantes para instituições mexicanas. Em 2017, a UFPI recebeu uma bolsista mexicana (Programa PROPAT) para fazer o mestrado em agronomia. O número de convênios com instituições

estrangeiras aumentou mais de 100%. Atualmente são 24 convênios assinados em exercício e mais dez em tramitação de aprovação e assinatura.

Em relação ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa, a instituição teve um grande crescimento a partir de 2012, quando o primeiro projeto para receber bolsistas da Fulbright foi aprovado. Desde 2012, bolsistas estadunidenses ficam na UFPI por nove meses por ano para auxiliar no ensino-aprendizagem de língua inglesa. Desde 2014, a IES faz parte do Programa Idiomas sem Fronteiras. Dentre as ações do IsF já foram aplicadas mais de 4000 provas do TOEFL ITP e ministrados cursos de inglês, francês e português para estrangeiros. Atende-se em média 300 alunos por semestre nos cursos de idiomas. Estes dados demonstram que a internacionalização cresceu grandemente nos últimos três anos e a expectativa é que este movimento seja muito mais expandido nos próximos anos.

Mais recentemente, no V Ciclo de palestras da PRPG, ocorrido entre novembro e dezembro de 2021, o tema internacionalização foi amplamente discutido. Na conferência de abertura, a diretora de Relações Internacionais da CAPES, discorreu sobre a internacionalização da pós-graduação. O evento igualmente contou com a participação de pesquisadores do Canadá, Reino Unido e França, os quais em suas palestras abordaram aspectos da internacionalização e o contexto pandêmico. Ações como esta mostram que a UFPI reconhece a internacionalização como recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada; e que desta forma vem buscando desenvolver este aspecto em seus programas de pós-graduação.

É importante destacar que o Departamento de Ciências Econômicas tem desenvolvido atividades, parcerias e intercâmbios no âmbito nacional e internacional, que fortalecem parcerias acadêmicas e institucionais para o desenvolvimento do Programa de mestrado em Economia da UFPI, dentre as quais se destacam:

- Participação em grupos de pesquisa com a Universidade de Brasília (UNB) e com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Desenvolvimento de intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado com apoio da Universidade de São Paulo (USP), em seu Núcleo de Economia Regional (NEREUS);
- Articulações e parcerias com Governo do Piauí, em especial, o desenvolvimento de Estudos para fortalecimento para políticas públicas;

- Participação do Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas de caráter internacional, que inclui inúmeras instituições de vários países, dentre elas, Universidade Católica de Valparaíso (Chile), Aix MARseille Université (França), Universidade Católica de Angola, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Intercâmbio para pesquisa de doutorado na Universidade de Paris-Sorbonne (França);
- Intercâmbio para o desenvolvimento de pesquisa de doutorado na Universidad de Granada (Espanha).

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO

Existem diversas possibilidades de apoio ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPI, dentre as quais a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI), Governo do Estado do Piauí, Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), dentre outras.

A FAPEPI apoia e incentiva pesquisas no Piauí, realizando parcerias com agências de fomento nacional e órgãos estaduais, como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; o Ministério da Saúde – MS, através do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE); e, a Rede Nacional de Pesquisa – RNP. Assim, contribui para a ampliação e apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Piauí, fortalecendo a produção técnico-científica e os grupos de pesquisa existentes nas instituições de ensino e ou pesquisa do Piauí (FAPEPI, 2023).

Nesse processo de apoio, a FAPEPI lança editais, continuamente, com bolsas para mestres e doutores vinculados a Programas de Pós-graduação do Estado, a exemplo, o edital FAPEPI nº 002/2023 – Programa de apoio à Pós-graduação stricto sensu (PAPG) – bolsas de mestrado e doutorado (<https://encurtador.com.br/bcADH>). Além disso, apoia o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do Estado, podendo financiar estudos realizados pelos professores do mestrado do programa da UFPI, fortalecendo uma rede para os grupos de pesquisa como os pós-graduandos, dentre outras possibilidades.

Já o Governo do Estado do Piauí tem realizado, historicamente, parcerias com o Departamento de Ciências Econômicas, especialmente, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-PI) e da superintendência Fundação de Estudos Econômicos e Sociais do Estado (CEPRO). Existem, constantemente, vagas para estagiários da graduação na SEPLAN e parte são incorporados ao corpo técnico da instituição, após formatura. Em geral, nas Sextas Programadas (Eventos que discutem temas relevantes para economia do Estado, promovido pelo CEPRO) os professores participam e nos eventos de economia da UFPI, a SEPLAN também é parceira. Além disso, outro exemplo relevante, na pandemia COVID-19, houve apoio do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI ao Pró-Piauí (Programa do governo para

apoiar a reabertura da economia diante da pandemia) e a Economia da UFPI realizou, em parceria com outros departamentos, um estudo sobre Reabertura econômica do Piauí diante da COVID-19, que se converteu em um livro pela Editora da UFPI (EDUFPI - <https://www.ufpi.br/e-book-edufpi>). Atualmente, há cooperação técnica em andamento com realização de estudos sobre o mercado de trabalho (SEPLAN-PI, 2023) e há outras solicitações em andamento sobre matriz-insumo produto para economia do Estado. Inclusive, tramita na instituição processo de formalização de parceria entre a UFPI e a SEPLAN-PI.

Nesse sentido, espera-se fortalecer as parcerias com o governo do estado do Piauí de modo que haja, ao tempo, canalização de recursos de apoio ao Programa de pós-graduação da UFPI, em Economia, e Estudos que beneficiem a eficiência da gestão pública e formação dos técnicos da referida instituição.

A FADEX é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que capta recursos do setor público e privado e demanda pesquisadores da UFPI para desenvolver estudos/pesquisas. (FADEX, 2023) Diante disso, é possível integrar os trabalhos das dissertações do programa de pós-graduação em economia da UFPI com as Pesquisas vinculadas à FADEX, inclusive é possível buscar parceria com o setor privado ou público para o desenvolvimento de pesquisas de interesse dos pesquisadores do Programa. A exemplo, há junto ao departamento de Ciências Econômicas uma demanda, do Governo do Estado, para o desenvolvimento de estudo sobre o Programa de Ação Estadual do Piauí para o Combate à Desertificação e Áreas Degradadas (PAE-PI). Além disso, há inúmeras carências de pesquisas no Piauí, seja de enfoque privado ou público e um Programa de Pós-graduação pode fortalecer a pesquisa e contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas e gestão dos recursos públicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O Piauí é uma unidade da federação que possui uma economia principalmente baseada nos serviços, com baixa participação da indústria de transformação e da agropecuária na geração de valor. No âmbito dos serviços, há importância relativa elevada do Governo na economia, que gerou aproximadamente 36% do emprego formal em 2017. Tem ocorrido a expansão da fronteira agrícola na região sudoeste do Estado, criando crescimento econômico e ambiente favorável a transformação produtiva para agregar valor e gerar emprego e renda, mas em geral, os produtos saem dessa unidade da federação com baixo valor adicionado.

É uma economia regional de baixa participação no Nordeste e no país, que acumulou diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, o Piauí tem uma economia com reduzidos níveis de profissionalização, tanto no setor privado, quanto público, onde ocorre reduzida demanda por profissionais de economia. As parcerias e articulações do DECON e COORDECO com o setor privado e público ainda são reduzidas, o que dificulta a inserção de mudanças técnicas e científicas nas gestões pública e privada. Algo que pode colaborar para um maior e melhor efeito sobre a economia, eficiência alocativa e ganhos para o conjunto da sociedade.

O enfrentamento desses problemas exige conhecimentos e desenvolvimento de ações e políticas adequadas, sejam privadas ou públicas, que respeite as especificidades locais e promova maior qualidade de vida para as pessoas. Nesse sentido, um esforço científico do Departamento de Economia da UFPI de maneira que direcione estudos para maior entendimento das peculiaridades econômicas regionais do Piauí, apontando soluções para o desenvolvimento econômico e social, balizado em ações eficientes, sustentáveis e de maior efeito para os ganhos da sociedade. Um trabalho que vem sendo feito historicamente e que ganha maior expressão a cada dia, com busca de qualificação do corpo docente e desenvolvimento de projeto para o início da pós-graduação em economia regional.

Durante a construção da proposta, houve aproximação com a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), localizada no Litoral do Piauí. As articulações mais próximas com o Departamento de Ciências Econômicas da referida instituição, permitiram a autorização, já formalizada com aprovação em Assembleia Departamental, para o Prof. Fabio Junior Clemente Gama (UFDPAr) fazer parte da proposta como docente permanente do Programa de Mestrado em Economia da UFPI. Nesse sentido, espera-se ampliação das parcerias com a referida

instituição de modo a contribuir com o ensino e pesquisas associadas a economia da região norte do Estado, que tem um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento de dissertações, como produção de leite e derivados, produção em fruticultura, pesca, turismo com belas praias, ambientes exóticos (Barra Grande), morro da Mariana com artesanato em rendas, porto das barcas com museu do mar, portos dos Tatus e único Delta em mar aberto das américas. Há, ainda, um porto em construção.

O desenvolvimento do programa deve envolver parcerias com a mesorregião sudoeste do Piauí, onde há o Campus Professora Cinobelina Elvas, no município de Bom Jesus-PI, em que há força na produção do agronegócio. Há na mesma região, em São Raimundo Nonato-PI, o museu da Natureza no Parque Nacional da Serra da Capivara, em que revela indícios do surgimento do homem americano. Além disso, na mesorregião do sudeste do Piauí existe tradição na produção de mel, caju e outros derivados. Também merece destaque o avanço das energias renováveis no estado, em especial na região Sudeste do Piauí.

Há previsão de apoio da FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí), que é fundação de apoio a pesquisa do Governo do Estado do Piauí, podendo contribuir com bolsas de estudo e já existe parcerias com a SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Além disso, a FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação) deve contribuir com demanda e financiamento de pesquisas associadas ao Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

Existem diálogos e aproximações com a Universidade de Brasília (UNB) e Universidade de São Paulo (USP), especificamente, com seu núcleo de economia Regional (NEREUS). Deve-se buscar ampliar as aproximações e parcerias para fortalecer o Programa da UFPI.

Importante destacar a existência - desde 1997 - da revista científica INFORME ECONÔMICO (UFPI), que figura no Qualis CAPES como B4 no quadriênio 2017-2020. Desde 2018 funciona no formato exclusivamente eletrônico, com publicações de pesquisadore(a)s de todo o Brasil e do exterior.

DETALHAMENTO DO CURSO

Nível: Acadêmico

Nome: Mestrado em Economia

Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Linhas de pesquisa: 2

Disciplinas: 3 obrigatórias e 3 optativas

Docentes permanentes: 8

Docentes colaboradores: 3

Periodicidade da seleção: Anual

Duração mínima: 12 meses

Duração máxima: 30 meses

Quadro 2 - Dados gerais da proposta de Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Item	Periodicidade/Temporalidade
Regime letivo	Semestral
Carga horária total do curso	540 horas
Número máximo de períodos	5 períodos
Número ideal de períodos	4 períodos
Número mínimo de períodos	2 períodos
Carga horária máxima/semestre	1.000 horas
Carga horária mínima/semestre	15 horas

1.7 Objetivos

O Programa de Pós-Graduação em Economia possui os seguintes objetivos:

- i. Propiciar a ampliação dos conhecimentos nos fundamentos econômicos e históricos do desenvolvimento, articulando as aplicações práticas do desenvolvimento de forma inclusiva e sustentável.

- ii. Construir suporte teórico-metodológico e epistemológico para tomada de decisões na formulação de planos e projetos de desenvolvimento.
- iii. Desenvolver capacidades de planejamento e de avaliação de políticas econômicas de desenvolvimento.
- iv. Possibilitar a avaliação dos cenários econômicos internacionais e nacionais nas estratégias de desenvolvimento regional e local.
- v. Desenvolver habilidades e estratégias para o exercício do tripé ensino, pesquisa e extensão do magistério superior diante das grandes transformações internacionais.

1.8 Perfil do Mestre em Economia

O estilo de desenvolvimento econômico percorrido historicamente pelo Brasil tem reafirmado as disparidades sociais e desigualdades inter e intrarregionais, considerando as dificuldades internas geradas por um ambiente econômico e não-econômico internacional, que exige a constante reflexão teórica e ações na busca do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O Curso de Mestrado em Economia formará recursos humanos para atuar, dentro de padrões de excelência, nos quadros das diversas instituições vinculadas a análise do desenvolvimento econômico regional e da avaliação de políticas públicas produtivas e tecnológicas no âmbito das dinâmicas locais, regionais, inter-regionais e internacionais e suas interações com a inovação, a sustentabilidade, a cultura, a criatividade, o trabalho, a educação, e rurais-urbanas.

A estrutura curricular incorpora uma visão teórica nas áreas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia, visão história do processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro no contexto da inserção internacional e ação do Estado. Além das aplicações de práticas modernas de estratégias de desenvolvimento voltadas para transformação produtiva com equidade e sustentabilidade. Agrega-se a essa estrutura as atividades complementares de seminários sobre as temáticas de pesquisa e acompanhamento da formação do futuro mestre.

O Mestre em Economia contribuirá com sua capacidade analítica para implementação de ações voltadas para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável do Brasil e da

região do Nordeste especialmente no processo de alavancagem do crescimento e desenvolvimento no estado do Piauí.

Amplo conhecimento teórico-metodológico sobre desenvolvimento econômico e dos instrumentos aplicados à análise das políticas econômicas voltada para estratégias de desenvolvimento. Capacidade de atuar no sistema econômico e suas inter-relações sociais e ambientais por meio da identificação de pontos de estrangulamentos e equacionar soluções estratégicas e operacionais para crescer e desenvolver o Brasil, de forma especial a Região Nordeste e o estado do Piauí.

Analista de projetos e planos de desenvolvimento nacional, regionais e municipais que exigem sólida formação teórica para operacionalizar as ações que articulem a participação social e o consenso social.

Os procedimentos metodológicos utilizados propiciarão uma formação teórica e prática sobre as temáticas propostas nas linhas de pesquisa. As estratégias de ensino estarão indicadas nos programas específicos de cada disciplina, tendo com parâmetros: a articulação orgânica entre teoria e prática; assimilação de novos conhecimentos para as múltiplas situações da prática profissional; e desenvolvimento de habilidades e atitudes já adquiridas como suporte para criação e recriação desses novos conhecimentos.

1.9 Área de concentração e linhas de pesquisa

1.9.1 Área de concentração - Economia e Desenvolvimento Econômico

A área de concentração de Economia e Desenvolvimento Econômico contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e temáticas de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada. Objetiva a formação acadêmica de excelência, sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem de maneira independente sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil, na Região Nordeste e no estado do Piauí considerando os desafios e oportunidades globais contemporâneos.

1.9.2 Linhas de pesquisa

1.9.2.1 Linha de Pesquisa 1: Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes)

Nessa linha serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

As cinco disciplinas que devem ser ofertadas na EADes são: Avaliação de políticas públicas (docente: Caio Matteucci Andrade Lopes), Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima), Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama), Economia Regional (Francisco Prancacio Araújo de Carvalho) e Séries Temporais (docente: Thiberio Mota Da Silva).

1.9.2.2 Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco)

Esta linha de pesquisa tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

As seis disciplinas que devem ser ofertadas na DSE são: Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho), Economia da Educação (docente: Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira), Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva), Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes), Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas), além de Economia Rural e do Desenvolvimento (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes).

1.10 Estrutura curricular

Como proposta, o curso de Mestrado em Economia da UFPI deve ser desenvolvido idealmente em 2 anos, distribuídos semestralmente (Quadro 3).

Quadro 3 - Fluxo curricular do Programa de Pós-graduação em Economia (UFPI) - 2023

Semestre I	Semestre II	Semestre III	Semestre IV
Macroeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa I 4.0.0 - 60 h/a	Elaboração da Dissertação 0.0.0 - 0 h/a	Elaboração da Dissertação 6.0.0 - 90 h/a
Microeconomia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa II 4.0.0 - 60 h/a	Atividade Programada 2.0.0 - 30 h/a	
Métodos Quantitativos em Economia 4.0.0 - 60 h/a	Optativa III 4.0.0 - 60 h/a	Estágio de Docência 0.0.0 - 0h/a	
	Seminário de dissertação 1.0.0 - 15 h/a	Qualificação 0.0.0 - 0 h/a	
12 créditos	13 créditos	2 créditos	6 créditos

O curso deverá contemplar 11 componentes curriculares, quais sejam:

- i) Disciplinas obrigatórias
 - a. Macroeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Microeconomia (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Métodos Quantitativos em Economia (4.0.0 - 60 h/a);
- ii) Disciplinas optativas:
 - a. Optativa I (4.0.0 - 60 h/a);
 - b. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - c. Optativa II (4.0.0 - 60 h/a);
 - d. Optativa III (4.0.0 - 60 h/a);

- iii) Seminário de dissertação (1.0.0 - 15 h/a);
- iv) Atividade Programada (2.0.0 - 30 h/a);
- v) Estágio de Docência (0.0.0 - 0h/a);
- vi) Qualificação (0.0.0 - 0 h/a);
- vii) Elaboração da Dissertação (6.0.0 - 90 h/a).

Os referidos componentes totalizam 33 créditos (495h), dos quais, 24 (360h) em disciplinas, 6 créditos (90h) para a dissertação, 1 (15h) para Seminário de dissertação e 2 (30h) para Atividade Programada.

As disciplinas obrigatórias (Semestre I) são: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia - devem direcionar o foco na formação de base da Teoria Econômica e Métodos.

Além disso, devem ser cursados, no Semestre II, mais 3 disciplinas optativas, acompanhadas do Seminário de Dissertação. Nesse Semestre II, as disciplinas devem guiar a formação direcionada ao desenvolvimento das dissertações e estão associadas ao perfil das atividades acadêmicas dos docentes, especialmente em pesquisa.

Já no semestre III devem ser cumpridas a Elaboração da dissertação, a Atividade programada I (orientar o desenvolvimento de artigos acadêmicos para apresentação em eventos científicos e publicação em revistas científicas), Estágio de docência e Qualificação da dissertação.

No semestre IV, deve ser concluída a Dissertação, de vínculo final na Elaboração da Dissertação.

Deve-se considerar que:

- O orientador deve ser indicado até o início do segundo semestre, incluindo proposta de dissertação. Dever ser apresentado documento com a indicação do tema de pesquisa desejado, associado às linhas de pesquisa do corpo docente e indicação do nome de um possível professor(a) orientador(a);
- Ofertar 4 optativas no Semestre II, sendo duas na linha 1 e duas na linha 2;
- No semestre III serão ofertadas as disciplinas de créditos obrigatórias novamente;
- A qualificação deverá ser feita no início do Semestre III.

Para consecução da proposta, o referido Programa de Pós-Graduação em Economia deverá disponibilizar uma oferta estruturada em 15 disciplinas, das quais, 3 obrigatórias, 5 optativas na linha de Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e 7 optativas na linha Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco). Para cada docente deverá ocorrer a oferta da Atividade Programada junto ao seu orientando. Além disso, serão eventualmente ofertadas mais duas disciplinas de Tópicos Especiais em Economia para contemplar demandas de outros conteúdos relevantes não descritos diretamente na proposta (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura curricular do Programa de Pós-graduação em Economia/UFPI - 2023

Cód.	Disciplina	Docente	Crédito	CH (h/a)	Tipo (*)
-	Macroeconomia	Samuel Costa Filho	4.0.0	60	Obrigatória
-	Microeconomia	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Obrigatória
-	Métodos Quant. em Economia	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Obrigatória
-	Avaliação Políticas Públicas	Caio Matteucci de Andrade Lopes	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Análise Multivariada	Edivane de Sousa Lima	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Econometria Espacial	Fabio Junior Clemente Gama	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Regional	Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Séries Temporais	Thiberio Mota da Silva	4.0.0	60	Optativa EADes
-	Economia Piauiense	João Soares da Silva Filho	4.0.0	60	Optativa – Linha DSEco
-	Economia da Educação	Romina J. Sanchez Paradizo de Oliveira	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Inovação e Desenvolvimento Econômico	Fernanda Rocha Veras e Silva	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Social e do Trabalho	Juliano Vargas	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Economia Rural e do Desenvolvimento	Jaira Maria Alcobaça Gomes	4.0.0	60	Optativa DSEco
-	Tópicos especiais em Economia I	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Tópicos especiais em economia II	Todos os professores	4.0.0	60	Tópicos Especiais
-	Atividade Programada	Todos os professores	2.0.0	30	Atividade Programada
-	Estágio de Docência	Todos os professores	0.0.0	00	Estágio Docência
-	Seminário de Dissertação	Todos os professores	1.0.0	15	Seminário
-	Elaboração da Dissertação	Todos os professores	6.0.0	90	Dissertação

(*) **Nota:** Economia Aplicada ao Desenvolvimento (EADes) e Desenvolvimento Socioeconômico (DSEco).

1.11 Ementário e referências bibliográficas

1.11.1 Disciplinas obrigatórias

1.11.1.1 Macroeconomia (docente: Samuel Costa Filho)

Ementa: Introdução. Teoria Keynesiana Tradicional. Modelo Novo Clássico. Modelo Ciclo Reais de Negócios. Modelo Novo-Keynesiano. Novo-Consenso Macroeconômico. Escola Pós-Keynesiana. Crescimento econômico: fatos estilizados sobre flutuações, modelos de Solow, Ramsey e gerações justapostas e crescimento endógeno. Rigidez nominal: os microfundamentos para ajustes nominais de preços e salários.

Referencial bibliográfico:

AGHION, Phillippe; HOWITT, Peter. **The Economics of Growth**. Massachusetts: MIT Press; 2009.

BARRO, Robert; GORDON, David. Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy, **Journal of Monetary Economics**, 12:101-121, 1983.

BARRO, Robert.; SALA-I-MARTIN, Xavier. **Economic Growth**. New York: McGraw-Hill, 2003.

BLANCHARD, Olivier. Output, the Stock Market, and Interest Rates. **American Economic Review**, 71:132-143. 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. O Modelo Harrod-Domar e a Substitutibilidade de Fatores. **Estudos Econômicos**, 5 (3), p. 7-36, 1975.

CANOVA, Fábio. **Methods for Applied Macroeconomic Research**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

CARVALHO, Fernando. **Keynes e os Pós-Keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção**. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

DEJONG, David; DAVE, Chetan. **Structural Macroeconometrics**. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger. Expectations and Exchange Rate Dynamics. **Journal of Political Economy**, 84:1161-1176. 1976.

FISCHER, Stanley. Long Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimum Money Supply Rule. **Journal of Political Economy**, 85:191-205 1977

FRIEDMAN, Milton. A Monetary and Fiscal Framework for Economic Stability. **The American Economic Review**, Vol.38, Jan 1948, p. 245-264.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. **The American Economic Review**, March 1968.

FROYEN, Richard. **Macroeconomia: teoria e aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

HICKS, John. Keynes and the Classics. **Econometrica**, Abril 1937.

KEYNES, John. **A Teoria Geral do emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LUCAS, Robert. Expectations and Neutrality of Money. **Journal of Economic Theory**, 4 abril, 1972.

MACEDO E SILVA, Antônio. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis, RJ: Vozes; Campinas: SP FECAMP, 1999.

MANKIW, Nicholas; ROMER, David; WEIL, David. Contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, 1992.

MANKIW, Nicholas. Recent Development in Macroeconomics: A very Quick Refresher Course. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 20, n 3, 1988, part 2.

MODENESI, André. **Regimes Monetários: teoria e a experiencia do Real**. Barueri: Manole 2005.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.

PHELPS, Edmund. **Some Schools of Macroeconomic Thought**. Claredon Press-Oxford, 1992.

ROMER, David. **Advanced macroeconomics**. Boston: McGraw-Hill Education, 2019.

SARGENT, Thomas; LJUNGQVIST, Lars. **Recursive Macroeconomic Theory**. Massachusetts, MIT Press: 2000.

SNOWDON, Brian; VANE, Howard. **Modern macroeconomics: its origins, Development and current state**. Camberley Surrey: Edward Elgar, 2005.

SOLOW, Robert. Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 70, no. 1, 1956 .

TURNOVSKY, Stephen; MILLER, Marcus. The Effects of Government Expenditure on the Term Structure of Interest Rates. **Journal of Money, Credit, and Banking**. 16:16-33. 1984.

WOODFORD, Michael. **Interest and Price: Foundation of a Theory of Monetary Policy**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

1.11.1.2 Microeconomia (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Teoria do consumidor. Teoria da firma. Mercados, equilíbrio geral e bem-estar: concorrência pura, equilíbrio geral Walrasiano, eficiência de Pareto, Teoremas Fundamentais do Bem-estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita, externalidade, bens públicos e assimetria de informação. Críticas à teoria neoclássica da firma, dos mercados e dos preços. Barreiras à entrada e Capacidade Produtiva Excedente. Formas de concorrência e dinâmica da grande empresa oligopolista. Estratégia de diversificação produtiva e estratégias tecnológicas.

Referencial bibliográfico:

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 235-251.

BUCHANAN, James M.; STUBBLEBINE, William C. Externality. In: **Classic papers in natural resource economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1962. p. 138-154.

JEHLE, Geoffrey Alexander. **Advanced microeconomic theory**. Pearson Education India, 2001.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KREPS, David M. **A course in microeconomic theory**. Princeton university press, 2020.

KREPS, David M. **Microeconomic foundations I: choice and competitive markets**. Princeton university press, 2013.

KREPS, David M. **Microeconomic Foundations II: Imperfect Competition, Information, and Strategic Interaction**. Princeton University Press, 2023.

FRIEDMAN, Lee S. **The microeconomics of public policy analysis**. Princeton University Press, 2002.

MAS-COLELL, Andreu et al. **Microeconomic theory**. New York: Oxford university press, 1995.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Microeconomic theory: Basic principles and extensions**. Cengage Learning, 2012.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. **Intermediate microeconomics and its application**. Cengage Learning, 2021.

OSBORNE, Martin; RUBINSTEIN, Ariel. Models in Microeconomic Theory: Expanded Second Edition (He). 2023.

PENROSE, Edith. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

POSSAS, Mario Luiz. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ROTHSCHILD, Michael; STIGLITZ, Joseph. Equilibrium in competitive insurance markets: An essay on the economics of imperfect information. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 257-280.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

SRAFFA, Piero. The Laws of Returns under Competitive Conditions. **The Economic Journal**, v.36, n.144, 1926, p. 535-550.

STEINDL, Josef. **Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SYLOS-LABINI, Paolo. **Oligopólio e Progresso Técnico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARIAN, Hal R. **Microeconomic analysis**. New York: Norton, 1992.

WANG, Susheng et al. **Microeconomic theory**. Springer Singapore, 2018.

1.11.1.3 Métodos Quantitativos em Economia (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Correlação *versus* Causalidade; Esperança Condicional; Modelo de Projeção Linear Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). Propriedades em Amostras Finitas. Teoria Assintótica. Matriz de Covariância Assintótica Máxima Verossimilhança. Testes de Hipóteses (LR, LM e Wald). Previsão *versus* Causalidade. Variáveis Instrumentais e Mínimos Quadrados em Dois Estágios. Equações Simultâneas.

Referencial bibliográfico:

BAKLOUTI, Nedra; BOUJELBENE, Younes. A simultaneous equation model of economic growth and shadow economy: Is there a difference between the developed and developing countries? **Economic Change and Restructuring**, v. 53, p. 151-170, 2020.

BOLDRINI, José Luiz *et al.* **Álgebra linear**. Harper & Row, 1980.

CASELLA, George; BERGER, Roger L. **Inferência estatística**. Cengage Learning, 2010.

CASELLI, Francesca; REYNAUD, Julien. Do fiscal rules cause better fiscal balances? A new instrumental variable strategy. **European Journal of Political Economy**, v. 63, p. 101873, 2020.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. New York: Oxford University Press, 2004.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

HANSEN, Bruce. **Probability and Statistics for Economists**. Princeton University Press, 2022.

HOGG, Robert V. *et al.* **Introduction to mathematical statistics**. Pearson Education India, 2013.

JOHNSTON, Jack; DINARDO, John. **Econometric methods**. 4th Edition. McGraw-Hill International Editions. Singapore: McGraw-Hill, 1996.

LARSON, Harold J. **Introduction to probability theory and statistical inference**. 3rd. Edition. Wiley series in probability and mathematical statistics. New York: Wiley, 1982.

MAGNUS, Jan R.; NEUDECKER, Heinz. **Matrix differential calculus with applications in statistics and econometrics**. John Wiley & Sons, 2019.

NGUYEN, Thuy Dieu. Does firm growth increase corruption? Evidence from an instrumental variable approach. **Small Business Economics**, v. 55, n. 1, p. 237-256, 2020.

SPANOS, Aris. **Statistical foundations of econometric modelling**. New York: Cambridge University Press, 1986.

TRIPATHI, Janhavi Shankar. Trade-growth nexus: A study of G20 countries using simultaneous equations model with dynamic policy simulations. **Journal of Policy Modeling**, v. 45, n. 4, p. 806-816, 2023.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2 Disciplinas Optativas

1.11.2.1 Avaliação de Políticas Públicas (docente: Caio Matteucci de Andrade Lopes)

Ementa: Métodos de dados em painel. Regressão e inferência em regressão: modelos estruturais. Modelo de resultados potenciais e contrafactual. Aleatorização. Quase-experimentos: pareamento, diferenças em diferenças, Controle Sintético, Variável Instrumental e regressão descontínua.

Referencial bibliográfico:

ABADIE, Alberto; DIAMOND, Alexis; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of California's tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, p. 493-505, 2010.

ALMOND, Douglas; DOYLE JR, Joseph J. After midnight: A regression discontinuity design in length of postpartum hospital stays. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 3, n. 3, p. 1-34, 2011.

ANGRIST, Joshua D.; IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. Identification of causal effects using instrumental variables. **Journal of the American Statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 444-455, 1996.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mastering'metrics: The path from cause to effect**. Princeton university press, 2014.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion**. Princeton university press, 2009.

BEST, Henning; WOLF, Christof (Ed.). **The SAGE handbook of regression analysis and causal inference**. Sage, 2013.

CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.

CUNNINGHAM, Scott. **Causal inference: The mixtape**. Yale university press, 2021.

GOODMAN-BACON, Andrew. Difference-in-differences with variation in treatment timing. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 254-277, 2021.

HUNTINGTON-KLEIN, Nick. **The effect: An introduction to research design and causality**. CRC Press, 2021.

IMBENS, Guido W.; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Recent developments in the econometrics of program evaluation. **Journal of economic literature**, v. 47, n. 1, p. 5-86, 2009.

LEVITT, Steven D.; LIST, John A. Field experiments in economics: The past, the present, and the future. **European Economic Review**, v. 53, n. 1, p. 1-18, 2009.

RAVALLION, Martin. The mystery of the vanishing benefits: An introduction to impact evaluation. **the world bank economic review**, v. 15, n. 1, p. 115-140, 2001.

SUN, Liyang; ABRAHAM, Sarah. Estimating dynamic treatment effects in event studies with heterogeneous treatment effects. **Journal of Econometrics**, v. 225, n. 2, p. 175-199, 2021.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

1.11.2.2 Análise Multivariada (docente: Edivane de Sousa Lima)

Ementa: Introdução à Análise Multivariada. Análise de agrupamentos. Análise de componentes principais. Análise fatorial. Análise de discriminante. Análise de correspondência. Análise de correlações canônicas.

Referencial bibliográfico:

ANDERSON, Theodore. Wilbur. **An Introduction to Multivariate Statistical Analysis**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1984.

BUSSAB, Wilton. Oliveira; MIAZAKI, Edina. Shizue; ANDRADE, Dalton. Francisco. de. **Introdução à análise de agrupamentos**. ABE/IME-USP, São Paulo, 1990.

DE ALMEIDA, Línika V. F., KAMEYA, Leonardo C., CORREA, Jovane M.; ALMEIDA, Aleska K.; ALMEIDA, Isabel K. Multivariate analysis of factors influencing the peak flow and runoff volume in the Cerrado and Atlantic Forest biomes in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 193, n. 678, p. 1-15, 2021.

DILLON, William. R.; GOLDSTEIN, Matthew. **Multivariate analysis**. New York: John Wiley & Sons, 1994.

EVERITT. Brian; LEESE. Sabine. Landau. Morven; STAHL. Daniel. **Cluster Analysis**. 5th ed. Wiley, King's College London, UK, 2011.

GEZER, Issac; CARDOSO, Sâmela P. Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: Uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos **Revista de Globalización, Competitividad Y Gobernabilidad**, v. 9, n. 2, p. 43-60, Mayo-Agosto 2015.

GOLDSTEIN, H. **Multilevel statistical models**. London: Arnold, 2011.

GREENACRE, Michael. **Theory and Applications of Correspondence Analysis**. New York: Academic Press, 1984.

JOHNSON, Richard. Arnold; WICHERN, Dean. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. New Jersey: Englewood Cliffs, 1998.

KAUFMAN, Leonardo; ROUSSEEUW, Peter. J. **Finding groups in data: an introduction to cluster analysis**. New York: John Wiley, 1990.

KHATTREE, Ravindra.; NAIK, Dayanand. N. **Multivariate data reduction and discrimination**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2000.

HAVRYLKO YE. V.; KURCHENKO O. A.; TERESHCHENKO A. I., **The method of multivariate statistical analysis of the time multivariate critical quality attributes of. n. 1**, p. 167-177, 2019.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MAERZ, Norberto. H.; ZHOU, Wei. **Multivariate analysis of bore hole discontinuity data**. Rock Mechanics for Industry, Proceedings of the 37th US Rock Mechanics Symposium, Vail Colorado, June 6-9, 1999, v. 1, p. 431-438.

MANLY, Bryan. Frederick. John. **Métodos estatísticos multivariados: uma introdução**. Tradução: Sara Ianda Correa Carmona. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARDIA, Kantilal. Varichand.; KENT, John. T; BIBBY, John. M. **Multivariate analysis**. London: Academic, 1979.

MINGOTI, Sueli. Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005.

MORRISON, Donald. F. **Multivariate Statistical Methods**. McGraw-Hill, 1976.

PLA, Laura. E. **Analysis multivariado: Método de componentes principales**. Washington: Secretaria General de la Organización de Los Estados Americanos, D. C. 1986.

POERSCHKE, Rafael P.; MOREIRA JUNIOR, Fernando J. **Análise multivariada de dados socioeconômicos: um retrato da modernização agropecuária nos COREDEs do Rio Grande do Sul. Ciência e Natura**, v. 42, e13, p. 1-31, 2020.

REGAZZI, Adair José; CRUZ, Cosme Damião. **Análise multivariada aplicada**. Viçosa: Editora UFV, 2020.

SHARMA, Subhash. **Applied Multivariate Techniques**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

TRIKALINOS, Thomas A.; HOAGLIN, David C.; SCHMID, Christopher H. **Empirical and Simulation-Based Comparison of Univariate and Multivariate Meta-Analysis for Binary Outcomes. Methods Research Report**. AHRQ Publication No. 13-EHC066-EF. Rockville, MD: Agency for Healthcare Research and Quality, 2013.

1.11.2.3 Econometria Espacial (docente: Fabio Junior Clemente Gama)

Ementa: Introdução: Econometria Espacial vs Econometria Clássica. Dependência espacial. Dados espaciais. Matriz de pesos espaciais. Análise Exploratória de Dados Espaciais. Modelos de econometria espacial: especificação, estimação e avaliação. Modelos Espaciais com dados em painel. Regressão Geograficamente Ponderada. Modelo Diferenças-em-Diferenças no Espaço. Aplicações com modelos espaciais. Impacto heterogêneo da incerteza sobre o desempenho econômico das microrregiões brasileiras: análise espacial a partir do modelo RGP e efeitos espaciais da incerteza no sentido pós-keynesiano sobre o padrão de desempenho econômico das microrregiões brasileiras.

Referencial bibliográfico:

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria Espacial Aplicada**. Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, Luc. **Spatial econometrics: methods and models**. Boston; Kluwer Academic, 1988.

ANSELIN, Luc; BERA, Anil. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. **In:** Ullah A. and Giles D. E. (Eds.) *Handbook of Applied Economic Statistics*, Marcel Dekker, New York, p. 237-289, 1998.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing panel data regression models with spatial error correlation. **Journal of Econometrics**, v. 117, p. 123-150, 2003.

BALTAGI, Badi; SONG, Seuk; KOH, Won. Testing for serial correlation, spatial autocorrelation and random effects using panel data. **Journal of Econometrics**, v. 140, p. 5-51, 2007.

DUBÉ, Jean; LEGROS, Diègo; THÉRIAULT, Marius; DES ROSIERS, François. A spatial Difference-in-Differences estimator to evaluate the effect of change in public mass transit systems on house prices. **Transportation Research Part B**, v. 64, p. 24-40, 2014.

ELHORST, J. Paul. Applied Spatial Econometrics: Raising the Bar. **Spatial Economic Analysis**, v. 5, n. 1, p. 9-28, 2010.

ELHORST, J. Paul. Specification and estimation of spatial panel data models. **International Regional Science Review**, v. 26, n. 3, p. 244-268, 2003.

GOLGHER, André. **Introdução à Econometria Espacial**. Jundiaí: Paco, 2015.

GREENE, William. **Econometric Analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

HALLECK VEGA; Elhorst, J. Paul. The SLX model. **Journal of Regional Science**, v. 55, p. 339-363, 2015.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial model. **International Economic Review**, v. 40, n. 2, p. 509-533, 1999.

KELEJIAN, Harry; PRUCHA, Ingmar. Generalized spatial two-stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances. **Journal of Real Estate Finance and Economics**, v. 17, p. 99-121, 1998.

LESAGE, James; FISCHER, Manfred. Spatial growth regressions: model specification, estimation and interpretation. **Spatial Economic Analysis**, v. 3, n. 3, p. 275-304, 2008.

1.11.2.4 Economia Regional (docente: Francisco Prancacio Araújo de Carvalho)

Ementa: Teorias e evolução da economia regional: espaço, região e problema regional, teoria do crescimento regional e suas novas abordagens. Introdução aos métodos de análise regional: medidas na análise regional, insumo-produto e outros métodos estatísticos e econométricos de sua visão clássica à análise espacial. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

ABLAS, Luiz A. **A teoria do lugar central:** bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.

ALMEIDA, E. **Econometria Espacial Aplicada.** Alínea Editora, Campinas, 2012.

ANSELIN, L. e Bera, A. 1998. **Spatial Dependence in Linear Regression Models with an Introduction to Spatial Econometrics.** In: A. Ulah e D. Gles, Eds., Handbook of Applied Economic Statistics. Marcel Dekker, 1998.

BARNES, Trevor J; CHRISTOPHERS, Brett. **Economic geography:** a critical introduction. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2018.

BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCIEC, 1996.

CRUZ, B. de O. et al. **Economia regional e urbana:** teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MILLER, R. E; BLAIR, P.D. **Input-Output Analysis:** Foundations and Extensions. Prentice-Hall, 2009.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968

GUILHOTO, J.J.M. **Input-Output Analysis:** Theory and Foundations. MPRA Paper, 2011.

HADDAD, E. A. Notas sobre a teoria da localização. Nereus - Economia Regional e Urbana, São Paulo, 2005

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional:** teorias e métodos de análise. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HADDAD, E. A.; GONÇALVES JUNIOR, C. A.; NASCIMENTO, T. O. Interstate Input-Output Matrix for Brazil: An Application of the IIOAS Method. Working paper series, Department of Economics, FEA-USP, São Paulo, 20 set. 2017.

ISARD, W. et al. **Methods of Interregional and Regional Analysis**. Aldershot: Ashgate, 1998.

KRUGMAN, P. **Development, Geography and Economic Theory**. The MIT Press, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 (1970).

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Livros, 2013 (1974).

LIMA, A. C. D. C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para discussão da UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 358, 2009.

PARNREITER, Christof. **Geografía económica: una introducción contemporánea**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

PIKE, Andy; TOMANEY, John; RODRIGUEZ-POSE, Andrés. **Local and regional development**. Routledge, 2006

PORSSE, A. A.; PEIXOTO, F. C.; PALERMO, P. U. Matriz de Insumo-Produto Inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil 2003: metodologia e resultados. In: 4º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 20-30 maio 2008.

PORSSE, A.; HADDAD, E. A.; RIBEIRO, E. P. Estimando uma matriz de insumo-produto inter-regional Rio Grande do Sul-Restante do Brasil. TD - Nereus, São Paulo, 02 setembro 2003.

SCOTT, Allen J. **Economic geography: the great half-century**. Cambridge Journal of Economics, v. 24, n. 4, p. 483-504, 2000.

SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

SOUZA, N. D. J. D. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

1.11.2.5 Séries Temporais (docente: Thiberio Mota da Silva)

Ementa: Introdução aos Modelos para Séries Temporais: Definições, Interpretação e Identificação. Propriedades Dinâmicas: Estacionariedade, Processos não estacionários, etc. Modelos Univariados - ARMA, ARCH, GARCH e EGARCH; O método generalizado dos momentos (GMM); Modelos multivariados - VAR; Raiz unitária em processos univariados; Raiz unitária em processos multivariados; Cointegração. Quebras estruturais e Mudança de regime. Aplicações.

Referencial bibliográfico:

BIANCHI, Javier; SOSA-PADILLA, César. **Reserve accumulation, macroeconomic stabilization, and sovereign risk**. New York: National Bureau of Economic Research, 2020.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CAETANO, Sidney; SILVA, Nelson da; MOURA, Guilherme. Persistência e Volatilidade do Gap da Inflação. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 851-877, 2023.

DAVIDSON, Russell *et al.* **Econometric theory and methods**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence (Eds.). **Macroeconometrics and time series analysis**. New York: Springer, 2016.

ENDERS, Walter. **Applied econometric time series**. New York: John Wiley & Sons, 2008.

GRANGER, Clive William John; NEWBOLD, Paul. **Forecasting economic time series**. New York: Academic Press, 2014.

HAMILTON, James D. **Time series analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

HARVEY, Andrew C. **The econometric analysis of time series**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JOHANSEN, Søren; MOSCONI, Rocco; NIELSEN, Bent. Cointegration analysis in the presence of structural breaks in the deterministic trend. **The Econometrics Journal**, v. 3, n. 2, p. 216-249, 2000.

KANNEBLEY JÚNIOR, Sérgio; GODOI, Lucas Gonçalves; PRINCE, Diogo de. Repasse Cambial na Economia Brasileira: estimação a partir do modelo VCEE. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 52, p. 43-81, 2022.

MADDALA, Gangadharrao S.; KIM, In-Moo. Unit roots, cointegration, and structural New York: Change. 1998.

PERRON, Pierre. The great crash, the oil price shock, and the unit root hypothesis. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 1361-1401, 1989.

ROSSI, Barbara. Identifying and estimating the effects of unconventional monetary policy: How to do it and what have we learned? **The Econometrics Journal**, v. 24, n. 1, p. C1-C32, 2021.

CAVICCHIOLI, Maddalena. Impulse response function analysis for Markov switching var models. **Economics Letters**, v. 232, p. 111357, 2023.

1.11.2.6 Economia Piauiense (docente: João Soares da Silva Filho)

Ementa: Aspectos históricos (ocupação e povoamento). Formação da economia piauiense. Economia do gado; acoplamentos à economia nacional e internacional produtiva. Modernização econômica, transição do trabalho; integração regional e nacional. A questão do semiárido e do Cerrado e os limitadores do crescimento econômico estadual.

Referencial bibliográfico:

LIMA, S. O. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí Escravista (séc. XVII - séc. XIX).** Teresina-PI, EDUFPI, 2016.

CEPRO. Equipe técnica. **Estudo socioeconômico dos principais produtos do extrativismo vegetal do Piauí.** Teresina: CEPRO, 1979.

DOMINGOS NETO, Manuel. O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento.** Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, nº 4, out./dez 96, p. 387-449.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí.** Teresina: PMT, 2003.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, T. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo.** Teresina: EDUFPI, 1993.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas.** Teresina: FUNDAPI, 1995.

RAMOS, Pádua. **Psicologia do aboio: denúncia contra a satelitização do Piauí.** Contribuição para o equacionamento. Fortaleza: Instituto Pádua Ramos, 2011.

REIS VELLOSO, João Paulo. **O Vale da decisão: o Piauí é rico – em grandes oportunidades.** Rio de Janeiro: Livros do Futuro, 2013.

1.11.2.7 Economia da Educação (Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira)

Ementa: Relações entre a economia e educação. Principais teorias explicativas. Teoria do capital humano e suas derivações. A visão econômica sobre qualificação e competência. O retorno social e econômico da educação. Trabalho, educação e formação profissional. Bases de dados e indicadores educacionais. Problemática da educação no Brasil e suas implicações econômico-sociais. A ação da economia e as transformações na educação. Financiamento, subfinanciamento e desfinanciamento da educação pública e privada no Brasil. Educação e desenvolvimento regional.

Referencial bibliográfico:

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSÔA, Samuel. Retorno da educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 38, n. 1, p. 97-126, abr. 2008. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3667/1/PPE_v38_n01_Retorno.pdf>.

BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação.** Rio de Janeiro: Globo, 1975

CASTRO, Jorge Abrahão de; BARRETO, Angela Rabelo e CORBUCCI, Paulo Roberto. **A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental:** descentralização e novos mecanismos de gestão. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 2000, 31 p.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Dilemas para o financiamento da educação. In: CUNHA, DA. C.; GADOTTI, M.; BORDIGNON, G.; NOGUEIRA, F (Org.). **O Sistema Nacional de Educação, diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 178 – 196.

CLARK, Damon.; MATORELL, Paco. The signaling value of a high school diploma. **Journal of Political Economy**, vol. 122, n.2, pp. 282-318, 2014

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

GLEWWE, Paul.; KREMER, Michael. Schools, teachers, and education outcomes in developing countries. **Handbook of the Economics of Education**. Elsevier, v. 2, p. 945–1017, 2006

KING, Roger; MARGINSON, Simon; NAIDOO, Rajani. **Handbook on globalization and higher education**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. **Educação e distribuição de renda**. 1991. Disponível em: <

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/534/150_000054866.pdf?sequence=1>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

LIMONTI, Rogério Machado; PERES, Ursula Dias; CALDAS, Eduardo Lima de. **Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo:** uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n.2, p. 389–409, 2014.

NEAMTU, Daniela-Mihaela. **Education and economic development**. A Social and statistical analysis. Palgrave Macmillan Cham, 2023.

PERES, Ursula Dias. **Financiamento e políticas públicas educacionais:** perspectiva normativa, dilemas e mudanças recentes. *Rev. Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 65-101, 2016

PIRES, Valdemir. **Economia da Educação:** para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Ensino superior e desenvolvimento regional:** avaliação do impacto econômico de longo prazo. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 3, n. 1, 2010

SCHULTZ, Theodore William. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Zahar Editores, 1973.

1.11.2.8 Inovação e Desenvolvimento Econômico (docente: Fernanda Rocha Veras e Silva)

Ementa: Inovação, instituições e desenvolvimento econômico. Determinantes da inovação, paradigmas e trajetórias tecnológicas. Fundamentos da teoria evolucionária. Conhecimento e aprendizado tecnológico. Regime e padrão setorial de inovação. Sistemas de inovação nacionais, regionais e locais. Tecnologias Sociais. Tópicos emergentes em inovação.

Referencial bibliográfico:

BRESCHI, Stefano; MALERBA, Franco; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Schumpeterian Patterns of Innovation. **The Economic Journal**, April, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistemas de Inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n.1, jan./mar., 2005.

COOK, Philip; MORGAN, Kevin. **The associational economy: firms, regions, and innovation**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____; URANGA, Mikel Gomez; ETXEBARRIA, Goio. Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, v.26, p.475-491, 1997.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2.ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 1982.

_____; FREEMAN, Christopher; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, p.1-45, 1994.

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C.; NELSON, Richard R. (Ed.) **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2006.

FREEMAN, Christopher; LOUÇÃ, Francisco. **Ciclos e Crises no Capitalismo Global: das Revoluções Industriais à Revolução da Informação**. Edições Afrontamento, 2001.

_____. The Determinants of Innovation: Market demand, technology, and the response to social problems. **Business Press**, June, 1979.

_____; SOETE, Luc. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

HALL, Bronwyn H.; ROSENBERG, Nathan (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Elsevier, 2010.

LAM, Alice. Tacit knowledge, organizational learning and innovation: a societal perspective. **Druid working paper** n.98-22, Out., 1998.

LUNDVALL, Bengt-Ake. National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. **Pinter Publishers**. London, 1992.

_____. The origins of the national innovation system concept and its usefulness in the era of the globalizing economy. **13th Globelics Conference**, 2015.

MALERBA, Franco. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, jul., 1992.

_____; ORSENIGO, Luigi. Technological Regimes and Firms Behavior. **Industrial and Corporate Change**, v.2, n.1, 1993.

_____; MANI, Sunil (Ed.) **Sectoral Systems of Innovation and Production in Developing Countries: Actors, Structure and Evolution**. Edward Elgar Publishing, 2009.

METCALFE, J. Stan. **Evolutionary Economics and Creative Destruction: The Graz Schumpeter Lectures**. London: Routledge, 1997.

NELSON, Richard. R.; WINTER, Sidney G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. National Innovation Systems: a Restrospective Study. **Industrial and Corporate Change**, v.1. n.2, 1992.

_____. The Co-evolution of Technology, Industrial Structure and Supporting Institutions. **Industrial and Corporate Change**, v.3, n.1, 1994.

PAVITT, Keith. Sectoral Patterns of Technical Change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, 13, 1982.

PEREZ, Carlota. Technological revolutions and techno-economic paradigms'. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n.1, p. 185-202, 2010.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SENDIN, Paulo Varela; CARGANO, Doralice de F. (Org.) **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Economistas, 1985.

_____. **Business Cycles: a theoretical, Historical and Satatistical Analysis of the Capitalist Process**.v.1. New York: McGraw-Hill, 1923.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984.

VIOTTI, Eduardo B. National Learning Systems – a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea. **Technological Forecasting and Social Change**, 69, North-Holand, 2002.

1.11.2.9 Desenvolvimento e Sustentabilidade (docente: Jaíra Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Abordagens do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável. Crescimento econômico e progresso social. Narrativas pós-crescimento para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estratégias de desenvolvimento, políticas econômicas e instituições. Diferentes interpretações da ideia de sustentabilidade (economia ambiental neoclássica e a economia ecológica). Governança global e ambiental. Indicadores de desenvolvimento e sustentabilidade.

Referencial bibliográfico:

AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas. n. 23, jun 2001p. 261-286.

ANDRADE, D. C., ROMEIRO, A. R., SIMÕES, M. S. **Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground**. In Environmental Sustainability and Industries (pp. 461-482). Elsevier. 2022.

DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. **Ecological Economics**, v.2, p.1-6, 1990.

FURTADO. C. Economia do desenvolvimento. Rio de Janeiro. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

Gilberto Montibeller-Filho. **Crescimento econômico e sustentabilidade**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19 (1): 81-89, jun. 2007.

JACKSON, T. **Prosperity without growth: economics for a finite planet**. 1st Edition. London, UK:Earthscan, 2009.

MARGULIS, S. A. **A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação**. Texto para Discussão do IPEA, n. 437, IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

MUELLER, C. C. **Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. Editora UnB. 2012.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), p. 65-92, 2012.

SOLOW, R. M. **Intergenerational equity and exhaustible resources**. Review of Economics Studies, v. 41, p. 28-45, 1978.

STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

WEISS, M., CATTANEO, C. Degrowth - Taking stock and reviewing an emerging academic paradigm. **Ecological Economics**, v. 137, p. 220-230, 2017

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2010

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra. 1998 (coleção leitura).

VEIGA, José Eli da. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2015

HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1990. Published for the United Nations Development Programme (UNDP). New York Oxford. Oxford University Press, 1990. (<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>) (CHAPTER ONE).

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SCHUMPETER, J. A . Teoria do Desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 3 ed. São Paulo, Nova cultural, 1988

Mahbub ul Haq .Reflections on Human Development . Oxford University. 1995. https://books.google.com.br/books?id=Cwyv2OtYdGQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 23.03.2017

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados 18 (51), São Paulo, p.7-22, 2004.

SOLOW, Robert M. The Economics of Resources or the Resources of Economics. Journal of Natural Resources Policy Research. Vol. 1, No. 1, 69–82, January 2009. p. 60-82

ROMEIRO, Ademar. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica. Estudos Avançados 74. Dossiê Sustentabilidade. v. 26, nº 74, jan./abr. 2012, p.65-92.

VEIGA, José Eli da. Desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo, Editora: EDITORA 34, 2013.

CHANG, H-J. Institutional and economic development: theory, policy and history. Journal of Institutional Economics, v. 7, n.4, p. 473-498, 2011.

YOLLES, M.; FINK, G. The Sustainability of Sustainability. Business Systems Review, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2014.

NATIONS UNITED SECRETARY AND GENERAL’S HIGH LEVEL PANEL ON GLOBAL SUSTAINABILITY. Resilient People, Resilient Planet: a Future Worth Choosing. New York: United Nations, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (2021). “Brevíssima história da teoria do desenvolvimento. De Schumpeter e Prebisch ao novo desenvolvimentismo”. Texto para Discussão 554. FGV: São Paulo.

REINERT, Erik S. (2008). Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres Rio de Janeiro: Contraponto.

1.11.2.10 Economia Social e do Trabalho (docente: Juliano Vargas)

Ementa: Conceitos, visões teóricas e instrumentos de análise da Economia Social e do Trabalho. Estrutura, formação e transformações do mercado de trabalho. População e força de trabalho. Trabalho, emprego, renda e formas de organização da produção. Nível e distribuição dos salários. Regulação laboral e instituições trabalhistas. Políticas Públicas e trabalho. Questões e aplicações contemporâneas relativas ao mundo do trabalho globalmente, na América Latina, no Brasil e no estado do Piauí.

Referencial bibliográfico:

ÁBRAMO, Laís. **Políticas para enfrentar los desafíos de las antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina**. Serie Políticas Sociales, N.º 240 (LC/ TS.2021/137), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BENDER, Mateus *et al.* (Orgs.). **O futuro do trabalho: perspectivas latino-americanas**. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2022.

BIAVASCHI, Magda B; DROPPA, Alisson (Orgs.). **Terceirização e as reformas trabalhistas na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

BOERI, Tiro; OURS, Jan van. **The Economics of Imperfect Labor Markets**. 3. ed. Princeton: Princeton Economic Press, 2021.

BORJAS, George Jesus. **Economia do Trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

CAHUC, Pierre; CARCILLO, Stéphane. ZYLBERBERG. André. **Labor Economics**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2014.

ENRENBURG, Ronald G.; SMITH, Robert S.; HALLOCK, Kevin F. **Modern Labor Economics: Theory and Public Policy**. 14 ed. New York: Routledge, 2023.

DELGADO, Gabriela N. (Orgs.). **Direito fundamental ao trabalho digno no século XXI**. São Paulo: LTr, 2020.

TOKER, Dereli; SOYKUT-SARICA, Y. Pinar; ŞEN-TAŞBAŞI, Asli (Eds.). **Labor and Employment Relations in a Globalized World: New Perspectives on Work, Social Policy and Labor Market Implications**. New York: Springer, 2014.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S. Work and employment precariousness: a transnational concept? **Sociologia del Lavoro**. Diseguaglianze oggi: quanto conta ancora l'occupazione, n. 144, p. 55-84, 2016.

KON, Anita. **A Economia do Trabalho**. Qualificação e Segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KREIN, José Dari. **Trabalho e regulação em perspectiva comparada**. São Carlos: Edufscar, 2017.

LARSSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. **The Digital Transformation of Labor: Automation, The Gig Economy and Welfare**. New York: Routledge, 2020.

MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B.; PIRES, I. J. B. Trajetórias ocupacionais na Região Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 173–184, 2017.

MAURIZIO, R.; BECCARIA, L.; MONSALVO, A. Labour Formalization and Inequality: The Distributive Impact of Labour Formalization in Latin America since 2000. **Development and Change**, v. 53, Issue 1, p. 117-165, 2021.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2022.

MCCONNELL, Campbell R.; BRUE, Stanley L.; MACPHERSON, David A. **Contemporary Labor Economics**. New York: McGraw Hill LLC, 2020.

MORETTO, Amilton José; MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, Tiago; PRONI, Marcelo Weishaupt. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. 15, n. 2, p. 60-86, dez. 2016.

OLIVEIRA, Roberto V.; RODGERS, Gerry. (Orgs.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021.

OLIVEIRA, Roberto V.; LADOSKY, Mário H.; ROMBALDI, Maurício. A reforma trabalhista e suas implicações para o Nordeste: primeiras reflexões. **Caderno CRH**, v. 2, p. 271-288, 2019.

OLIVEIRA, Roberto V.; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana M. (Eds.). **Informalidad en América Latina: ¿Un debate actual?** San Vicente del Raspeig, ES: Universidad de Alicante, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **As plataformas digitais e o futuro do trabalho**. Lisboa: OIT, 2020.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio José M.; PINHEIRO, Patrícia Regina. **Direito e Economia do Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (1), p. 89-99, dez. 2019.

PRONI, M. W. Teorias do desemprego: debates contemporâneos. **Revista Pesquisa & Debate**, v. 27, n. 1 (49), p. 63-90, jan./mar. 2016.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012.

SABOIA, João; NETO, João Hallak. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, abril 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic. 2011.

SUSSKIND, Richard; SUSSKIND, Daniel. **The Future of the Professions**: How Technology will transform the work of human experts. Oxford: Oxford University Press, 2022.

TROVÃO, Cassiano J. B. M.; ARAÚJO, Juliana B.; MONTENEGRO, Rafael F. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XXI, v. 1, n. 42, p. 134-160, abril de 2019.

VILLEN, P. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

1.11.2.11 Economia Rural e Desenvolvimento (docente: Jaira Maria Alcobaça Gomes)

Ementa: Dinâmica do meio rural: A expansão/territorialização do capitalismo e as novas relações no campo; os sujeitos sociais, processos de ocupação e conflitos de terra. As formas de economia rural: diversidade e padronização produtiva. Desenvolvimento territorial rural: A produção agropecuária. O associativismo rural. A industrialização da agricultura. A agroindústria. Estrutura agrária e relações de poder e de produção. Política agrícola brasileira e formas de intervenção do estado no setor agropecuário. A reforma agrária. *Socioeconomias alternativas nos espaços rurais.*

Referencial bibliográfico:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. IN ORTEGA, Cesar A. e ALMEIDA FILHO. Niemeyer. *Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ACORINI, José Honório. *Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

ALVES DA SILVA, Roberto Marinho. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido*. Brasília: Maio/2006. (tese de doutorado – orientador: Cristóvão Buarque).

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. **El papel de las instituciones en contextos locales**. *Revista de La CEPAL*, 76, abril de 2002.

BASTOS, Fernando. **Ambiente Institucional no Financiamento da Agricultura Familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/IFCH/Unicamp, 2006.

BASTOS, Fernando. **O desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso**. Maceió (AL): Economia Política do Desenvolvimento; vol. 1, n.1, p. 9 – 31; jan/abril de 2007. AQUINO, Joacir e

BASTOS, Fernando. **Dez Anos do Programa AGROAMIGO na Região Nordeste: Evolução, Resultados e Limites para o Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.46, suplemento especial, p. 137-158, 2015.

BRANDÃO, Carlos. **Crise do capitalismo e os espaços produzidos nas escalas nacional e regional**. IN: ETGES, Virginia E. e AREND, Silvio C. (Orgs.). *Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CONTERATO, Greicy Michelle Marafiga; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DALY, Herman. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*. vol.7, n.2, jul./dez., 2004.

CARNEIRO, Maria José. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CAVALCANATI, Josefa Salete Barbosa et al. (Orgs.). **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora da UFPE; Brasília: MDA, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. **Ocupações não-agrícolas e pluriatividade dos residentes rurais**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

MALUF, Renato. **Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MARTINS, José de Souza. **A Nova Face da Questão Agrária**. *Jornal Estado de São Paulo*: 18 de maio de 2008.

NEVES, Delma. **Quadros Institucionais e Configurações de Políticas Públicas**. IN: Gomes, Ramonildes A. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas*. Campina Grande, PB: EDUERP, 2014.

NOGUERA TUR, Joan; PÉREZ, Javier Esparcia(Eds). **Nuevos factores de desarrollo territorial**. Valencia (Espanha): Universitat de València, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

SAUER, Sergio; LEITE, Sergio P. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.50 no.3. Brasília July/Sept. 2012

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia**. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/ruralidade.html>. Acessado em 24/08/1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Abordagem territorial do desenvolvimento territorial e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: 16 a 19 de novembro de 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

SCHNEIDER, Sergio.; CONTERATO, M. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações ap artir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CAVIOTTI, C. (Org.). Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pliriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão das capacidades**. São Paulo: Cedec, Revista Lua Nova, nº 28/29, 1993.

SEPULVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento sustentável microrregional: método para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001.

SOTO, William Hector Gomez. **A Produção do Conhecimento sobreo “Mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SUMPSI, JoseMaria. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias y semenjanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

TARTARUGA, IVÁN PEYRÉ. **As inovações no território e o papel das universidades**. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento (Texto para Discussão, nº 81). Setembro de 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Identidade social e espaço de vida**. In: WANDERLEY, M^a (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2004.

WITTMANN, Milton Luiz. *et alli*. **Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades**. IN: Wittmann, Milton L e Ramos, Marília Patta. *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2004.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, A. M. et al. (Eds.) Brasília, DF: Embrapa, 2014.

1.11.3 Outras disciplinas

As outras disciplinas da proposta são Tópicos Especiais em Economia I e Tópicos especiais em Economia II, ambas de 4 créditos cada, com conteúdos não presentes nos módulos de obrigatórias e optativas. Haverá também uma Atividade Programada I, de 2 créditos, para o desenvolvimento e publicação de artigos científicos. Além disso, existirá o Estágio Docência para discentes bolsistas ou voluntários. Por último, constará a disciplina de Elaboração da Dissertação, com 6 créditos.

1.12 Corpo Docente

1.12.1 Dados Pessoais

Tabela 4 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

NOME	CPF	E-MAIL	LATTES	CATEGORIA	HORAS DEDICAÇÃO SEMANAL	
					Instituição	Programa
Caio Matteucci de Andrade Lopes	373.377.908-80	caiolopes@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0457139584939995	Permanente	40	15
Edivane de Sousa Lima	446.543.753-68	edivanelima@yahoo.com.br	http://lattes.cnpq.br/7142872011671005	Permanente	40	15
Fernanda Rocha Veras e Silva	347.988.033-91	fernandaveras@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7658207408828094	Permanente	40	15
Francisco Prancacio Araujo de Carvalho	815.895.493-68	prancacio@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4189641878376282	Permanente	40	15
Jaira Maria Alcobaca Gomes	145.191.193-91	jaira@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1062706664834278	Permanente	40	15
Joao Soares da Silva Filho	844.582.244-68	jfilho@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0226441772795125	Colaborador	40	15
Juliano Vargas	003.435.710-64	juliano.vargas@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7857231631766693	Permanente	40	15
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	031.764.924-80	romina.paradizo@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9198539260484260	Permanente	40	15
Samuel Costa Filho	117.200.183-91	smcst9@gmail.com	http://lattes.cnpq.br/8498206164098403	Colaborador	40	15
Thiberio Mota da Silva	619.296.893-49	thiberiomota@ufpi.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4039330225981878	Permanente	40	15
Fabio Junior Clemente Gama	066.850.516-80	fabio.gama@ufdpar.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3454531851481185	Permanente	40	15

1.12.2 Formação acadêmica / Vínculo profissional

Quadro 5 - Formação acadêmica, vinculação profissional e data de admissão dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI - 2023

Nome	Formação / Instituição / Ano obtenção do título	IES vínculo	Data de admissão
Caio Matteucci de Andrade Lopes	Doutorado / UFPR / 2020	UFPI	09/07/2018
Edivane de Sousa Lima	Doutorado / UFPE / 2009	UFPI	06/08/2009
Fernanda Rocha Veras e Silva	Doutorado / UFRGS / 2016	UFPI	03/10/2005
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	Doutorado / UFPI / 2018	UFPI	19/01/2006
Jaira Maria Alcobaça Gomes	Doutorado / ESALQ / 1998	UFPI	16/03/1984
Joao Soares da Silva Filho	Doutorado / UFPI / 2019	UFPI	17/09/2008
Juliano Vargas	Doutorado / UNB / 2020	UFPI	17/07/2019
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado / UFPI / 2015	UFPI	04/08/2009
Samuel Costa Filho	Doutorado / UFMA / 2014	UFPI	08/08/1986
Thiberio Mota da Silva	Doutorado / UFC / 2017	UFPI	23/02/2018
Fabio Junior Clemente Gama	Doutorado / UFJF / 2019	UDPAR	

Fonte: Superintendência de Recursos Humano (SRH/UFPI)

Este grupo de docentes, embora em sua maioria, tenha ingressado recentemente na instituição, vem se organizando em grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos sobre o movimento humano. Os docentes listados apresentam experiência em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, de Monitoria e de Iniciação Científica. Além disso, demonstram capacidade de liderança de pesquisa demonstrada pela produção intelectual, bem como desenvolvem projetos de extensão relacionados ao movimento humano que permitem a aproximação da Universidade à comunidade.

1.12.3 Produção

Tabela 5 - Produção intelectual dos docentes vinculados à proposta de Mestrado em Economia da UFPI – 2019-2023

Nome	A1	A2	A3	A4	B1	B2	B3	B4	Total de artigos publicados no período
Caio Matteucci de Andrade Lopes	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Edivane de Sousa Lima	0	0	1	2	0	0	0	0	3
Fernanda Rocha Veras e Silva	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Francisco Prancacio Araújo de Carvalho	0	0	0	0	1	0	0	1	2
Jaira Maria Alcobaça Gomes	5	4	2	4	2	2	0	0	19
João Soares da Silva Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Juliano Vargas	0	3	0	5	1	8	2	1	20
Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samuel Costa Filho	0	0	0	0	5	0	0	1	6
Thiberio Mota da Silva	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Fábio Júnior Clemente Gama	4	3	1	1	1	2	1	0	13
TOTAL	6	7	3	13	8	10	2	1	54

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA ORIGEM, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Economia (PPGE), criado pela Resolução nº XX/XX CEPEX/UFPI de XX de XXXX de 20XX e reconhecido pelo CNE/CES parecer nº XXX/20XX de XX de XXXX de 20XX, é um Programa vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI) e à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (PRPG/UFPI), regulamentado sob a égide da Resolução de nº 189/07 – CEPEX/UFPI.

Parágrafo único. O Programa será regulamentado pelo presente Regimento Interno, pelos Estatutos e Regimento Geral da UFPI e pelas Normas dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* desta Universidade.

Art. 2º O Programa de Pós-Graduação em Economia é constituído por um núcleo básico de professores do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e de outros Departamentos e Instituições de Ensino Superior.

Art. 3º O Programa de Pós-Graduação em Economia oferece curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado Acadêmico, cujas atividades estão voltadas para a qualificação de docentes, pesquisadores, graduados e profissionais, proporcionando a obtenção do título de Mestre em Economia.

Art. 4º. O curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem por objetivo promover a formação ampla e aprofundada dos(as) discentes, visando à preparação profissional para o meio acadêmico (atividade de pesquisa e docência), para centros e institutos de pesquisa (governamentais, de opinião pública, de *marketing*, etc.) e também para a prestação de serviços de planejamento, consultoria e assessoria em órgãos públicos, empresas e associações da sociedade civil.

TITULO II
REGIME DIDÁTICO
SEÇÃO I
DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Art. 5º O Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí

(UFPI) é constituído por uma Área de Concentração denominada Economia e Desenvolvimento e duas Linhas de Pesquisa: Linha 1 - Economia Aplicada ao Desenvolvimento; Linha 2 - Desenvolvimento Socioeconômico.

Art. 6º A área de concentração de “Economia e Desenvolvimento” contempla estudos – empíricos e/ou teóricos – de diversos conteúdos e questões de variados campos do conhecimento tanto de forma autônoma quanto integrada relativos aos processos de desenvolvimento econômico. Objetiva a formação acadêmica sólida e plural de profissionais com pensamento técnico-crítico abrangente para refletirem e atuarem sobre a realidade observável tendo como foco a promoção de avanços econômicos quali-quantitativos no Brasil e, especialmente, na Região Nordeste e no estado do Piauí.

§ 1º A área de concentração compreende as seguintes linhas de pesquisa:

I - Na linha 1, de “Economia Aplicada ao Desenvolvimento”, serão elaborados estudos sobre a teoria, os métodos e a análise do desenvolvimento e da avaliação de políticas públicas no âmbito das dinâmicas regionais e suas interações inter-regionais e internacionais. O foco é a teoria e a aplicação do conhecimento econômico alinhado a diversas dimensões, dentre as quais: saúde, educação, renda, trabalho, estudos setoriais (na agropecuária, na indústria e nos serviços), inovação e meio ambiente. Os métodos utilizados para respostas às questões econômicas pesquisadas estão associados às seguintes temáticas: análise multivariada, econometria, instrumentos de análises regional, dentre outros.

II - A linha 2, de “Desenvolvimento Socioeconômico”, tem como eixo central a realização de estudos sobre o desenvolvimento do ponto de vista inclusivo e sustentável nas suas dimensões teórica e empírica. Com este foco, especialmente são tratados aspectos e características relativas à inovação, à sustentabilidade, à cultura e à criatividade, ao mundo do trabalho, à educação, ao meio rural, dentre outras. O propósito é desenvolver pesquisas que privilegiem a dinamização do debate e da ação sobre as particularidades regionais e sua conexão com a universalidade do crescimento e do desenvolvimento.

Art. 7º A dissertação deverá estar vinculada a uma das linhas que compõe a área de concentração do curso.

SEÇÃO II
DO CURRÍCULO, DISCIPLINAS E PROGRAMAS

Art. 8º O currículo do Curso de Mestrado Acadêmico em Economia da Universidade Federal do Piauí está estruturado em torno de dois núcleos de formação, nos quais estão distribuídas as disciplinas obrigatórias e optativas.

§ 1º. O **Núcleo de disciplinas obrigatórias** é formado por três disciplinas regularmente oferecidas pelo Programa de Mestrado em Economia da UFPI, a saber: Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia.

§ 2º. O **Núcleo de disciplinas optativas** é formado por três disciplinas optativas, que deverão ser cursadas no Programa de Mestrado em Economia da UFPI.

§ 3º. As disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia e Métodos Quantitativos em Economia deverão ser cursadas no primeiro ano do curso.

§ 4º. O componente curricular de Seminários de Dissertação deverá ser cursada no segundo semestre do curso.

§ 5º. O componente curricular de Atividade Programada deverá ser cursada no terceiro semestre do curso.

§ 6º A Elaboração da dissertação I e II é atividade obrigatória, cuja natureza consiste em garantir o vínculo do aluno com o curso e o acompanhamento do mesmo pelo orientador. O discente deverá matricular-se nela no terceiro e quarto semestres do curso, respectivamente.

§ 7º O Estágio Docência é atividade obrigatória para alunos bolsistas/CAPES e opcional para alunos não bolsistas.

§ 8º O aluno que não se matricular nas disciplinas e nas atividades obrigatórias, conforme previsto no presente regimento, será desligado do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI.

§ 9º Para integralização do curso, é necessário o cumprimento das seguintes atividades: Qualificação e Defesa Pública da Dissertação.

SEÇÃO III

DA DURAÇÃO DO CURSO

Art. 9º. O Curso de Mestrado Acadêmico em Economia, em consonância com o que dita o Regimento Geral da UFPI e a Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI, deverá ser realizado no prazo mínimo de 12 (doze) meses, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, com justificativa do Orientador, e aprovado pelo Colegiado do Programa, por até o prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo Único. O discente que obtiver prorrogação dos prazos e não concluir a dissertação será desligado automaticamente do curso.

TITULO III
DA ADMISSÃO NO CURSO
SEÇÃO I
DAS VAGAS

Art. 10º. O Mestrado Acadêmico em Economia oferece vagas anualmente, através de Edital público de divulgação do processo de seleção e ingresso, cumprindo os critérios definidos no Regimento Geral da UFPI e da Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI que regulamenta os cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Parágrafo Único. Só poderão ser admitidos no Mestrado em Economia os candidatos em Curso de Graduação Plena e que tenham sido aprovados na seleção prescrita pela Comissão de Seleção.

SEÇÃO II
DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

Art. 11 A seleção dos candidatos ao curso de Mestrado em Economia será baseada em classificação definida pelo desempenho dos candidatos no Exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Exame da ANPEC, conforme informado em Edital público.

Art. 12 O edital de cada processo seletivo apresentará informações referentes às datas, aos documentos necessários para participação no processo, aos documentos necessários para a realização de matrícula, ao número de vagas disponíveis e aos pesos atribuídos às disciplinas que compõem o Exame da ANPEC.

Art. 13 Os editais serão divulgados tanto na página da UFPI/CCHL na *internet* como no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Art. 14. A seleção de candidatos ao Mestrado Acadêmico em Economia será realizada anualmente. O processo deverá ser conduzido por uma Comissão de Seleção, composta por três professores permanentes do Programa, incluindo o Coordenador, que será o presidente da referida Comissão.

Parágrafo Único. Os dois outros membros da Comissão de Seleção deverão ser escolhidos em reunião do Colegiado do Programa.

Art. 15. Estarão aptos a se candidatarem ao processo portadores de diploma de graduação plena (Bacharelado ou Licenciatura).

Art. 16. O processo de seleção obedecerá aos critérios estabelecidos pela Comissão de acordo com o que está previsto no Regimento Geral da UFPI e na Resolução nº 189/07 CEPEX/UFPI.

Art. 17. O ingresso dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação para o preenchimento das vagas.

Art. 18. O Programa de Mestrado em Economia da UFPI admite alunos especiais que estejam regularmente matriculados em outros programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí ou de qualquer outra IES do Brasil ou do exterior (mediante convênio ou qualquer outro tipo de associação) ou portador de Curso Superior a critério do professor responsável pela disciplina.

§ 1º. Os alunos especiais devem obter a aceitação formal do(s) docente(s) responsável pela(s) disciplina(s) selecionada(s), antes da realização da matrícula.

§ 2º. Os alunos matriculados em caráter de aluno especial têm as mesmas obrigações formais que os alunos regularmente matriculados. O aluno em caráter especial somente poderá cursar até duas disciplinas, totalizando 8 (oito) créditos. O aluno especial que for aprovado recebe uma certificação de conclusão da disciplina, podendo, inclusive, ser convalidada, caso o aluno seja aprovado, posteriormente, no Mestrado em Economia da UFPI ou em outro curso que admita a convalidação.

SEÇÃO III

DO EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Art. 20. A língua estrangeira de que trata a presente seção é o inglês.

§ 1º. O exame de proficiência é cobrado na matrícula institucional. Sua realização é pré-condição à matrícula no Programa.

SEÇÃO IV

DA MATRÍCULA

Art. 21. A matrícula, renovável antes de cada período letivo a cursar, distingue-se em matrícula institucional e matrícula curricular. A primeira assegura ao candidato a condição de membro do corpo discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A matrícula curricular, por disciplina, assegura ao aluno regular o direito de cumprir o currículo para a obtenção do diploma de semestre.

§ 1º. A matrícula institucional far-se-á na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Economia, de acordo com o calendário acadêmico da Universidade.

§ 2º. A matrícula curricular será feita segundo normas do Mestrado Acadêmico em Economia constantes no Edital de seleção e sua realização dar-se-á na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

§ 3º. A primeira matrícula do estudante deverá ser institucional e curricular.

Na matrícula institucional o aluno deverá apresentar:

- a. Atestado de aprovação em exame de proficiência em língua estrangeira (em inglês), nos termos das resoluções nº 225/2013 e nº 101/14 – CEPEX/UFPI;
- b. Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Registro Geral (RG);
- c. 1 (uma) foto 3x4;
- d. Cópia do Diploma ou Certidão de Graduação;
- e. Cópia do Histórico Escolar da Graduação;
- f. Cópia do Certificado de Quitação no Serviço Militar (gênero masculino);
- g. Comprovação de liberação, da instituição em que trabalha, de no mínimo 20 (vinte) horas semanais, para dedicação ao Curso de Mestrado.

A matrícula curricular deverá ser realizada na Coordenação do Curso ou via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), no prazo fixado pelo Edital público, mediante a apresentação do comprovante de aprovação na seleção fornecido pela Coordenação do Curso.

Art. 22. O direito à matrícula em determinada disciplina ou outra atividade curricular depende de sua inclusão na lista de oferta no semestre, considerado o plano de estudo do aluno e seu ajustamento às condições que forem estabelecidas e às vagas existentes.

§ 1º. Os alunos regulares do Curso têm prioridade quanto ao preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas e outras atividades curriculares oferecidas. A matrícula dos alunos especiais está condicionada à orientação da Coordenação do Mestrado e à existência de vagas.

§ 2º. Ao concluir as disciplinas e demais atividades curriculares, integrantes de seu plano de estudo, o aluno deverá inscrever-se, no último semestre, na disciplina Elaboração da Dissertação até sua conclusão e defesa.

Art. 23. A matrícula poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI ou de outra IES, desde que sejam reconhecidas pelas CAPES.

§ 1º. O aproveitamento de estudos no Curso de Mestrado será feito utilizando os seguintes critérios:

- a. equivalência de carga horária e ementa;
- b. nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º. A critério da Coordenação do Curso, os estudos realizados em duas ou mais disciplinas poderão, quando se completarem, serem aproveitados em uma ou mais disciplinas do curso pretendido.

§ 3º. Na ocasião da matrícula, a disciplina cursada na Universidade Federal do Piauí, cujo estudo se aproveite, será transcrita no sistema próprio da Universidade, consignando os créditos respectivos.

§ 4º. As menções ou notas obtidas em disciplinas de pós-graduação, cursadas em outras instituições e cujo estudo se aproveite, serão classificadas de acordo com o sistema de avaliação da UFPI, respeitando a nota do curso de origem.

§ 5º. Os créditos de disciplinas cursadas em outras IES deverão ser computados de acordo com a equivalência carga-horária-crédito estabelecida pelo Curso de Mestrado em Economia da UFPI.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-graduação (PRPG) divulgará anualmente o Calendário da pós-graduação que estabelecerá um período para alteração (cancelamento, trancamento ou rematrícula de disciplina ou atividade) de matrícula.

Parágrafo Único. O cancelamento, trancamento ou rematrícula em disciplina no período estabelecido pelo Calendário da Pós-graduação não implicará em prejuízo ao aluno que, formalmente, passa a cursar a nova disciplina a partir daquele período.

Art. 25. Antes de decorrida a metade do período letivo, com parecer favorável do Orientador e do Coordenador do Curso será permitido ao aluno trancar matrícula em 1 (uma) ou mais disciplinas ou atividades.

§ 1º. O trancamento, de que trata este artigo, será feito antes de decorrido a metade das horas aula ou atividades previstas, no caso das disciplinas ou atividades ministradas sob forma intensiva.

§ 2º. O trancamento só poderá ser feito uma vez na mesma disciplina, exceto por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI.

§ 3º. Será permitido ao aluno, por motivo de doença devidamente comprovada pelo Serviço Médico da UFPI, o trancamento do Curso pelo período máximo de 6 (seis) meses, que não será computado para efeito do que preceitua o Art. 9º, desse regimento.

Art. 26. Ante requerimento de interessados e desde que haja vagas, o Curso poderá aceitar transferência de alunos procedentes de cursos idênticos ou equivalentes, recomendados pela CAPES.

§ 1º. O aluno transferido deverá apresentar o histórico escolar e um exemplar, devidamente autenticado, de cada um dos programas das disciplinas concluídas ou em estudo, com indicação de conteúdo e duração;

§ 2º. A matrícula do aluno transferido poderá ser feita com aproveitamento de estudos realizados, a critério da Coordenação do Curso e Colegiado;

§ 3º. O aluno transferido deverá respeitar os prazos mínimos e máximos de duração do curso, conforme estabelecido no Artigo 9º desse regimento.

TÍTULO IV

DO REGIME E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

SEÇÃO I

DO ANO ACADÊMICO

Art. 27. O ano acadêmico obedecerá ao calendário da pós-graduação da Universidade Federal do Piauí e terá dois períodos regulares.

SEÇÃO II

DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 28. A integralização dos estudos necessários ao curso será expressa em unidades de crédito.

Art. 29. No Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia, os alunos terão que integralizar um mínimo de 33 créditos acadêmicos, distribuídos da seguinte forma:

I. 12 créditos em 3 disciplinas obrigatórias de 60h/a cada, quais sejam, acroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos em Economia;

II. 12 créditos em 3 disciplinas optativas de 60h/a cada;

III. 1 crédito de Seminário de Dissertação;

IV. 2 créditos de Atividade Programada;

V. 6 créditos de elaboração e defesa da Dissertação.

Art. 30. O aproveitamento de créditos adquiridos em outros cursos de Mestrado, requerido pelo aluno e devidamente justificado pelo Orientador, deverá ser apreciado pelo Colegiado do Curso, não podendo exceder a 1/3 (um terço) dos créditos mínimos referidos às disciplinas referentes.

§ 1º. Somente poderão ser aceitas disciplinas que tenham sido cursadas em época não anterior a 5 (cinco) anos à matrícula do candidato no Curso.

§ 2º. Para os fins do disposto neste Artigo, o aluno deverá fornecer documento comprobatório do seu aproveitamento, com os respectivos programas das disciplinas cursadas, histórico escolar e declarações de situação do Curso aludido perante a CAPES.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 31. O aproveitamento nas disciplinas e outras atividades didáticas tomarão como critério de avaliação os aspectos relativos à assiduidade e à eficiência, ambos eliminatórios, conforme exigências mínimas definidas pelos docentes.

§ 1º. A critério do professor, a avaliação de eficiência em cada disciplina do Curso far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, projetos, assim como a efetiva participação nas atividades da disciplina.

§ 2º. A avaliação de que se ocupa este Artigo será expressa em resultado final, através de notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

§ 3º. Considerar-se-á aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 4º. O resultado final do aluno será expresso pela média aritmética das notas atribuídas nas disciplinas e demais atividades integrantes de seu plano estudo, obedecendo à escala prescrita no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 32. O aluno reprovado duas vezes em uma mesma disciplina ou disciplinas distintas terá sua matrícula cancelada e será automaticamente desligado do Curso.

Art. 33. Considerar-se-á aprovado no Mestrado Acadêmico em Economia o aluno que cumprir as seguintes condições:

- a. Tenha obtido média acumulada igual ou superior a 7,0 (sete);
- b. Tenha demonstrado capacidade de leitura em uma língua estrangeira, mediante aprovação no exame de proficiência realizado nas dependências da UFPI. Na avaliação desses exames, serão atribuídos os conceitos “S” = Satisfatório e “NS” = Não Satisfatório; c) Tenha sido aprovado na apresentação e defesa da Dissertação;
- c. Comprovar a submissão de ao menos um estudo para evento e/ou revista científica ao final do componente curricular denominado “Atividade Programada”;

- d. Comprovar a submissão de ao menos um artigo em revista científica (Qualis CAPES B1 ou superior, em Economia) para defesa de Dissertação, com tema diretamente associado à Dissertação.

SEÇÃO IV

DA ORIENTAÇÃO

Art. 34. Todo aluno regularmente matriculado no Mestrado Acadêmico em Economia terá o direito a um professor-orientador, homologado pelo Colegiado do Curso, de acordo com a sua área de interesse.

§ 1º. O aluno poderá solicitar mudança de orientador através de requerimento justificado, instruído com a aquiescência do novo orientador escolhido, dirigido à Coordenação do Curso, o qual deverá ouvir o orientador inicial e emitir parecer, encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 2º. O Orientador poderá requerer dispensa da função de orientador de determinado aluno, através de requerimento justificado, dirigido ao Coordenador do Curso, o qual deverá ouvir o aluno e emitir parecer encaminhado à decisão do Colegiado do Curso.

§ 3º. Tanto o orientador quanto o orientando deverão requerer dispensa da função de orientador ou mudança de orientador, conforme o caso, até 6 (seis) meses antes de findo o prazo para a conclusão do Curso.

Art. 35. Os Orientadores e Co-orientadores deverão possuir o título de Doutor e:

- a. Apresentar produção científica regular e na forma de publicações;
- b. Estar ativo na linha de pesquisa em que oferece orientação ou co-orientação.
- c. No caso do Orientador, deverá estar, institucionalmente, vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Economia.

Art. 36. São atribuições do Orientador:

- a. Orientar o aluno na organização de seu plano estudo e assisti-lo em sua formação acadêmica;
- b. Dar assistência a o aluno na elaboração e execução de seu projeto de dissertação, acompanhando, orientando, revendo e aprovando este trabalho;
- c. Verificar a necessidade e conveniência de um co-orientador, cuja orientação deverá estar restrita a aspectos específicos do trabalho;
- d. Participar como membro e presidente das bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;

- e. Cumprir os prazos e normas estabelecidas no presente Regimento e em outras instruções emitidas pelo Colegiado e Coordenação e Coordenação de Curso.

Art. 37. O número de orientados por orientador, será, no máximo, 4 (quatro).

SEÇÃO V

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 38. O Exame de Qualificação no Mestrado Acadêmico em Economia será realizado obedecendo aos seguintes critérios:

§ 1º. Caso a pesquisa envolva seres humanos, deverá ser apresentado documento que ateste a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI.

Parágrafo Único – A qualificação será feita mediante a atribuição de menção de aprovação ou de reformulação pela Banca Examinadora da Qualificação, que será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado de Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno. Na segunda hipótese, o prazo concedido ao aluno é de 30 (trinta) dias, quando então será submetido à nova avaliação.

Art. 39. O exame de Qualificação deverá ser realizado entre o 12º e o 15º mês de vínculo com a pós-graduação após o cumprimento dos créditos em disciplinas, podendo ser realizado antes.

Art. 40. O documento submetido à Qualificação deve ter sido aprovado pelo orientador do discente.

SEÇÃO VI

DO TÍTULO E DA DISSERTAÇÃO

Art. 41. A Dissertação de Mestrado constitui um instrumento essencial à formação do aluno. Será elaborada mediante acompanhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito, no qual o aluno deverá demonstrar domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos e de utilização adequada da metodologia científica.

Art. 42. A dissertação será desenvolvida com base em um projeto de pesquisa, devendo o tema de estudo estar relacionado à área de concentração e a uma das duas linhas de pesquisa.

Art. 43. Para a apresentação da dissertação o aluno deve ter integralizado os créditos exigidos em disciplinas, além da comprovação da submissão de um artigo científico com o orientador

para periódicos científicos com QUALIS B1, A4, A3, A2 ou A1 na área da Economia, conforme classificação mais recente estabelecida pelas CAPES, além de ter comprovado a aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira e ter sido aprovado na qualificação, observados os prazos fixados neste regimento.

§ 1º. A dissertação deverá ser redigida em português, com resumo em português e inglês.

§ 2º. A dissertação deverá ser apresentada de acordo com as normas fixadas pelo colegiado do curso.

Art. 44. Elaborada a dissertação, compete ao professor-orientador requerer, junto à Coordenação do Curso, a defesa pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. No requerimento constará o parecer do Orientador de que o trabalho está em condições de ser apresentado.

Parágrafo Único – Junto com o requerimento para a defesa pública, deverá ser entregue a versão digital, conforme normas determinadas pelo colegiado do curso e de acordo com a ABNT.

Art. 45. A Banca Examinadora da Dissertação será constituída por 3 (três) membros titulares e um suplente, dos quais um será o Orientador e os demais indicados pelo Colegiado do Curso baseado em sugestões do Orientador e do aluno, cabendo a presidência ao Orientador.

§ 1º. Na falta ou impedimento do Orientador, o Colegiado do Curso designará um substituto.

§ 2º. Um dos membros da Banca Examinadora da Dissertação, pelo menos, e seu suplente, deverão pertencer a outro Programa de Pós-Graduação em Economia ou área afim.

§ 3º. Os membros das Bancas Examinadoras devem ser portadores do grau de doutor.

§ 4º. Caberá ao Colegiado do Curso determinar o tempo de exposição do candidato e da arguição dos membros examinadores da Banca.

§ 5º. O colegiado do curso pode decidir a forma da defesa (presencial, híbrida ou virtual), caso não seja possível juntar toda a banca fisicamente.

Art. 46. No julgamento da Dissertação será atribuída uma nota ou conceito equivalente, especificado nesse Regimento.

§ 1º. Será aprovado na defesa pública da Dissertação o aluno que obtiver aprovação unânime da Banca Examinadora, em deliberação secreta.

§ 2º. Os procedimentos para registro e demais providências relacionadas ao julgamento da dissertação, serão conduzidos com base nas normas da UFPI;

§ 3º. Os casos em que a dissertação receba a aprovação com restrições serão regidos pelas normas da UFPI;

Parágrafo Único – A Coordenação do Curso responsabilizar-se-á pela confecção de uma Ata sobre o resultado do julgamento da Dissertação e demais informações pertinentes, que será assinada pela Banca Examinadora.

Art. 47. Será concedido o grau de Mestre em Economia ao aluno que atender aos seguintes requisitos:

Integralização obrigatória de um mínimo de 33 (trinta e três) créditos em disciplinas/seminários e/ou outras atividades previstas no currículo do Curso;

- a. comprovação do exame de proficiência em língua estrangeira, conforme exigência do curso;
- b. aprovação com nota mínima de 7,0 (sete) numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), ou conceito equivalente em todas as disciplinas, seminários, atividades e dissertação;
- c. obtenção de frequência integral ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);
- d. não ter quaisquer pendências com a Biblioteca da UFPI;
- e. aprovação do Exame de Qualificação;
- f. aprovação na defesa pública da Dissertação, conforme determina o presente Regimento;
- g. permanência no Curso pelo período regulamentar.

Art. 48. O candidato à obtenção ao grau de Mestre que tenha satisfeito as exigências deste regimento fará jus ao respectivo diploma.

Art. 49. A expedição do diploma ficará condicionada à preparação pela Secretaria Administrativa- Acadêmica do Curso, de um relatório em que conste:

- a. histórico escolar do aluno no Curso de Mestrado;
- b. o resultado do Exame de Qualificação;
- c. o resultado da defesa de Dissertação;
- d. o resultado do exame de proficiência em língua estrangeira;
- e. a duração total da realização do Curso pelo aluno.

TÍTULO V

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL

Art. 50. A estrutura administrativa e organizacional do Mestrado Acadêmico em Economia é composta dos seguintes órgãos e serviços:

- a. Colegiado de Curso;
- b. Coordenação de Curso;
- c. Subcoordenação de Curso;
- d. Secretaria Administrativo-acadêmica de Curso;
- e. Núcleos de Pesquisa.

SEÇÃO I

DO COLEGIADO

Art. 51. O Colegiado de Curso é órgão de natureza normativa e deliberativa e será composto pelo Coordenador ou Subcoordenador, por um representante eleito de cada uma das duas linhas sendo um membro titular e um suplente, e por um representante discente (um representante titular e um suplente), sob a presidência do Coordenador do curso.

§ 1º. O Coordenador e Subcoordenador de Curso serão escolhidos na forma da legislação em vigor na Universidade Federal do Piauí e, de preferência, deverão pertencer ao Departamento Acadêmico de Sustentação do Curso.

§ 2º. A representação discente contará com 01 um discente que será eleito pelos alunos regularmente matriculados no Curso para o mandato de 01 (um) ano, permitindo uma única recondução.

Art. 52. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador, ou, a pedido, por escrito, da maioria simples de seus membros.

§ 1º. As deliberações do Colegiado de Curso serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;

§ 2º. As reuniões do Colegiado do Curso serão secretariadas pela Secretaria Administrativa-Acadêmica que se encarregará de lavrar a Ata, que será assinada pelos membros do Colegiado.

Art. 53. São atribuições do Colegiado de Curso:

- a. supervisionar as atividades acadêmicas e administrativas do Curso;
- b. eleger entre os membros do Colegiado, em processo de eleição com formação de chapas, o Coordenador e o Subcoordenador do Curso;
- c. decidir, em primeira instância, sobre organização e revisão curricular do curso, bem como a criação de novas áreas e linhas de pesquisa;

- d. aprovar no início de cada semestre letivo, os programas de disciplinas, o calendário semestral e demais atividades curriculares do Curso;
- e. credenciar mediante análise de currículo, os nomes de professores que integrarão o corpo docente permanente, de visitantes do curso e o quadro de professores orientadores, encaminhando seus nomes para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como aos Departamentos/Cursos nos quais os professores são lotados;
- f. reunir-se, pelo menos uma vez no ano, para, em conjunto com todo o corpo docente, produzir relatório de avaliação do andamento do curso, bem como do desempenho de cada um dos membros do corpo docente, recomendando, quando necessário, as providências cabíveis;
- g. homologar membros integrantes de comissão de seleção, de bancas examinadoras de exame de qualificação e de defesa de dissertação;
- h. homologar o resultado de exame de qualificação e de defesa pública de dissertação;
- i. fixar prazos para inscrição, seleção, matrícula e trancamento de disciplinas, em comum acordo com a Coordenação Geral de Pós-Graduação;
- j. julgar as solicitações de inscrição no curso;
- k. propor aos órgãos competentes da UFPI o número de vagas do Curso para o ano seguinte, conforme a disponibilidade de orientação do corpo docente;
- l. propor aos órgãos competentes da UFPI, alterações na estrutura curricular do curso, modificação ou extinção de disciplinas ou outras atividades que integrem o plano curricular do Curso;
- m. decidir sobre questões referentes à matrícula, transferência e aproveitamento de créditos, bem como a recursos que lhe forem encaminhados;
- n. decidir sobre a oferta de disciplinas;
- o. apreciar o Plano de Trabalho Anual da Coordenação do Curso, procedendo as alterações necessárias;
- p. apreciar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- q. indicar um substituto na falta ou impedimento do orientador de dissertação;
- r. baixar instruções normativas e aprovar convênios e intercâmbios do curso com outras Universidades e Instituições, observando a legislação interna da UFPI;
- s. indicar um docente e homologar um representante estudantil para compor a Comissão de Bolsas do curso, encarregada de selecionar, acompanhar e avaliar o plano de trabalho dos bolsistas;
- t. fixar critérios para a seleção de bolsistas junto à Comissão de Bolsas;

- u. propor alterações e/ou atualizações deste regimento julgadas úteis ao funcionamento do Curso e submetê-las à apreciação dos órgãos competentes da UFPI;
- v. decidir sobre os casos omissos.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO E SUBCOORDENAÇÕES

Art. 54. São atribuições do Coordenador de Curso:

- a. convocar e presidir as reuniões da Coordenação e do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto em consonância com as resoluções institucionais;
- b. representar o Curso junto às instâncias superiores da UFPI, entidades de financiamento, pesquisa e pós-graduação;
- c. exercer a direção administrativa do Curso;
- d. executar as deliberações do Colegiado, coordenar os serviços administrativos e as atividades acadêmicas necessárias ao bom funcionamento do Curso;
- e. organizar o calendário de atividades acadêmicas do Curso para homologação pelo Colegiado e encaminhamento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- f. organizar a oferta de disciplinas de cada período letivo;
- g. exercer a coordenação das atividades de seleção e matrícula no âmbito do Curso, em articulação com órgãos competentes da UFPI;
- h. elaborar pareceres sobre processos de cancelamento ou trancamento de matrícula, acréscimo ou substituição de disciplinas ou outras atividades curriculares e aproveitamento de créditos, submetendo-os à aprovação do Colegiado;
- i. elaborar e apresentar, para a apreciação do Colegiado, Plano de Trabalho e Relatório Anual das atividades do Curso;
- j. enviar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Centro de Ciências Humanas e Letras, ao final de cada ano letivo, relatórios bem como outras informações necessárias ao funcionamento do Curso;
- k. propor, para a aprovação do Colegiado, nomes de professores para a comissão de seleção ao ingresso no Curso;
- l. Propor, para homologação do Colegiado, nomes indicados pelos orientadores para compor as bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação;
- m. designar os professores orientadores para a orientação de dissertações, de acordo com a disponibilidade do quadro de orientadores, submetendo à homologação do Colegiado;

- n. expedir portarias, atestados, históricos e declarações relativas às atividades do Curso;
- o. propor, para aprovação do Colegiado, modificações na estrutura curricular do Curso;
- p. manter relações permanentes com os Departamentos Acadêmicos que dão sustentação ao Curso;
- q. cumprir e fazer cumprir as determinações deste Regimento.

Art. 55. São atribuições do Subcoordenador do Curso, substituir, em seus impedimentos, o Coordenador do Curso, bem como auxiliá-lo nas tarefas que a ele competem.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA

Art. 56. A Secretaria Administrativa ligada diretamente à Coordenação, é a unidade executora dos serviços administrativos do Curso, sendo dirigida por um Secretário, a quem compete as seguintes atribuições:

- a. coordenar, organizar e controlar o trabalho da Secretaria;
- b. informar, processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas-administrativas;
- c. organizar e manter atualizada a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Curso;
- d. sistematizar informações, organizar prestações de contas e elaborar relatórios;
- e. secretariar as reuniões do Colegiado e manter em dia o Livro de Atas;
- f. manter em dia o inventário dos equipamentos e material permanente pertencentes ao Curso;
- g. receber a inscrição dos candidatos ao processo de seleção, quando necessário;
- h. providenciar editais e convocações das reuniões do Colegiado, e demais órgãos da estrutura administrativa do Curso;
- i. programar e controlar o uso dos equipamentos da Coordenação do Curso.
- j. responsabilizar-se pela programação do uso do espaço físico do Curso, bem como pela supervisão de sua conservação;
- k. oferecer apoio administrativo ao corpo docente no exercício de suas atividades vinculadas ao Curso;
- l. realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento do Curso.

SEÇÃO IV

DOS NÚCLEOS DE PESQUISA

Art. 57. O corpo docente do Programa de Mestrado em Economia deverá integrar Núcleos de Pesquisa que desenvolvem suas atividades de investigação científica sobre temas e problemas relacionados às áreas de pesquisa do programa.

Parágrafo Único. A Coordenação do Programa deverá incentivar a criação de novos núcleos de pesquisa conforme as demandas e as práticas de pesquisa.

TÍTULO V

DO CORPO DOCENTE E DE PESQUISADORES

SEÇÃO I DO CORPO DOCENTE

Art. 58. O corpo docente do Mestrado Acadêmico em Economia é composto de professores dos Departamentos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí e da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, de professores visitantes, e outros colaboradores.

§ 1º. O quadro permanente do Curso é constituído de professores doutores com inserção em atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação acadêmica e de dissertação;

§ 2º. O professor visitante é docente de reconhecido desempenho acadêmico, originário de outra instituição de ensino superior ou de pesquisa, e se integra ao Curso, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, orientação de dissertação, consultoria e assessoria.

§ 3º. O professor participante pode ser membro do quadro permanente da UFPI, professor aposentado ou oriundo do quadro de outras instituições de ensino superior do país ou do exterior, através de uma participação delimitada por uma contribuição específica, como coorientação, docência em disciplina, participação em banca examinadora, pesquisa, assessoria e outras atividades.

Art. 59. Todos os professores do curso deverão ter projetos de pesquisa cadastrados junto à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPI.

Art. 60. Serão cadastrados novos professores apenas se os mesmos tiverem pesquisas na área do programa, com publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área da Economia nos últimos dois anos, respeitando as regras impostas nos editais de credenciamento.

Art. 61. Quando houver necessidade apontada pelo colegiado do curso, a Coordenação lançará um edital para o credenciamento de novos professores conforme regras presentes no Regimento

Interno do Programa. A aprovação do cadastramento de novos professores deverá ser aprovada pelo colegiado.

Art. 62. Os professores que não publicarem ao menos um artigo em revistas com Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia em um período de três anos serão desligados do programa.

Art. 63. A exigência de publicação em periódico Qualis A1, A2, A3, A4 ou B1 na área de Economia para a permanência do programa do artigo anterior começará a valer a partir do início do programa.

Art. 64. Todos os professores devem encaminhar sua produção acadêmica anual a coordenação, a qual deve ser apreciada pelo colegiado do Curso. Os professores que não conseguirem publicar artigos em um ano serão acompanhados pela Coordenação.

TÍTULO VII

DO CORPO DISCENTE

Art. 65 O corpo discente do Mestrado Acadêmico em Economia é constituído por todos os discentes regulares e especiais, na forma desse Regimento.

Parágrafo Único. Aos discentes regulares será exigida A disponibilidade de pelo menos 20 horas semanais de dedicação ao Curso.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 66. O presente Regimento somente pode ser alterado por decisão do colegiado.

Art. 67. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos, preliminarmente, pelo Colegiado do Curso, cabendo recursos às instâncias superiores da UFPI, conforme legislação interna.

Art. 68. O presente regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFPI, revogadas as disposições em contrário.

POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A autoavaliação do programa passa a ser um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES. Deve ser considerada a política institucional da pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPI inicia o processo de autoavaliação por meio das seguintes ações: a) constituição de uma comissão formada por professores, técnico-administrativo e discentes do programa; b) criação de instrumentos/canais de autoavaliação; c) análise dos resultados; e d) adoção de medidas para a melhoria dos indicadores de autoavaliação

Com o objetivo de produzir autoconhecimento sobre o Programa de Mestrado em Economia da UFPI – Campus Ministro Petrônio Portella, propõe-se um processo de autoavaliação, em conformidade com as recomendações do grupo de trabalho CAPES (2019), desenvolvido de forma sistemática e participativa, visando assegurar a qualidade, processo formativo, produção de conhecimento, a promoção de reflexões e ações sobre o contexto e as políticas adotadas. Como resultado, a autoavaliação deverá implicar em tomadas de decisão e, portanto, mudanças que possibilitem a formação de um pós-graduado inserido socialmente e/ou profissionalmente.

O processo de autoavaliação seguirá as seguintes etapas, com base em CAPES (2019): (a) preparação; (b) implementação; (c) divulgação; (d) uso dos resultados; e (e) meta-avaliação.

A condução e operacionalização será feita com base nas seguintes etapas:

1. Preparação: envolve a constituição de uma Comissão de Autoavaliação (CAA), a sensibilização de todos os participantes para elaboração de um Plano de Autoavaliação (PA), o qual conterá os princípios adotados pelo programa, os instrumentos de autoavaliação, definição clara da missão e planejamento estratégico (metas e objetivos de médio e longo prazos), além da definição da periodicidade da coleta de dados.
2. Implementação: fase em que o plano será concretizado e monitorado para assegurar que as propostas sejam adequadas aos objetivos.
3. Divulgação dos resultados: nessa etapa os resultados devem ser publicizados, com linguagem clara e objetiva para atingir o público-alvo.

4. Uso dos resultados: as informações e dados levantados serão registradas em um banco de dados, permitindo a monitoração do desempenho do programa ao longo do tempo.
5. Meta-avaliação: a Comissão de Autoavaliação avalia a sistemática de avaliação delineada para o Programa, considerando um determinado ciclo, e propõe ajustes, A Comissão de Autoavaliação (CAA) será composta de um(a) coordenador(a) e vice coordenador(a); 02 (dois) membros docentes; um pós-graduando, um técnico-administrativo; e um egresso.

COMPROMETIMENTO DAS DEMAIS INSTÂNCIAS COM AÇÕES DESTINADAS A FORTALECER O PROGRAMA

- Programa de Acompanhamento da Qualidade na Pós-Graduação: tem por objetivo apoiar os processos de avaliação da Pós-Graduação da UFPI;
- Seminários de Acompanhamento da Pós-Graduação realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 tem o objetivo de possibilitar a troca de experiências e fomentar discussões mais amplas acerca dos PPG. Neste evento cada programa apresenta seus dados consolidados dos últimos três anos e posteriormente é realizada uma avaliação sobre estes dados apresentados por um comitê de assessores convidados.
- Ciclos de Palestras da PRPG realizados nos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023;
 - Objetivo: discutir as perspectivas da pós-graduação na UFPI e ampliar ações voltadas à consolidação dos Programas de Pós-Graduação;
- Resolução de carga horária docente em sala de aula;
 - Objetivo: disciplinar a carga horária semanal, em sala de aula, dos docentes da UFPI vinculados aos cursos de Pós-Graduação
- Edital Prêmio UFPI de Dissertação e Tese
 - Objetivo: O Prêmio UFPI de Dissertação e Tese objetiva reconhecer os melhores trabalhos desenvolvidos nesta IES; realizar a autoavaliação institucional e estimular a difusão de novos conhecimentos.
- Edital de bolsas de produtividade:
 - Objetivos:
 - a) identificar, reconhecer e valorizar docentes pesquisadores, concedendo no ambiente institucional da UFPI, bolsas de produtividade em pesquisa, de acordo com o estabelecido no Edital, para aqueles que obtiveram mérito comprovado na proposta apresentada no Edital de Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), porém, não contemplados;

- b) Aumentar a competitividade dos docentes pesquisadores da UFPI nos editais do CNPq e, consequentemente, induzir o aumento do número de bolsistas em Produtividade em Pesquisa do CNPq, bem como tornar a pesquisa da UFPI em destaque no cenário nacional;
 - c) Incentivar e induzir os docentes da UFPI a submeterem projetos competitivos nos editais do CNPq;
 - d) Melhorar o conceito dos Programas de Pós-Graduação da UFPI, considerando que o número de bolsista de produtividade em pesquisa constitui indicador de excelência no processo de avaliação da CAPES;
 - e) Estimular o desenvolvimento das pesquisas inovadoras que tenham mérito reconhecido por comitês avaliadores da principal agência oficial de fomento à pesquisa no país.
- Programa de Incentivo à Publicação da Produção Intelectual da UFPI.
 - Objetivo: estimular e apoiar a produção intelectual de docentes da Instituição, por meio de publicações em veículos de divulgação qualificados pelo sistema de avaliação da CAPES (QUALIS) em autoria ou coautoria.

Ademais, algumas metas propostas no PDI 2020-2023 da UFPI que nortearão o desenvolvimento de ações do Programa de Pós Graduação em Economia, são apresentadas a seguir:

- Uso de ferramenta web como mecanismo de acompanhamento permanente dos egressos dos programas de pós-graduação;
- Incremento e diversificação dos mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes;
- Ampla divulgação da carteira de projetos de pesquisa da instituição; bem como do cadastro de pesquisadores e sua organização em grupos de pesquisa, laboratórios, centros e núcleos. Esta ação deve contemplar também a divulgação da infraestrutura de

pesquisa (Contendo número de Equipamentos classificados; Laboratórios; Técnicos de laboratório e administrativo). Estas informações organizadas e acessíveis de forma fácil serão relevantes para captação de projetos pelo programa, principalmente junto à iniciativa privada, que passará a conhecer melhor a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Economia e da UFPI como um todo;

- Participação em ações de extensão, por meio tanto de discentes, quanto de docentes permanentes. Ressalta-se que o Programa de Pós-Graduação em Economia está empenhado em contribuir com estas ações para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CAPES. Autoavaliação de Programa de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf> >. Acesso em: 06 de nov de 2023

FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí). Institucional/história. Disponível em: <<https://www.fapepi.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.

FADEX (Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação). Institucional/sobre nós. Disponível em: < <https://www.fadex.org.br/> >. Acesso em: 17 nov 2023.

SEPLAN-PI (Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí). Site da secretaria. Disponível em: <<https://www.pi.gov.br/>>. Acesso em: 17 nov 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 1013/2023 - SECCON/GAB (11.00.01.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 21 de Dezembro de 2023

À PRPG,

Informa-se que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, na reunião de 18/12/2023, aprovou o parecer da relatora Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo, contido nas folhas 249 a 250.

Segue a **RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 617**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023, para os fins.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 21/12/2023 11:36)
JALES ROBERTO MACHADO DE LIMA JUNIOR
Matrícula: 1159804

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **53aa020b83**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 1662/2023 - PRPG (11.07)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 21 de Dezembro de 2023

À Comissão de Elaboração do APCN e Economia

Presidente Prof Dr. Juliano Vargas

Para ciência e as devidas providências.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 21/12/2023 13:17)
REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA ARAUJO
Matrícula: 1167746

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **96a646b55d**